

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
COMANDO GERAL



**BOLETIM GERAL
DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

Nº 222/2023

Macapá – AP, 06 de dezembro de 2023

BOLETIM GERAL N.º 222/23

1ª PARTE LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

1. PORTARIA Nº 757, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2023

Aprova o Regimento Interno da Academia Bombeiro Militar no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá, que especificam.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAPÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Governamental nº 005, de 02 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado - DOE nº 7.825, de 03 de janeiro de 2023, e considerando o Decreto nº 0236, de 15 de janeiro de 2019, o qual regulamenta a Lei de Organização Básica e Fixação de Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno da Academia Bombeiro Militar (RI ABM), em razão do contido no Título IV, Capítulo IV, seção II do Decreto nº 0236, de 15 de janeiro de 2019

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Macapá, 25 de novembro de 2023

**ALEXANDRE VERÍSSIMO DE FREITAS – CEL QOCBM
Comandante Geral do CBMAP**

(Cód. verificador: 201910680. Cód. CRC: EBBAE83 em 06 Dez 23)

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAPÁ ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR



REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR – RI ABM

SUMÁRIO

- Título I - Das Finalidades
- Título II - Da Organização
- Capítulo I - Da Estrutura
- Capítulo II – Dos Cursos
- Título III - Do Regime Escolar
- Capítulo I - Do Ano Escolar
- Capítulo II - Da Avaliação e Do Rendimento do ensino
- Seção I - Dos Instrumentos de Avaliação
- Seção II - Da Elaboração das Verificações
- Seção III - Da Aplicação das Verificações
- Seção IV - Da Correção e Dos Recursos
- Seção V - Do Aproveitamento
- Capítulo III - Da Frequência
- Título IV - Da Inclusão e Da Exclusão
- Capítulo I – Da Matrícula
- Capítulo II - Do Trancamento, do Desligamento e da Exclusão
- Título V - Do Corpo Docente
- Capítulo I – Dos Instrutores e Monitores
- Capítulo II – Da Coordenação e Supervisão
- Título VI - Do Corpo Discente
- Capítulo I - Da Constituição
- Capítulo II - Dos Direitos
- Capítulo III – Dos Deveres

Capítulo IV – Das Atividades Diárias e Dos Serviços Externos

Título VII - Do Regime Disciplinar

Capítulo I – Do Comportamento Escolar

Capítulo II – Da Punição Escolar

Capítulo III – Da Recompensa

Capítulo IV – Das Transgressões

Título VIII – Da Matriz Curricular

Título IX – Das Prescrições Diversas

ANEXOS

Anexo A - Plano de Disciplina

Anexo B - Plano de Segurança na Instrução

Anexo C - Plano de Avaliação

Anexo D - Avaliação do Curso

Anexo E - Avaliação do Instrutor

Anexo F - Quadro de Trabalho Semanal

Anexo G - Requerimento Escolar

Anexo H - Recurso de Questão

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAPÁ
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR



REGIMENTO INTERNO

REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR – RI ABM

2023

**REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA
BOMBEIRO MILITAR – RI ABM**

TÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1º Este Regimento tem por finalidade estabelecer preceitos aplicáveis ao Corpo de Bombeiros Militar do Amapá (CBMAP), à Academia Bombeiro Militar (ABM) e as Organizações Bombeiros Militares (OBMs), que porventura, venham a desenvolver as atividades de ensino e instrução, ora também denominados Estabelecimento de Ensino (EE).

I – são documentos norteadores:

- a) Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações;
- b) Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP;
- c) Diretrizes de Ensino da Matriz Curricular Nacional da Segurança Pública;
- d) Leis e Regulamentos que regem o CBMAP;
- e) Lei Complementar nº 084, de 07 de abril de 2014 - Estatuto dos Militares do Estado do Amapá e suas alterações;
- f) Decreto nº 036, de 17 de dezembro de 1981 - Regulamento Disciplinar da Polícia Militar;
- g) Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá- 4ª edição (2021).

Art. 2º A Academia Bombeiro Militar – ABM é o órgão de apoio de ensino da corporação, responsável pela formação superior, técnica e profissionalizante da corporação, bem como do atendimento da formação de pessoal civil para atuação na prevenção contra incêndio e pânico.

Art. 3º À Academia Bombeiro Militar, compete:

- I – executar as atividades de ensino na Corporação, envolvendo formação, habilitação, aprimoramento técnico-profissional, aperfeiçoamento e especialização;
- II – implementar a doutrina institucional de ensino;
- III – apoiar a execução de atividades preventivas e operacionais realizadas diretamente pela Corporação ou em que ela esteja envolvida.

Art. 4º Subordinam-se a Academia Bombeiro Militar:
I - Escola de Formação e Aperfeiçoamento Bombeiro Militar (EFA);

II - Escola de Especialização Bombeiro Militar (EEBM);
III - Seção de Apoio Administrativo (SAAD).

Art. 5º Cabe à ABM e às OBMs realimentar o Sistema de Ensino e Aprendizagem (SEA) com informações obtidas na própria experiência de execução de suas atividades, com vistas ao contínuo aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

I – integram o SEA as modalidades de cursos:

- a) formação;
- b) aperfeiçoamento;
- c) habilitação;
- d) estágio probatório;
- e) especialização;
- f) estágio operacional;
- g) estágio técnico-profissional;
- h) atualização;
- i) programa de capacitação continuada;
- j) altos estudos;
- k) graduação;
- l) extensão;
- m) pós-graduação.

II – para efeito deste regimento, todos os itens constantes do inciso I deste artigo, serão referenciados tão somente como *cursos*.

III - cada OBM, de acordo com sua destinação específica, ministra um ou mais cursos, estágios, especializações e demais capacitações, com o gerenciamento da ABM.

TÍTULO II

Da Organização

CAPÍTULO I

Da Estrutura

Art. 6º A estrutura da ABM, para efeito de execução e condução dos cursos promovidos pelo CBMAP, além da prevista na Portaria nº 041/2023, publicada no Boletim Geral (BG) nº 018, de 25 de janeiro de 2023, poderá incluir, de acordo com a necessidade:

I – coordenador-geral;

II – supervisor geral;

III – coordenador de pelotão;

IV – supervisor de pelotão;

V - outros entes, em função das peculiaridades do curso proposto, definidos em suas respectivas normas.

Parágrafo único. Esta estrutura pode ser adaptada em função das características do curso, podendo ser adicionadas funções extras, desde que expressas em suas normas.

CAPÍTULO II

Dos Cursos

Art. 7º Os cursos funcionam nos turnos matutino, vespertino e noturno, cumprindo as cargas horárias estabelecidas neste regimento, em conformidade com as leis, decretos, portarias e normas vigentes que tratam dos cursos promovidos no âmbito do CBMAP.

I – são objetivos a serem cumpridos nos cursos militares:

- a) capacitar o militar com conhecimentos gerais e técnico-profissionais, necessários ao bom desempenho das atividades, inerentes ao posto ou graduação, correspondente dentro da nova responsabilidade funcional dentro da instituição Bombeiro Militar, de acordo com as legislações em vigor;
- b) desenvolver no militar a rápida percepção dos fatos, o raciocínio lógico, a expressão oral e escrita, a disciplina, a forma física e a capacidade de relacionamento com o indivíduo e grupos sociais;
- c) desenvolver no militar a mentalidade de respeito às leis e ao indivíduo, a dedicação ao cumprimento do dever, o senso de responsabilidade e o interesse pelo bem-estar social e da tropa;
- d) capacitar o militar para o exercício de comando e gerenciamento de crises junto a seus pares e subordinados;
- e) inculcar no militar a importância do bom comportamento ético-profissional, capaz de influenciar seus superiores, pares e subordinados, bem como destacá-lo diante deles e junto à comunidade.
- f) capacitar o militar no que tange à gestão administrativa, garantindo a eficiência e eficácia das operações, processos e recursos, envolvendo a aplicação de princípios de gerenciamento e liderança para planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades administrativas.

II – são objetivos a serem cumpridos nas formações civis:

- a) capacitar o aluno com conhecimentos gerais e técnico-profissionais, necessários ao bom desempenho das atividades, de acordo com as legislações em vigor;
- b) desenvolver no aluno a rápida percepção dos fatos, o raciocínio lógico e a expressão oral;
- c) capacitar o aluno para o exercício de comando e gerenciamento de crises junto a seu ambiente de trabalho.

III – ficam estabelecidos os cursos com as seguintes cargas horárias:

- a) Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar (CSP), com carga horária mínima de 400 horas-aula;
- b) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), com carga horária mínima de 400 horas-aula;
- c) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Administrativos (CAOA), com carga horária mínima de 400 horas-aula;
- d) Estágio Probatório para o Quadro de Oficiais da Saúde e Quadro Complementar de Oficiais (EsP), com carga horária mínima de 600 horas-aula;

- e) Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, (CHOA), com carga horária mínima de 400 horas-aula;
- f) Curso de Habilitação de Oficiais Músicos (CHOM), com carga horária mínima de 400 horas-aula;
- g) Curso Especial de Habilitação de Oficiais (CEHO), com carga horária mínima de 400 horas-aula;
- h) Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), com carga horária mínima de 250 horas-aula;
- i) Curso Especial de Aperfeiçoamento de Sargentos (CEAS), com carga horária mínima de 250 horas-aula;
- j) Curso Aperfeiçoamento de Sargentos Músicos (CAS Mús), com carga horária mínima de 250 horas-aula;
- k) Curso de Formação de Sargentos (CFS), com carga horária mínima de 630 horas-aula;
- l) Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS), com carga horária mínima de 630 horas-aula;
- m) Curso de Formação de Sargentos Músicos (CFS Mús), com carga horária mínima de 630 horas-aula;
- n) Curso de Formação de Cabos (CFC), com carga horária mínima de 420 horas-aula;
- o) Curso Especial de Formação de Cabos (CEFC), com carga horária mínima de 420 horas-aula;
- p) Curso de Formação de Cabos Músicos (CFC Mús), com carga horária mínima de 420 horas-aula;
- q) Curso de Formação de Soldados (CFSD), com carga horária mínima de 720 horas-aula;
- r) Curso de Formação de Soldados Músicos (CFSD Mús), com carga horária mínima de 720 horas-aula.

§ 1º Os cursos de formação e especialização poderão ocorrer em regime de internato.

§ 2º Os cursos de formação de oficiais, de especializações, estágios e atualizações terão suas cargas horárias definidas em editais, ou projetos próprios.

§ 3º Os cursos que utilizarem a madrugada para instrução, deverão ter aprovação do comandante da ABM, mediante documentações necessárias para a execução da instrução devidamente preenchidos.

§ 4º As cargas horárias dos cursos não podem exceder a 4 (quatro) vezes o valor da carga horária mínima prevista para cada curso.

§ 5º Nenhum curso poderá ser finalizado enquanto não cumprir os seguintes parâmetros:

a) 90% da carga horária total prevista, porém, não deverá ser menor que o previsto no inciso III do art. 7º deste regimento;

b) 100% das disciplinas operacionais.

Art. 8º Os horários destinados a estágio supervisionado (que compreende estágio operacional e/ou administrativo, conforme a necessidade do curso) e à disposição da coordenação compõem a carga horária prevista de cada curso.

I – o estágio operacional será cumprido por meio de plantões nas unidades operacionais do CBMAP, escalas extras e todos os julgados necessários pela coordenação do curso;

II – o estágio administrativo será cumprido por meio de serviços administrativos nas diversas unidades do CBMAP e todos os julgados necessários pela coordenação do curso;

III – serão observados os casos em que haja alunos do sexo feminino na condição de lactante e com filho de até 1 ano de idade, em que será cumprido o que prescreve o §6º, do

Art. 78, da Lei Complementar 084/2014 (Estatuto dos Militares do Estado do Amapá);

IV – o horário à disposição da coordenação é destinado à complementação do ensino e atividades extraclasse, assim como os casos julgados procedentes pela coordenação do curso;

V – são consideradas atividades extraclasse: cursos, palestras, atividades desportivas, recreativas e culturais, visitas, pesquisas, serviços, atividades internas e outras, conforme os interesses da coordenação do curso, no que couber, desde que previstas em Quadro de Trabalho Semanal (QTS), escalas ou ordem de serviço.

Art. 9º As disciplinas, as cargas horárias, os pesos e as ementas de todas as matérias que compõem os cursos promovidos pelo CBMAP, são os previstos no TÍTULO VIII deste regimento.

§ 1º Todos os cursos podem adotar, em todas as disciplinas, o processo de ensino-aprendizagem denominado Educação a Distância (EaD), podendo-se utilizar 100% da carga horária prevista, exceto para disciplinas práticas, as quais deverão obedecer ao limite superior de 30% da carga horária total da disciplina, para a educação nessa modalidade.

§ 2º As disciplinas, cargas horárias, pesos e ementas dos cursos que não estiverem previstos neste regimento serão regulados por edital próprio.

§ 3º O instrutor da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso fará a condução de todas as atividades correlacionadas à matéria, conforme regulamento próprio.

TÍTULO III

Do Regime Escolar

CAPÍTULO I

Do Ano Escolar

Art. 10. O ano escolar abrange:

I - ano ou período letivo; e

II - período de férias escolares.

Parágrafo único. Nos EEs com cursos presenciais superiores a um ano serão concedidas férias escolares aos alunos.

Art. 11. O início e o encerramento do ano letivo e dos cursos, são realizados com solenidade em datas fixadas pelo Comandante da ABM e Comandante-Geral do CBMAP.

Art. 12. ABM executará os cursos conforme programação planejada pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme datas estabelecidas no cronograma de cursos, publicados em Boletim Geral da Corporação.

Art. 13. A duração do tempo de aula, ou hora-aula, seja das disciplinas ou atividades escolares, são de 60 (sessenta) minutos de trabalho, com intervalos estabelecidos no planejamento de cada curso.

Art. 14. Os períodos de férias escolares são fixados pelo Comandante da ABM.

§ 1º A ABM deve padronizar os períodos de férias dos EE.

§ 2º Os alunos que gozem férias escolares de, no mínimo, trinta dias, terão este período computado como férias regulamentares.

CAPÍTULO II

Da Avaliação e do Rendimento do Ensino

SEÇÃO I

Dos Instrumentos de Avaliação

Art. 15. Nas avaliações de rendimento e aprendizagem, são utilizados os seguintes instrumentos:

§ 1º A Verificação Imediata (VI) visa, exclusivamente, a ratificação da aprendizagem, devendo ser aplicada após ter sido ministrado o assunto, e o resultado poderá ser computado de forma a complementar uma verificação corrente, para o cálculo da nota do aluno, a critério do docente.

I – a soma das notas das VIs não poderá ser superior a 30% de cada verificação corrente;

II – a nota da VI deve ser comunicada logo após a aplicação da mesma;

III – não há 2ª chamada de VI, salvo em casos devidamente justificados, com a verificação diferente daquela aplicada em 1ª chamada, e seu conteúdo a critério do instrutor;

IV – não haverá compensação de VI em nenhuma verificação corrente, sendo subtraído da nota total o valor da verificação imediata.

§ 2º A Verificação Corrente (VC) avalia o progresso do aluno mediante verificação escrita, prática ou oral, em determinado momento da disciplina, com sua duração compatível com a tarefa proposta, considerando, inclusive, o objetivo do curso, de maneira que o resultado será computado para o cálculo da nota do aluno.

I – o instrutor da disciplina deverá avaliar o rendimento do aluno com 1 (uma) VC para disciplinas com carga horária até 20 horas-aula, com 2 (duas) VCs para disciplinas com carga horária acima de 20 horas-aula até o limite de 40 horas-aula, e com 3 (três) VCs para disciplinas com carga horária acima de 60 horas-aula;

II – cada verificação corrente poderá constar de mais de uma avaliação, de maneira que a pontuação máxima seja de 10 (dez) pontos para as referidas verificações.

§ 3º A Verificação Final (VF), destinada aos discentes que não alcançarem a nota mínima para aprovação após verificações correntes, visa avaliar a consecução dos objetivos da totalidade dos assuntos ministrados na disciplina, de maneira que a sua aplicação, duração e objetividade sejam compatíveis com a tarefa proposta, considerando inclusive o objetivo do curso.

§ 4º Todas as disciplinas poderão adotar a modalidade de EaD para as verificações, de acordo com as necessidades do instrutor, observando o §1º do Art. 9º deste regimento.

SEÇÃO II

Da Elaboração das Verificações

Art. 16. A elaboração da verificação será de responsabilidade do instrutor da disciplina.

I - o instrutor deve entregar a verificação, em mídia, para Coordenação do Curso, num prazo de 4 (quatro) dias úteis antes da aplicação, para a impressão;

II - é de responsabilidade do instrutor e da coordenação do curso manter o sigilo das provas;

III – para os cursos do quadro de músicos, em função da especificidade da atividade fim, poderão ser adotadas provas diferentes em uma mesma verificação, mantendo o mesmo nível de dificuldade para cada área/instrumento.

Art. 17. A verificação teórica será composta por questões objetivas, conforme conteúdo a ser avaliado, a ser definido pelo instrutor da disciplina.

Art. 18. A verificação prática avalia os conhecimentos específicos e habilidades estudados durante a

execução da disciplina, com elementos a serem definidos pelo instrutor.

Parágrafo único. As disciplinas Operacionais devem ter, no mínimo, uma Verificação Corrente teórica, não podendo exceder o limite máximo de 50% da nota total da disciplina.

SEÇÃO III

Da Aplicação das Verificações

Art. 19. A verificação só poderá ser aplicada após a entrega do Plano de Avaliação (PLAV) aos alunos.

§ 1º O PLAV é o documento no qual o instrutor informa os assuntos a serem abordados nas verificações e os elementos necessários para a sua aplicação.

§ 2º A entrega do PLAV, para as verificações, aos alunos e à coordenação do curso, deverá ser feita com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência à aplicação das provas.

§ 3º A logística para a aplicação das verificações práticas é de responsabilidade do instrutor podendo ter apoio da coordenação do curso.

§ 4º O aluno que faltar a qualquer verificação, teste ou exame, sem motivo justificado, será atribuída a ele nota 0 (zero).

§ 5º O aluno deverá informar a coordenação quando necessitar de cuidados médicos.

Art. 20. O Aluno de Dia ao Corpo de Alunos, ou o Aluno de Dia ao Pelotão, deve deixar o local destinado à avaliação em perfeita condição de uso, antes e após a sua aplicação.

Art. 21. A verificação teórica será aplicada pelo instrutor e/ou pela coordenação.

I – Para a verificação, o aluno receberá apenas uma prova;
II – Ao término da verificação, o aplicador deve recolher a lista de frequência juntamente com os canhotos de identificação e os cadernos de questões;

III – Nas verificações que apresentarem cartão-resposta, ao final da prova, o aplicador deve recolher a lista de frequência, os canhotos e o cartão-resposta, podendo o caderno de questões ser entregue ao aluno, à critério do instrutor;

IV – Não será permitida a entrada de alunos na sala de aula após o início das provas, podendo este ser configurado por sinal sonoro;

V – O aluno deverá ter em mãos somente o material necessário para realização da avaliação conforme PLAV e, os demais materiais (mochila, livros, cadernos e/ou equipamentos eletrônicos) deverão ser retirados da sala de aula ou acomodados de forma adequada.

Art. 22. As avaliações escritas poderão ter duração de até 2 (duas) horas-aula, devendo os horários de início e término da verificação serem informados, ou, anotados em local apropriado, de forma que todos os alunos possam ver.

I - Os esclarecimentos acerca da estrutura do caderno de questões da prova poderão ser realizados durante a realização da prova, pelo instrutor e/ou coordenação.

II – Dúvidas em relação ao conteúdo da verificação não serão retiradas durante a aplicação.

Art. 23. Não será permitido ao aluno emprestar ou tomar emprestado qualquer material necessário à realização da prova.

Art. 24. O aluno que fizer uso de qualquer meio ilícito durante a realização da verificação, terá a sua avaliação recolhida e, juntamente com a prova material, será encaminhada ao coordenador do curso, que tomará as

providências cabíveis, obtendo o aluno nota 0 (zero) na avaliação.

§ 1º A informação do ato ilícito deverá ser através de documento assinado pelo aplicador da prova e por 3 (três) testemunhas.

§ 2º Se comprovada a utilização fraudulenta, o aluno será submetido aos procedimentos de apuração do caso.

§ 3º Os alunos que forem surpreendidos trocando informações verbais ou utilizando outro meio ilícito que impossibilite a apreensão da prova material, serão encaminhados à coordenação, terão as suas provas recolhidas e as notas serão atribuídas conforme resolução da prova até aquele momento, cabendo, ainda, serem punidos conforme normas e legislações aplicáveis ao curso.

Art. 25. Os alunos deverão ser informados quando faltarem 10 (dez) minutos para o término da prova.

I – Os três últimos alunos permanecerão em sala de aula, juntamente com o avaliador, até que todos entreguem a prova ou termine o tempo de aplicação;

II - Os alunos que concluírem a resolução da prova não poderão permanecer nos corredores de salas de aula, podendo o instrutor e/ou coordenação definirem o local aonde os alunos aguardarão o término da avaliação.

Art. 26. O gabarito da prova deverá ser divulgado aos alunos, após a aplicação da verificação.

SEÇÃO IV

Da Correção e dos Recursos

Art. 27. A anulação ou retificação de qualquer questão, será realizada pela coordenação e/ou instrutor, quando detectado algum erro na elaboração ou digitação.

Art. 28. Não serão aceitas as questões das provas preenchidas a lápis, com uso de corretivo, ou as que estiverem rasuradas, sendo passivas de anulação e atribuída a nota 0 (zero).

Art. 29. O visto de prova consiste no conhecimento das notas por parte do aluno, após a correção das provas, realizada pelo instrutor.

I – O instrutor é o responsável direto pela realização do visto de prova, podendo ser substituído por membros da coordenação, desde que devidamente justificado;

II – No caso de o aluno discordar da sua nota, deverá proceder como especificado no Art. 30 deste regimento;

III – A devolução das provas, para os alunos, somente poderá ser realizada após a solução de possíveis recursos;

IV – O visto de prova deverá ser entregue à coordenação, via sistema de emissão de documentos assinados eletronicamente, adotado no Estado do Amapá, contendo a relação das notas, para que sejam providenciadas as médias dos alunos;

V – para as provas práticas e VI's, o instrutor deverá realizar o visto imediatamente após a verificação.

VI – para as provas teóricas, o instrutor deverá realizar o visto em sala de aula ou por videochamadas.

Art. 30. Revisão de nota é o direito outorgado ao aluno que discorda de sua nota.

I – o pedido de revisão de notas é individual, pessoal e intransferível;

II – o aluno terá direito ao recurso com a divulgação oficial da nota, mediante visto de prova;

III – será permitida cópia digital da prova corrigida, para fundamentação do requerimento do aluno;

IV – o aluno pode solicitar revisão de nota observando os seguintes procedimentos:

- a) pedido verbal ao instrutor, quando for dado conhecimento da nota na verificação;
- b) pedido por escrito, no prazo de 2 (dois) dias corridos, ao instrutor da disciplina, via sistema de emissão de documentos assinados eletronicamente, adotado no Estado do Amapá, isento de opiniões pessoais e fundamentado no material descrito no PLAV.

V – o resultado do pedido de revisão de nota será conhecido por intermédio de despacho fundamentado, escrito pelo instrutor da disciplina, no prazo máximo de 4 (quatro) dias corridos, a contar do recebimento;

VI – caso o despacho seja procedente, a revisão/correção da nota será feita pelo instrutor no prazo máximo de 1 (um) dia;

VII – caso o despacho seja improcedente, o aluno poderá recorrer à coordenação do curso, via sistema de emissão de documentos assinados eletronicamente, adotado no Estado do Amapá, em última instância, no prazo máximo de 1 (um) dia, a contar do recebimento da informação acerca da negativa ao solicitado;

VIII – o resultado do pedido de revisão de nota será conhecido por intermédio do despacho escrito pela coordenação do curso, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, após o prazo estabelecido no inciso anterior;

IX – não caberá recurso nas questões rasuradas, escritas a lápis, com uso de corretivos, ou ainda, qualquer outra forma de tentativa de correção não autorizada para o curso;

X – o pedido de revisão com explicações infundadas, ou que tenha sido elaborado com incorreções, de forma displicente, fora do prescrito em norma, ou ofensiva, será encaminhado à coordenação para apreciação de prática de transgressão disciplinar, de acordo com as normas disciplinares ou legislações aplicáveis ao curso;

XI – a decisão do recurso poderá aumentar ou diminuir a nota do aluno, pois será realizada uma reavaliação completa da prova;

XII – a decisão de um recurso será aplicada a todos os alunos, quando se tratar de erro de elaboração;

XIII – será considerado procedente o recurso caso o instrutor e/ou coordenação não respondam no prazo previsto neste artigo.

Parágrafo único. O recurso deverá ser feito através de requerimento escolar, via sistema de emissão de documentos assinados eletronicamente, adotado no Estado do Amapá, em conformidade com o contido no anexo deste regimento.

Art. 31. A prova, ou questão, será anulada pelo Comandante da ABM a qualquer tempo, desde que justificado o motivo da anulação.

SEÇÃO V

Do Aproveitamento

Art. 32. O rendimento do aluno em cada disciplina será apurado por meio das notas obtidas nas VCs ou nas VFs, quando for o caso.

Art. 33. As notas das Verificações Correntes poderão variar dentro do limite de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) pontos, a serem expressas até a casa centesimal, obedecendo às regras matemáticas de arredondamento.

I - quando o algarismo a ser eliminado for menor que 5 (cinco), o algarismo anterior permanece inalterado;

II - quando o algarismo a ser eliminado for maior que 5 (cinco), o algarismo anterior aumenta de 1 (uma) unidade;

III - quando o algarismo a ser eliminado for igual a 5 (cinco) e os algarismos subsequentes forem diferentes de 0 (zero), o algarismo anterior aumenta de 1 (uma) unidade;

IV - quando o algarismo a ser eliminado for igual a 5 (cinco), sendo ele o último algarismo, ou, os algarismos subsequentes forem iguais a 0 (zero), o algarismo anterior só será aumentado de 1 (uma) unidade se ele for ímpar.

Art. 34. A nota final de cada disciplina será dada por meio do somatório das notas obtidas nas VCs, divididas pelo número de VCs aplicadas, conforme descrito no inciso I, do §2º do Art. 15 deste regimento, ou pela nota obtida na VF após utilização do fator redutor, quando for o caso.

I - será considerado aprovado na disciplina, o aluno com média final maior ou igual a 7,0 (sete vírgula zero), exceção ao caso em que o aluno seja aprovado na disciplina após a Verificação Final, obedecendo ao estabelecido no Art. 38 deste regimento;

II - o aluno que obtiver média final menor que 7,0 (sete vírgula zero) na disciplina Comportamento Escolar não terá direito à realização de VF, sendo excluído do curso.

Art. 35. A nota final do aluno, ao término do curso, será obtida por meio da média ponderada de todas as notas obtidas nas disciplinas que compõem o curso.

I – o cálculo da média ponderada se dá por meio do somatório das multiplicações entre valores das notas e pesos em cada disciplina, divididos pelo somatório dos pesos de todas as disciplinas constantes no currículo do curso, obtido pela seguinte fórmula:

$$AC = [(ND_{1X}PD_1) + (ND_{2X}PD_2) + (ND_{3X}PD_3) + \dots + (ND_{nX}PD_n)]/\sum P$$

AC = aproveitamento no curso

ND1 = nota na disciplina 1

PD1 = peso da disciplina 1

NDn = nota na disciplina n

PDn = peso da disciplina n

ΣP = somatório dos pesos das disciplinas

II - a média final no curso será expressa em nota com arredondamento milesimal (três casas após a vírgula), obedecendo às regras de arredondamento contidas no Art. 33 deste regimento;

III - em caso de empate entre dois ou mais alunos, será procedido o desempate, e consequente classificação, segundo os critérios abaixo:

a) aproximação efetuada na média geral das disciplinas utilizando-se 7 (sete) casas decimais;

b) maior média na matéria de Combate a Incêndio;

c) maior média na matéria de Atendimento Pré-Hospitalar;

d) aluno mais antigo, considerando a antiguidade anterior a matrícula no curso proposto, no que couber.

Art. 36. A antiguidade ao final do curso será dada através da ordem de classificação no curso, sendo mais antigo o militar melhor classificado, no que couber.

Parágrafo único. Nos cursos onde não couber nota e menção, o resultado será traduzido pela expressão *apto* ou *inapto*.

Art. 37. A nota mínima para ser considerado aprovado na disciplina, após efetuado o cálculo da média aritmética das

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

notas obtidas nas Verificações Correntes, é de 7,0 (sete vírgula zero) pontos.

Art. 38. O aluno que não atingir a nota mínima necessária para aprovação na matéria, será reexaminado por meio de uma VF, que abrangerá todo o conteúdo da matéria, conforme análise do instrutor.

§ 1º Os alunos aprovados após a VF serão submetidos a um cálculo de fator redutor, de maneira que suas notas finais variem com valores maiores ou iguais a 5,0 (cinco vírgula zero), até o limite superior de 6,75 (seis vírgula setenta e cinco), obedecendo as regras de arredondamento contidas no Art. 33 deste regimento.

§ 2º A nota necessária ao aluno para ser aprovado na Verificação Final será calculada da seguinte forma:

I – nota mínima a ser alcançada na Verificação Final para ser aprovado na matéria:

$$NAVF = 10 - MVCs$$

NAVF = nota a ser alcançada na verificação final

MVCs = média das verificações correntes da disciplina

II - a média final da matéria reexaminada, por meio da Verificação Final, será obtida utilizando-se as seguintes fórmulas:

$$MFVF = [(NVF + MVC)/2]$$

MFVF = média final da matéria após VF

NVF = nota da verificação final da matéria

MVC = média da matéria obtida pelas verificações correntes

a) se MFVF < 5 (menor que cinco): o aluno estará reprovado no curso;

b) se MFVF ≥ 5 (maior ou igual a cinco):

$$MVFr = (MFVF - 5)/2 + 5$$

MVFr = média da matéria após a verificação final

MVFr = média final da matéria após VF com o uso do fator redutor

Art. 39. A Ata de Conclusão do Curso é ato do comandante-geral do CBMAP, e, por delegação, ao comandante da ABM e coordenador do curso.

Art. 40. Será reprovado o aluno que:

I – ficar de VF em mais de 3 (três) disciplinas do curso;

II – obtiver nota final inferior a 5,0 (cinco) em qualquer disciplina após cálculo da média final da matéria após VF, observando-se o descrito no inciso II do Art. 34;

III - obtiver média final menor que 7,0 (sete vírgula zero) na disciplina Comportamento Escolar, conforme prevê o inciso II, do Art 34;

IV – ultrapassar o limite máximo de faltas permitidas em qualquer disciplina do curso, conforme o Art. 42 deste regimento;

Parágrafo único. O aluno que for reprovado será excluído do curso.

Art. 41. A nota final do curso implica nas seguintes menções.

I – E (Excelente): de 9,5 (nove vírgula cinco) até 10,0 (dez vírgula zero);

II - MB (Muito Bom): de 8,0 (oito vírgula zero) até 9,499 (nove vírgula quatrocentos e noventa e nove);

III - B (Bom): de 7,0 (sete vírgula zero) até 7,999 (sete vírgula novecentos e noventa e nove);

IV – R (Regular): de 5,0 (cinco vírgula zero) até 6,999 (seis vírgula novecentos e noventa e nove);

V - I (Insuficiente) 0,000 (zero vírgula zero) até 4,999 (quatro vírgula novecentos e noventa e nove).

CAPÍTULO III

Da Frequência

Art. 42. A frequência dos alunos nas atividades escolares é obrigatória, sendo considerada como ato de serviço para os militares.

§ 1º O Regulamento de cada EE deve estar de acordo com o presente regimento, ao fixar o processo e os critérios de justificação de faltas as atividades escolares.

§ 2º O aluno que não cumprir no mínimo 90% da carga horária total do curso será excluído, *ex-officio*, conforme prevê o §1º do Art. 11 do Estatuto dos Militares do Estado do Amapá.

Art. 43. As faltas não justificadas têm limite máximo de 25% da carga horária total de cada disciplina.

§ 1º O aluno que ultrapassar o limite máximo de faltas será reprovado no curso.

§ 2º O aluno que não justificar sua falta estará, ainda, sujeito às sanções disciplinares previstas neste regimento, no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar - RDPM e demais legislações em vigor no CBMAP.

§ 3º A Declaração de Comparecimento não configura justificativa para a dispensa do militar naquele momento, sendo aplicáveis todas as sanções previstas neste regimento e demais regulamentos vigentes no CBMAP.

§ 4º Iniciada a aula, o aluno tem tolerância de 10 minutos para ingresso na instrução, sem o prejuízo da falta, sendo que, ultrapassada esta tolerância, será computada a falta referente a esta hora-aula.

§ 5º As faltas não justificadas incidirão na nota final a qual o aluno poderá alcançar em cada disciplina, obedecendo à proporção direta entre o total de horas e o total de faltas na disciplina, efetuando-se a subtração do número de pontos perdidos do total de pontos alcançados pelo aluno, conforme cálculo abaixo:

$$NFD = ND - (NF \times 10) / CH$$

NFD = nota final na disciplina

ND = nota na disciplina

NF = número de faltas

CH = carga horária da disciplina

Art. 44. As faltas são justificadas nos seguintes casos:

I – doação de sangue;

II – à disposição da justiça;

III – tratamento de saúde própria, impossibilitado de assistir às instruções quando sujeito à dispensa médica devidamente comprovada pelo CSAU, desde que não ocorra trancamento de matrícula ou desligamento do curso:

a) o aluno que estiver dispensado de esforço físico, ou qualquer tipo de atestado médico que o libere das atividades escolares, não poderá participar das aulas, seja teórica ou prática, devendo ficar em repouso no alojamento, ou lugar determinado pelo CSAU ou coordenação do curso;

b) para fins de liberação médica, os únicos documentos válidos para tal dispensa são o Laudo Médico Pericial ou o Atestado Médico, com a devida descrição do Código Internacional de Doenças (CID), no que couber.

IV – núpcias;

V – licença paternidade;

VI – prestar socorro durante o período de instrução, desde que autorizado pela coordenação;

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

VII – prestar socorro em via pública, durante os deslocamentos para qualquer atividade escolar, desde que devidamente comprovado via registro de ocorrência junto ao Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES);
VIII - luto.

TÍTULO IV

Da Inclusão e da Exclusão

CAPÍTULO I

Da Matrícula

Art. 45. A matrícula é ato do comandante-geral do CBMAP, e, por delegação, ao comandante da ABM.

§ 1º A partir da matrícula, o militar/servidor passa a ser caracterizado conforme prevê o item 3.2 do Regulamento de Uniformes, publicado no Diário Oficial nº 7.481, sendo efetivado na ABM na condição citada.

§ 2º A matrícula dos alunos/servidores de outras instituições obedece às legislações específicas vigentes, às regras estabelecidas em edital do CBMAP e, às normas contidas neste regimento.

§ 3º Será concedida segunda matrícula ao militar/servidor que a requeira, desde que seu afastamento tenha sido decorrente de trancamento de matrícula ou desligamento do curso, e, após ser considerado apto em inspeção de saúde e teste de aptidão física, bem como atender a quaisquer outras exigências previstas no regimento do EE.

§ 4º Comprovada qualquer irregularidade após matrícula no curso, que se verificada anteriormente ensejaria a eliminação do então candidato ao processo de seleção, será o militar/servidor excluído do referido curso.

§ 5º Não será matriculado o militar/servidor que não estiver apto em exames que requeiram fases específicas, nos exames médicos, testes de aptidão física, exame documental, ou, que não cumpram critérios necessários para ingressar no curso.

§ 6º Não será efetuada a matrícula de candidato que tenha condenação pela justiça por sentença penal condenatória transitado em julgado.

§ 7º Não será efetuada a matrícula de candidato que possua antecedentes criminais que o desqualifique para o exercício do cargo ou função.

§ 8º Não será permitida a frequência de militares ou civis que não estiverem devidamente matriculados nos cursos do CBMAP.

CAPÍTULO II

Do Trancamento, do Desligamento e Da Exclusão

Art. 46. O trancamento da matrícula consiste no cancelamento momentâneo das atividades acadêmicas, *ex-officio* pelo comandante da ABM, nos termos da legislação específica. São motivos para trancamento de matrícula:

I - necessidade do serviço;

II - acidente ocorrido durante as atividades do curso, que impossibilite o prosseguimento na execução das atividades, desde que comprovado pelo Centro de Saúde (CSAU) do CBMAP.

§ 1º Após cessado o motivo que ensejou no trancamento de matrícula, o militar/servidor poderá retomar o curso mediante solicitação formal, prosseguindo a partir da carga horária em que teve seu curso interrompido, reservando-se os direitos de reclassificação na turma de origem, observando o descrito no § 3º do Art. 45, no que couber.

§ 2º O militar/servidor que tiver sua matrícula trancada, permanecerá na condição de aluno do EE.

Art. 47. O desligamento do curso consiste na desvinculação do curso a pedido do aluno, ou *ex-officio* pelo comandante da ABM, nos termos da legislação específica, gerando o direito de matrícula em turma posterior.

§ 1º São motivos para desligamento do curso:

I - acidente fora do horário de atividades escolares, que impossibilite o prosseguimento na execução das atividades, desde que comprovado pelo Centro de Saúde (CSAU) do CBMAP;

II - necessidade de tratamento de saúde própria, desde que comprovado pelo CSAU;

III - necessidade de tratamento de saúde de pessoa da família, desde que comprovado pelo CSAU ser indispensável a assistência permanente por parte do militar/servidor;

IV - militar/servidora grávida;

V - no ato da matrícula, ter transcorrido 10% da carga horária efetiva do curso, salvo as determinações judiciais;

VI - for considerado incapaz para o serviço Bombeiro Militar, ou para o prosseguimento no curso, por motivos de saúde física, psicológica e neurológica, desde que comprovado pelo CSAU.

§ 2º Após cessado o motivo que ensejou no desligamento do curso, o militar/servidor poderá retomar o curso em uma turma posterior, mediante solicitação formal, sem o direito de reclassificação na turma de origem, observando o descrito no § 3º do Art. 45, no que couber.

§ 3º O militar/servidor que for desligado do curso, voltará a condição anterior à matrícula, deixando de ser aluno do EE, e será encaminhado para a unidade de origem, que tomará as providências necessárias.

Art. 48. A exclusão do curso consiste na desvinculação do curso a pedido do aluno, ou *ex-officio*, nos termos da legislação específica, não gerando o direito de matrícula em turma posterior. Será excluído do curso o aluno que:

I - tiver deferido seu requerimento pelo Comandante da ABM;

II - for reprovado em curso;

III - não concluir a carga horária total fixado pelo regulamento do curso, no que couber;

IV - ultrapassar o limite máximo de faltas previsto neste regimento;

V - ingressar no comportamento abaixo do exigido para frequentar o curso;

VI - revelar conduta moral incompatível com o serviço Bombeiro Militar, ou com o prosseguimento no curso, conforme o caso, após o julgamento feito na forma prevista na legislação vigente;

VII - apresentar falta de aproveitamento intelectual ou técnico, desde que o motivo não seja por questões de saúde devidamente comprovado;

VIII - utilizar meios ilícitos durante a realização de qualquer trabalho escolar;

IX - cometer crime militar durante a realização do curso;

X - for preso em flagrante delito;

XI - incidir em qualquer irregularidade relativa ao processo seletivo, ou à matrícula, constatada durante a realização do curso;

XII - por motivo de falecimento.

Art. 49. Para os cursos de especialização, não há previsão de trancamento de matrícula ou desligamento do curso, sendo possível, unicamente, a exclusão do curso para o aluno.

Art. 50. A ABM terá um prazo de até 5 (cinco) dias para proceder com o que prescreve os Artigos 46, 47 e 48, após o conhecimento do fato gerador, ou, ao término do processo legal que resulte no afastamento do aluno.

TÍTULO V Do Corpo Docente

Art. 51. O Corpo Docente (CD) dos EEs é constituído pelo efetivo da ABM e instrutores designados em atos específicos, à livre escolha da Academia Bombeiro Militar, obedecendo ao estabelecido no inciso II, Art. 52 deste regimento.

Art. 52. A designação de instrutores será feita:

I – para militares, conforme cadastro geral de instrutores credenciados à atividade de magistério, realizado pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), na qual serão consideradas: as informações cadastrais, a competência profissional, a conduta militar e civil e a capacidade para o ensino aferida através da avaliação de instrutores, no que couber;

II – instrutores com avaliação abaixo de 70%, considerando as variáveis “sempre” e “na maioria das vezes”, poderão ser impedidos de integrarem o quadro de instrutores da ABM, considerando a Avaliação do Instrutor anexo a este regimento;

III – para civis, mediante seleção na qual serão consideradas: as informações cadastrais, a competência profissional, a conduta civil e a capacidade para o ensino aferida através da avaliação de facilitadores, no que couber.

Art. 53. Na liberdade, que lhe é assegurada, de ensinar a disciplina, pode o instrutor criticar princípios ou teorias, sustentar suas afirmações e convicções pessoais, devendo, porém, alhear-se de controvérsias e disputas ideológicas, nocivas à ordem, à disciplina e à hierarquia.

Art. 54. Os horários do CD obedecem aos horários do corpo discente e, conforme necessidade, poderá se estender, desde que comunicado e devidamente autorizado pelo Comandante da ABM.

CAPÍTULO I

Dos Instrutores e Monitores

Art. 55. Instrutores são militares ou civis que, designados para tal encargo nos EEs, participam das atividades escolares do curso proposto.

§ 1º O instrutor precisa, necessariamente, ser capacitado via Curso de Formação de Facilitadores, habilitando-o para o exercício do magistério no âmbito do CBMAP.

§ 2º O Curso de Formação de Facilitadores deverá ser atualizado a cada 5 (cinco) anos.

Art. 56. Monitores são militares que, designados para tal encargo nos EEs, auxiliam nas atividades escolares do curso proposto.

Art. 57. São atribuições do instrutor:

I – cumprir rigorosamente as leis, decretos, regulamentos, normas e diretrizes do CBMAP, em vigor;

II – cumprir rigorosamente a matriz curricular do curso;

III – elaborar o Plano de Disciplina (PlaDis), e encaminhá-lo ao coordenador do curso no prazo mínimo de 10 (dez)

dias de antecedência ao início do curso, conforme modelo anexo;

IV – elaborar Plano de Segurança em Instrução (PlaSIn) para as atividades práticas, no que couber, e encaminhá-lo ao coordenador do curso com prazo mínimo de 7 (sete) dias de antecedência à instrução, informando todos os recursos humanos e materiais necessários para o desenvolvimento da atividade;

V – tomar conhecimento e cumprir rigorosamente os horários previstos em (QTS);

VI – elaborar as avaliações e entregá-las ao coordenador do curso, conforme preconiza a Seção II, Capítulo II, do Título III deste regimento;

VII – corrigir as avaliações teóricas, bem como efetuar o visto de prova;

VIII – efetuar a aplicação de avaliações práticas, bem como o visto de prova imediato;

IX – encaminhar visto das notas para coordenação do curso, via sistema de emissão de documentos assinados eletronicamente, adotado no Estado do Amapá, em até 3 (três) dias úteis após o encerramento da disciplina;

X – determinar o registro de alterações das instruções no livro do aluno de dia e conferir sua execução;

XI – responder a solicitação de Revisão de Nota, conforme prescrito no Art. 30 deste regimento;

XII – proporcionar maior aprendizado possível, ao corpo de alunos, visando o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo CBMAP;

XIII – sugerir mudanças e adequações na metodologia empregada nas atividades desenvolvidas pela ABM;

XIV – informar ao coordenador do curso qualquer situação que fuja aos preceitos da hierarquia e disciplina, fundamentos básicos de qualquer instituição militar;

XV – promover igualdade de condições em suas avaliações, visando maior imparcialidade possível, não sendo permitido ao instrutor dispensar qualquer aluno de trabalho escolar;

XVI – entregar o PLAV conforme estabelecido no §2º do Art. 19 deste regimento.

Parágrafo único. Fica vedado ao instrutor dispensar o aluno da instrução e/ou do EE sem o devido consentimento da Coordenação do Curso.

Art. 58. São atribuições do monitor:

I – assessorar o instrutor na elaboração dos planos de aula, na organização, desenvolvimento e avaliação das atividades;

II - conhecer o objetivo das atividades e, a partir disso, compreender o que deve ser executado, o tipo de discussão/debate pertinente, os estudos necessários e a preparação adequada para a realização de trabalhos; e

III - orientar os discentes, em grupo ou individualmente, quanto ao objetivo da disciplina e quanto à forma de realização das atividades.

CAPÍTULO II

Da Coordenação e Supervisão

Art. 59. Cada curso promovido pelo CBMAP terá um coordenador, nomeado pelo comandante-geral, sendo o militar titular da disciplina comportamento escolar.

Parágrafo único. Para os cursos com mais de um pelotão, o coordenador do curso indicará coordenadores de pelotão, os quais serão nomeados pelo comandante-geral, sendo os

militares responsáveis pela disciplina Comportamento Escolar dos seus respectivos pelotões.

Art. 60. O coordenador de cada curso será um militar com experiência na atividade de coordenação, ensino e instrução, a livre escolha do comandante da ABM.

Art. 61. São atribuições da coordenação do curso:

I – lavrar os documentos de matrícula dos alunos, designação de instrutores, ata de conclusão, trancamento, desligamento e exclusão quando houver;

II – coordenar, supervisionar e operacionalizar a realização do curso, em conformidade com as diretrizes e normas existentes;

III – manter os princípios da hierarquia e disciplina no curso;

IV – cumprir rigorosamente as ordens emanadas pelo Comandante da ABM;

V – manter o Comandante da ABM ciente de tudo o que ocorrer no curso;

VI – cumprir integralmente o conteúdo programático estabelecido pela matriz curricular;

VII – auxiliar os instrutores e monitores nas ações educativas;

VIII – confeccionar o Quadro de Trabalho Semanal (QTS), o qual poderá ter seus horários modificados pelo coordenador do curso, pelos comandantes das respectivas escolas ou pelo Comandante da ABM, conforme necessidade;

IX – controlar o andamento do curso através do Quadro de Distribuição de Carga Horária;

X – manter contato com os instrutores, informando-os do QTS da semana;

XI – receber os alunos nas formaturas nos horários estabelecidos;

XII – confeccionar e atualizar as informações referentes aos alunos do curso;

XIII – emitir parecer sobre os fatos observados de transgressão de disciplina escolar dos alunos de acordo com a norma vigente;

XIV – Auxiliar na logística dos materiais, equipamentos, viaturas e acessórios solicitados pelo instrutor de cada disciplina, para a instrução requerida através do Plano de Segurança em Instrução, conforme preconiza o inciso IV, Art. 57 deste regimento;

XV – elaborar as escalas de serviço regulares e extraordinárias dos alunos;

XVI – escalar o Militar de Segurança ou Militar de Prevenção de Acidentes em Instrução;

XVII – realizar o controle de faltas, elogios, perda de pontos e tudo o que envolve a rotina dos alunos;

XVIII – manter a leitura do livro do aluno de dia ao corpo de alunos atualizado;

XIX – informar ao instrutor da obrigatoriedade da entrega do PLAV;

XX – aplicar as provas teóricas aos alunos do curso;

XXI – instruir o processo de pagamento de instrutores e remetê-lo à unidade competente.

XXII – realizar o fechamento de notas do curso em sistema utilizado pelo CBMAP, mantendo uma cópia de segurança em excel;

XXIII – promover os meios necessários para a realização da aula inaugural e formatura de encerramento de curso;

XXIV – oficializar a devolução dos alunos a DRH;

XXV – Encaminhar ata de conclusão de curso as Comissões de promoção de Praças e/ou Oficiais e DRH;

XXVI - elaborar relatório de coordenação de curso.

XXVII – autorizar e se responsabilizar por instruções ou treinamentos fora das dependências do EE;

XXVIII – elaborar o planejamento do curso contendo o cronograma e previsões da execução das atividades.

Art. 62. O coordenador de pelotão será um militar com experiência na atividade de comando, ensino e instrução.

Art. 63. São atribuições do coordenador de pelotão:

I - coordenar, supervisionar e operacionalizar a realização do curso para o pelotão ao qual comanda, em conformidade com as diretrizes do coordenador do curso;

II - manter os princípios da hierarquia e disciplina no pelotão;

III - cumprir rigorosamente as ordens emanadas pelo coordenador do curso;

IV - manter o coordenador do curso ciente de tudo o que ocorrer no pelotão;

V - auxiliar os instrutores e monitores nas ações educativas;

VI - receber o pelotão nas formaturas estabelecidas pela coordenação;

VII - confeccionar e atualizar as informações referentes aos alunos do pelotão;

VIII – auxiliar na logística dos materiais, equipamentos, viaturas e acessórios solicitados pelo instrutor de cada disciplina, para a instrução requerida através do Plano de Segurança em Instrução;

IX - atuar como Militar de Segurança ou Militar de Prevenção de Acidentes em Instrução, quando escalado para tal função;

X – realizar o controle de faltas, elogios, perda de pontos e tudo o que envolve a rotina dos alunos do respectivo pelotão;

XI – fiscalizar o livro do aluno de dia ao pelotão;

XII – auxiliar o coordenador-geral em todas as atividades relacionadas ao curso;

XIII - aplicar as provas teóricas aos alunos do curso.

Art. 64. São atribuições do supervisor:

I - orientar os coordenadores, com vistas ao bom desempenho das atividades;

II - verificar se os instrutores tiveram acesso à institucionalização do curso, às ementas das disciplinas e se apresentaram os respectivos planos de disciplinas;

III - conferir se os materiais didáticos das atividades educacionais solicitados pelos instrutores foram disponibilizados com a devida antecedência;

IV - conferir se o apoio logístico necessário à realização das atividades foi providenciado;

V - apoiar o coordenador-geral na resposta às dúvidas do corpo discente e docente, encaminhando, quando necessário, à área solicitante para ciência e providências cabíveis;

VI - supervisionar as atividades diárias, assegurando que estejam em consonância com o planejamento do curso e com as diretrizes educacionais da ABM;

VII – auxiliar na elaboração do relatório de coordenação de curso;

VIII - exercer outras atividades correlatas.

Art. 65. São atribuições do monitor:

I - assessorar o instrutor na elaboração do plano de disciplina, na organização, desenvolvimento e avaliação das atividades práticas;

II - conhecer o objetivo das atividades práticas e, a partir disso, compreender o que deve ser executado, o tipo de discussão/debate pertinente, os estudos necessários e a preparação adequada para a realização de trabalhos; e

III - orientar os discentes, em grupo ou individualmente, quanto ao objetivo da disciplina e quanto à forma de realização das atividades práticas.

TÍTULO VI Do Corpo Discente

CAPÍTULO I

Da Constituição

Art. 66. O Corpo Discente é constituído pelos militares e civis matriculados nos cursos promovidos pelo CBMAP, nos EEs e em outras organizações militares que desenvolvam atividades de ensino e instrução.

Art. 67. O conjunto formado pelo Corpo Discente e seus elementos de enquadramento designa-se Corpo de Alunos (CA).

Parágrafo único. Todos os componentes do Corpo Discente são denominados alunos, em quaisquer cursos executados por esta Academia.

CAPÍTULO II

Dos Direitos

Art. 68. Reunir-se com outros alunos para organizar, dentro do EE, agremiações de cunho cultural, cívico, recreativo ou desportivo, nas condições estabelecidas ou aprovadas pelo respectivo comandante.

Art. 69. Solicitar Revisão de Nota conforme previsto no Art. 30 deste regimento.

Art. 70. O aluno que necessitar de atendimento médico deverá comunicar ao Aluno de Dia ao Pelotão e ser encaminhado à coordenação do curso para as providências necessárias.

Art. 71. O aluno terá direito ao Licenciamento.

Parágrafo único. Licenciamento é o direito que o aluno adquire de se ausentar do EE após o término do período de aulas, concedido pela coordenação.

Art. 72. Após licenciamento, o aluno poderá permanecer nas dependências do EE, sempre uniformizado, desde que a coordenação tenha plena ciência do motivo dessa permanência.

Parágrafo único. A utilização das dependências da ABM para treinamento, fora do horário de aula, será autorizada somente pela coordenação do curso.

CAPÍTULO III

Dos Deveres

Art. 73. Os alunos devem cumprir rigorosamente as diretrizes deste regimento, além de outros claramente expressos em leis, decretos, portarias, normas, e demais regulamentos em vigor no CBMAP, sendo passíveis de punições no caso de descumprimento de qualquer normativa.

Art. 74. São deveres do aluno:

I – participar integralmente de todas as atividades escolares previstas para seu curso;

II – dedicar-se ao seu próprio aperfeiçoamento, obtendo média satisfatória para aprovação nas disciplinas e no curso;

III – contribuir para o prestígio do EE a que pertence;

IV – conduzir-se com probidade em todas as atividades desenvolvidas pelo EE;

V – cooperar para a conservação do material do EE a que pertence;

VI – manter o prédio escolar, salas de aula, alojamentos e banheiros limpos e organizados;

VII – manter as cadeiras escolares e armários limpos e identificados;

VIII – conhecer e cumprir integralmente todas as leis, decretos, portarias, regulamentos e normas que tratam dos militares do CBMAP, mantendo rigorosamente os princípios da hierarquia e disciplina;

IX – acatar integralmente a norma do curso;

X – manter a apresentação pessoal condizente com a de um Bombeiro Militar, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

a) comportamento exemplar;

b) asseio corporal;

c) cabelos e unhas cortados e limpos;

d) uniforme limpo, engomado e passado;

e) calçados limpos, engraxados e polidos;

f) acessórios metálicos limpos e polidos.

XI – se masculino, utilizar o padrão de corte de cabelo estabelecido pela coordenação do curso, não podendo ser superior aos tamanhos “2” para o topo, e “1” para laterais e nuca;

XII – zelar por seu material, ou aquele sob sua responsabilidade, mantendo-os em local apropriado;

XIII – cumprir os horários determinados pelo EE;

XIV – zelar pela boa apresentação dos trabalhos escolares, assim como cumprir os prazos estabelecidos para entrega deles;

XV – ser gentil, educado e cortês, zelando pela manutenção dos princípios morais em todas as ocasiões;

XVI – comunicar às autoridades competentes sobre irregularidades que tomar conhecimento;

XVII – cumprir com eficácia, eficiência e efetividade todas as ordens recebidas;

XVIII – informar à autoridade competente o cumprimento de ordem e missão que estiver sob sua responsabilidade;

XIX - atender de imediato o acionamento do Plano de Chamada do EE;

XX - cumprir todas as escalas determinadas pela coordenação do curso.

Art. 75. É proibido ao aluno:

I – quando fardado, frequentar locais incompatíveis com a sua condição de aluno e militar, conforme previsto no RDPM, e em atitude que possa denegrir a imagem da instituição;

II – fumar nas dependências do EE;

III – fazer uso do uniforme em desacordo com o previsto no regulamento de uniformes;

IV – utilizar telefone celular durante qualquer instrução, ou atividade, conduzida durante o curso;

V – utilizar qualquer tipo de adereço, ou artifício, que altere as características pessoais, ou, qualquer modismo adotado na sociedade civil que vá de encontro às normas e regulamentos militares vigentes para o CBMAP, tipo, peruka, coloração artificial dos cabelos, piercing, brinco, entre outros;

VI – utilizar bigode ou barba;

- VII – uso de patilhas/costeletas que ultrapassem 1/3 da orelha;
- VIII – em atos de serviços, utilizar trajes civis excessivamente justos, transparentes, decotados ou com alças, minissaia, esportivo no modelo de camisetas regatas, short ou bermuda;
- IX - a utilização de trajes civis, em horário de expediente escolar ou ato de serviço, só é permitida com autorização expressa da coordenação do curso;
- X - utilizar acessórios, tais como, anéis, alianças, relógios, pulseiras, cordões, colares, gargantilhas, tornozeleiras, entre outros;
- XI – utilizar no fardamento qualquer insígnia que identifique cursos ou condecorações, no que couber.
- Art. 76.** O Aluno de Dia ao Corpo de Alunos é o representante direto de todos os discentes perante o instrutor e a coordenação do curso.
- Parágrafo único.* Na ausência temporária do Aluno de Dia ao Corpo de Alunos, o Aluno de Dia ao Pelotão mais antigo assume as responsabilidades.
- Art. 77.** São obrigações do Aluno de Dia ao Corpo de Alunos:
- I - apresentar-se ao coordenador, instrutor ou monitor ao assumir o serviço;
 - II – receber a apresentação de todos os pelotões durante as formaturas;
 - III – apresentar à coordenação do curso o CA nas formaturas em geral, nos horários estipulados;
 - IV – confeccionar o livro de dia conforme modelo a ser disponibilizado pela coordenação do curso;
 - V – registrar no livro de dia as faltas verificadas no CA durante as atividades escolares;
 - VI – anexar no livro de dia os documentos que comprovem a ausência do aluno às atividades escolares;
 - VII – comunicar à coordenação a falta de instrutor, do pelotão ao qual pertence, 10 (dez) minutos após o horário previsto para o início da aula;
 - VIII – delegar ao Aluno de Dia ao Pelotão a responsabilidade de fiscalizar a entrada e saída do pelotão em sala de aula, devendo sempre estar em condições de receber o instrutor para a atividade programada;
 - IX – cumprir os horários previstos para o curso;
 - X – verificar o cumprimento de suas ordens por parte da equipe de serviço;
 - XI – dar conhecimento à coordenação dos assuntos que estejam fora da sua alçada;
 - XII – participar ao coordenador-geral/coordenador do pelotão acerca de qualquer irregularidade ocorrida na sala de aula, que se relate com a disciplina ou com danos materiais;
 - XIII – assegurar o exato cumprimento das ordens recebidas;
 - XIV – zelar pela disciplina do CA nas atividades diárias, dentro e fora da sala de aula;
 - XV – controlar a entrada e saída dos alunos em qualquer situação em que estejam sob seu comando;
 - XVI – estar ciente das instruções previstas em QTS para todos os pelotões;
 - XVII – zelar pelo asseio das salas de aula e de quaisquer outras áreas utilizadas pelo CA, deixando-os em perfeitas condições de uso.

Parágrafo único. A escala de Aluno de Dia ao CA obedecerá à ordem de antiguidade do curso, sempre do mais antigo para o mais moderno.

Art. 78. O Aluno de Dia ao Pelotão é o representante direto do pelotão perante o instrutor e o Aluno de Dia ao CA, à coordenação do curso.

Art. 79. São obrigações do Aluno de Dia ao Pelotão:

I – apresentar-se ao Aluno de Dia ao CA, instrutor, monitor ou membro da coordenação ao assumir o serviço, conforme o caso;

II – proceder com a apresentação do pelotão ao Aluno de Dia ao CA ou à coordenação nas formaturas em geral, nos horários estipulados;

III – zelar pela disciplina do pelotão nas atividades diárias, dentro e fora da sala de aula;

IV – dar conhecimento ao Aluno de Dia ao CA ou à coordenação dos assuntos que estejam fora da sua alçada;

V – cumprir os horários previstos para o curso;

VI – ser responsável pelos deslocamentos do pelotão para as diversas atividades no mesmo ambiente de instrução;

VII – verificar o cumprimento de suas ordens por parte da equipe de serviço;

VIII – apresentar o pelotão aos instrutores quando da entrada deste em sala de aula;

IX – zelar pelo asseio da sala de aula e de quaisquer outras áreas utilizadas pelo pelotão, deixando-os em perfeitas condições de uso;

X – comunicar ao Aluno de Dia ao CA, e/ou coordenação, a falta de instrutor, 10 (dez) minutos após o horário previsto para o início da aula;

XI – informar as faltas verificadas no pelotão durante as instruções e/ou formaturas, repassando ao Aluno de Dia ao Corpo de Alunos, esclarecendo, se possível, o motivo da ausência do aluno;

XII – fiscalizar a entrada e saída do pelotão em sala de aula, devendo sempre estar em condições de receber o instrutor para a instrução programada;

XIII – apresentar a turma nos locais determinados para a instrução, nos horários estipulados, e manter a disciplina durante os intervalos das aulas;

XIV – participar ao Aluno de Dia ao CA e ao coordenador do pelotão acerca de qualquer irregularidade ocorrida em sala de aula, que se relate com a disciplina ou com danos materiais;

XV – controlar os horários de término das aulas, comunicando ao instrutor e evitando que este ultrapasse o horário estipulado em QTS;

XVI – controlar a entrada e saída dos alunos em qualquer situação que o pelotão esteja sob seu comando;

XVII – assegurar o exato cumprimento das ordens recebidas;

XVIII – manter as cadeiras identificadas e organizadas em ordem de antiguidade dos alunos.

Parágrafo único. A escala de Aluno de Dia ao Pelotão obedecerá à ordem de antiguidade da lista de frequência de cada pelotão, sempre do mais moderno para o mais antigo.

CAPÍTULO IV

Das Atividades Diárias e Dos Serviços Externos

Art. 80. As Formaturas são reuniões diárias da coordenação com o Corpo de Alunos, onde são repassadas todas as ordens acerca das atividades que serão

desenvolvidas durante o dia, verificadas as faltas, orientações para os serviços, instruções, revistas em geral, observações importantes para o dia seguinte e quaisquer outras necessidades inerentes ao andamento do curso.

Art. 81. As atividades diárias serão divididas da seguinte forma:

I – formatura para o início das atividades matutinas, com verificação das alterações, revista e hasteamento da Bandeira;

II – formatura para o encerramento das atividades matutinas, com verificação das alterações e revistas;

III – formatura para o início das atividades vespertinas com verificação das alterações e revistas;

IV – formatura para o encerramento das atividades vespertinas, com verificação das alterações, revistas e arriamento da Bandeira;

V – formatura de liberação para licenciamento, com verificações e informações das demandas para o dia seguinte;

VI – formaturas imediatas quando solicitadas pela coordenação, podendo ocorrer em qualquer horário;

VII – os horários do CA, para atividades extracurriculares, no que couber, são os relacionados abaixo:

a) formatura matinal – 06h00min às 07h30min;

b) formatura de encerramento das atividades matutinas – 11h45min às 12h00min;

c) formatura para início das atividades vespertinas – 13h00min às 14h00min;

d) formatura de encerramento das atividades vespertinas e manutenção do prédio – 18h30min às 19h30min;

e) formatura de liberação para licenciamento e/ou horário designado à coordenação – 19h30min às 21h00min;

f) silêncio – 22h00min, salvo a previsão do § 3º, Art. 7º deste regimento.

VIII – horário de instrução, executado sempre que o aluno estiver em atividade do EE.

Art. 82. Os alunos concorrerão às escalas de serviço do EE, seja de Aluno de Dia ao Corpo de Alunos, Aluno de Dia ao Pelotão ou de Permanência, assim como às escalas extras, eventos, escalas nas unidades operacionais e administrativas.

§ 1º As escalas correrão de forma a não prejudicar as atividades de ensino e instrução.

§ 2º Os locais de serviços e as funções a serem desempenhadas serão determinados pela coordenação do curso, de acordo com as necessidades e conveniências da instituição.

§ 3º O serviço previsto no estágio operacional ocorrerá conforme planejamento da ABM, preferencialmente aos finais de semana.

§ 4º Serão observados os casos em que haja alunos do sexo feminino na condição de lactante e com filho de até 1 ano de idade, em que será cumprido o que prescreve o § 6º do Art. 78 do Estatuto dos Militares do Estado do Amapá.

TÍTULO VII

Do Regime Disciplinar

Art. 83. A ABM, sem prejuízo do que prescreve a legislação comum, civil e militar, que lhe é aplicável, tem regime disciplinar próprio, estabelecido neste regimento, aplicáveis a todos os cursos promovidos pelo CBMAP.

Art. 84. O Regime Disciplinar dos cursos do CBMAP tem por finalidade especificar as transgressões escolares,

estabelecendo as punições e as recompensas no âmbito dos cursos.

§ 1º Transgressão Escolar é toda ação ou omissão que viole os deveres escolares, trazendo prejuízos à disciplina e/ou à instrução, desde que não afete a honra, o pundonor militar e o decoro da classe.

§ 2º As punições escolares possuem caráter educativo e eliminatório, visando a preservação da disciplina escolar.

§ 3º As transgressões escolares, e disciplinares, ou seja, aqueles que tenham natureza moral com violação de preceitos, deveres e obrigações militares, serão tratados na forma que estabelecem as normas internas de Procedimentos Administrativos e Regulamento Disciplinar em vigor no CBMAP.

Art. 85. Qualquer integrante do CD, ou do CA, que tomar conhecimento de fato que ofenda a disciplina escolar e a instrução, deverá comunicar imediatamente à coordenação do curso a que pertence o aluno, devendo essa comunicação ser clara, precisa e concisa, bem como conter todas as circunstâncias que envolveram a falta, assim como os dados que identifiquem o transgressor.

Parágrafo único. Se a comunicação for verbal, ela deverá ser ratificada através de documento em tempo hábil.

CAPÍTULO I

Do Comportamento Escolar

Art. 86. O Comportamento Escolar é uma das disciplinas que integram os cursos promovidos pelo CBMAP, e funciona como um método avaliativo da conduta do aluno.

§ 1º O coordenador do curso é o titular da disciplina Comportamento Escolar do curso.

§ 2º Os cursos com mais de um pelotão terão coordenadores de pelotão, sendo responsáveis, respectivamente, pela disciplina Comportamento Escolar 1, Comportamento Escolar 2, e assim sucessivamente, de acordo com quantidade de pelotões existentes.

Art. 87. O Comportamento Escolar é de competência do coordenador do curso, e/ou coordenador de pelotão, e seguirá as regras descritas a seguir:

I – a contar do ato da matrícula, a cada 30 (trinta) dias corridos, o aluno inicia o período com 10 (dez) pontos como nota conceitual, ficando esta sujeita a alterações no transcorrer do curso, conforme perda ou ganho de pontos;

II – cada período de 30 (trinta) dias, para efeito de nomenclatura, será considerado como 1 (um) mês;

III – a disciplina em questão compõe a nota final do aluno;

IV – o ganho e a perda de pontos, por período de 30 dias corridos, não são cumulativos, sendo aplicados somente no período em que a conduta foi realizada;

V – a nota do aluno, para cada período de 30 dias, não poderá exceder 10 (dez) pontos;

VI – a compensação entre ganho e perda de pontos ocorrerá somente no período em que o aluno eventualmente tiver perdas;

VII – a nota final na disciplina será obtida por meio da média aritmética, adotando como denominador, para o cálculo da média, a quantidade de meses do curso, considerando que o mês de término do curso fará parte do cálculo da média aritmética, independentemente do número de dias que o referido mês contiver.

§ 1º Ao final do curso, o aluno que obtiver média final inferior a 5 (cinco) na disciplina Comportamento Escolar, será automaticamente excluído do curso.

§ 2º O aluno que for punido disciplinarmente à luz do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, em vigor no CBMAP, no período em que ocorrer a transgressão, perderá pontos na disciplina Comportamento Escolar, seguindo os critérios abaixo:

I – 3,0 (três) pontos caso a punição seja de natureza leve ou média;

II – 4,0 (quatro) pontos quando a punição for de natureza grave.

CAPÍTULO II

Da Punição Escolar

Art. 88. As punições escolares serão aplicadas em consonância com a falta disciplinar cometida pelo aluno, de acordo com a gravidade da transgressão praticada.

Art. 89. São competentes para aplicar a punição escolar:

I – Comandante da ABM;

II – Subcomandante da ABM;

III – Coordenador do Curso devidamente constituído;

IV – Supervisor do Curso devidamente constituído;

V – Coordenador de Pelotão devidamente constituído.

Art. 90. A coordenação, ao tomar conhecimento de fato que fira as normas e regulamentos vigentes para o CBMAP, tomará as providências necessárias para a apuração dos fatos.

§ 1º O aluno citado deverá apresentar sua defesa por escrito no prazo máximo de 1 (um) dia, no horário do expediente escolar, a contar do recebimento da notificação.

§ 2º O cumprimento da punição escolar, se aplicável, far-se-á a qualquer tempo após a apuração do fato, cabendo à coordenação decidir o dia, local e horário da execução da reprimenda.

§ 3º O militar que deixar de responder qualquer notificação a ele imputada, será considerado responsável pelo fato descrito no documento, e, ainda, estará sujeito a sanções disciplinares pelo não cumprimento do dever de responder.

Art. 91. No julgamento das transgressões, podem ser consideradas causas que justifiquem, atenuem ou agravem a punição.

Art. 92. São causas de justificação:

I – obediência à ordem superior;

II – ignorância plenamente comprovada;

III – evitar mal maior.

Parágrafo único. Não há punição quando for reconhecida, pela autoridade apuradora, causas de justificação.

Art. 93. São circunstâncias atenuantes:

I – bom comportamento;

II – falta de prática na função e/ou serviço;

III – não ter cometido nenhuma falta escolar anterior ao fato ao qual se enquadrou.

Parágrafo único. As circunstâncias atenuantes serão atos discricionários das autoridades contidas no Art. 89 deste regimento, sendo atenuadas em sua natureza de grave para média e de média para a leve, no que couber.

Art. 94. São circunstâncias agravantes:

I – mau comportamento;

II – prática de duas ou mais transgressões conexas;

III – reincidência na transgressão;

IV – atentar contra a segurança de si ou de outrem;

V – conluio e/ou premeditação;

VI – ter praticado a falta na presença de pares, tropa ou civis;

VII – abusar de autoridade hierárquica ou funcional.

Art. 95. Para o julgamento, a autoridade competente em aplicar a punição, quando não houver causa de justificação, procederá conforme a seguir:

I – classificar a falta em natureza leve, média ou grave, respeitando-se as considerações contidas no presente regimento;

II – definir a punição na forma do que prescreve este regimento;

III – havendo circunstância atenuante, esta deverá ser aplicada sobre a punição base, definida no inciso II deste Artigo, reduzindo-a na proporção das circunstâncias existentes;

IV – havendo circunstância agravante, esta deverá ser aplicada sobre a punição resultante do inciso II deste Artigo.

Art. 96. A aplicação da punição deverá ser proporcional à gravidade da transgressão disciplinar.

I – na ocorrência de transgressões conexas, a mais grave será a principal e as outras serão agravantes, considerando-se conexas as transgressões que guardam vínculo entre si e forem cometidas nas mesmas circunstâncias de tempo, lugar e modo;

II – só será aplicada uma única punição por transgressão escolar;

III – na ocorrência de mais de uma transgressão, sem conexão entre si, a cada uma deverá ser imposta a punição correspondente.

Parágrafo único. A autoridade competente, para a aplicação das punições, poderá agravar a punição do aluno quando houver necessidade de preservação da disciplina escolar.

Art. 97. As punições escolares são as seguintes:

I – Advertência: punição de natureza leve, a qual deverá ser registrada nos assentamentos do aluno;

II – Revista (Rev): punição de natureza média, a qual consiste na apresentação do aluno no EE após o encerramento das atividades diárias, conforme determinado pela coordenação, sendo concedido o licenciamento, posteriormente;

III – Retenção: punição de natureza média que consiste em suspender o licenciamento do aluno nos dias úteis, o qual deverá permanecer no Estabelecimento de Ensino, no período compreendido entre o final do expediente escolar até às 21h do mesmo dia, ou até às 18 horas do dia destinado ao meio expediente para o corpo de alunos.

IV - Licenciamento Sustado - LS: punição de natureza grave, consiste na suspensão da folga do aluno durante a semana, finais de semana e/ou feriados, o qual deverá permanecer no Estabelecimento de Ensino, sob responsabilidade do militar de serviço no EE, ou nos Quartéis do CBMAP, sob responsabilidade do Oficial Chefe do Socorro, prestando serviços ou em atividades de ensino obrigatório.

§ 1º Na aplicação das punições, a autoridade competente deverá definir por quantos dias será cumprida tal punição.

§ 2º Durante o cumprimento das punições escolares previstas neste regimento, o aluno poderá ser empregado em atividades diversas.

§ 3º Todas as punições escolares, inclusive a de advertência, serão registradas na Ficha do Aluno e publicadas em Boletim Interno (BI) do EE.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

§ 4º A punição deverá ser cumprida após ser dada sua publicidade pela coordenação, visando o alcance imediato do objetivo final das sanções disciplinares, para isso, bastando que conste em documento que defina o porquê daquela reprimenda.

§ 5º As punições escolares deverão ser cumpridas, preferencialmente, no estabelecimento de ensino.

CAPÍTULO III

Da Recompensa

Art. 98. As recompensas constituem reconhecimentos aos alunos que se destacam nas atividades escolares.

Art. 99. São destaques escolares:

I – o aluno que praticar ação meritória;

II – o aluno com a melhor apresentação individual nas revistas;

III – o aluno mais disciplinado no mês.

Art. 100. As recompensas a que se refere este regimento são as seguintes:

I – elogios;

- II – dispensa de serviços extras;
- III – dispensa de escala de serviço;
- IV – dispensa de reprimenda.

Art. 101. O elogio compõe a nota na disciplina Comportamento Escolar, para fins de conceituação e classificação, e obedecerá ao que segue:

I – elogio individual, equivalente a 0,2 (dois décimos);

II – elogio coletivo, equivalente a 0,1 (um décimo).

Parágrafo único. Todos os elogios serão concedidos após análise e deferimento do coordenador do curso.

CAPÍTULO IV

Das Transgressões

Art. 102. As transgressões estão divididas em Código, Transgressão Disciplinar Escolar (TDE), Ponto e Natureza, de maneira que cada transgressão disciplinar tenha uma pontuação correspondente a ser subtraída da nota na disciplina Comportamento Escolar, conforme descrição a seguir:

CÓD.	TDE	PONTO	NATUREZA
A – ASSIDUIDADE			
A1	Faltar à refeição quando der previsão para esta	0 2	LEVE
A2	Não cumprir as atividades previstas nas plataformas digitais	0 3	MÉDIA
A3	Faltar ao cumprimento das punições escolares	0 4	GRAVE
A4	Faltar à aula ou à instrução	0 4	GRAVE
B – PONTUALIDADE			
B1	Chegar atrasado	0 2	LEVE
B2	Não se levantar ao toque de alvorada	0 2	LEVE
B3	Deixar de entregar trabalho na data determinada	0 3	MÉDIA
B4	Executar tarefa fora do prazo estabelecido	0 3	MÉDIA
C – INTERESSE PELA INSTRUÇÃO			
C1	Descuidar-se no auxílio da preparação da instrução	0 2	LEVE
C2	Não apresentar o material escolar que a aula exige	0 2	LEVE
C3	Falta de interesse na instrução	0 3	MÉDIA
C4	Utilizar-se de terceiros para a confecção de trabalho de qualquer natureza em caráter particular	0,3	MÉDIA
C5	Usar, tentar usar ou proporcionar a utilização de meios ilícitos na realização de avaliações	0,4	GRAVE
C6	Abandonar instrução, aula ou qualquer tarefa sem estar devidamente autorizado	0,4	GRAVE
C7	Permanecer no alojamento no horário de aula, salvo sob prescrição médica	0,4	GRAVE
C8	Displicência ou falta de atenção nas instruções práticas	0 4	GRAVE
D – CORREÇÃO DE UNIFORMES			
D1	Calçados cinto e/ou fivela sujos ou mal cuidados	0 2	LEVE
D2	Uniforme com qualquer irregularidade	0 3	MÉDIA
D3	Uso indevido de peça de uniforme	0 3	MÉDIA
D4	Uniforme sujo em desalinho amarrrotado ou mal cuidado	0 3	MÉDIA
D5	Usar óculos sem prescrição médica ou de formato não admitido em norma prescrita	0,3	MÉDIA
D6	Trocá de uniforme em local não apropriado ou fora do horário previsto	0,4	GRAVE
D7	Transitar fora das unidades de ensino com uniforme diferente do permitido	0,4	GRAVE
D8	Deixar de cumprir determinação quanto ao uso do uniforme	0,4	GRAVE
E – CORREÇÃO DE ATITUDES			
E1	Faltar à refeição quando der previsão para esta	0,2	LEVE
E2	Modo incorreto de apresentar-se aos superiores	0,2	LEVE
E3	Movimentar-se ou conversar em forma	0,2	LEVE

E4	Falta de iniciativa quando dentro de atividade ou em função no qual haja prerrogativa prevista em regulamento	0,2	LEVE
E5	Deixar de informar mudanças de endereços e contatos	0,2	LEVE
E6	Quando fardado, permanecer encostado ou de mãos nos bolsos em locais públicos ou em presença de tropa	0,2	LEVE
E7	Fumar em serviço, na instrução, na presença de superior hierárquico sem autorização ou em lugares ou ocasiões não permitidos	0,2	LEVE
E8	Entrar em forma conduzindo quaisquer objetos diversos dos previstos	0,2	LEVE
E9	Usar gírias em atividade de serviço ou instrução	0,2	LEVE
E10	Deixar de cumprir obrigações pecuniárias	0,2	LEVE
E11	Falta de camaradagem	0,3	MÉDIA
E12	Não se apresentar a superiores	0,3	MÉDIA
E13	Falta de postura e/ou compostura em especial perante a tropa	0,3	MÉDIA
E14	Retirar-se da presença de quem tenha antiguidade ou precedência hierárquica sem a devida permissão	0,3	MÉDIA
E15	Deitar-se na cama com os pés calcados	0,3	MÉDIA
E16	Apresentar-se em público em trajes civis incompatíveis	0,3	MÉDIA
E17	Permanecer sentado ou deitado em locais não apropriados	0,3	MÉDIA
E18	Portar instrumentos que possam ser utilizados como arma	0,3	MÉDIA
E19	Permutar serviço sem permissão	0,4	GRAVE
E20	Dificultar a revista em armário	0,4	GRAVE
E21	Abrir ou tentar abrir armário de outro sem a presença ou autorização escrita do responsável	0,4	GRAVE
E22	Descumprir regra de trânsito	0,4	GRAVE
E23	Dirigir-se à autoridade para tratar de assuntos internos sem autorização	0,4	GRAVE
E24	Fazer valer sua condição de aluno em situação que possa comprometer o bom nome da corporação	0,4	GRAVE
E25	Transitar ou perambular fardado em locais incompatíveis, estando de folga	0,4	GRAVE
E26	Solicitar ou permitir que terceiros solicitem favores ao comando da unidade de ensino, instrutor ou escalões superiores, no sentido de melhorar ou facilitar a solução de problemas escolares ou de ordem disciplinar	0,4	GRAVE
E27	Praticar atos que enfraqueçam o círculo hierárquico a que pertence	0,4	GRAVE

F – ESPÍRITO DE ORDEM

F1	Abandonar objetos ou peças de uso diário	0,2	LEVE
F2	Deixar guarda-roupa mal arrumado ou fora do padrão estabelecido	0,2	LEVE
F3	Deixar cama desarrumada ou fora do padrão estabelecido	0,2	LEVE
F4	Deixar de usar etiquetas com o nome de guerra nos locais previamente estabelecidos	0,2	LEVE
F5	Mochila ou bolsa mal arrumadas	0,2	LEVE
F6	Prejudicar, de qualquer modo, a limpeza de salas, pátios, corredores e alojamentos	0,3	MÉDIA
F7	Documento mal redigido sujo ou entregue fora do prazo	0,3	MÉDIA
F8	Deixar as instalações de uso dos alunos fora da ordem estabelecida pela coordenação	0,3	MÉDIA
F9	Ingerir alimentos ou líquidos durante a instrução sem autorização	0,3	MÉDIA
F10	Apresentar trabalho escrito malfeito sujo ou com mau aspecto	0,3	MÉDIA

G – ESPÍRITO DE DISCIPLINA

G1	Comandar tropa de modo incorreto	0,2	LEVE
G2	Prestar continência incorretamente	0,2	LEVE
G3	Executar mal os movimentos comandados	0,2	LEVE
G4	Perturbar o silêncio	0,2	LEVE
G5	Entrar em forma sem a devida permissão de quem de direito	0,2	LEVE
G6	Transitar sem cobertura	0,2	LEVE
G7	Deixar de comunicar a superior a execução de ordem recebida	0,3	MÉDIA
G8	Falta de presteza no cumprimento de ordens	0,3	MÉDIA

G9	Provocar algazarra ou desordem em qualquer dependência da unidade	0,3	MÉDIA
G10	Perturbar o estudo dos colegas	0,3	MÉDIA
G11	Não prestar continência para superiores	0,3	MÉDIA
G12	Inobservância de prescrições quando em serviço	0,3	MÉDIA
G13	Deixar de apresentar-se a quem de direito quando de serviço	0,3	MÉDIA
G14	Estar desatento na leitura do boletim, transmissão de ordens e recomendações nas formaturas	0,3	MÉDIA
G15	Apresentar, sem fundamento, parte, queixa, representação ou pedido de revisão de provas	0,4	GRAVE
G16	Deixar de cumprir as determinações baixadas pelo comando	0,4	GRAVE
G17	Uso de palavras de baixo calão pornográficas ou ofensivas	0,4	GRAVE
G18	Entrar e sair do aquartelamento sem a devida permissão	0,4	GRAVE
G19	Afastar-se do EE sem tomar conhecimento de ordens e/ou recomendações do dia inclusive quando estiver em aula externa	0,4	GRAVE
G20	Deixar de avisar o comando do corpo de alunos, com a necessária antecedência, da sua impossibilidade de comparecer a qualquer ato previsto como atividade da escola	0,4	GRAVE
G21	Deixar de devolver armamento e/ou equipamento sob sua responsabilidade em tempo hábil	0,4	GRAVE
G22	Permitir ao aluno em cumprimento de punição disciplinar afastar-se de local determinado para tal	0,4	GRAVE
G23	Determinar ao militar sobre o qual tenha precedência ou superioridade hierárquica a realização de tarefas não compatíveis a sua função ou a atribuição deste	0,4	GRAVE
G24	Deixar de saldar, ou não fazê-lo em tempo hábil, compromisso assumido com a administração da OM, diretório, grêmio e/ou comissão de formatura	0,4	GRAVE
G25	Não obedecer às ordens do aluno de dia	0,4	GRAVE
G26	Dificultar o comando do aluno de dia	0,4	GRAVE
G27	Responder grosseiramente ao aluno dia ou a qualquer militar no exercício de comando	0,4	GRAVE

H – APRESENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MATERIAL

H1	Equipamento ou material sujo ou mal conservado	0,3	MÉDIA
H2	Deixar de possuir qualquer peça do enxoval ou de providenciar a reposição daquela extraviada ou da peça incompatível com o uso	0,3	MÉDIA
H3	Não ter o devido cuidado ou zelo para com os bens da escola, da unidade ou do companheiro de farda	0,4	GRAVE
H4	Abandono de equipamento ou material	0,4	GRAVE

I – ASSEIO PESSOAL

I1	Unhas crescidas ou sujas	0,2	LEVE
I2	Barba por fazer	0,3	MÉDIA
I3	Cabelos crescidos ou fora do padrão estabelecido	0,3	MÉDIA
I4	Deixar de manter a apresentação pessoal no padrão exigido nos horários de expediente, solenidades e instrução não-operacional	0,3	MÉDIA
I5	Deixar de banhar-se diariamente ou após o trabalho físico	0,3	MÉDIA
I6	Usar cabelos com pintura extravagante	0,4	GRAVE

J – ASSEIO PESSOAL (efetivo feminino)

J1	Utilizar adereços não admitidos	0,3	MÉDIA
J2	Usar cabelos presos ou cortados fora do padrão	0,3	MÉDIA
J3	Usar unhas pintadas com cores não admitidas	0,3	MÉDIA
J4	Usar maquiagem não prevista	0,3	MÉDIA

K – INTERESSE PELA ATIVIDADE BOMBEIRO-MILITAR

K1	Não portar caneta e/ou bloco de anotações em especial aos alunos de dia	0,2	LEVE
K2	Não portar o equipamento ou material que a instrução exige	0,3	MÉDIA
K3	Não preenchimento de documentos inerentes da função ou atividade realizada pelo aluno	0,3	MÉDIA
K4	Inobservância da disciplina na rádio comunicação	0,3	MÉDIA

K5	Sentar-se, fumar, ler ou estudar no plantão da hora, durante seu quarto de serviço	0,3	MÉDIA
K6	Ler ou estudar material diverso da instrução ministrada	0,3	MÉDIA
K7	Deixar de prelecionar, orientar, apoiar ou fiscalizar a tropa sob seu comando em especial os alunos de dia	0,4	GRAVE
K8	Deixar de proceder o controle do pessoal de serviço	0,4	GRAVE
K9	Deixar quando de serviço de fiscalizar os alunos punidos	0,4	GRAVE
K10	Descuidar-se com sua segurança ou do público durante as instruções	0,4	GRAVE
K11	Tratar com des cortesia desatenção ou com rispidez o público	0,4	GRAVE
L – CUMPRIMENTO DE NORMAS			
L1	Inobservância de prescrições gerais ou particulares	0,3	MÉDIA
L2	Inobservância de prescrições regulamentares	0,3	MÉDIA

TÍTULO VIII Da Matriz Curricular

Art. 103. A matriz curricular contendo as disciplinas, carga horária, peso, estágios e observações específicas para cada curso, são as descritas a seguir:

I – Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar (CSP)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Ciência Política	18	1
2	Comportamento Escolar	-	1
3	Comunicação Social IV	18	2
4	Conjuntura Econômica Social e Política da Sociedade	18	1
6	Doutrina de Estado-Maior Geral	18	1
7	Educação Física Militar III	22	1
8	Geopolítica Segurança e Globalização	18	1
9	Gestão de Comando	18	2
10	Gestão de Pessoas Políticas e Estratégias de Recursos Humanos III	18	2
11	Gestão Integrada das Organizações	18	1
12	Gestão Integrada de Riscos e Emergências	18	1
13	Inteligência Estratégica	18	1
14	Metodologia da Pesquisa	22	2
15	Planejamento Estratégico e Processo Decisório	22	2
16	Responsabilidade Civil e Administrativa na Gestão	30	3
17	Tecnologias e Sistemas Informatizados	18	1
18	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		316	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
	Atividade	Carga horária (h/a)	
À disposição da coordenação: destinado às atividades complementares sob a responsabilidade da coordenação do curso, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, como palestras, viagem de estudos entre outras atividades		75	
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros		75	
Observação:			
TOTAL (h/a)		466	

II – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Ciência Política	15	1
2	Comportamento Escolar	-	3
3	Comunicação Social III	18	2
4	Direito Administrativo II	15	1
5	Direitos Humanos e Segurança Pública II	15	1
6	Direito Militar	22	1
7	Doutrina de Emprego Operacional do CBMAP	15	1
8	Educação Física Militar III	22	2

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

9	Gestão de Pessoas Políticas e Estratégias de Recursos Humanos II	15	2
10	Gestão de Riscos e Desastres e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
11	Gestão Pública III	45	3
12	Inteligência Aplicada à Segurança Pública	22	2
13	Metodologia da Pesquisa	22	2
14	Planejamento Estratégico e Processo Decisório	22	3
15	Projetos Convênios e Transferências Governamentais III	15	1
16	Sistema de Comando de Incidentes III	15	2
17	Teoria Geral da Administração	22	3
18	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		344	

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Atividade	Carga horária (h/a)
À disposição da coordenação: destinado às atividades complementares sob a responsabilidade da coordenação do curso, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, como palestras, viagem de estudos entre outras atividades	75
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros	75
Observação:	
TOTAL (h/a)	494

III – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Administrativos (CAOA)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS

Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Ciência Política	15	1
2	Comportamento Escolar	-	3
3	Comunicação Social III	18	2
4	Direito Administrativo II	15	1
5	Direitos Humanos e Segurança Pública II	15	1
6	Direito Militar	22	1
7	Doutrina de Emprego Operacional do CBMAP	15	1
8	Educação Física Militar III	22	2
9	Gestão de Pessoas Políticas e Estratégias de Recursos Humanos II	15	2
10	Gestão de Riscos e Desastres e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
11	Gestão Pública III	45	3
12	Inteligência Aplicada à Segurança Pública	22	2
13	Metodologia da Pesquisa	22	2
14	Planejamento Estratégico e Processo Decisório	22	3
15	Projetos Convênios e Transferências Governamentais III	15	1
16	Sistema de Comando de Incidentes III	15	2
17	Teoria Geral da Administração	22	3
18	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		344	

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Atividade	Carga horária (h/a)
À disposição da coordenação: destinado às atividades complementares sob a responsabilidade da coordenação do curso, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, como palestras, viagem de estudos entre outras atividades	75
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros	75
Observação:	
TOTAL (h/a)	494

IV – Estágio Probatório para o Quadro de Oficiais da Saúde e Quadro Complementar de Oficiais (EsP)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS

Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Atendimento Pré-Hospitalar III	90	3
2	Busca e Resgate em Área de Selva II	60	3

3	Chefia e Liderança II	22	1
4	Comportamento Escolar	-	3
5	Compras Públicas III	30	2
6	Direitos Humanos e Segurança Pública I	18	1
7	Documentação Técnica I	18	1
8	Educação Física Militar III	22	2
9	Gestão de Riscos e Desastres e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
10	Gestão do Patrimônio Público II	30	2
11	Gestão Pública III	45	2
12	História do Bombeiro no Brasil e no Mundo	15	1
13	InSTRUÇÃO MILITAR II	75	3
14	Legislação e Regulamentos Institucionais III	30	1
15	Noções Básicas de Salvamento em Altura	30	3
16	Noções Básicas de Salvamento Terrestre I	30	3
17	Polícia Judiciária	30	2
18	Prevenção e Combate a Incêndio Urbano Aplicado	60	3
19	Procedimentos e Processos Administrativos III	22	2
20	Procedimentos e Processos Disciplinares III	38	2
21	Projetos Convênios e Transferências Governamentais I	18	1
22	Psicologia das Emergências I	15	1
23	Radiocomunicação I	15	1
24	Regime de Adiantamento	22	1
25	Salvamento Aquático I	30	3
26	Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho I	15	1
27	Segurança Contra Incêndio e Pânico I	15	1
28	Sistema de Comando de Incidentes I	12	2
29	Técnicas de Armamento Munição e Tiro	45	1
SUBTOTAL (h/a)		874	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros		150	
Observação:			
TOTAL (h/a)		1199	

V – Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos (CHOA)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Comportamento Escolar	-	3
2	Compras Públicas II	22	2
3	Comunicação Social II	18	1
4	Direito Administrativo I	22	1
5	Educação Física Militar III	22	2
6	Estatística II	15	1
7	Gestão de Pessoas, Políticas e Estratégias de Recursos Humanos I	15	2
8	Gestão do Patrimônio Público II	30	2
9	Gestão Pública II	45	3
10	InSTRUÇÃO MILITAR VIII	60	3
11	Metodologia da Pesquisa	22	2
12	Polícia Judiciária	30	2
13	Projetos, Convênios e Transferências Governamentais II	22	2
14	Regime de Adiantamento	22	3
15	Sistema de Comando de Incidentes II	15	2
16	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
17	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		404	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	

Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros	75
Observação:	
TOTAL (h/a)	554

VI – Curso de Habilitação de Oficiais Músicos (CHOM)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Arranjo e Composição	52	3
2	Comportamento Escolar	-	3
3	Compras Públicas II	22	2
4	Comunicação Social II	18	1
5	Direito Administrativo I	22	1
6	Educação Física Militar III	22	2
7	Estatística II	15	1
8	Gestão de Pessoas Políticas e Estratégias de Recursos Humanos I	15	2
9	Gestão do Patrimônio Público II	30	2
10	InSTRUÇÃO MILITAR VII	30	3
11	Mestre de Música	52	3
12	Metodologia da Pesquisa	22	2
13	Polícia Judiciária	30	2
14	Projetos Convênios e Transferências Governamentais II	22	1
15	Regência Musical	52	3
16	Regime de Adiantamento	22	3
17	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		448	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade	Carga horária (h/a)		
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: regência musical, bem como, condução de ensaios, apresentações musicais, treinamentos de hinos, canções militares, formaturas nas diversas formações musicais		75	
Observação:			
TOTAL (h/a)		598	

VII – Curso Especial de Habilitação de Oficiais (CEHO)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Comportamento Escolar	-	3
2	Compras Públicas II	22	2
3	Comunicação Social II	18	1
4	Direito Administrativo I	22	1
5	Educação Física Militar III	22	2
6	Estatística II	15	1
7	Gestão de Pessoas Políticas e Estratégias de Recursos Humanos I	15	2
8	Gestão do Patrimônio Público II	30	3
9	Gestão Pública II	45	3
10	InSTRUÇÃO MILITAR VIII	60	3
11	Metodologia da Pesquisa	22	2
12	Polícia Judiciária	30	2
13	Projetos Convênios e Transferências Governamentais II	22	2
14	Regime de Adiantamento	22	3
15	Sistema de Comando de Incidentes II	15	2
16	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
17	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		404	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade	Carga horária (h/a)		
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros		75	
Observação:			

TOTAL (h/a)	554
--------------------	------------

VIII – Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Comportamento Escolar	-	3
2	Compras Públicas I	22	2
3	Educação Física Militar III	22	2
4	Estatística I	15	1
5	Gestão do Patrimônio Público I	18	2
6	Gestão Pública I	34	2
7	Metodologia da Pesquisa Aplicada à Atividade Bombeiro Militar	30	3
8	Noções de Direito Penal Militar II	15	1
9	Procedimentos e Processos Administrativos II	15	1
10	Procedimentos e Processos Disciplinares II	30	1
11	Projetos, Convênios e Transferências Governamentais I	18	1
12	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
SUBTOTAL (h/a)		241	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade	Carga horária (h/a)		
A disposição da coordenação	75		
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros	75		
Observação:			
TOTAL (h/a)		391	

IX – Curso Especial de Aperfeiçoamento de Sargentos (CEAS)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Comportamento Escolar	-	3
2	Compras Públicas I	22	2
3	Educação Física Militar III	22	2
4	Estatística I	15	1
5	Gestão do Patrimônio Público I	18	2
6	Gestão Pública I	34	2
7	Metodologia da Pesquisa Aplicada à Atividade Bombeiro Militar	30	3
8	Noções de Direito Penal Militar II	15	1
9	Procedimentos e Processos Administrativos II	15	1
10	Procedimentos e Processos Disciplinares II	30	1
11	Projetos, Convênios e Transferências Governamentais I	18	1
12	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
SUBTOTAL (h/a)		241	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade	Carga horária (h/a)		
A disposição da coordenação	75		
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros	75		
Observação:			
TOTAL (h/a)		391	

X – Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos Músicos (CAS Mús)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Arranjos e Adaptações II	18	3
2	Comportamento Escolar	-	3
3	Compras Públicas I	22	2
4	Educação Física Militar III	22	2
5	Estatística I	15	1
6	Fundamentos da Harmonia	15	3
7	Gestão do Patrimônio Público I	18	1
8	História da Música Popular Brasileira	15	3
9	Improvisação	15	3
10	Metodologia da Pesquisa Aplicada à Atividade Bombeiro Militar	30	3

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

11	Noções de Direito Penal Militar II	15	1
12	Procedimentos e Processos Administrativos II	15	1
13	Procedimentos e Processos Disciplinares II	30	1
14	Projetos Convênios e Transferências Governamentais I	18	1
15	Tecnologia Aplicada à Música	15	3
16	Teoria Musical	15	3
SUBTOTAL (h/a)		278	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: atividades na banda de música, ensaios, apresentações musicais, treinamentos de hinos e canções militares, formaturas expediente entre outros		75	
Observação:			
TOTAL (h/a)		428	

XI – Curso de Formação de Sargentos (CFS)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Atendimento Pré-Hospitalar II	75	3
2	Busca e Resgate em Área de Selva II	60	3
3	Chefia e Liderança II	22	1
4	Combate a Incêndio Urbano III	60	3
5	Comportamento Escolar	-	3
6	Comunicação Social I	18	1
7	Documentação Técnica III	15	1
8	Educação Física Militar II	45	3
9	Emergência com Produtos Perigosos III	30	2
10	Fundamentos da Perícia de Incêndio	22	2
11	InSTRUÇÃO MILITAR VI	60	3
12	Legislação e Regulamentos Institucionais II	18	1
13	Metodologia da Pesquisa	22	2
14	Noções de Direito Penal Militar I	15	1
15	Prevenção e Combate a Incêndio Florestal II	22	3
16	Procedimentos e Processos Administrativos I	15	2
17	Procedimentos e Processos Disciplinares I	30	2
18	Psicologia das Emergências II	15	1
19	Radiocomunicação III	15	1
20	Salvamento Aquático II	60	3
21	Salvamento em Altura III	60	3
22	Salvamento Terrestre IV	60	3
23	Salvamento Veicular II	30	3
24	Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho II	18	1
25	Segurança Contra Incêndio e Pânico II	30	2
26	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
27	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		861	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros		150	
Observação:			
TOTAL (h/a)		1086	

XII – Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Atendimento Pré-Hospitalar II	75	3
2	Busca e Resgate em Área de Selva II	60	3
3	Chefia e Liderança II	22	1
4	Combate a Incêndio Urbano III	60	3

5	Comportamento Escolar	-	3
6	Comunicação Social I	18	1
7	Documentação Técnica III	15	1
8	Educação Física Militar II	30	3
9	Emergência com Produtos Perigosos III	30	2
10	Fundamentos da Perícia de Incêndio	22	2
11	InSTRUÇÃO MILITAR VI	60	3
12	Legislação e Regulamentos Institucionais II	18	1
13	Metodologia da Pesquisa	22	2
14	Noções de Direito Penal Militar I	15	1
15	Prevenção e Combate a Incêndio Florestal II	22	3
16	Procedimentos e Processos Administrativos I	15	1
17	Procedimentos e Processos Disciplinares I	30	1
18	Psicologia das Emergências II	15	1
19	Radiocomunicação III	15	1
20	Salvamento Aquático II	45	3
21	Salvamento em Altura III	45	3
22	Salvamento Terrestre III	45	3
23	Salvamento Veicular II	30	3
24	Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho II	18	1
25	Segurança Contra Incêndio e Pânico II	30	2
26	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	22	2
27	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		801	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros		150	
Observação:			
TOTAL (h/a)		1026	

XIII – Curso de Formação de Sargentos Músicos (CFS Mús)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Arranjo e Adaptações I	60	3
2	Atendimento Pré-Hospitalar II	45	2
3	Chefia e Liderança II	22	1
4	Comportamento Escolar	-	3
5	Comunicação Social I	18	1
6	Continência e Ordem Unida para Banda de Música III	45	3
7	Documentação Técnica III	15	1
8	Educação Física Militar II	45	2
9	Fundamentos Básicos da Harmonia	45	3
10	InSTRUÇÃO MILITAR V	30	2
11	Legislação e Regulamentos Institucionais II	18	1
12	Manejo e Manutenção de Instrumentos Musicais	30	3
13	Metodologia da Pesquisa	22	2
14	Noções Básicas de Salvamento Terrestre III	30	2
15	Noções de Direito Penal Militar I	15	1
16	Noções de Prevenção e Combate a Incêndio Urbano II	30	2
17	Procedimentos e Processos Administrativos I	15	1
18	Procedimentos e Processos Disciplinares I	30	1
19	Salvamento Aquático II	30	2
20	Teoria e Percepção Musical II	60	3
21	Trabalho de Conclusão de Curso	22	3
SUBTOTAL (h/a)		627	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	

Estágio Supervisionado: atividades na banda de música, ensaios, apresentações musicais, treinamentos de hinos e canções militares, formaturas expediente entre outros	75
Observação:	
TOTAL (h/a)	777

XIV – Curso de Formação de Cabos (CFC)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Atendimento Pré-Hospitalar I	60	3
2	Busca e Resgate em Área de Selva II	45	3
3	Chefia e Liderança I	15	1
4	Combate a Incêndio Urbano II	45	3
5	Comportamento Escolar	-	3
6	Documentação Técnica II	15	1
7	Educação Física Militar I	45	3
8	Emergência com Produtos Perigosos II	22	2
9	InSTRUÇÃO MILITAR IV	45	3
10	Metodologia da Pesquisa	15	1
11	Radiocomunicação II	15	1
12	Salvamento Aquático I	45	3
13	Salvamento em Altura II	45	3
14	Salvamento Terrestre II	45	3
15	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	15	2
SUBTOTAL (h/a)		472	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
	Atividade	Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros		150	
Observação:			
TOTAL (h/a)		697	

XV – Curso Especial de Formação de Cabos (CEFC)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Atendimento Pré-Hospitalar I	60	3
2	Busca e Resgate em Área de Selva II	45	3
3	Chefia e Liderança I	15	1
4	Combate a Incêndio Urbano II	45	3
5	Comportamento Escolar	-	3
6	Documentação Técnica II	15	1
7	Educação Física Militar I	30	3
8	Emergência em Produtos Perigosos II	15	2
9	InSTRUÇÃO MILITAR IV	45	3
10	Metodologia da Pesquisa	15	1
11	Radiocomunicação II	15	1
12	Salvamento Aquático I	45	3
13	Salvamento em Altura II	45	3
14	Salvamento Terrestre II	45	3
15	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	15	2
SUBTOTAL (h/a)		450	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
	Atividade	Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros		150	
Observação:			
TOTAL (h/a)		675	

XVI – Curso de Formação de Cabos Músicos (CFC Mús)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso

1	Atendimento Pré-Hospitalar I	45	2
2	Chefia e Liderança I	15	1
3	Comportamento Escolar	-	3
4	Continência e Ordem Unida de Banda de Música II	38	3
5	Educação Física Militar I	38	2
6	História da Música II	38	3
7	InSTRUÇÃO Militar III	30	2
8	Metodologia da Pesquisa	15	1
9	Música de Câmara II	38	3
10	Noções Básicas de Arranjo e Adaptações	38	3
11	Noções Básicas de Salvamento Terrestre II	30	2
12	Noções de Prevenção e Combate a Incêndio Urbano II	30	2
13	Salvamento Aquático I	30	2
14	Teoria e Percepção Musical I	38	3
SUBTOTAL (h/a)		423	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: atividades na banda de música, ensaios, apresentações musicais, treinamentos de hinos e canções militares, formaturas, expediente, entre outros		75	
Observação:			
TOTAL (h/a)		573	

XVII – Curso de Formação de Soldados (CFSD)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso
1	Atendimento Pré-Hospitalar I	90	3
2	Busca e Resgate em Área de Selva I	90	3
3	Combate a Incêndio Urbano I	75	3
4	Comportamento Escolar	-	3
5	Direitos Humanos em Segurança Pública I	18	1
6	Documentação Técnica I	18	1
7	Educação Física Militar I	60	3
8	Emergência com Produtos Perigosos I	30	2
9	História do Bombeiro no Brasil e no Mundo	15	1
10	InSTRUÇÃO Militar II	75	3
11	Legislação e Regulamentos Institucionais I	30	1
12	Prevenção e Combate a Incêndio Florestal I	22	3
13	Psicologia das Emergências I	15	1
14	Radiocomunicação I	15	1
15	Salvamento Aquático I	75	3
16	Salvamento em Altura I	75	3
17	Salvamento Terrestre I	75	3
18	Salvamento Veicular I	30	3
19	Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho I	15	1
20	Segurança Contra Incêndio e Pânico I	15	1
21	Sistema de Comando de Incidentes I	12	2
22	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	15	2
23	Técnicas de Armamento, Munição e Tiro	45	1
SUBTOTAL (h/a)		910	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: serviço operacional, expediente, escala extra, entre outros		180	
Observação:			
TOTAL (h/a)		1165	

XVIII – Curso de Formação de Soldados Músicos (CFSD Mús)

DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS E TÉCNICAS			
Nº	Disciplina	Carga horária (h/a)	Peso

1	Atendimento Pré-Hospitalar I	75	2
2	Comportamento Escolar	-	3
3	Continência e Ordem Unida de Banda de Música I	15	3
4	Direitos Humanos em Segurança Pública I	18	1
5	Documentação Técnica I	18	1
6	Educação Física Militar I	60	2
7	Hinos e Canções Militares	30	3
8	História da Música I	30	3
9	História do Bombeiro no Mundo, no Brasil e das Bandas de Músicas Militares	15	1
10	InSTRUÇÃO MILITAR I	45	2
11	Legislação e Regulamentos Institucionais I	30	1
12	Música de Câmara I	45	3
13	Noções Básicas de Salvamento em Altura	30	2
14	Noções Básicas de Salvamento Terrestre I	30	2
15	Noções de Emergência com Produtos Perigosos	15	3
16	Noções de Estruturação	30	2
17	Noções de Prevenção e Combate a Incêndio Urbano I	30	2
18	Prática de Banda de Música	60	3
19	Psicologia das Emergências I	15	1
20	Radiocomunicação I	15	1
21	Salvamento Aquático I	45	2
22	Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho I	15	1
23	Segurança Contra Incêndio e Pânico I	15	1
24	Sistema de Comando de Incidentes I	12	2
25	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	15	1
26	Técnicas de Armamento Munição e Tiro	30	1
27	Teoria Percepção e Solfejo	60	3
SUBTOTAL (h/a)		798	
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES			
Atividade		Carga horária (h/a)	
A disposição da coordenação		75	
Estágio Supervisionado: atividades na banda de música, ensaios, apresentações musicais, treinamentos de hinos e canções militares, formaturas expediente entre outros.		180	
Observação:			
TOTAL (h/a)		1053	

Art. 104. Fica determinado o regime de transição na execução dos cursos que tratam os incisos XII e XV do artigo anterior.

§ 1º Os cursos de formação do Quadro Especial de Praças (CEFC e CEFS) a serem realizados durante o ano de 2024, poderão ser executados utilizando-se a matriz curricular do Regimento Interno 2020, publicado em Boletim Geral nº 007, de 13 de janeiro de 2020.

I - Arranjo e Adaptações I

Código: AA I

Ementa:

1. Arranjos e adaptações de Músicas Brasileiras. 2. Arranjos e adaptações de Músicas Amapaenses. 3. Adaptação de obras de Canto para Instrumentos de Sopro. 4. Arranjos e adaptações de dobrados e canções militares. 5. Práticas em conjunto de pequenos arranjos e adaptações. 5.1. Prática em conjunto de arranjos, composições e atividades musicais em formações diversas. 5.2. Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica, a preparação de materiais e repertório didático musical.

Bibliografia:

- [1] BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar:** arranjos para grupo instrumental. Vol. 2. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- [2] FARIA, Nelson. **Harmonia Aplicada ao Violão e Guitarra.** São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.
- [3] HOUGHTON, Steve e PETERSEN, Linda. **Play and Teach Percussion. A College Method for Success in**

§ 2º Compete ao Comandante da Academia Bombeiro Militar a autorização para o uso da matriz curricular anterior para tais cursos.

§ 3º A opção pelo uso da matriz curricular anterior deve constar expressamente no ato da matrícula do curso.

Art. 105. As disciplinas constantes da matriz curricular dos cursos promovidos pelo CBMAP, com suas respectivas ementas, são os descritas a seguir:

the Classroom. Chicago, GIA Publications, 2004.

[4] JACOB, Mingo. **Método Básico de Percussão, Universo Rítmico.** São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.

[5] LACERDA, Vina. **Pandeirada brasileira.** Curitiba: Ed. do autor, 2007.

[6] PINTO, Henrique. **Violão:** um olhar pedagógico. Ed. Ricordi do Brasil. 2006.

[7] PRESTA, Fernando. **Música Brasileira Para Violão.** Irmãos Vitale, 2006.

[8] ROCHA, Ulises; CARVALHO, Diogo. **Violão Solo MPB.** São Paulo: UR Edições, 2006.

[9] SAMPAIO, Luiz Roberto; BUB, Victor Camargo. **Pandeiro Brasileiro.** Florianópolis: Editora Bernúncia, 2004.

II - Arranjo e Adaptações II

Código: AA II

Ementa:

1. Arranjos e adaptações de Músicas Brasileiras. 2. Arranjos e adaptações de Músicas Amapaenses. 3. Adaptação de obras de Canto para Instrumentos de Sopro. 4. Arranjos e adaptações de dobrados e canções militares. 5. Arranjos e adaptações de músicas eruditas (Renascimento, barroco e clássico). 6. Práticas em conjunto de pequenos arranjos e adaptações. 6.1. Prática em conjunto de arranjos, composições e atividades musicais em formações diversas. 6.2. Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica, a preparação de materiais e repertório didático musical.

Bibliografia:

[1] BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar:** arranjos para grupo instrumental. Vol. 2. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

[2] FARIA, Nelson. **Harmonia Aplicada ao Violão e Guitarra.** São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.

[3] HOUGHTON, Steve e PETERSEN, Linda. **Play and Teach Percussion. A College Method for Success in the Classroom.** Chicago, GIA Publications, 2004.

[4] JACOB, Mingo. **Método Básico de Percussão, Universo Rítmico.** São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.

[5] LACERDA, Vina. **Pandeirada brasileira.** Curitiba: Ed. do autor, 2007.

[6] PINTO, Henrique. **Violão:** um olhar pedagógico. Ed. Ricordi do Brasil. 2006.

[7] PRESTA, Fernando. **Música Brasileira Para Violão.** Irmãos Vitale, 2006.

[8] ROCHA, Ulises; CARVALHO, Diogo. **Violão Solo MPB.** São Paulo: UR Edições, 2006.

[9] SAMPAIO, Luiz Roberto; BUB, Victor Camargo. **Pandeiro Brasileiro.** Florianópolis: Editora Bernúncia, 2004.

III – Arranjo e Composição

Código: AC

Ementa:

1. Conhecimentos Básicos da Harmonia. 1.1. Tríades nas escalas: maior, menor (natural, harmônica e melódica). 1.2. Tétrade no estado fundamental e suas inversões. 1.3. Harmonia a 4 partes (instrumental e vocal). 1.4. Posição e estado dos acordes. 1.5. Dobramentos. 2. Habilidades Relacionadas à Arranjo. 2.1. Disposição aberta e fechada. 2.2. Encadeamento harmônico e melódico. 3. Composição. 3.1. Funções principais: encadeamentos com emprego de I IV e V graus no estado fundamental. 3.2. 1º 2ª e 3ª inversão.

Bibliografia:

[1] BOUKHCHTABER, Svetlana. **300 Cifragens básicas nos cursos de harmonia e solfejo harmônico.** Imprensa oficial do Estado do Pará, 2002.

[2] MED, Bohumil. **Teoria da música.** 4ª Edição. Ed. Musimed, 1996.

[3] PRIOLLI, Maria Luisa de Mattos. **Princípios básicos da música para a juventude.** 1º Volume. 52ª edição. Ed. Casa Oliveira de música, 2011.

[4] PRIOLLI, Maria Luisa de Mattos. **Princípios básicos da música para a juventude.** 2º Volume. Ed. Casa Oliveira de música 32ª edição. 2012.

IV – Atendimento Pré-Hospitalar I

Código: APH I

Ementa:

1. Princípios Básicos. 1.1. Atribuições e responsabilidades do socorrista. 1.2. Portaria nº 2048 - Ministério da Saúde. 1.3. Legislação. 2. Biossegurança. 2.1. Equipamentos de proteção individual. 2.2. Técnicas de paramentação. 2.3. Padronização. 2.4. Manuseio e limpeza + desinfecção de materiais e ambulância. 2.5. Imunização e acidentes biológicos. 3. Anatomia Básica. 3.1. Anatomia topográfica. 3.2. Sistema osteomuscular. 3.3. Sistema circulatório. 3.4. Sistema respiratório. 3.5. Sistema nervoso. 3.6. Sistema digestivo. 3.7. Sistema geniturinário. 4. Biomecânica do trauma. 4.1. Avaliação e segurança da cena. 4.2. Cinemática do trauma. 5. Abordagem do paciente. 5.1. Avaliação primária e secundária. 6. Traumas. 6.1. Trauma de vias aéreas. 6.2. Trauma torácico. 6.3. Trauma abdominal e pélvico. 6.4. Trauma crânioencefálico. 6.5. Trauma raquimedular. 6.6. Trauma musculoesquelético e partes moles. 6.7. Traumas especiais (pediátrico, idoso, gestante), Queimaduras, Afogamento e acidentes de mergulho, Intoxicação exógena, Acidentes com animais peçonhentos.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

7. Suporte básico de vida. 7.1. Ressuscitação cardiopulmonar (RCP). 7.2. Obstrução de vias aéreas (OVACE).
 8. Emergências Clínicas. 8.1. Infarto agudo do Miocárdio (IAM). 8.2. Hipertensão arterial sistêmica. 8.3. Insuficiências respiratória e cardíaca. 8.4. Acidente vascular cerebral (AVC). 8.5. Vertigem e síncope (lipotimia). 8.6. Convulsão, Diabetes. 8.7. Doenças infectocontagiosas. 9. Situações Especiais. 9.1. Emergências gineco-obstétricas (parto e atendimento ao RN). 9.2. Emergências psiquiátricas. 9.3. Abordagem da tentativa de suicídio. 9.4. Violência doméstica. 10. Técnicas de Salvamento e Resgate. 10.1. Remoção e transporte de vítimas. 10.2. Restrição de movimento de coluna (RMC). 11. Atendimento de IMV e desastres /Triagem (método START). 12. Ocorrências e Registro.

Bibliografia:

- [1] AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Diretrizes da American Heart Association**, 2020.
- [2] BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2048/2002**, Brasília, 2002.
- [3] _____ Ministério da Saúde. **SAMU – Suporte Básico de Vida**, 2014 (revisão 2016).
- [4] PHTLS. **Pre-Hospital Trauma Life Support** NAEMT 2018.

V – Atendimento Pré-Hospitalar II

Código: APH II**Ementa:**

1. Biossegurança. 1.1. Equipamentos de proteção individual. 1.2. Imunização e acidentes biológicos. 2. Biomecânica do trauma. 2.1. Avaliação e segurança da cena. 2.2. Cinemática do trauma. 3. Abordagem do paciente. 3.1. Avaliação primária e secundária. 4. Traumas. 4.1. Trauma de vias aéreas. 4.2. Trauma torácico. 4.3. Trauma abdominal e pélvico. 4.4. Trauma crânioencefálico. 4.5. Trauma raquimedular. 4.6. Trauma musculoesquelético e partes moles. 4.7. Traumas especiais (pediátrico, idoso, gestante). 4.8. Queimaduras. 4.9. Afogamento e acidentes de mergulho. 4.10. Intoxicação exógena. 4.11. Acidentes com animais peçonhentos. 5. Suporte básico de vida. 5.1. Ressuscitação cardiopulmonar (RCP). 5.2. Obstrução de vias aéreas (OVACE). 6. Emergências Clínicas. 6.1. Infarto agudo do Miocárdio (IAM). 6.2. Hipertensão arterial sistêmica. 6.3. Insuficiências respiratória e cardíaca. 6.4. Acidente vascular cerebral (AVC). 6.5. Vertigem e síncope (lipotimia). 6.6. Convulsão, Diabetes, Doenças infectocontagiosas. 7. Situações Especiais. 7.1. Emergências gineco-obstétricas (parto e atendimento ao RN). 7.2. Emergências psiquiátricas. 7.3. Abordagem da tentativa de suicídio. 7.4. Violência doméstica. 8. Técnicas de Salvamento e Resgate. 8.1. Remoção e transporte de vítimas. 8.2. Restrição de movimento de coluna (RMC). 9. APH Tático. 9.1. Gerenciamento de crises em APH. 9.2. Preservação de cenas (Cadeia de custódia). 10. Atendimento de IMV e desastres /Triagem (método START). 11. Ocorrências e Registro.

Bibliografia:

- [1] AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Diretrizes da American Heart Association**, 2020.
- [2] BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2048/2002**, Brasília, 2002.
- [3] _____ Ministério da Saúde. **SAMU – Suporte Básico de Vida**, 2014 (revisão 2016).
- [4] PHTLS. **Pre-Hospital Trauma Life Support** NAEMT 2018.

VI – Atendimento Pré-Hospitalar III

Código: APH III**Ementa:**

1. Princípios Básicos. 1.1. Atribuições e responsabilidades do socorrista. 1.2. Portaria nº 2048 - Ministério da Saúde. 1.3. Legislação. 2. Biossegurança. 2.1. Equipamentos de proteção individual. 2.2. Técnicas de paramentação. 2.3. Padronização. 2.4. Manuseio e limpeza + desinfecção de materiais e ambulância. 2.5. Imunização e acidentes biológicos. 3. Anatomia Básica. 3.1. Anatomia topográfica. 3.2. Sistema osteomuscular. 3.3. Sistema circulatório. 3.4. Sistema respiratório. 3.5. Sistema nervoso. 3.6. Sistema digestivo. 3.7. Sistema geniturinário. 4. Biomecânica do trauma. 4.1. Avaliação e segurança da cena. 4.2. Cinemática do trauma. 5. Abordagem do paciente. 5.1. Avaliação primária e secundária. 6. Traumas. 6.1. Trauma de vias aéreas. 6.2. Trauma torácico. 6.3. Trauma abdominal e pélvico. 6.4. Trauma crânioencefálico. 6.5. Trauma raquimedular. 6.6. Trauma musculoesquelético e partes moles. 6.7. Traumas especiais (pediátrico, idoso, gestante). 6.8. Queimaduras. 6.9. Afogamento e acidentes de mergulho. 6.10. Intoxicação exógena. 6.11. Acidentes com animais peçonhentos. 7. Suporte básico de vida. 7.1. Ressuscitação cardiopulmonar (RCP). 7.2. Obstrução de vias aéreas (OVACE). 8. Emergências Clínicas. 8.1. Infarto agudo do Miocárdio (IAM). 8.2. Hipertensão arterial sistêmica. 8.3. Insuficiências respiratória e cardíaca. 8.4. Acidente vascular cerebral (AVC). 8.5. Vertigem e síncope (lipotimia). 8.6. Convulsão. 8.7. Diabetes. 8.8. Doenças infectocontagiosas. 9. Situações Especiais. 9.1. Emergências gineco-obstétricas (parto e atendimento ao RN). 9.2. Emergências psiquiátricas. 9.3. Abordagem da tentativa de suicídio. 9.4. Violência doméstica. 10. Técnicas de Salvamento e Resgate. 10.1. Remoção e transporte de vítimas. 10.2. Restrição de movimento de coluna (RMC). 11. APH Tático. 11.1. Gerenciamento de crises em APH. 11.2. Preservação de cenas (Cadeia de custódia). 12. Atendimento de IMV e desastres /Triagem (método START). 13. Ocorrências e Registro.

Bibliografia:

- [1] AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Diretrizes da American Heart Association**, 2020.

[2] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2048/2002, Brasília, 2002.

[3] _____ Ministério da Saúde. SAMU – Supor te Básico de Vida, 2014 (revisão 2016).

[4] PHTLS. Pre Hospital Trauma Life Support NAEMT 2018.

VII - Busca e Resgate em Área de Selva I

Código: BRAS I

Ementa:

1. Introdução à atividade de busca e resgate em ambiente de selva: 1.1. A Atividade de Busca e Resgate no CBMAP. 1.2. Apronto Operacional: Fardo Aberto e Fardo Fechado. 1.3. Acionamento, Equipamentos e Autonomia da Equipe de Busca. 1.4. Composição, Funções e Segurança da Equipe de Busca. 2. Adaptação ao ambiente de selva: 2.1. Os Biomas do Estado do Amapá. 2.2. Vetores de Doenças Tropicais e Ofidismos. 2.3. Orientação e Navegação por Meios Naturais, Bússola e GPS. 2.4. Natação Utilitária e Transposição de Curso D'água. 2.5. Estacionamento e Construção de Abrigos na Selva. 2.6. Obtenção de Água e Fogo em Ambiente de Selva. 2.7. Técnicas de Caça e pesca. 2.8. Obtenção de Alimento de Origem Animal e Vegetal. 2.9. Noções de Rastreamento Humano. 2.10. Marcha, Primeiros Socorros e Transporte de Vítima na Selva. 2.11. Instrução de AVOT (Audição, Visão, Olfato e Tato). 3. Planejamento, táticas e técnicas de busca e resgate na selva: 3.1. Fundamentos da Busca Terrestre. 3.2. Perfil Psicológico da Vítima e Categorias das Pessoas Perdidas. 3.3. Questionário de Busca e Tabela de *Bill Wade*. 3.4. Noções de Cartografia (*Google Earth*). 3.5. Uso de App para Orientação e Navegação (*Alpine Quest*). 3.6. Técnicas de Busca. 3.7. Utilização de Cães de Resgate e RPA (Drone) nas Buscas. 3.8. Construção de ZPH. 4. Operações simuladas de sobrevivência, busca e resgate na selva: 4.1. Exercício de Sobrevivência na Selva. 4.2. Operações Simuladas de Busca e Resgate em Ambiente de Selva. 4.3. Operações Simuladas Envolvendo Embarcações.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Exército Brasileiro. Instruções Provisórias IP 21-80- **Sobrevivência na Selva**. 2ª Ed. Brasília, 1999.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de Busca e Salvamento em Cobertura Vegetal de Risco**. 1. ed. Vol. 1. São Paulo, 2006.
- [3] De Oliveira Netto, S. **A Influência do Comportamento da Vítima nas Operações de Busca e Salvamento Terrestre (procurando nos lugares certos)**. 1ª ed. Joinville, SC: Legere, 2015.
- [4] De Oliveira Netto, S. **Manual de Rastreamento de Combate (A vantagem Humana)**. 1ª ed. Joinville, SC: Legere, 2015.
- [5] De Oliveira Netto, S. **Manual de Rastreamento Humano em Operações de Busca e Salvamento**. 1ª ed. Joinville, SC: Legere, 2014.
- [6] Demaree A. M. P., Guedes, J. M. C., Santos, E. L. **Intervenção do Corpo de Bombeiros nas Operações na Selva: Uma Ação mais Efetiva**. Artigo (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Escola de Administração Pública - EAP, Macapá, 2016.
- [7] Farias, C. G.; De Oliveira, E. S. **Métodos de Caçada do Povo Xakriabá**. Monografia (Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2006.
- [8] Friedmann, R. M.P. **Fundamentos de Orientação, Cartografia e Navegação Terrestre**. 3. ed. Curitiba: UTFPR, 2009.
- [9] Marcondes, R. R. **Perfil das Vítimas Perdidas no Estado de Mato Grosso**. (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública) - Instituto Federal do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso, 2022.
- [10] MARINHA DO BRASIL: COMANDO-GERAL DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. **Manual do Combatente Anfíbio - CGCFN-1004**. 1. ed. Rio de Janeiro: 2008.
- [11] Michels, C. S., Domingos T. J. **Estudo do Perfil de Vítimas Desaparecidas para Auxiliar na Elaboração de Estratégias de Busca Canina**. Vigiles: Revista de Defesa Civil, Defesa Social e Segurança Pública, v. 4, n.1 2021.

VIII - Busca e Resgate em Área de Selva II

Código: BRAS II

Ementa:

1. Introdução à atividade de busca e resgate em ambiente de selva: 1.1. A Atividade de Busca e Resgate no CBMAP. 1.2. Apronto Operacional: Fardo Aberto e Fardo Fechado. 1.3. Acionamento, Equipamentos e Autonomia da Equipe de Busca. 1.4. Composição, Funções e Segurança da Equipe de Busca. 2. Adaptação ao ambiente de selva: 2.1. Os Biomas do Estado do Amapá. 2.2. Vetores de Doenças Tropicais e Ofidismos. 2.3. Orientação e Navegação por Meios Naturais, Bússola e GPS. 2.4. Natação Utilitária e Transposição de Curso D'água. 2.5. Noções de Rastreamento Humano. 2.6. Marcha, Primeiros Socorros e Transporte de Vítima na Selva. 3. Planejamento, táticas e técnicas de busca e resgate na selva: 3.1. Fundamentos da Busca Terrestre. 3.2. Perfil Psicológico da Vítima e Categorias das Pessoas Perdidas. 3.3. Questionário de Busca e Tabela de *Bill Wade*. 3.4. Noções de Cartografia (Carta Topográfica, *Google Earth* e BDGEx). 3.5. Uso de App para Orientação e Navegação (*Alpine Quest*). 3.6. Noções de Planejamento de Busca. 3.7. Estratégia, Tática e

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

Técnicas de Busca. 3.8. Relatório de Busca e Formulário Estatístico. 3.9. Utilização de Cães de Resgate e RPA (Drone) nas Buscas. 3.10. Construção de ZPH e Noções de Resgate Usando Aeronave. 4. Operações simuladas de sobrevivência, busca e resgate na selva. 4.1. Exercício de Sobrevivência na Selva. 4.2. Operações Simuladas de Busca e Resgate em Ambiente de Selva. 4.3. Operações Simuladas Envolvendo Embarcações. 4.4. Operações Simuladas Envolvendo Helitransportáveis.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Exército Brasileiro. Instruções Provisórias IP 21-80- **Sobrevivência na Selva**. 2ª Ed. Brasília, 1999.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de Busca e Salvamento em Cobertura Vegetal de Risco**. 1. ed. Vol. 1. São Paulo, 2006.
- [3] De Oliveira Netto, S. **A Influência do Comportamento da Vítima nas Operações de Busca e Salvamento Terrestre (procurando nos lugares certos)**. 1ª ed. Joinville, SC: Legere, 2015.
- [4] De Oliveira Netto, S. **Manual de Rastreamento de Combate (A vantagem Humana)**. 1ª ed. Joinville, SC: Legere, 2015.
- [5] De Oliveira Netto, S. **Manual de Rastreamento Humano em Operações de Busca e Salvamento**. 1ª ed. Joinville, SC: Legere, 2014.
- [6] Demaree A. M. P., Guedes, J. M. C., Santos, E. L. **Intervenção do Corpo de Bombeiros nas Operações na Selva: Uma Ação mais Efetiva**. Artigo (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Escola de Administração Pública - EAP, Macapá, 2016.
- [7] Farias, C. G.; De Oliveira, E. S. **Métodos de Caçada do Povo Xakriabá**. Monografia (Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2006.
- [8] Friedmann, R. M.P. **Fundamentos de Orientação, Cartografia e Navegação Terrestre**. 3. ed. Curitiba: UTFPR, 2009.
- [9] Marcondes, R. R. **Perfil das Vítimas Perdidas no Estado de Mato Grosso**. (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública) - Instituto Federal do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso, 2022.
- [10] MARINHA DO BRASIL: COMANDO-GERAL DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS. **Manual do Combatente Anfíbio** - CGCFN-1004. 1. ed. Rio de Janeiro: 2008.
- [11] Michels, C. S., Domingos T. J. **Estudo do Perfil de Vítimas Desaparecidas para Auxiliar na Elaboração de Estratégias de Busca Canina**. Vigiles: Revista de Defesa Civil, Defesa Social e Segurança Pública, v. 4, n.1 2021.

IX – Chefia e Liderança I

Código: CL I**Ementa:**

1. Conceitos Relacionados à Liderança e Chefia: Conceitos sobre liderança, poder, autoridade, chefia. 2. Tipos de poder: legítimo, especialista, coercitivo, de recompensa e referente. 3. Você é um cartaz ambulante, Então, qual é a sua mensagem?, Teste: sua inteligência emocional, Dicas e armadilhas da comunicação, Cinco dicas para melhorar imediatamente suas habilidades de comunicação, Sua arma secreta: dizer palavras de abertura, fechar os ciclos, Feche o ciclo com chave de ouro, Cinco principais armadilhas dos e-mails, O que entra pelos ouvidos, Prática: brainstorming, Para vencer a batalha pelo tempo, enfrente as vozes em sua cabeça, Reunindo tudo em um plano de ação, Quando você deve decidir em vez de delegar, Como aprender a simplesmente dizer não?, Teste: seus deveres. 4. A Liderança: Estilos de liderança, Liderança anárquica, Liderança autocrática, Liderança liberal, Liderança democrática, Como agem os líderes, Qualidades positivas do líder, Qualidades intelectivas, Qualidades psicológicas, Qualidades morais, Qualidades sociais, Qualidades físicas, Conhecimento da psicologia humana, Normas gerais para se dar bem, Como devem ser as ordens, Autoridade e respeito, Como manter a autoridade e conquistar o respeito, Regras para a delegação, Negociação, Flexibilidade na negociação. 5. Aplicação da Chefia e Liderança nas Atividades do CBM-AP.

Bibliografia:

- [1] COLETÂNEA DE MANUAIS TÉCNICOS DE BOMBEIRO. **Liderança**. 1. ed. São Paulo, v. 39, 2006.
- [2] GEISLER, Jill. **Como se tornar um ótimo chefe**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
- [3] HUNTER, James C. **Como se tornar um líder servidor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- [4] **O monge e o executivo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

X – Chefia e Liderança II

Código: CL II**Ementa:**

1. Conceitos Relacionados à Liderança e Chefia: Conceitos sobre liderança, poder, autoridade, chefia e gerência, velhos e novos paradigmas e o conceito de pirâmide invertida, Modelo de liderança. 2. A Chefia: Os desafios e as alegrias do gerenciamento, Os cinco maiores desafios para os chefes, Os cinco maiores desafios gerenciais: certo e errado, As cinco grandes recompensas da gerência, Teste: as 12 competências básicas da gerência, O que os funcionários nunca esquecem e nunca perdoam Três questões que os funcionários nunca esquecem Três

questões que os funcionários nunca perdoam, Cuidado com o irmão maligno e como repudiá-lo, Teste: avalie seu impacto, Como aproveitar o poder da liderança, Tipos de poder: legítimo, especialista, coercitivo, de recompensa e referente, Você é um gerente, um líder ou ambos?, Teste: explorando a rede elétrica da liderança, Gerencie a si mesmo para que possa liderar os outros, Usando a inteligência emocional a seu favor, Autoconhecimento, autogestão, consciência social, gestão das relações, Você é um cartaz ambulante, Então, qual é a sua mensagem?, Teste: sua inteligência emocional, Dicas e armadilhas da comunicação, Cinco dicas para melhorar imediatamente suas habilidades de comunicação, Sua arma secreta: dizer palavras de abertura, fechar os ciclos, Feche o ciclo com chave de ouro, Cinco principais armadilhas dos e-mails, O que entra pelos ouvidos, Prática: brainstorming, Para vencer a batalha pelo tempo, enfrente as vozes em sua cabeça, Reunindo tudo em um plano de ação, Quando você deve decidir em vez de delegar, Como aprender a simplesmente dizer não?, Teste: seus deveres. 3. A Liderança: Estilos de liderança, Liderança anárquica, Liderança autocrática, Liderança liberal, Liderança democrática, Como agem os líderes, Qualidades positivas do líder, Qualidades intelectivas, Qualidades psicológicas, Qualidades morais, Qualidades sociais, Qualidades físicas, Conhecimento da psicologia humana, Normas gerais para se dar bem, Como devem ser as ordens, Autoridade e respeito, Como manter a autoridade e conquistar o respeito, Regras para a delegação, Negociação, Flexibilidade na negociação. 4. O Trabalho em Equipe: Você não deve tratar todos da mesma maneira, Diferenças entre introvertidos e extrovertidos, Trabalhando com introvertidos, Trabalhando com extrovertidos, Detalhistas ou generalista: captando as informações, Durões e sensíveis: tomando decisões, Planejadores e impulsivos, Trabalhe feliz: motivação que realmente importa, Motivação: de fora para dentro, Motivação intrínseca: senhoras e senhores, liguem seus motores, A competência desenvolve confiança e motivação, Autonomia é motivadora, O propósito tem poder motivador, Crescimento: melhorar, ficar mais forte, O segredo da gestão do desempenho: feedback, Ferramentas de feedback positivo e como utilizá-las, Cinco etapas para dobrar seu feedback, Não dá para ser bonzinho demais numa conversa franca: feedback negativo é necessário, Como utilizar as ferramentas de feedback negativo, 10 passos para tornar as conversas mais fáceis. 5. Aplicação da Chefia e Liderança nas Atividades do CBM-AP. 6. Trabalho Acadêmico: Fazer um trabalho acadêmico (a definir).

Bibliografia:

- [1] COLETÂNEA DE MANUAIS TÉCNICOS DE BOMBEIRO. **Liderança.** 1. ed. São Paulo, v. 39, 2006.
- [2] GEISLER, Jill. **Como se tornar um ótimo chefe.** Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
- [3] HUNTER, James C. **Como se tornar um líder servidor.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- [4] **O monge e o executivo.** Rio de Janeiro: Sextante 2004.

XI – Ciência Política

Código: CP**Ementa:**

1. A Política e o Estado Atual. Estado e Sociedade Civil no Pensamento Político: Evolução histórica, conceito, objeto, método e fontes, Conceito de política e suas implicações, Conceito de poder: legalidade e legitimidade, Política e poder. 2.O Estado e a Democracia no Debate da Sociedade Global: Estado: origens, teorias, formação, tipos históricos, Elementos constitutivos do estado: território, povo, soberania, Diferenças entre estado e nação, O estado social de direito, O estado democrático de direito, Constitucionalismo liberal: origens e características, Poder constituinte, O neoconstitucionalismo.

Bibliografia:

- [1] BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade:** Para uma Teoria Geral da Política. 4a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- [2] BURKE, E. **Reflexões Sobre a Revolução na França.** In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. II. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- [3] GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita.** São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- [4] HOBBES, Thomas.
- [4] WEFFORT, Francisco (Org.). **O Leviatã.** In: C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. I. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- [5] KANT, E. **Primeiros Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito.** In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. II. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- [6] LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo.** In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. I. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- [7] MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. I. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- [8] MARX, K. **Prefácio a Contribuição a Crítica da Economia Política.** In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. II. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- [9] MONTESQUIEU, B. S. **O Espírito das Leis.** In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. I. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- [10] PLATÃO. **A República.** Belém: Editora da UFPa, 1988.
- [11] ROUSSEAU, J. J. **O Contrato social.** In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. I. São Paulo: Editora Ática, 1993.

- [12] STUART MILL, J. **Sobre a Liberdade**. In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. II. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- [13] TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. In: Weffort, Francisco C. (Org.) Os Clássicos da Política. Vol. II. São Paulo: Editora Ática. 1993.

XII – Combate a Incêndio I

Código: CII**Ementa:**

1. Teoria do Comportamento do Fogo: Conceitos básicos. Elementos essenciais da combustão. Pirólise. Classificação da combustão. Produtos da combustão. Transferência de calor. Condutores e isolantes térmicos. O estudo da vela. Classes de incêndio A, B, C, D e K. Métodos de extinção do fogo (retirada de material, resfriamento, abafamento, quebra de reação em cadeia). 2. Desenvolvimento do incêndio: Fases do incêndio. Carga de incêndio. Fumaça. A influência dos elementos construtivos e materiais de acabamento (pisos falsos, teto falso, fachadas de vidro, gesso acartonado, dutos). Casa de fumaça. Aspectos gerais de prevenção de incêndios. Quadrado da vida. 3. Comportamentos extremos do fogo: Flashover- Generalização do incêndio. Backdraft- explosão de fumaça. Smoke explosion / flashfire - ignição de fumaça. Mini-simulador. 4. GLP: Principais características. Enchimento dos cilindros. Dispositivos de segurança. Localização dos cilindros. Tipos e instalações de GLP. Acidentes mais comuns envolvendo GLP. Condutas em emergências envolvendo vazamentos de GLP. Condutas envolvendo incêndios em GLP. 5. Agentes extintores e extintores de incêndio: Principais agentes extintores. Água, CO₂, PQS, Espuma e outros agentes. Propriedades extintoras da água. Vazão. Pressão. Conceito de extintores. Extintores portáteis e sobre rodas. Tipos de extintores. Manutenção e utilização de Extintores. 6. Mangueiras, esguichos e acessórios: Acessórios hidráulicos. Esguichos. Informações gerais sobre mangueiras. Tipos. Cuidados antes, durante e após a utilização. Técnicas de acondicionamento e manuseio. Aduchamento pela ponta e pelo seio com dois bombeiros. Aduchamento com um bombeiro. Aduchamento zigzag ou sanfonada. Aduchamento em “0”. Confecção de Fardos. Estabelecimento de mangueiras. Linhas de mangueiras. Noções de perda de carga. Golpe de aríete. 7. Suprimento de água, Abastecimento e Bombas: Fontes de abastecimento. Tipos de abastecimento. Hidrantes públicos e privados. Abastecimento em incêndios. Acessórios de abastecimento. Auto Bomba Tanque. Auto Tanque. Auto Plataforma Mecânica. Linha de Resfriamento. Sistema Pião. Conceito de Bombas. Bomba centrífuga. Princípios. Fonte de captação. Materiais de abastecimento. Operações de suprimento (sistema pião). Abastecimento elevado. Abastecimento de água em hidrantes públicos. Abastecimento de água por VTR. Abastecimento de água com tanques portáteis. Abastecimento de água em mananciais. Equipes de apoio nas operações de abastecimento. Posicionamento de viaturas. Noções básicas de utilização de um ABT em um combate a incêndio. Cálculos práticos de pressão e vazão em operações de combate a incêndios. 8. Equipamentos de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Respiratória: Descrição dos equipamentos. Nomenclatura. Importância de utilização. Demonstração de montagem e testes do equipamento de proteção respiratória (EPRA). Treinamento de montagem e testes do equipamento de proteção respiratória (EPRA). Técnica de equipagem e desequipagem. Demonstração da equipagem e desequipagem. Treinamento de equipagem e desequipagem. Adaptação ao equipamento de proteção individual. Equipagem: Exercícios - com visão, sem e com obstáculos. 9. Técnicas de aplicação de água e manejo de esguichos: Tipos de jatos e formas de aplicação. Jato Compacto. Jato Mole. Pacote d'água ou Penciling. Jato Neblinado. Ataque direto, ataque indireto, ataque combinado, ataque tridimensional, Ataque transicional. ZOTI. Técnicas de 3DWF. Manejo de esguichos: Regulagem de jatos. Regulagem de vazão. Abertura e fechamento. Maneabilidades ofensivas. Maneabilidades defensivas. Técnica de proteção contra rollover. Saturação por Neblina. Abordagem de ambientes (Risco de Flashover e Risco de Backdraft). Técnicas de progressão. Técnica de dois pontos. Técnica de três pontos. Técnica de quatro pontos. Passagem de porta. 10. Escadas de bombeiros: Conceito e classificação. Tipos de escadas. Cuidados com as escadas. Operações com escadas. 11. Busca e resgate em incêndios: Conceito. Busca primária e secundária. VES. Técnicas de retirada de vítimas. Auto Resgate. Resgate do Canga. 12. Técnicas de Combate a Incêndio em Edificações Verticais: içamento de linha: Limitações dessa técnica, Desenvolvimento de prática utilizando água. Operação de içar ligação: Divisor no andar inferior ao combate, Desenvolvimento de prática utilizando água. Armação de mangueiras pré-conectadas em escada enclausurada: Divisor no andar inferior ao combate, utilizando água, Linhas em Z, Linhas em 0. Ligação em fardo e sacola/caixa. Utilização do preventivo fixo: Quando e como utilizar, Limitações dessa técnica, Pressurização do Sistema preventivo fixo, Visita a edificação que possua o preventivo 13. Incêndio em Veículos: Riscos, Peculiaridades do Combate a Incêndio em Veículos, Uso de água e uso de Espuma no combate. 14. Prática de combate real em ambientes confinados no simulador (Contêiner): Protocolo do treinamento. 15. Noções de Táticas de Combate a Incêndio: Fundamentos. Modo Ofensivo e Modo defensivo. Objetivos Gerais do Combate a Incêndio. Preparação para o Socorro. Fases do Socorro. O uso do SCI em Operações de incêndio.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Manual de Bombeiros Militar Combate a incêndio urbano.** Belo Horizonte, 2020.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Técnico De Bombeiro – MTB 48:** segurança contra incêndio e áreas de risco. São Paulo, 2006.
- [3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** Combate a Incêndio Urbano. Goiânia, 2017.
- [4] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual básico de combate a incêndio** – Módulos 1, 2, 3, 4 e 6. 2^a ed. Brasília. 2013.
- [5] BRENTANO, Telmo. **A Proteção contra incêndios no projeto de edificações.** 3^a ed. Edição do autor. Porto Alegre, 2015.
- [6] SEITO, Alexander Itiu, et al. **A Segurança Contra Incêndio no Brasil.** 1^aEd. Projeto Editora. São Paulo, 2008.

XIII – Combate a Incêndio II

Código: CI II

1. Desenvolvimento do incêndio: Fases do incêndio. Carga de incêndio. Fumaça. Fluxo de calor x temperatura. A influência dos elementos construtivos e materiais de acabamento (pisos falsos, teto falso, fachadas de vidro, gesso acartonado, dutos). Casa de fumaça. 2. Comportamentos extremos do fogo e condutas operacionais: Flashover- Generalização do incêndio. Backdraft- explosão de fumaça. Smoke explosion / flashfire - ignição de fumaça. Mini-simulador. Abordagem de ambientes conforme o risco. Incêndio dominado pelo vento (Wind Driven Fire) 3. Maneabilidades de combate a incêndio: Jatos, pulsos, progressão, técnicas de retirada de vítimas, adaptação ao EPI e EPRA, estabelecimento de mangueiras, uso de escadas prologáveis. 4. Princípios e gestão de risco em incêndios: Princípios e gestão de riscos em incêndios. Risco aceitável. Conservação de propriedade. Risco de vida. Filosofia Risco x Benefício. Comando e controle. Avaliação ou size-up. Modos de ataque. Modos de comando. Gerenciamento de recursos de equipe. 5. Táticas de Combate a Incêndio: Fundamentos. Modo Ofensivo e Modo defensivo. Objetivos Gerais do Combate a Incêndio. Preparação para o Socorro. Fases do Socorro. O uso do SCI em Operações de incêndio. 6. Ventilação tática: Definição. Ventilando incêndios a realidade. Anti-ventilação. Perfil de ventilação. Criando aberturas. Ventilação preeexistente. Ventilação não planejada. Objetivos da ventilação. Benefícios e riscos da ventilação. Tipos de ventilação (Natural e forçada). Métodos de ventilação (horizontal e vertical). Técnicas de ventilação (Ventilação por Pressão Positiva, Ventilação por Pressão Negativa, Ventilação Hidráulica. 7. Busca e resgate em incêndios: Conceito. Busca primária e secundária. VES. Técnicas de retirada de vítimas. Auto Resgate. Resgate do Canga. 8. Combate a Incêndio em Edificações Verticais: Panorama de edificações verticais em Macapá. Manejo de linhas e combate com baixa pressão. Sistemas preventivos. Hidráulica aplicada e SHP/RTI. Sistemas preventivos: escada pressurizada, Alarme, Geradores, Desligamento de energia, RTI, Recalque e Hidrante 1º piso. Sprinklers. Uso de elevadores. Ventilação no plano vertical. 9. Simulado em edificação com SHP, Simulado em edificação sem SHP 10. Prática de combate real em ambientes confinados no simulador (Contêiner): Protocolo do treinamento.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Manual de Bombeiros Militar Combate a incêndio urbano.** Belo Horizonte, 2020.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Técnico De Bombeiro – MTB 48:** segurança contra incêndio e áreas de risco. São Paulo, 2006.
- [3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** Combate a Incêndio Urbano. Goiânia, 2017.
- [4] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual básico de combate a incêndio** – Módulos 1, 2, 3, 4 e 6. 2^a ed. Brasília. 2013.
- [5] BRENTANO, Telmo. **A Proteção contra incêndios no projeto de edificações.** 3^a ed. Edição do autor. Porto Alegre, 2015.
- [6] SEITO, Alexander Itiu, et al. **A Segurança Contra Incêndio no Brasil.** 1^aEd. Projeto Editora. São Paulo, 2008.
- [7] GRINWOOD, Paul. Eurofirefighter- Táticas de Combate a incêndio e engenharia do fogo. Tradutores et. al. Publicação original: Jeremy Mills Pub., 2008.

XIV – Combate a Incêndio III

Código: CI III**Ementa:**

1. Desenvolvimento do incêndio: Fases do incêndio. Carga de incêndio. Fumaça. Fluxo de calor x temperatura. A influência dos elementos construtivos e materiais de acabamento (pisos falsos, teto falso, fachadas de vidro, gesso acartonado, dutos). Casa de fumaça. 2. Comportamentos extremos do fogo e condutas operacionais: Flashover- Generalização do incêndio. Backdraft - explosão de fumaça. Smoke explosion/flashfire - ignição de fumaça. Mini-simulador. Abordagem de ambientes conforme o risco. Incêndio dominado pelo vento (Wind

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

Driven Fire) 3. Maneabilidades de combate a incêndio com práticas de comando: Jatos, pulsos, progressão, técnicas de retirada de vítimas, adaptação ao EPI e EPRA, estabelecimento de mangueiras, uso de escadas prologáveis. 4. Princípios e gestão de risco em incêndios: Princípios e gestão de riscos em incêndios. Risco aceitável. Conservação de propriedade. Risco de vida. Filosofia Risco x Benefício. Comando e controle. Avaliação ou size-up. Modos de ataque. Modos de comando. Gerenciamento de recursos de equipe. O Comandante de Guarnição e seu papel na operação de incêndio. 5. Táticas de Combate a Incêndio: Fundamentos. Modo Ofensivo e Modo defensivo. Objetivos Gerais do Combate a Incêndio. Preparação para o Socorro. Fases do Socorro. O uso do SCI em Operações de incêndio. 6. Ventilação tática: Definição. Ventilando incêndios a realidade. Anti-ventilação. Perfil de ventilação. Criando aberturas. Ventilação preexistente. Ventilação não planejada. Objetivos da ventilação. Benefícios e riscos da ventilação. Tipos de ventilação (Natural e forçada). Métodos de ventilação (horizontal e vertical). Técnicas de ventilação (Ventilação por Pressão Positiva, Ventilação por Pressão Negativa, Ventilação Hidráulica. 7. Coordenação de Busca e resgate em incêndios: Conceito. Busca primária e secundária. VES. Técnicas de retirada de vítimas. Auto Resgate. Resgate do Canga. 8. Combate a Incêndio em Edificações Verticais: Panorama de edificações verticais em Macapá. Manejo de linhas e combate com baixa pressão. Sistemas preventivos. Hidráulica aplicada e SHP/RTI. Sistemas preventivos: escada pressurizada, Alarme, Geradores, Desligamento de energia, RTI, Recalque e Hidrante 1º piso. Sprinklers. Uso de elevadores. Ventilação no plano vertical. 9. Simulado em edificação com SHP, Simulado em edificação sem SHP e Simulacros. 10. Prática de combate real em ambientes confinados no simulador (Contêiner): Protocolo do treinamento.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Manual de Bombeiros Militar Combate a incêndio urbano.** Belo Horizonte, 2020.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Técnico De Bombeiro – MTB 48:** segurança contra incêndio e áreas de risco. São Paulo, 2006.
- [3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** Combate a Incêndio Urbano. Goiânia, 2017.
- [4] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual básico de combate a incêndio – Módulos 1, 2, 3, 4 e 6.** 2ª ed. Brasília. 2013.
- [5] BRENTANO, Telmo. **A Proteção contra incêndios no projeto de edificações.** 3ª ed. Edição do autor. Porto Alegre, 2015.
- [6] SEITO, Alexander Itiu, et al. **A Segurança Contra Incêndio no Brasil.** 1ªEd. Projeto Editora. São Paulo, 2008.
- [7] GRINWOOD, Paul. Eurofirefighter- Táticas de Combate a incêndio e engenharia do fogo. Tradutores et. al. Publicação original: Jeremy Mills Pub. 2008.

XV – Comportamento Escolar

Código: CE**Ementa:**

1. Observação da conduta do aluno de acordo com as normas vigentes no CBMAP. 2. Transgressão Escolar: Definição, Média de Comportamento Disciplinar escolar, das Faltas disciplinares. 3. Das Punições Escolares: Classificação e Tipo, da Competência para Aplicação da Punição Escolar, da Apuração da Transgressão Escolar, do Julgamento, da Aplicação da punição, do Registro da punição. 4. Das Recompensas.

Bibliografia:

- [1] AMAPÁ. **Lei complementar nº 0084, de 07 de abril de 2014 - Situação, obrigações, deveres, direitos, garantias, prerrogativas e atribuições dos Militares do Estado do Amapá.** Art.3º. Disponível em:<<http://www.al.ap.gov.br>>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.
- [2] CBMAP. **Regimento Interno – RI,** 2023. Portaria Nº , de 10 de setembro de 2023.
- [3] CBMAP. **Regulamento de Uniformes.** Decreto 2839, de 11 de agosto de 2021, publicado no Diário Oficial Nº 7.481, de 11 de agosto de 2021.
- [4] POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ. **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Amapá (RDPM).** Decreto n.º 036 de 17 Dez 81.

XVI – Compras Públicas I

Código: CP I**Ementa:**

1. Noções gerais sobre Compras Públicas; 2. Noções sobre o ciclo de construção de Políticas Públicas; 3. Identificação de Necessidade e Interesse Público alinhado com a Missão Institucional do CBMAP; 4. Princípios do Planejamento; 5. Etapas do planejamento; 6. Artefatos de Planejamento; 7. Estudo Técnico Preliminar; 8. Pesquisa de Preço, metodologias e ferramentas para precificação; 9. Gestão de Riscos.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, ed. extra, Brasília, DF, ano 159, n. 61-F, p. 1-23, 1 abr. 2021.
- [2] E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Decreto Estadual nº 1.716/2023.** Regulamenta o Sistema de Registro de Preços disciplinado nos arts. 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021..
- [3] E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Decreto Estadual nº 1.715/2023.** Regulamenta a licitação, nas modalidades pregão e concorrência, no âmbito dos órgãos da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- [4] AMAPÁ. **Instrução Normativa nº 003/2022-PGE.** Dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do..
- [5] MENDES, Osmar; RAISER, Gilberto. **Planejamento estratégico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, v. 3, n. 4, p. 230-240, 2009.
- [6] GARCIA, Flavio Amaral. "Uma visão geral da Lei nº 14.133/2021: avanços e omissões." (2021).
- [7] SALOMÃO CARVALHO, CAIO VINICIUS. **As principais mudanças de combate a corrupções trazidas no ordenamento jurídico brasileiro pela nova lei 14.133/2021.**
- [8] DA COSTA, Igor Martins; DE ARAÚJO MIRANDA, Rodrigo Fontenelle. **A gestão de riscos no setor público e nas compras públicas à luz da nova lei de licitações e contratos administrativos.** Conexões e experiências, p. 49.
- [9] CHIAVENATO Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** Elsevier. Brasil 2021.

XVII – Compras Públicas II

Código: CP II

Código: CP II

Ementa:

1. Princípios da Nova Lei de Licitações; 2. Elaboração prática de Estudo Técnico Preliminar – ETP; 3. Orientações normativas vigentes e modelos detalhados; 4. Visão Estratégica de suprimentos; 5. Projeção de planejamento de estoque; 6. Prática de Gestão de riscos; 7. Termo de Referência; 8. Operacionalização e uso do Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA; 9. Elaboração prática de Termo de Referência – TR; 10. Tramitação de Processos de Compras Públicas (Estado do Amapá).

Bibliografia:

- [1] BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, ed. extra, Brasília, DF, ano 159, n. 61-F, p. 1-23, 1 abr. 2021.
- [2] E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Decreto Estadual nº 1.716/2023.** Regulamenta o Sistema de Registro de Preços disciplinado nos arts. 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021..
- [3] E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Decreto Estadual nº 1.715/2023.** Regulamenta a licitação, nas modalidades pregão e concorrência, no âmbito dos órgãos da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- [4] AMAPÁ. **Instrução Normativa nº 003/2022-PGE.** Dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do..
- [5] ARGENTA, Jaúna Medianeira; ZIEGLER, Fernanda; RODRIGUES, Rodrigo Buenavides. **Manual de orientações da lei 14.133/2021.** RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, v. 4, n. 1, p. e413659-e413659, 2023.
- [6] GOMES, Michael Hellison Jantorpe; XAVIER, Andréa Esper; MORONG, Fábio Ferreira. Os desafios da fase preparatória dos processos licitatórios à luz da lei federal Nº 14.133/2021. In: **Colloquium Socialis. ISSN: 2526-7035.** 2022. p. 50-63.

XVIII – Compras Públicas III

Código: CP III

Código: CP III

Ementa:

1. O que é Sistema de Registro de Preços. Quando é possível utilizar. Quais as condições para o uso. Atores do SRP. Possibilidades de adesão à ata. Como utilizar uma Ata de Registro de Preços. Ocorrência de dissociação entre preço registrado e de mercado. Posso cancelar um preço registrado? E o registro do fornecedor? 2. Síntese dos procedimentos de contratação pública. Visão sistêmica dos procedimentos de compras governamentais, do planejamento ao controle. 3. Termo de Referência, Edital e Termo de Contrato: Conceitos de Termo de Referência, Edital e Termo de Contrato, pontos fundamentais para elaboração do Termo de Referência, Edital e de um Termo de Contrato, pontos complementares para elaboração do Termo de Referência, Edital e Termo de Contrato. 4. A contratação administrativa conceitos fundamentais: As principais diferenças entre contrato de direito privado e o contrato administrativo; cláusulas exorbitantes – prerrogativas da Administração, distinção entre contrato administrativo e convênio; tipos de contratos administrativos, disciplina legal, princípios e sua aplicação; a natureza jurídica e peculiaridade do contrato administrativo; características específicas dos contratos

administrativos, regimes de execução dos contratos administrativos. 5. Formalização do contrato administrativo: Conceito, formalização, cláusulas essenciais e acessórias e publicação. 6. A fiscalização e o gerenciamento do contrato administrativo: A designação do gestor e fiscais do contrato; os perfis recomendados na Nova Lei de Licitações; o auxílio do assessoramento jurídico e da auditoria na forma da lei; a elaboração do plano de fiscalização; documentação relativa à fiscalização de contratos; cuidados com as garantias do contrato, as funções do fiscal do contrato; a constituição da garantia e a recomposição do seu valor por alterações contratuais; principais hipóteses de alterações contratuais e procedimentos de formalização; termos aditivos e apostilamento; vigência de contratos; acréscimos e supressões nos contratos; a aplicação de penalidades e respectivos procedimentos para formalização; as responsabilidades do fiscal e do gestor de contrato; providências para encerramento dos contratos; análise e negociação das solicitações de reajustes, repactuações e equilíbrio econômico-financeiro. 7. Garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação: Distinção entre reajuste repactuação e equilíbrio econômico-financeiro;

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, ed. extra, Brasília, DF, ano 159, n. 61-F, p. 1-23, 1 abr. 2021.
- [2] E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Decreto Estadual nº 1.716/2023. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços disciplinado nos arts. 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021..
- [3] E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Decreto Estadual nº 1.715/2023. Regulamenta a licitação, nas modalidades pregão e concorrência, no âmbito dos órgãos da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- [4] AMAPÁ. Normativa nº 003/2022-PGE. Dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do. Instrução.
- [5] DE OLIVEIRA FILHO, Sérgio Veríssimo. **O sistema de registro de preços e o “carona”**. Revista de Direito Público, v. 1, n. 1, p. 115-129, 2019.
- [6] ALMEIDA, Ailjan Santos et al. PROCESSO DE LICITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. **Editora Coleta Científica**, p. 01-46, 2022.

XIX – Comunicação Social I

Código: CS I

Ementa:

1. Contextualização Histórica, Teorias e Conceitos. 2. Os meios de Comunicação e suas Características. 3. O Processo de Comunicação da Sociedade Brasileira. 4. Influência da Mídia Positiva e Negativa sobre a Sociedade. 5. Redes sociais: Fundamentos das Redes Sociais. 6. O cenário da comunicação digital no Brasil e no mundo. 7. Principais Ferramentas Digitais. 8. Redes sociais e sua influência. 9. Planejamento de Redes Sociais. 10. Produção de Conteúdos Digitais. 11. Gestão de perfis. 12. Monitoramento das Redes Sociais. 13. Noções de Relacionamento com a Imprensa. 14. Produção de material audiovisual de acordo com as diretrizes de comunicação. Ética profissional. 15. Planejamento e Gestão Estratégica em Marketing: Aspectos Elementares do Marketing Estratégico. 15.1. Conceitos Introdutórios de Marketing. 15.2. Enfoques e Concepções do Marketing. 15.3. Ambientes do Marketing. 15.4. Conceitos Introdutórios de Estratégia. 15.5. Fundamentos para o Desenvolvimento de Estratégias. 15.6. Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing. 15.7. O Planejamento. 15.8. Tipos de Planejamento. 15.9. Planejamento Estratégico. 15.10. Plano de Marketing. 15.11. Diretrizes do Planejamento Estratégico. 15.12. Etapas do Plano de Marketing. 15.13. O Ambiente Interno da Organização. 15.14 O Ambiente Externo da Organização. 16. Assessoria de Comunicação. 17. Lei de Acesso à Informação. 18. Redação para produtos jornalísticos.

Bibliografia:

- [1] WOLF, M. **Teorias da Comunicação**, Lisboa, Presença, 4ª edição, 1995.
- [2] THAYER, L. **Comunicação: fundamentos e sistemas**, São Paulo: Atlas, 1976.
- [3] BERLO, David Kenneth. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972. 266 p.
- [4] DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 105 p. (Coleção primeiros passos; 67)
- [5] JACKS, Nilda. **Tendências na comunicação**. Porto Alegre: L&PM, 2001. 150 p.
- [6] RCONT – R2.
- [7] LEI 0811/2004 – ORG. DO ESTADO AP. [5] JACKS, Nilda. **Tendências na comunicação**. Porto Alegre: L&PM, 2001. 150 p.
- [8] ANDRADE, Carlos Frederico de. **Marketing: o que é? quem faz? quais as tendências?** 2. ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2010. 213 p.
- [9] MACHLINE, Claude; DIAS, Sérgio Roberto. **Gestão de marketing**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 539 p.

- [10] SILVA, L.C.C. **Análise da relação existente entre as ações de endomarketing e a imagem corporativa: um estudo de caso no Banco do Brasil em João Pessoa** – Paraíba. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal da Paraíba, 1999.
- [11] CURVELLO, João J.A. – **Comunicação Interna e Clima Organizacional** – São Paul: Scortecci, 2002. Assessoria de Imprensa – **Teoria e Prática** KOPPLIN Elisa e FERRARETO Luiz Arthur 2001.

XX – Comunicação Social II

Código: CS II**Ementa:**

1. Contextualização Histórica. 2. Teorias e Conceitos. 3. As organizações como sistemas de comunicação. 4. Estratégias e planejamento da Comunicação Integrada. 5. Assessorias e consultorias de comunicação. 5.1. Organização. 5.2. Funções. 5.3. Modelos e tendências. 6. Abordagens, estratégias e técnicas qualitativas aplicadas à Comunicação Social. 7. Relacionamento com públicos estratégicos e preferenciais. 8. Marketing organizacional. 9. Conceitos de Marketing e aplicações. 10. Teoria dos 4Ps. 11. Comunicação Integrada. 11.1 Comunicação Institucional. 11.2. Administrativa. 11.3. Interna e Mercadológica.

Bibliografia:

- [1] BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: Teoria e Pesquisa** – São Paulo: Manole, 2002.
- [2] CORRADO, Frank – **A força da comunicação** – São Paulo: Makron Books, 1994.
- [3] CURVELLO, João J.A. – **Comunicação Interna e Clima Organizacional** – São Paul: Scortecci, 2002.
- [4] DUARTE, Jorge (organizador) – **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2002.
- [5] KUNSCH, Margarida M.K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003. Nova Edição Revista e Ampliada.
- [6] NEVES, Roberto de Castro – **Crises Empresariais com a opinião pública** – São Paulo: Mauad, 2002.
- [7] PINHO, J.B. **O Poder das Marcas**, São Paulo: Summus, 1996.
- [8] Assessoria de Imprensa – **Teoria e Prática** KOPPLIN, Elisa e FERRARETO, Luiz Arthur 2001.
- [9] RCONT – R2.
- [10] LEI 0811/2004 – ORG. DO ESTADO AP.

XXI –Comunicação Social III

Código: CS III**Ementa:**

1. Contextualização Histórica. 2. Teorias e Conceitos. 3. Os meios de Comunicação e suas Características. 4. Influência da Mídia Positiva e Negativa sobre a Sociedade. 5. Comunicação pública e Media Training. 6. Branding. 7. Endomarketing. 8. Relacionamento com a mídia. 9. Gerenciamento de crises. 10. Oratória e storytelling. 11. Comunicação Corporativa. 12. Reputação digital.

Bibliografia:

- [1] BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: Teoria e Pesquisa** – São Paulo: Manole, 2002.
- [2] CORRADO, Frank – **A força da comunicação** – São Paulo: Makron Books, 1994.
- [3] CURVELLO, João J.A. – **Comunicação Interna e Clima Organizacional** – São Paul: Scortecci, 2002.
- [4] DUARTE, Jorge (organizador) – **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2002.
- [5] KUNSCH, Margarida M.K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003. Nova Edição Revista e Ampliada.
- [6] NEVES, Roberto de Castro – **Crises Empresariais com a opinião pública** – São Paulo: Mauad, 2002.
- [7] TORQUATO, Gaudêncio - **Tratado de Comunicação Organizacional e Política** – São Paulo: Thomson, 2002.
- [8] BATISTA, D. **Branding como estratégia de valor para serviços**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Educação Continuada, Programa de Pós-graduação em Gestão de Marcas e Identidade Corporativa, Belo Horizonte, 2008.
- [9] MCKENNA, R. **Marketing de Relacionamento**. 5a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- [10] SHOSTACK, G.L. **Criando serviços que satisfazem**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- [11] PINHO, J.B. **O Poder das Marcas**, São Paulo: Summus, 1996.
- [12] RCONT – R2.
- [13] LEI 0811/2004 – ORG. DO ESTADO AP.

XXII –Comunicação Social IV

Código: CS IV**Ementa:**

1. Comunicação organizacional: surgimento, evolução, conceitos básicos e abrangência. 2. O sistema de comunicação nas organizações: processos, níveis de análises, barreiras, fluxos e redes (formal e informal). 3. Os meios de comunicação nas organizações: classificação, características e linguagens das principais mídias

internas e externas. 4. Comunicação interna: conceitos, importância, novas exigências e novas práticas. 5. Comunicação Integrada, Comunicação Corporativa e o Composto da Comunicação nas organizações. 6. Comunicação Institucional (Relações Públicas, Marketing Social e Identidade Corporativa). 7. Comunicação Mercadológica ou Comunicação de Marketing (Marketing, Publicidade, Merchandising). 8. Administração estratégica da comunicação e a definição de políticas.

Bibliografia:

- [1] KUNSCH, M. M. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.
- [2] NEVES, R. C. **Comunicação empresarial integrada: como gerenciar: imagem, questões públicas, comunicação simbólica, crises empresariais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- [3] CURVELLO, João J.A. – **Comunicação Interna e Clima Organizacional** – São Paul: Scortecci, 2002.
- [4] KUNSCH, Margarida M.K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003. Nova Edição Revista e Ampliada.
- [5] NEVES, Roberto de Castro – **Crises Empresariais com a opinião pública** – São Paulo: Mauad, 2002.
- [6] RCONT – R2.
- [7] LEI 0811/2004 – ORG. DO ESTADO AP.
- [8] PIMENTA M. A. **Comunicação Empresarial**. Campinas: Alínea 2004.

XXIII – Conjuntura Econômica Social e Política da Sociedade

Código: CESPS**Ementa:**

1. Analisar a conjuntura nacional e os cenários paradoxais. 2. Estudar e analisar a nova ordem econômica externa. 3. Identificar e analisar as políticas de desenvolvimento e crises sociais no Brasil contemporâneo. 4. As vicissitudes em relação aos avanços tecnológicos e cenários ambientais. 5. Projetos e alternativas contemplando a conjuntura econômica, social e política da sociedade. 6. As crises internacionais e a atitude brasileira diante delas. 7. Estudo de caso.

Bibliografia:

- [1] ARENDT, Hannah (1997). A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: editora Perspectiva.
- [2] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- [3] BOBBIO, Norberto e Michelângelo (1986) **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**.
- [4] _____ **Estado, Governo, Sociedade**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra 1987.
- [5] CARDOSO, F. H.; LAMOUNIER, B. **A Bibliografia de Ciência Política sobre o Brasil**. Ed. Dados, IVPERJ.
- [6] HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos - O breve século XX**, 1995.
- [7] LAMOUNIER, Bolivar. A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um balanço crítico. In: **A Política dos Anos 80**. pp. 407.433.
- [8] SILVA, Sandra Siqueira da. **A modernidade e a pós modernidade: uma leitura de Michel Maffesoli e Anthony Giddens**, 2011.
- [9] BOBBIO, N. Mattenci, N.P. Pasquino, G. **Dicionário de Política Brasília**. Ed: Universidade de Brasília.1986.
- [10] _____ **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília Ed. Universidade de Brasília.
- [11] JAGUARIBE, Hélio (org). **Sociedade, Estado e Partidos na Atualidade Brasileira** - Ed. Paz e Terra, 1992.
- [12] LOWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 3^a Ed.
- MARTINS, Carlos.
- [13] MOORE JR., Barrington, **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

XXIV – Continência e Ordem Unida para Banda de Música I

Código: COUBM I**Ementa:**

1. Generalidades. Acerca do tema em tela voltado para a banda de música e suas características próprias. 2. Regulamentos de continência Art. 83. Toques e exórdios correspondentes, símbolos nacionais etc. 3. Regulamento interno e dos serviços gerais – R-1 (RISG) do pessoal da banda de música ou fanfarra. 4. Atribuições inerentes ao militar da banda de música.

Bibliografia:

- [1] Manual de campanha C 22-6 INSPEÇÕES, REVISTAS E DESFILES, 2^a Edição, 1986 do Exército Brasileiro.
- [2] Manual de Campanha C 22-5 - ORDEM UNIDA, 4^a Edição, 2019 do Exército Brasileiro.
- [3] Regulamento interno e dos serviços gerais – R-1 (RISG) do pessoal da banda de música ou fanfarra.

XXV – Continência e Ordem Unida para Banda de Música II

Código: COUBM II**Ementa:**

1. Generalidades. Acerca do tema em tela voltado para a banda de música e suas características próprias. 2. Regulamentos de continência Art. 83. Toques e exórdios correspondentes, símbolos nacionais etc. 3. Regulamento interno e dos serviços gerais – R-1 (RISG) do pessoal da banda de música ou fanfarra. Atribuições inerentes ao militar da banda de música. 4. Modo de conduzir o instrumental. A importância de uma postura correta e de maneira concisa para com o seu instrumento musical quando estiver conduzindo ou tocando o mesmo. 5. Princípios básicos aos comandos por gestos para bandas de música. Introdução aos comandos e gestos feitos pelo regente titular ou regente substituto quando na frente da banda de música, para uma execução precisa do executor diante de seus subordinados.

Bibliografia:

- [1] Manual de campanha C 22-6 INSPEÇÕES, REVISTAS E DESFILES, 2^a Edição, 1986 do Exército Brasileiro.
- [2] Manual de Campanha C 22-5 - ORDEM UNIDA, 4^a Edição, 2019 do Exército Brasileiro.
- [3] Regulamento interno e dos serviços gerais – R-1 (RISG) do pessoal da banda de música ou fanfarra.

XXVI – Continência e Ordem Unida para Banda de Música III

Código: COUBM III**Ementa:**

1. Generalidades. Acerca do tema em tela voltado para a banda de música e suas características próprias. 2. Regulamentos de continência Art. 83. Toques e exórdios correspondentes, símbolos nacionais etc. 3. Regulamento interno e dos serviços gerais – R-1 (RISG) do pessoal da banda de música ou fanfarra. Atribuições inerentes ao militar da banda de música. 4. Modo de conduzir o instrumental. A importância de uma postura correta e de maneira concisa para com o seu instrumento musical quando estiver conduzindo ou tocando o mesmo. 5. Comando por gestos para bandas de música. Conhecer os gestos feitos pelo regente titular ou regente substituto quando na frente da Banda de música, para uma execução precisa do executor diante de seus subordinados.

Bibliografia:

- [1] Manual de campanha C 22-6 INSPEÇÕES, REVISTAS E DESFILES, 2^a Edição, 1986 do Exército Brasileiro.
- [2] Manual de Campanha C 22-5 - ORDEM UNIDA, 4^a Edição, 2019 do Exército Brasileiro.
- [3] Regulamento interno e dos serviços gerais – R-1 (RISG) do pessoal da banda de música ou fanfarra.

XXVII - Direito Administrativo I

Código: DA I**Ementa:**

1. Introdução ao estudo do Direito Administrativo 2. Conceito de Regime Jurídico Administrativo, Distinção entre princípios e regras, Princípios do Direito Administrativo. 3. Organização da Administração Pública. 3.1. Organização Administrativa. 3.2. Teoria sobre as relações com seus agentes. 3.3. Formas de prestação da atividade administrativa. 3.4. Órgãos Públicos. 3.5. Administração Direta. 3.6. Administração Indireta.

Bibliografia:

- [1] MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12^a ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- [2] FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 21^a edição revista, ampliada e atualizada até 31/12/2008. Rio de Janeiro: Lumen juris editora, 2009.
- [3] MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
- [4] MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração pública centralizada e descentralizada**. Tomo I. 3^a edição. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005.
- [5] FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. 2 ed. rev. Ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- [6] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- [7] COSTA, N.N. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense.2003.
- [8] FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3^a Ed. Rev. atul. São Paulo. Ed. Malheiros, 2012.

XXVIII - Direito Administrativo II

Código: DA II**Ementa:**

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

1. Poderes da Administração Pública. 1.1. Conceito. 1.2. Características. 1.3. Poder vinculado. 1.4. Poder discricionário. 1.5. Poder regulamentar. 1.6. Poder hierárquico. 1.7. Poder disciplinar. 1.8. Poder de polícia. 1.9. Poderes e deveres do administrador público. 2. Ato Administrativo. 2.1. Introdução e conceito. 2.2. Vinculação e discricionariedade. 2.3. Elementos do ato administrativo: competência forma motivo objeto e finalidade.

Bibliografia:

- [1] MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12^a ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- [2] FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 21^a edição revista, ampliada e atualizada até 31/12/2008. Rio de Janeiro: Lumen juris editora, 2009.
- [3] MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
- [4] MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração pública centralizada e descentralizada**. Tomo I. 3^a edição. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005.
- [5] FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. 2 ed. rev. Ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- [6] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- [7] COSTA, N.N. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense.2003.
- [8] FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3^a Ed. Rev. atul. São Paulo. Ed. Malheiros, 2012.

XXIX - Direitos Humanos e Segurança Pública I

Código: DHSP I**Ementa:**

1. Conceito e Classificação dos Direitos Humanos: História social e conceitual dos direitos humanos e fundamentos históricos e filosóficos. 2. Normas Internacionais de Direitos Humanos e Princípios Humanitários: Declaração universal dos direitos humanos (DUDH) (ONU - 1948), Convenção americana sobre direitos humanos - Pacto de San José (CADH), Pacto Internacional sobre os direitos civis e políticos (PIDCP), Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT). 3. Tratados Internacionais e Legislações Domésticas que dispõem sobre grupos vulneráveis (mulheres, crianças e adolescentes, idosos), Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política, O profissional de segurança pública frente às diversidades dos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Bibliografia:

- [1] ALVES, J. A. Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- [2] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed.,rev. e amp. São Paulo: Saraiva 2003.
- [3] CURY, Munir; SILVA, Antonio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia. **Estatuto da criança e do adolescente comentado. Comentários jurídicos e sociais**. São Paulo: Malheiros, 1992.
- [4] NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. São Paulo: Saraiva, 1991.
- [5] PIOVESAN, Flávia. **O sistema interamericano de direitos humanos**. 2. ed., São Paulo: Revistas dos tribunais, 2002.
- [6] _____ **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 5. ed.,rev. e amp. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- [7] TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**. 2. ed., Brasília: UNB, 2000.
- [8] TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2006.
- [9] ILAS BOAS Marco Antonio. **Estatuto do idoso comentado**. Rio de Janeiro: Forense 2005.

XXX - Direitos Humanos em Segurança Pública II

Código: DHSP II**Ementa:**

1. Sistema Global e Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, Fontes, sistemas e normas de direitos humanos na aplicação da lei: Sistema Universal (Organização das Nações Unidas ONU), sistemas regionais de direitos humanos, O Brasil e o sistema interamericano de direitos humanos (Organização dos Estados Americanos OEA). 2. Mecanismos Nacionais para Aplicação das Normas Jurídicas, Legislação Nacional: Direitos Individuais e Coletivos contidos no Art. 5º da Constituição Federal, A ação do profissional de segurança pública nos mecanismos de proteção internacionais e nacionais dos direitos humanos, Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa a cidadania do profissional da área de segurança pública.

Bibliografia:

- [1] ALVES, J. A. Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- [2] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed.,rev. e amp. São Paulo: Saraiva 2003.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

- [3] CURY, Munir; SILVA, Antonio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia. **Estatuto da criança e do adolescente comentado. Comentários jurídicos e sociais.** São Paulo: Malheiros, 1992.
- [4] NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da criança e do adolescente comentado.** São Paulo: Saraiva, 1991.
- [5] PIOVESAN, Flávia. **O sistema interamericano de direitos humanos.** 2. ed., São Paulo: Revistas dos tribunais, 2002.
- [6] _____ **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 5. ed., rev. e amp. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- [7] TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil.** 2. ed., Brasília: UNB, 2000.
- [8] TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos.** São Paulo: Petrópolis, 2006.
- [9] ILAS BOAS Marco Antonio. **Estatuto do idoso comentado.** Rio de Janeiro: Forense 2005.

XXXI - Direito Militar

Código: DM**Ementa:**

1. Crime militar: Crimes dolosos e culposos, Estudo da omissão própria e imprópria. Excludentes de ilicitude e culpabilidade. 2. Justiça Militar: Estrutura (composição dos conselhos permanente e especial). Competência (do juiz singular e dos conselhos). 3. Crimes Comuns em espécie: - Dos crimes de perigo comum, dos crimes de menor potencial ofensivo. 4. Do rito: Teoria Analítica do Crime (fato típico, ilicitude e culpabilidade). - Juizado Especial Criminal. 5. Transação Penal. Suspensão Condicional do Processo. Da perda de Graduação, Previsão constitucional, Jurisprudência do STF. 6. Ação Penal: teoria da ação, ação penal pública, privada e subsidiária. Auto de Prisão em Flagrante: estudo dos artigos do CPPM.

Bibliografia:

- [1] ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar.** Parte Geral: Artigos 1º a 135º/ Parte Especial: Artigos 136 a 410.,7 ed. Revista e Atualizada. Curitiba, Editora Juruá, 2010.
- [2] BADARÓ, Ramagem. **Comentários ao Código Penal Militar de 1969.** Parte Geral. São Paulo: Juriscredi, 1972, v.1.
- [3] COIMBRA NEVES, Cícero Robson e STREIFINGER, Marcello. **Manual de Direito Penal Militar.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- [4] NETO, José da Silva Loureiro. **Direito Penal Militar – Parte geral.** 5ª Ed., São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- [5] LOBÃO, Célio. **Comentários ao Código Penal Militar - Parte geral.** V.1 . 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- [6] SARAIVA, Alexandre. **Código Penal Militar.** Comentado artigo por artigo. 2ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Forense, 2009.
- [7] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuênciam do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

XXXII – Documentação Técnica I

Código: DT I**Ementa:**

1. Documentos utilizados no CBMAP (Apresentação dos documentos: Checklist; Fichas de Ocorrência; Escalas; Boletim Interno; Boletim Geral). 2. Manual de Redação Oficial do Estado do Amapá (Atributos da Redação Oficial; Padronização e Formatação; Padrão Ofício; Dúvidas Frequentes no Uso da Língua). 3. Sistemas Informatizados do CBMAP: Prodoc Sigdoc.

Bibliografia:

- [1] AMAPÁ, Governo do Estado do. Manual de Redação do Poder Executivo do Estado do Amapá. 1. ed. Macapá-AP: Governo do Estado, 2021.
- [2] AMAPÁ, Corpo de Bombeiros Militar do. Boletim Geral nº 236, de 30 dez 2016.
- [3] BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.** Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, p. 150-159, 2014.

XXXIII – Documentação Técnica II

Código: DT II**Ementa:**

1. Documentos utilizados no CBMAP (Produção de documentos: Fichas de Ocorrência). 2. Manual de Redação Oficial do Estado do Amapá (Atributos da Redação Oficial; Padronização e Formatação; Padrão Ofício; Dúvidas Frequentes no Uso da Língua). 3. Sistemas Informatizados do CBMAP: Prodoc, Sigdoc (apresentação de tela e funções; produção e assinatura de documentos); CAD Sinesp (apresentação de tela e funções).

Bibliografia:

- [1] AMAPÁ, Governo do Estado. Manual de Redação do Poder Executivo do Estado do Amapá. 1. ed. Macapá-AP: Governo do Estado, 2021.

[2] BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.** Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública p. 150-159 2014.

XXXIV – Documentação Técnica III

Código: DT III**Ementa:**

1. Documentos utilizados no CBMAP (Produção de documentos: Fichas de Ocorrência, Notas para Boletim).
2. Manual de Redação Oficial do Estado do Amapá (Atributos da Redação Oficial; Padronização e Formatação; Documentos Oficiais; Dúvidas Frequentes no Uso da Língua).
3. Sistemas Informatizados do CBMAP: Prodoc, Sigdoc (produção e assinatura de documentos; processos); CAD Sinesp (apresentação de tela; funções; preenchimentos relacionados a ocorrências).

Bibliografia:

- [1] AMAPÁ, Governo do Estado. Manual de Redação do Poder Executivo do Estado do Amapá. 1. ed. Macapá-AP: Governo do Estado, 2021.
- [2] AMAPÁ, Corpo de Bombeiros Militar do. Boletim Geral nº 236, de 30 dez 2016.
- [3] BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.** Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, p. 150-159, 2014.

XXXV – Doutrina do Emprego Operacional

Código: DEO**Ementa:**

1. Introdução a Doutrina do Emprego Operacional do CBMAP: Generalidades: finalidade, atualização das instruções provisórias, base legal e pressupostos básicos da doutrina do Emprego Operacional do CBMAP.
2. Organização Básica do CBMAP, Legislação da Organização básica do Corpo de Bombeiro Militar do Amapá, Procedimentos Operacionais Padrão – POP do CBMAP e demais atualizações.
3. Planejamento Operacional, Conceito de Planejamento Operacional, Capacidade Operacional do Corpo de Bombeiro Militar do Amapá, Comando operacional, Coordenação e estudo de situação, Estratégia bombeiro militar, Materiais e equipamentos da operação, Planejamento, Planejamento Estratégico e Planejamento Operacional, Planejamento Tático (Gerencial), Plano, plano de operações e Teatro de Operação.
4. Operações Bombeiro Militar, Conceitos básicos, Atuação operacional do Corpo de Bombeiro Militar do Amapá, Atuação em áreas de risco, Operação presença, Atuação conjunta com outros órgãos de segurança pública, Operações em grandes ocorrências, Ações preventivas em ocorrências, tática e técnica bombeiro militar.
5. Operações usando o SCI, Origem e evolução do Sistema de Comando de Incidentes (SCI), Conceitos, princípios, funções e atribuições dos componentes do SCI, Estruturas e instalações do SCI, Utilização e gerenciamento de recursos, Planejamento no incidente: ciclo de planejamento operacional, Utilização dos formulários empregados em SCI, Materiais utilizados na montagem dos sistemas no Posto de Comando.

Bibliografia:

- [1] ANJOS, Siwamy Reis dos. **Sistema de Comando em Operações: O gerenciamento de emergências – Uma análise do modelo do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo.** Curso de Especialização em Segurança Pública da UFES. 2008. 85f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- [2] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituiçãocompilado.htm>
- [3] _____ Exército Brasileiro. **Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).** EB10-IG-01.005. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/produtosdoutrinarios/instrucoes-gerais>> Acesso em: 28 mar. 2015b.
- [4] _____ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrumento para Avaliação da Gestão Pública** – Ciclo 2008/2009. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.gespública.gov.br/biblioteca/pasta.2011-01-11.8044815293/instrumento_para_avaliacao_da_gestao_publica_-_ciclo_2008-2009.pdf> Acesso em: 28 mar. 2015c.
- [5] BURMESTER, Haino. **Manual de Gestão: Organização, Processos e Práticas de Liderança.** São Paulo: Saraiva, 2012. CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Gestão Integrada de Organizações. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.
- [6] CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- [7] ESTEVES JR., Hamilton Santos et al. **Cursos de Sistema de Comando de Incidentes.** Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Brasília: SENASP, 2008. 144p.
- [8] GOMES JÚNIOR, Carlos Alberto de Araújo. **O uso do incident command system em operações de preservação da ordem pública.** Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Administração Pública da Unisul.

2006. 89f. Monografia (Especialização em Administração Pública) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

[9]_____ Sistemas de comando: considerações doutrinárias para a construção de um modelo nacional aplicável às ações de defesa civil. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2009. 30p.

[10]LIMA, Jair Paca de. Proposta de aperfeiçoamento do Sistema de Comando e Operações em Emergências do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Curso Superior de Polícia – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1998.

[11]ROBBINS, Harvey; FINLEY, Michael. Por que as Equipes não Funcionam: O que não deu certo e como torná-las criativas e eficientes. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

[12]SAWYER, Ralph D. A Arte da Guerra: Sun-Tzu, Sun-Pin. Tradução para o Inglês, introdução e comentário

de Ralph D. Sawyer; colaboração de Mei-Chun Lee Sawyer: Tradução a partir do inglês de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SÃO PAULO. NOB Nº 42/04 - Sistema de Comando e Operações em Emergências (SICOE) do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, 2004.

XXXVI - Doutrina do Estado-Maior Geral

Código: DEMG

Ementa:

1. Princípios doutrinários de Estado-Maior Geral e Ordens. 2. Princípios gerais e Estado-Maior Geral. 3. Principais funções de Estado-Maior Geral. 4. Análise do processo decisório. 5. Elaboração de planos e ordens.

Bibliografia:

[1] BARRETT, Richard. **O novo paradigma da liderança**.

[2] BERG, Ernesto Artur. **O poder da liderança**.

[3] BOTERF, Guy Le. **Desenvolvendo a Competência dos Profissionais**. Editora Bookman.

[4] BRASIL, Exército. **Vade-Mécum 10**.

[5] BRASIL. **Exército Brasileiro** - <http://ledh.webs.com/ticatextos.htm>

[6] BRASIL. **Exército Brasileiro** - <http://www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo9870.pdf>

[7] CORTELLA, Mário Sérgio. **Qual é a sua obra?** Inquietações propositivas sobre Gestão, em http://www.sgex.eb.mil.br/vade_mecum/valores_etica_militares/vade_mecum.htm.

[8] GOLEMAN, Daniel. **Liderança: a inteligência emocional na formação**.

[9] HAMEL, Gary. **Liderando a Revolução**. Editora Campus.

[10] HUNTER, James C. **De volta ao mosteiro** - o monge e o executivo falam de liderança e trabalho em equipe

[11] ISAACSON, Walter. **Steve Jobs** - as verdadeiras lições de liderança. Liderança e Ética. Editora Vozes

[12] LOWNEY, Chris. **Liderança heróica** - as melhores práticas de uma companhia de 450 anos

[13] MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos** - do operacional ao estratégico. Editora Saraiva.

[13] MARRAS, Jean Pierre. **Gestão de Pessoas em empresas inovadoras**. Editora Saraiva.

[14] MAXWELL, John C. **Os 5 níveis da liderança**.

[15] OLIVEIRA, GenEx Américo Salvador de. **Liderança Militar** – Disponível em http://www.coter.eb.mil.br/images/noticias_principal/Artigo_Gen_Salvador.pdf

[16] PINTO, Luiz Fernando Da Silva. **Homem, o arco e a flecha** - Em direção a teoria geral

[17] ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. Editora Pearson

[18] SENGE, Peter M. A. **Quinta Disciplina**. Editora Best Seller

[19] STÉFANO, Rhandy Di. **O Líder-Coach** - Líderes criando Líderes. Editora Qualitymark

[20] SVEIBY, Karl Erik.. **A Nova Riqueza das Organizações**. Editora Campus. Parte 2, Cap 5.

XXXVII – Educação Física Militar I

Código: EFM I

Ementa:

1. Atividade Física, Comportamento Sedentário, Saúde, Capacidade Laboral: Conceito de Atividade Física x Exercício Físico; Caracterizando Sedentarismo; Benefícios da Atividade/Exercício Físico para Saúde; A importância da Capacidade Física para o Bombeiro Militar. 2. Princípios do Treinamento Desportivo: Individualidade Biológica; Sobrecarga; Especificidade; Interdependência Volume x Intensidade; Continuidade e Reversibilidade. 3. Capacidades Físicas: Força; Resistência; Agilidade; Velocidade; Coordenação Motora; Equilíbrio; Flexibilidade. 4. Treinamento de força: Preparação para a atividade; Periodização do treinamento de força; Métodos do treinamento de força. 5. Treinamento de resistência: Resistência Muscular Localizada (preparação para atividade, periodização do treinamento de força, métodos do treinamento de força); Cardiorrespiratório - VO₂max (natação e corrida); Preparação para a atividade; Gesto motor (segurança nas execuções); Métodos de treinamento; Periodização do treinamento. 6. Avaliação Física: IMC; Composição

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

Corporal; Gordura Visceral e Subcutânea; Relação Cintura Quadril - RCQ; Teste Aptidão Física - TAF.

Bibliografia:

- [1] CHIZEWSKI, A.; BOX, A.; KESLER, R.; PETRUZZELLO, S.J. **Fitness Fights Fires: Exploring the Relationship between Physical Fitness and Firefighter Ability.** Int. J. Environ. Res. Public Health, 2021.
- [2] HOFFINAN, J. R. **Guia de condicionamento físico: diretrizes para elaboração de programas.** Editor; consultor técnico, *University of Central Florida*, Orlando; traduzido por Sueli Rodrigues Coelho. Barueri, SP: Manole, 2015.
- [3] MILLER, T. **Guia para avaliações do condicionamento físico/NSCA – National Strength and Conditioning Association.** Editor; consultoria técnica; traduzido por Guilherme Henrique Miranda, *George Washington University*, Barueri, SP: Manole, 2015.
- [4] PORTARIA Nº 338, DE 15 DE JUNHO DE 2022 (Aprova a norma regulamentadora do Teste de Aptidão Física no âmbito do CBMAP). **TREINAMENTO FÍSICO MILITAR – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) E SUA AVALIAÇÃO.** CBMAP, 2022.
- [5] YANG, J.; CHRISTOPHI, C. A.; FAROLI, B.; A. D.; MOFFATT, S.; ZOLLINGER, T. W.; KALES, S. N.; MPHJAMA. **Association Between Push-up Exercise Capacity and Future Cardiovascular Events Among Active Adult Men.** JAMA Network Open, Nutrition, Obesity, and Exercise. 2019.
- [6] WHO. **Guidelines on Physical Activity and Sedentary Behaviour: at a glance** (DIRETRIZES DA OMS PARA ATIVIDADE FÍSICA E COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO: num piscar de olhos); traduzido por Prof. Dra. Edina Maria de Camargo e Prof. Dr. Ciro Romelio Rodriguez Añez; Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020.

XXXVIII – Educação Física Militar II

Código: EFM II**Ementa:**

1. Atividade Física, Comportamento Sedentário, Saúde, Capacidade Laboral: Conceito de Atividade Física x Exercício Físico; Caracterizando Sedentarismo; Benefícios da Atividade/Exercício Físico para Saúde; A importância da Capacidade Física para o Bombeiro Militar. 2. Treinamento de força: Preparação para a atividade; Periodização do treinamento de força; Métodos do treinamento de força. 3. Treinamento de resistência: Resistência Muscular Localizada (preparação para atividade, periodização do treinamento de força, métodos do treinamento de força); Cardiorrespiratório - VO₂max (natação e corrida); Preparação para a atividade; Gesto motor (segurança nas execuções); Métodos de treinamento; Periodização do treinamento. 4. Bases de Nutrição: Carboidratos, Proteínas, Gorduras, Água e Vitaminas na produção de energia para a realização das atividades físicas; Identificar as vias metabólicas predominantes nos diversos tipos de atividades físicas e modalidades esportivas; Suplementos Alimentares. 5. Avaliação Física: IMC; Composição Corporal; Gordura Visceral e Subcutânea; Relação Cintura Quadril - RCQ; Teste Aptidão Física - TAF.

Bibliografia:

- [1] CHIZEWSKI, A.; BOX, A.; KESLER, R.; PETRUZZELLO, S.J. **Fitness Fights Fires: Exploring the Relationship between Physical Fitness and Firefighter Ability.** Int. J. Environ. Res. Public Health, 2021.
- [2] HOFFINAN, J. R. **Guia de condicionamento físico: diretrizes para elaboração de programas.** Editor; consultor técnico, *University of Central Florida*, Orlando; traduzido por Sueli Rodrigues Coelho. Barueri, SP: Manole, 2015.
- [3] MILLER, T. **Guia para avaliações do condicionamento físico/NSCA – National Strength and Conditioning Association.** Editor; consultoria técnica; traduzido por Guilherme Henrique Miranda, *George Washington University*, Barueri, SP: Manole, 2015.
- [4] PORTARIA Nº 338, DE 15 DE JUNHO DE 2022 (Aprova a norma regulamentadora do Teste de Aptidão Física no âmbito do CBMAP). **TREINAMENTO FÍSICO MILITAR – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) E SUA AVALIAÇÃO.** CBMAP, 2022.
- [5] YANG, J.; CHRISTOPHI, C. A.; FAROLI, B.; A. D.; MOFFATT, S.; ZOLLINGER, T. W.; KALES, S. N.; MPHJAMA. **Association Between Push-up Exercise Capacity and Future Cardiovascular Events Among Active Adult Men.** JAMA Network Open, Nutrition, Obesity, and Exercise. 2019.
- [6] WHO. **Guidelines on Physical Activity and Sedentary Behaviour: at a glance** (DIRETRIZES DA OMS PARA ATIVIDADE FÍSICA E COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO: num piscar de olhos); traduzido por Prof. Dra. Edina Maria de Camargo e Prof. Dr. Ciro Romelio Rodriguez Añez; Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020.

XXXIX – Educação Física Militar III

Código: EFM III**Ementa:**

1. Atividade Física, Comportamento Sedentário, Saúde, Capacidade Laboral: Conceito de Atividade Física x Exercício Físico; Caracterizando Sedentarismo; Benefícios da Atividade/Exercício Físico para Saúde; A importância da Capacidade Física para o Bombeiro Militar. 2. Princípios do Treinamento Desportivo: Individualidade Biológica; Sobrecarga; Especificidade; Interdependência Volume x Intensidade; Continuidade

e Reversibilidade. 3. Capacidades Físicas: Força; Resistência; Agilidade; Velocidade; Coordenação Motora; Equilíbrio; Flexibilidade. 4. Bases de Nutrição: Carboidratos, Proteínas, Gorduras, Água e Vitaminas na produção de energia para a realização das atividades físicas, identificar as vias metabólicas predominantes nos diversos tipos de atividades físicas e modalidades esportivas; Suplementos Alimentares. 5. Avaliação Física: IMC; Composição Corporal; Gordura Visceral e Subcutânea; Relação Cintura Quadril - RCQ; Teste Aptidão Física - TAF.

Bibliografia:

- [1] CHIZEWSKI, A.; BOX, A.; KESLER, R.; PETRUZZELLO, S.J. **Fitness Fights Fires: Exploring the Relationship between Physical Fitness and Firefighter Ability.** Int. J. Environ. Res. Public Health, 2021.
- [2] HOFFINAN, J. R. **Guia de condicionamento físico: diretrizes para elaboração de programas.** Editor; consultor técnico, University of Central Florida, Orlando; traduzido por Sueli Rodrigues Coelho. Barueri, SP: Manole, 2015.
- [3] MILLER, T. **Guia para avaliações do condicionamento físico/NSCA – National Strength and Conditioning Association.** Editor; consultoria técnica; traduzido por Guilherme Henrique Miranda, George Washington University, Barueri, SP: Manole, 2015.
- [4] PORTARIA Nº 338, DE 15 DE JUNHO DE 2022 (Aprova a norma regulamentadora do Teste de Aptidão Física no âmbito do CBMAP). **TREINAMENTO FÍSICO MILITAR – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) E SUA AVALIAÇÃO.** CBMAP, 2022.
- [5] YANG, J.; CHRISTOPHI, C. A.; FAROLI, B.; A. D.; MOFFATT, S.; ZOLLINGER, T. W.; KALES, S. N.; MPHJAMA. **Association Between Push-up Exercise Capacity and Future Cardiovascular Events Among Active Adult Men.** JAMA Network Open, Nutrition, Obesity, and Exercise. 2019.
- [6] WHO. **Guidelines on Physical Activity and Sedentary Behaviour: at a glance** (DIRETRIZES DA OMS PARA ATIVIDADE FÍSICA E COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO: num piscar de olhos); traduzido por Prof. Dra. Edina Maria de Camargo e Prof. Dr. Ciro Romelio Rodriguez Añez; Genebra: Organização Mundial da Saúde 2020.

XL – Emergência com Produtos Perigosos I

Código: EPP I

Ementa:

1. Introdução aos produtos perigosos: legislação, conceitos e definições. 2. Classificação ONU e identificação de produtos perigosos através do painel de segurança, rótulo de risco e simbologias. 3. Noções de química básica para compreender os produtos perigosos. 4. Uso do manual ABIQUIM e aplicativos móveis para identificação qualificada e ações de primeira resposta. 5. Equipamentos de Proteção Individual: Tipos de EPIs necessários para ocorrências envolvendo produtos perigosos e seus níveis de proteção, manutenção e descontaminação. 6. Técnicas de Equipagem e adaptação aos EPIs – Nível A, B, C e D. 7. Ferramentas, Equipamentos e Acessórios utilizados para uma atuação segura e precisa. 8. Zonas de trabalho e procedimentos de segurança. 9. Operações básicas de resgate, contenção e confinamento de produtos perigosos. 10. Descontaminação: montagem do corredor de redução de contaminantes. 11. Simulado.

Bibliografia:

- [1] ABIQUIM. **Manual de produtos perigosos.** São Paulo: ABIQUIM, 2021. Disponível em: <https://www.abiquim.org.br/manual-de-produtos-perigosos>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [2] BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego.** NR-20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2018. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR-20.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [3] BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente.** Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/cadastro-tecnico-federal>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [4] BRASIL. **Ministério da Saúde.** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_50_2002_COMP.pdf/6a72d6c8-f7a8-4a13-9b2e-4f4cc4a4d67e. Acesso em: 7 maio 2023.
- [5] BRASIL. **Ministério da Saúde.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância em saúde: volume 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/25/GVS-VOL3-2019.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [6] CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instrução Técnica nº 17 - Produtos Perigosos.** São Paulo: Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/downloads/it-17-produtos-perigosos.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [7] CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Norma Técnica nº 04 - Produtos Perigosos.** Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.cbmerj.rj.gov.br/images/Normas_Tecnicas/NT004-2021 - Produtos Perigosos.pdf

- [8] CBMGO. **Manual operacional de bombeiros:** produtos perigosos /Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. – Goiânia: - 2017.
- [9] ABNT NBR 7500. **Associação Brasileira de Normas Técnicas/Norma Brasileira 7500.** Identificação para o transporte terrestre manuseio movimentação e armazenamento de produtos perigosos 2012.

XLI – Emergência com Produtos Perigosos II

Código: EPP II**Ementa:**

1. Revisão sistemática e reconhecimento do cenário envolvendo emergências com produtos perigosos. 2. Toxicologia e Identificação. 3. Identificar contaminação efetiva ou potencial do meio ambiente local e de pessoas. 4. Sinalizar e isolar o local de acordo com as características do produto. 5. Selecionar e utilizar equipamentos de proteção individual e coletivo adequados aos riscos. 6. Tópicos de operações básicas de resgate, contenção e confinamento. 7. Montagem do corredor de redução de contaminantes (CRC). 8. Análise de cenários e simulado.

Bibliografia:

- [1] ABIQUIM. **Manual de produtos perigosos.** São Paulo: ABIQUIM, 2021. Disponível em: <https://www.abiquim.org.br/manual-de-produtos-perigosos>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [2] BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego.** NR-20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2018. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documents/SST/NR/NR-20.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [3] BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente.** Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/cadastro-tecnico-federal>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [4] BRASIL. **Ministério da Saúde.** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_50_2002_COMP.pdf/6a72d6c8-f7a8-4a13-9b2e-4f4cc4a4d67e. Acesso em: 7 maio 2023.
- [5] BRASIL. **Ministério da Saúde.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância em saúde: volume 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/25/GVS-VOL3-2019.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [6] CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instrução Técnica nº 17 - Produtos Perigosos.** São Paulo: Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/downloads/it-17-produtos-perigosos.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [7] CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Norma Técnica nº 04 - Produtos Perigosos.** Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.cbmerj.rj.gov.br/images/Normas_Tecnicas/NT004-2021 - Produtos Perigosos.pdf
- [8] CBMGO. **Manual operacional de bombeiros:** produtos perigosos /Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. – Goiânia: - 2017.
- [9] ABNT NBR 7500. **Associação Brasileira de Normas Técnicas/Norma Brasileira 7500.** Identificação para o transporte terrestre manuseio movimentação e armazenamento de produtos perigosos 2012.

XLII – Emergência com Produtos Perigosos III

Código: EPP III**Ementa:**

1. Revisão sistemática e reconhecimento do cenário envolvendo emergências com produtos perigosos. 2. Toxicologia e identificação. 3. Planejamento e implementação de resposta às emergências. 4. Identificar contaminação efetiva ou potencial do meio ambiente local e de pessoas. 5. Gerenciar, sinalizar e isolar o local de acordo com as características do produto. 6. Selecionar e utilizar equipamentos de proteção individual e coletivo adequados. 7. Operações básicas de resgate, contenção e confinamento. 8. Montagem do corredor de redução de contaminantes (CRC). 9. Análise de cenários e simulado.

Bibliografia:

- [1] ABIQUIM. **Manual de produtos perigosos.** São Paulo: ABIQUIM, 2021. Disponível em: <https://www.abiquim.org.br/manual-de-produtos-perigosos>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [2] BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego.** NR-20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2018. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documents/SST/NR/NR-20.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [3] BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente.** Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/cadastro-tecnico-federal>. Acesso em: 7 maio 2023.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

- [4] BRASIL. **Ministério da Saúde.** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_50_2002_COMP.pdf/6a72d6c8-f7a8-4a13-9b2e-4f4cc4a4d67e. Acesso em: 7 maio 2023.
- [5] BRASIL. **Ministério da Saúde.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância em saúde: volume 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/25/GVS-VOL3-2019.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [6] CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instrução Técnica nº 17 - Produtos Perigosos.** São Paulo: Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/downloads/it-17-produtos-perigosos.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [7] CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Norma Técnica nº 04 - Produtos Perigosos.** Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.cbmerj.rj.gov.br/images/Normas_Tecnicas/NT004-2021_Produtos_Perigosos.pdf
- [8] CBMGO. **Manual operacional de bombeiros:** produtos perigosos /Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. – Goiânia: - 2017.
- [9] ABNT NBR 7500. **Associação Brasileira de Normas Técnicas/Norma Brasileira 7500.** Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos perigosos, 2012.

XLIII – Estatística I

Código: Est I**Ementa:**

1. Introdução a Estatística: conceito de estatística, a Estatística como campo de conhecimento, porque estudar Estatística, Método estatístico. 2. Divisão: Estatística descritiva e indutiva, Conceito de estatística indutiva e Conceito de estatística dedutiva. 4. População e amostra: O que é população? O que é amostra? 5. Variáveis: quantitativas e qualitativas. 6 Tipos de gráfico: conceitos.

Bibliografia:

- [1] MOREIRA, Terezinha de Jesus Rocha Vilanova; SANTOS, Marlei Rosa dos. MOREIRA, Antonia Leidiana. Estatística básica para curso de graduação. Vol. 1 Teresina: EdUESPI, 2021.
- [2] SILVA, Dinalva Ferreira da; SILVA, Dione Aparecido Ferreira da; SILVA, Eduardo Luini da; RODRIGUES, Thamara Marques. Estatística ESA. 2. Ed Três Corações: Escola de Sargentos das Armas, 2022.
- [3] FALCO, Javert Guimarães. Estatística aplicada / Javert Guimarães Falco. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008.
- [4] SILVA, Jorge Luiz de Castro e; FERNANDES, Maria Wilda; ALMEIDA, Rosa Lívia Freitas de. Estatística e Probabilidade. 3. ed. – Fortaleza: EdUECE 2015.

XLIV – Estatística II

Código: Est II**Ementa:**

1. Medida de tendência central: média aritmética, mediana, moda, variância e desvio padrão. 2 Coleta e levantamento de dados. 3. Elaboração e aplicação do questionário. 4. Apresentação dos dados (gráfica e tabular): Tipos de gráfico, Construção de tabelas e diferença entre tabela e quadro. 5. Elaboração de tabelas e gráficos (aplicativos e softwares).

Bibliografia:

- [1] CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. 19. ed. - São Paulo: Saraiva, 2009.
- [2] FALCO, Javert Guimarães. Estatística aplicada / Javert Guimarães Falco. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008.
- [3] SILVA, Jorge Luiz de Castro e; FERNANDES, Maria Wilda; ALMEIDA, Rosa Lívia Freitas de. Estatística e Probabilidade. 3. ed. – Fortaleza: EdUECE, 2015.
- [4] BONJORNO, José Roberto; JUNIOR, José Rui Giovanni; SOUSA, Paulo Roberto Câmara de. Matemática: estatística, combinatória e probabilidade. Área do conhecimento: matemática e suas tecnologias. 1. ed. – São Paulo: Editora FTD, 2020.
- [5] WHEELAN, Charles. Estatística: O que é, para que serve, como funciona. 1. Ed. Porto Alegre: Zahar, 2016.
- [6] RODRIGUES, Thamara Marques. Estatística ESA. 2. Ed Três Corações: Escola de Sargentos das Armas, 2022

XLV – Fundamentos Básicos da Harmonia

Código: FBH**Ementa:**

1. Formação de acordes. 2. Análise Melódica. 3. Campo harmônico Maior e menor.

Bibliografia:

- [1] HINDEMITH, P. **Harmonia tradicional**. São Paulo: Vitale, 1949.
 [2] SCHOENBERG, A. **Funções estruturais da Harmonia**. São Paulo: Via Lettera, 2004.
 [3] **A. Exercícios Preliminares de Contraponto**. São Paulo: Ed. Via Lettera 2001.

XLVI – Fundamentos da Harmonia

Código: FH**Ementa:**

1. Dobramento de vozes. 2. Disposição das vozes (Aberto e fechado). 3. Encadeamento a 4 vozes (harmônico e melódico). 3.1. Estudo das estruturas harmônicas no âmbito da música tonal. 3.2. Dobramento de vozes. 3.3. disposições das vozes (aberto e fechada). 3.4. Encadeamento a 4 vozes (harmônico e melódico)3.5. Exercícios de encadeamento de acordes nas várias funções harmônicas. 3.6. Ampliação do campo da tonalidade através do uso de dominantes. 3.7. Acordes básicos T-S-D no estado fundamental e suas inversões.

Bibliografia:

- [1] HINDEMITH, P. **Harmonia tradicional**. São Paulo: Vitale, 1949.
 [2] SCHOENBERG, A. **Funções estruturais da Harmonia**. São Paulo: Via Lettera, 2004.
 [3] **A. Exercícios Preliminares de Contraponto**. São Paulo: Ed. Via Lettera, 2001.

XLVII – Fundamentos da Perícia de Incêndio

Código: FPI**Ementa:**

1. Conceito sobre a preservação do local: conceito sobre a investigação de sinistro. 2. A importância da investigação de sinistro. 3. Legislação e metodologia aplicada à investigação de sinistro. 4. Crime de incêndio. 5. Prática de preservação do local. 6. Natureza jurídica da investigação de sinistro. 7. Práticas de técnicas de coletas e registros de dados.

Bibliografia:

- [1] ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. **Da prova no processo legal**. São Paulo: Saraiva, 1994.
 [2] BORGES DOS REIS, Albani et al. **Tratado de perícias criminalísticas: identificação humana**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.
 [3] CRUZ, Alexandre. **Falso testemunho, falsa perícia**. Campinas: Millennium, 2003.
 [4] DOREA, Luiz Eduardo. **Local de crime**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1995.
 [5] ESPINDULA, Alberi. **Perícia criminal e cível**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2006.
 [6] _____ **Local de crime**: isolamento e preservação, exames periciais e investigação criminal. 2. ed. Brasília: Alberi Espindula, 2003.
 [7] MALATESTA, Nicola Framarino de. **A lógica das provas em matéria criminal**. 2. ed. São Paulo: Teixeira.
 [8] RABELLO, Eraldo. **Curso de criminalística**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1996.
 [9] ZARZUELA, José Lopes. **Temas fundamentais de criminalística**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.
 [10] **Fundamentos da Perícia de Incêndio**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto 1996.

XLVIII - Geopolítica, Segurança e Globalização

Código: GSG**Ementa:**

1. Bases teórico-históricas e conceitos fundamentais da geopolítica. 2. Geopolítica e teoria do sistema internacional contemporâneo. 3. Geopolítica e planejamento da segurança e defesa nacional. 4. Geopolítica na era global. 5. Elementos para a geopolítica do Brasil da era global. 6. Conceitos. 7. Fundamentos constitucionais da segurança governamental e da segurança corporativa. 8. Segurança Nacional x Segurança Pública. 9. Segurança e defesa no espaço Sul-Americano e Hemisférico - estudo de Caso. 10. Conveniência de organizações de pactos de segurança coletiva. 11. Noções de segurança humana e suas aproximações como Segurança Nacional. 12. A problemática do desenvolvimento econômico. 13. As diferentes correntes de pensamento sobre o desenvolvimento econômico. 14. O pensamento latino-americano e brasileiro sobre o desenvolvimento. 15. Noções de globalização. 16. Processo de formação do território brasileiro. 17. Aspectos econômicos do Brasil. 18. Aspectos gerais da população do Brasil. 19. O Brasil no contexto atual da globalização.

Bibliografia:

- [1]BACKHEUSER, Everardo (1952). **Curso de Geopolítica Geral e do Brasil**. ed. Bibliex: Rio de Janeiro, RJ.
 [2]CASTRO, Therezinha de (1999). **Geopolítica. Princípios, meios e fins**. ed. Bibliex: Rio de Janeiro, RJ.
 [3]COUTO E SILVA, Golbery (2003). **Geopolítica e poder**. Ed. UniverCidade: Rio de Janeiro, RJ.
 [4]MATTOS, Carlos de Meira. (1990) **Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil**. ed. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, RJ.

XLIX – Gestão de Comando

Código: GC**Ementa:**

1. Princípios doutrinários de chefia e liderança. 2. Generalidade e conceituação básica de Comando 3. Política Nacional de Segurança Pública. 4. Dinâmica organizacional. 5. Desafios da liderança nas equipes. 6. Gestão de comando de Batalhões. 6.1. Diretorias. 6.2. Estado-Maior Geral. 6.3. Comando Geral.

Bibliografia:

- [1] BARRETT, Richard. **O novo paradigma da liderança.**
- [2] BERG, Ernesto Artur. **O poder da liderança.**
- [3] BRASIL, Exército. **Vade-Mécum.**
- [4] BRASIL. **Exército Brasileiro** - <http://ledh.webs.com/ticatextos.htm>.
- [5] BRASIL. **Exército Brasileiro** - <http://www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo9870.pdf>.
- [6] GOLEMAN, Daniel. **Liderança: a inteligência emocional na formação.**
- [7] MAXWELL, John C. **Os 5 níveis da liderança.**
- [8] OLIVEIRA, GenEx Américo Salvador de. **Liderança Militar** – Disponível em http://www.coter.eb.mil.br/images/noticias_principal/Artigo_Gen_Salvador.pdf.
- [9] PINTO, Luiz Fernando Da Silva. **Homem, o arco e a flecha** - Em direção a teoria geral.
- [10] BOTERF, Guy Le. **Desenvolvendo a Competência dos Profissionais.** Editora Bookman.
- [11] CORTELLA, Mário Sérgio. **Qual é a sua obra?** Inquietações propositivas sobre Gestão, Liderança e Ética. Editora Vozes.
- [12] HAMEL, Gary. **Liderando a Revolução.** Editora Campus.
- [13] HUNTER, James C. **De volta ao mosteiro** - o monge e o executivo falam de liderança e trabalho em equipe.
- [14] ISAACSON, Walter. **Steve Jobs** - as verdadeiras lições de liderança.
- [15] LOWNEY, Chris. **Liderança heroica** - as melhores práticas de uma companhia de 450 anos.
- [16] MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos** - do operacional ao estratégico. Editora Saraiva.
- [17] MARRAS, Jean Pierre. **Gestão de Pessoas em empresas inovadoras.** Editora Saraiva.
- [18] ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional.** Editora Pearson.
- [19] SENGE, Peter M. A. **Quinta Disciplina.** Editora Best Seller.
- [20] STÉFANO, Rhandy Di. **O Líder-Coach** - Líderes criando Líderes. Editora Qualitymark.
- SVEIBY Karl Erik. **A Nova Riqueza das Organizações.** Editora Campus. Parte 2 Cap5.

L – Gestão de Pessoas, Políticas e Estratégias de Recursos Humanos I

Código: GPPerH I**Ementa:**

1. Evolução e Princípios de Gestão de Pessoas. 2. Humanidade e Diversidade na Gestão de Pessoas. 3. Gestão por Competência na Administração Pública. 4. Fundamentos da Gestão com Pessoas. 5. Planejamento e Organização Empresarial. 6. Higiene e Segurança do Trabalho.

Bibliografia:

- [1] CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas.** 3ed, São Paulo, Campus, 2009.
- [2] MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos** – do operacional ao estratégico. 14 ed, São Paulo, Saraiva, 2011.
- [3] _____, **Gestão de Pessoas** – em empresas inovadoras. 12 ed, São Paulo, Saraiva, 2011
- [4] KALIL Pires. **Gestão por Competência em Organizações de Governo.** Brasília 2005.

LI – Gestão de Pessoas, Políticas e Estratégias de Recursos Humanos II

Código: GPPerH II**Ementa:**

1. Gestão de Conhecimentos e Tecnologias de Informação. 2. Governança e Gestão de Pessoas na Administração Pública 3. Relações Interpessoais e Administração de Conflitos. 4. Cultura Organizacional. 5. Planejamento estratégico de recursos humanos. 6. Higiene e Segurança do Trabalho.

Bibliografia:

- [1] CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas.** 3ed, São Paulo, Campus, 2009.
- [2] MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos** – do operacional ao estratégico. 14 ed, São Paulo, Saraiva, 2011.
- [3] _____, **Gestão de Pessoas** – em empresas inovadoras. 12 ed, São Paulo, Saraiva, 2011
- [4] SILVA, Lucas Frazão; SILVA FILHO, Cândido Ferreira da (orgs.). **Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2013
- [5] KALIL, Pires. **Gestão por Competência em Organizações de Governo.** Brasília, 2005.

LII – Gestão de Pessoas, Políticas e Estratégias de Recursos Humanos III

Código: GPPerH III

2353
(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

Ementa:

1. Gestão de pessoas (GP): contexto histórico e desafios atuais; o desafio de repensar gestão de pessoas em nível estratégico; 2. os processos de GP e a contribuição aos gestores de pessoas; Tendências e perspectivas críticas
2. Humanidade e Diversidade na Gestão de Pessoas.
3. Gestão por Competência na Administração Pública.
4. Relações Interpessoais e Administração de Conflitos.
5. Modelo estratégico de gestão de pessoas.
6. Treinamento & Desenvolvimento.
7. Avaliação de Desempenho.
8. Gestão de Pessoas no setor público.
9. Cultura Organizacional.
10. Planejamento estratégico de recursos humanos.
11. Higiene e Segurança do Trabalho.

Bibliografia:

- [1] CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3ed, São Paulo, Campus, 2009.
- [2] MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos** – do operacional ao estratégico. 14 ed, São Paulo, Saraiva, 2011.
- [3] _____, **Gestão de Pessoas** – em empresas inovadoras. 12 ed, São Paulo, Saraiva, 2011
- [4] SILVA, Lucas Frazão; SILVA FILHO, Cândido Ferreira da (orgs.). **Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013
- [5] KALIL, Pires. **Gestão por Competência em Organizações de Governo**. Brasília, 2005.
- [6] BOHLANDER, George. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Thomson, 2010.
- [7] MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIII – Gestão de Riscos e Desastres e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

Código: GRDPNPDC

Ementa:

1. Defesa Civil: Conceito, Constituição, Objetivos, Dinâmica de funcionamento.
2. Desastres: Conceitos Tipos, Características dos desastres, Classificação.
3. Danos e Prejuízos: Conceitos, Análise e classificação de danos e prejuízos, Análise da intensidade dos desastres de acordo com os danos e prejuízos, Reflexão sobre desastres e aplicação de medidas preventivas, Medidas preventivas e mitigatórias realizadas no CBMAP.
4. Plano de Contingência: Conceito, Noções gerais para elaboração de plano de contingência, Modelo de plano de contingência no sistema integrado de informações sobre desastres – s2id, Etapas para elaboração de um plano de contingência.
5. Ciclo de atuação da Defesa Civil e fases de Administração de Desastres - Prevenção, Preparação, Resposta, Reconstrução-.
6. Padrão de Resposta em Situação de Desastre: Gestão de Desastres: Ações de resposta a desastres, Preparação para resposta a desastres no nível local, Principais questões recorrentes na resposta a desastres, Ferramentas de gestão de desastres, Aspectos Administrativos e Gestão de Recursos Federais Destinados a Resposta: Decretação (declaração), homologação e reconhecimento de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP), Apoio do governo federal à resposta a desastres, Cartão de pagamento de defesa civil – CPDC Prestação de contas.
7. Políticas Públicas e a Defesa Civil.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. 82p. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pnvc.asp>>. Acesso em: 10 set. 2009
- [2] BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Livro-texto do Curso Formação em Defesa Civil**: construindo comunidades mais seguras. 2.ed. Florianópolis: Lagoa editora, 2005. 135p.
- [3] BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses**. A fascinante história do risco. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- [4] CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 710p.
- [5] BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. 82p. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pnvc.asp>>. Acesso em: 10 set. 2009.
- [6] ADAMS, John. **Risco**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
- [7] ANDRADE, Aurélio L. et al. **Pensamento sistêmico**: Caderno de campo. O desafio da mudança sustentada nas organizações e na sociedade. Porto Alegre: Bookman, 2006. 488p.

LIV - Gestão do Patrimônio Público I

Código: GPP I

Ementa:

1. Patrimônio na administração pública: conceituação, bens, material permanente, material de consumo, depreciação dos bens e controle dos bens.
2. Gestão e controle de bens patrimoniais do estado do amapá (dec. 4026 de 06 de nov de 2009): Atividades patrimoniais, controle e inventário dos bens, baixa patrimonial, transferência patrimonial e responsabilidades com o patrimônio.
3. Gestão e controle de bens no CBMAP: Principais OBM's responsáveis, atribuições legais das OBM's.
4. A gestão do patrimônio no contexto do serviço bombeiro militar: responsabilidades, cautela de materiais check-list alterações de material no serviço

operacional.

Bibliografia:

- [1] AMAPÁ, Governo do Estado do. Decreto nº 4.026 de 06 de novembro de 2009. Dispõe sobre a administração e o controle de bens que compõem o acervopatrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Amapá;
- [2] SANTOS, Gerson. Manual de Administração Patrimonial. Editora Pallotti. Florianópolis, 2002.
- [3] AMAPÁ. Lei complementar nº 111 – Organização básica e fixação de efetivo (LOB) do CBMAP. 2018.
- [4] AMAPÁ. Decreto nº 236 – Regulamenta a lei nº 111. (RLOB). 2019

LV - Gestão do Patrimônio Público II

Código: GPP II

Ementa:

1. Patrimônio na administração pública: conceituação, bens, material permanente, material de consumo, depreciação dos bens e controle dos bens. 2. Gestão e controle de bens patrimoniais do estado do amapá (dec. 4026 de 06 de nov de 2009): Atividades patrimoniais, controle e inventario dos bens, aquisição racionalização e movimentação patrimonial, competência dos almoxarifados dos GEA, baixa patrimonial, transferência patrimonial e responsabilidade com o patrimônio. 3. Gestão de almoxarifado: noções gerais, atividade básica de almoxarifado, instalações de armazenagem, unidades de estocagem, normas de estocagem, fatores que influenciam o processo de estocagem, localização e movimentação de materiais, simbologia das embalagens dos materiais e avaliação de estoque. 4. Processo de recebimento de materiais e serviços no CBMAP: Definições, execução, designação da comissão de fiscais, das atribuições da comissão defiscais e confecção do processo de recebimento de materiais ou serviços.

Bibliografia:

- [1] AMAPÁ, Governo do Estado do. Decreto nº 4.026 de 06 de novembro de 2009. Dispõe sobre a administração e o controle de bens que compõem o acervopatrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Amapá;
- [2] SANTOS, Gerson. Manual de Administração Patrimonial. Editora Pallotti. Florianópolis, 2002.
- [3] AMAPÁ. Lei complementar nº 111 – Organização básica e fixação de efetivo (LOB) do CBMAP. 2018.
- [4] AMAPÁ. Decreto nº 236 – Regulamenta a lei nº 111. (RLOB). 2019

LVI – Gestão Integrada das Organizações

Código: GIO

Ementa:

1. Logística: organizacional e operacional; suas funções e a integração aos processos de negócio corporativo. 2. gestão da cadeia de suprimento. 3. gestão integrada da cadeia logística dos processos de negócio intra-organizacionais orientada às políticas públicas.

Bibliografia:

- [1][1] CASTIGLIONI, Jose Antonio de Mattos. **Logística operacional**.
- [2]BOWERSOX, Donald J. **Gestão logística da cadeia de suprimentos**.
- [3]NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**.
- [4]CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**.
- [5]BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia**.
- [6]SALGADO, Tarcisio Tito. **Logística - práticas, técnicas e processos**.
- [7]BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial – transportes**.
- [8] CORREA, Henrique Luiz. **Sistemas de logística reversa**.
- [9] FLEURY Paulo Fernando. **Logística empresarial**.

LVII - Gestão Integrada de Riscos e Emergências

Código: GIРЕ

Ementa:

1. Aspectos introdutórios da Gestão de Riscos. 2. Ameaça. 3. Vulnerabilidade, 4. Risco. 5. Eventos adversos. 6. Desastre. 7. Emergência. 8. Incidente. 9. Resiliência. 10. Marco de Hyogo. 11. Gestão de riscos e desenvolvimento. 12. Estudo de ameaças e vulnerabilidades. 13. Redução de risco (prevenção e mitigação). 14. Manejo dos eventos adversos (preparação, alerta e alarme). 15. Recuperação (reabilitação e reconstrução). 16. Estudo de caso. 17. Sistema Nacional de Defesa Civil. 18. Política Nacional de Defesa Civil. 19. Decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. 20. NOPRED e AVADAN. 21. Introdução ao Planejamento Estratégico e Tático. 22. Elaboração de Planos Diretores de Defesa Civil e Planos de Contingência. 23. Problemática de defesa civil. CODAR.

Bibliografia:

- [1]OFDA/LAC, **Curso Bases Administrativas para Gestão de Risco**, Florianópolis, 2010.
- [2] **Manual de Planejamento de Defesa Civil** vol I, e II, Brasilia, 2007.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

- [3] Grupo Internacional Recursos de Sur, IRG. Tiempo para entregar El relevo: reducción Del riesgo de desastres desde a perspectiva de la gestión tal, ordenamiento territorial. IRG. 1ª Ed. San José, CR. 276p. 2007.
- [4] EIRD – Estratégia Nacional para la Reducción de Desastres. Marco de Acción de Hyogo 2005 – 2015.
- [5] Manual de Planejamento de Defesa Civil, vol I, e II, Brasilia, 2007. Defesa Civil, vol I, e II – Brasilia, 2007.
- [6] Manual de Planejamento de Defesa Civil, vol III, e IV – Brasilia, 2007.
- [7] Secretaria Nacional de Defesa Civil. Política Nacional de Defesa Civil, Brasilia, 2008. Grupo Internacional Recursos de Sur, IRG. Tiempo para entregar El relevo: reducción Del riesgo de desastres desde a perspectiva de la gestión tal, ordenamiento territorial. IRG. 1ª Ed. San José CR. 276p. 2007.

LVIII – Gestão Pública I

Código: GP I**Ementa:**

1. Compreensão e funcionamento da administração pública: Estado, Governo, Administração e Gestão Pública;
2. Áreas da Gestão Pública: gestão financeira, gestão de pessoas, gestão de marketing, gestão de processos e informações, gestão de logística de materiais e serviços; 3. Noções de Licitação: conceito, modalidades de licitações, tipos e fases de Licitação, exceção à regra de licitar e sistema de registro de preços; 4. Noções de Regime de Adiantamentos: conceito, finalidade e responsabilidades.

Bibliografia:

- [1] AMAPÁ. Lei nº 0624, de 31 de outubro de 2001. Institui, no âmbito da administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Amapá, o pagamento de despesas pelo regime de adiantamento e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amapá, Macapá, AP, 31 out. 2001.
- [2] AMAPÁ. Decreto nº 3547, de 14 de novembro de 2001. Regulamenta a concessão aplicação e prestação de contas de adiantamento a servidor, de que trata a Lei nº 0624, de 31 de outubro de 2001 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amapá, Macapá, AP, 14 nov. 2001.
- [3] BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1964.
- [4] BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º abr. 2021.
- [5] CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- DIAS, Reinaldo. *Gestão pública: aspectos atuais e perspectivas para atualização*. São Paulo: Atlas, 2017.
- [6] MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru; NOHARA, Irene Patrícia. *Gestão pública : abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- PEREIRA, José Matias. *Manual de gestão pública contemporânea*. 6ª ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.
- [7] SANTOS Clezio Saldanha dos. *Introdução à gestão pública*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva 2014. 384 p.

LIX – Gestão Pública II

Código: GP II**Ementa:**

1. Noções sobre orçamento público: Estado na economia, aspectos políticos e econômicos do orçamento público, modelo orçamentário no Brasil, princípios orçamentários. 2. Noções de Planejamento Estratégico na Gestão Pública: conceito, finalidade, missão, visão, valores, diagnóstico, objetivos estratégicos. 3. Introdução a Gestão de Pessoas no Setor Público: Conceito da gestão de pessoas, diferenças individuais e as diferenças organizacionais, pessoas como parceiras da organização e processos de GP.

Bibliografia:

- [1] BICHUETTI, José Luiz; BICHUETTI, Luana Bernardi. *Gestão de pessoas não é com o RH*. 3ª ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2020.
- [2] CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento estratégico: da intenção aos resultados*. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2020.
- [3] CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas : o novo papel da gestão do talento humano*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- [4] HERRERO, Emílio. *Balanced scorecard e a gestão estratégica: uma abordagem prática*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
- [5] GIACOMONI, James, *Orçamento público*. 18ª ed., São Paulo: Atlas, 2022.
- [6] GONÇALVES, Guilherme Corrêa et al. *Planejamento e Orçamento Público*. Porto Alegre : SAGAH, 2019.
- [7] LIMA, Diana Vaz de. *Orçamento, contabilidade e gestão no setor público*. 2ª ed. Barueri: Atlas, 2022.

LX – Gestão Pública III

Código: GP III**Ementa:**

1. Orçamento e controles internos e externos orçamento e planejamento: modelo orçamentário no Brasil, leis orçamentárias, programação e execução financeira e o controle da execução orçamentária. 2. Marketing público, atendimento e comunicação com a sociedade: estratégias de comunicação no setor público e seus aspectos legais, ações de marketing público, endomarketing, atendimento e comunicação com a sociedade. 3. Formulação, gestão e avaliação de políticas públicas: conceito de políticas públicas, construção da agenda, formulação, implementação e avaliação. 4. inovações e sistemas tecnológicos de apoio a gestão pública: Desorganização informacional, noções de gestão por processos e sistemas tecnológicos de apoio a gestão pública. 5. Gestão do talento humano: Processos de GTH, GTH de Forma Estratégica e Sistema Integrado de GTH.

Bibliografia:

- [1] AFFONSO, Ligia Maria Fonseca *et al.* **Gestão de informações no setor público.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- [2] BACICHETTI, Vinícius de Vargas; TEIXEIRA, Vanessa Ramos. **Inovação no setor público.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- [3] BICHUETTI, José Luiz; BICHUETTI, Luana Bernardi. **Gestão de pessoas não é com o RH.** 3^a ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2020.
- [4] CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel da gestão do talento humano.** 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- [5] DIAS, Reinaldo. **Gestão pública: aspectos atuais e perspectivas para atualização.** São Paulo: Atlas, 2017.
- [6] GIACOMONI, James, **Orçamento público.** 18^a ed., São Paulo: Atlas, 2022.
- [7] GONÇALVES, Guilherme Corrêa *et al.* **Planejamento e Orçamento Público.** Porto Alegre : SAGAH, 2019.
- [8] KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing.** 15^a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.
- [9] LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público.** 2^a ed. Barueri: Atlas, 2022.
- [10] PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea.** 6^a ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.
- [11] SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública.** 2^a ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 384 p.
- [12] VELHO Adriana G. *et al.* **Marketing público.** Porto Alegre: SAGAH 2018.

LXI – Hinos e Canções Militares

Código: HCM**Ementa:**

1. Características das Canções Militares (estrutura). 2. Análise de Arranjos e Partituras Individuais. 3. Leitura e Memorização. 4. Ensaios. 5. Execução a Pé Firme. 6. Execução em Deslocamento.

Bibliografia:

- [1] HISTÓRIA E TRADIÇÃO DA MÚSICA MILITAR. UFJF. CARVALHO, Vinícius Mariano de. www.ecsbdesa.com.br/ftsl/musicamilitar.pdf
- [2] AS BANDAS DE MÚSICA MILITARES. Adap. Revista Verde-Oliva nº 201. <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2010/04/as-bandas-de-musica-militares.html>
- [3] BANCO DE PARTITURAS. www.secult.gov.br

LXII – História da Música I

Código: HM I**Ementa:**

1. História da Música. 2. Estudo dos eventos históricos, sociais, e técnico musicais que envolvem a história da música da Antiguidade Clássica até a primeira metade do século XVIII. 3. Idade Média. 4. Renascimento. 5. Barroco.

Bibliografia:

- [1] ANDRADE, Mário de. **Pequena História da Música.** 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- [2]. BENNET, Roy. **Uma breve história da música.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- [3] GROUT, Donald J.
- [4] **História da Música Ocidental.** Lisboa: Gradiva, 1994.
- [5] KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais.** Porto Alegre: Movimento, 1923.
- [6] LOVELOCK, Willian. **História concisa da música.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- [7] RAYNOR, Henry. **História Social da Música.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- [8] REZENDE, Conceição. **Aspectos da música ocidental.** Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- [9] SCHURMANN Ernest F. **A música como linguagem.** São Paulo: Brasiliense 1989.

LXIII – História da Música II

Código: HM II**Ementa:**

1. História da Música. 2. Estudo dos eventos históricos, sociais, e técnico musicais que envolvem a história da música na segunda metade do século XVIII até o século XIX. 3. Classicismo e romantismo. 4. Transição do século XIX até a segunda metade século XX. 5. Pós-romantismo. 6. O nacionalismo. 7. Neoclassicismo. 8. Atonalismo. 9. Dodecafônico. 10. Música minimalista. 11. Concreta. 12. Eletrônica. 13. Microtonalidade. 14. Música aleatória. 15. Influência do Jazz.

Bibliografia:

- [1] ANDRADE, Mário de. **Pequena História da Música**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- [2]. BENNET, Roy. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- [3] GROUT, Donald J.
- [4] **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 1994.
- [5] KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1923.
- [6] LOVELOCK, Willian. **História concisa da música**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- [7] RAYNOR, Henry. **História Social da Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- [8] REZENDE, Conceição. **Aspectos da música ocidental**. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- [9] SCHURMANN, Ernest F. **A música como linguagem**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- [10] CANDÉ, Roland. *História universal da música*. (2 Vol.) São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LXIV – História da Música Popular Brasileira

Código: HMPB**Ementa:**

1. Ernesto Nazaré e Anacleto de Medeiros. 2. Consolidação da música popular brasileira como fator de interpretação da sociedade brasileira. 3. Compositores expressivos de cada estilo ou movimento musical estudado. 4. Tropicália, Jovem guarda e canção romântica de (massa). 5. Choro e música popular de câmara. 6. Música popular e política dos anos 70.

Bibliografia:

- [1] ANDRADE, Mário. **Ensaio sobre a música brasileira**. São Paulo, Martins, 1965.
- [2] ANDRADE, Oswald de. **Manifesto da poesia pau-brasil**. In Oswald de Andrade- obras completas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- [3] CALADO, Carlos. **Tropicália: A história de uma revolução musical**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- [4] TINHORÃO, José Ramos. **História Social da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

LXV – História do Bombeiro no Brasil e no Mundo

Código: HBBM**Ementa:**

1. A Origem dos Serviços de Bombeiros: Bombeiros na antiguidade, Primeiros regulamentos, O símbolo dos Bombeiros, O grande incêndio de Londres, O incêndio de Boston. 2. A Origem dos Serviços de Bombeiros no Brasil: Fatores determinantes para a criação do serviço de bombeiros no Rio de Janeiro, Primeiras equipes de bombeiros, A criação do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, O início da Proteção Contra Incêndio, A atuação dos Corpos de Bombeiros no Brasil, Relação entre corpos de bombeiros e as instituições de segurança pública no Brasil. 3. A Origem dos Serviços de Bombeiros no Amapá: Os Corpos Voluntários de Defesa contra Incêndios (CVDIs), O grande incêndio no centro de Macapá em 1967, A criação do Corpo de Bombeiros do Amapá e sua evolução até os dias atuais Responsabilidades legais e atividades desenvolvidas pelo CBMAP.

Bibliografia:

- [1] BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1995.
- [2] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.
- [3] _____ Secretaria Nacional de Defesa Civil: histórico- defesa civil no Brasil. **Defesa civil no mundo**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/historico/index.asp>>. Acesso em: 29 out 2012.
- [4] MACEDO, Richard. **A história dos bombeiros no mundo**. Disponível em: <<http://soubombeiro.blogspot.com.br/2009/07/historia-dos-bombeiros-no-mundo.html>>. Acesso em: 29 out 2012.
- [5] MELLO, J. G. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2001.
- [6] ORTIZ. Asdrúbal da Silva. **A pré-história dos Corpos de Bombeiros**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/sedec/A%20Pre-Historia%20dos%20orpos%20de%20Bombeiros.pdf>>. Acesso em: 29 out 2012.
- [7] PEYRELONGUE, P. **Sapeurs pompiers: lessoldatsdufeu**. Editora Michel Lafon, 2006.

[8] SANTOS, F. **Bombeiros portugueses: seis séculos de história (1395-1995)**. Lisboa: Serviço Nacional de Bombeiros 1995.

LXVI – História do Bombeiro no Mundo, no Brasil e das Bandas de Músicas Militares

Código: HBBM

Ementa:

1. A Origem dos Serviços de Bombeiros: Bombeiros na antiguidade, Primeiros regulamentos, O símbolo dos Bombeiros, O grande incêndio de Londres, O incêndio de Boston. 2. A Origem dos Serviços de Bombeiros no Brasil: Fatores determinantes para a criação do serviço de bombeiros no Rio de Janeiro, Primeiras equipes de bombeiros, A criação do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, O início da Proteção Contra Incêndio, A atuação dos Corpos de Bombeiros no Brasil, Relação entre corpos de bombeiros e as instituições de segurança pública no Brasil. 3. A Origem dos Serviços de Bombeiros no Amapá: Os Corpos Voluntários de Defesa contra Incêndios (CVDIs), O grande incêndio no centro de Macapá em 1967, A criação do Corpo de Bombeiros do Amapá e sua evolução até os dias atuais Responsabilidades legais e atividades desenvolvidas pelo CBMAP.

Bibliografia:

- [1] BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1995.
- [2] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.
- [3] _____ Secretaria Nacional de Defesa Civil: histórico- defesa civil no Brasil. **Defesa civil no mundo**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/historico/index.asp>>. Acesso em: 29 out 2012.
- [4] MACEDO, Richard. **A história dos bombeiros no mundo**. Disponível em: <<http://soubombeiro.blogspot.com.br/2009/07/historia-dos-bombeiros-no-mundo.html>>. Acesso em: 29 out 2012.
- [5] MELLO, J. G. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2001.
- [6] ORTIZ. Asdrúbal da Silva. **A pré-história dos Corpos de Bombeiros**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/sedec/A%20Pre-Historia%20dos%20orpos%20de%20Bombeiros.pdf>>. Acesso em: 29 out 2012.
- [7] PEYRELONGUE, P. **Sapeurs pompiers: lessoldatsdufeu**. Editora Michel Lafon, 2006.
- [8] SANTOS, F. **Bombeiros portugueses: seis séculos de história (1395-1995)**. Lisboa: Serviço Nacional de Bombeiros, 1995.

LXVII – Improvisação

Código: IMP

Ementa:

1. Estudo da harmonia e improvisação na música popular. 2. Ampliação do sistema tonal de alterações e acréscimos na harmonia. 3. Escalas decorrentes dessa ampliação. 4. Exercícios escalares e arpejo. 5. Cromatismos. 6. Ornamentos. 7. Utilização de tema na improvisação. 8. Padrões rítmicos e melódicos. 9. Transcrições melódicas. 10. Performance. 11. Exercícios específicos.

Bibliografia:

- [1] Song books de música brasileira; Editora Lumiar; Rio de Janeiro
- [2] CROOK, Hal. **How to improvise: an approach to practicing improvisation**. Boston: Advance Music, 1988.
- [3] Real book; Real book press New York

LXVIII – Instrução Militar I

Código: IM I

Ementa:

1. Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas -Portaria GM-MD Nº 1.143, de 3 de Março de 2022: 1.1 Título I: Da Finalidade; 1.2 Título II: Dos sinais de respeito e da continência - Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Dos sinais de respeito; Capítulo III: Continência; Capítulo IV: Apresentação; Capítulo V: Continência da tropa; Seção VIII: Dos Toques de Corneta, Clarim e Apito; Seção IX: Das Bandas de Músicas, de Corneteiros ou Clarins e Tambores; Capítulo VI: Dos Hinos; Capítulo VII: Das Bandeiras-insígnias, distintivos a estandartes; 1.3 Título III: Das Honras militares - Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Das honras de recepção e despedida; Capítulo III: Das comissões de cumprimentos e de pésames; Capítulo IV: Do preito da tropa; 1.4 Título IV: Do ceremonial militar - Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Da precedência nas cerimônias; Capítulo III: Da bandeira nacional. 2. Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019: Capítulo I – Introdução: Finalidade; Conceito Básico da Ordem Unida; Objetivos da Ordem Unida; Divisão da Instrução de Ordem Unida; Disciplina; Ordem Unida e Chefia; Definições Básicas; Comandos e Meios de Comando; Execução por tempos; Capítulo II – Instrução individual sem arma; Condições de execução; Posições; Posições sem cobertura; Passos; Marchas; Voltas. Capítulo III – Instrução individual com arma: Considerações Gerais; Mosquetão 7,62 M 968; Capítulo IV – Instrução coletiva: Generalidades; Formações; Formatura; Deslocamentos; Ordem Unida sem comando; Bandeiras e Estandartes; Bandas de

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

música/Fanfarras e banda marcial; Ordem Unida para banda; Posição de Sentido e Descansar para o Regente/Mestre. Capítulo V– Comando por gestos: Comandos por gestos para banda de música/fanfarra/banda marcial, banda de clarins e de cornetas; 3. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares. 4. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda-Bandeira. 5. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade. 6. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda de Honra. 7. Portaria nº 1.112, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres. 8. Hinos e Canções Militares.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 1.143**, de 3 de março de 2022. Aprova o Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- [2] BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Ordem Unida** 4ª Edição 2019.
- [3] EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Valores, Deveres e Ética Militares
- [4] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda-Bandeira.
- [5] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade.
- [6] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda de Honra.
- [7] _____. **Portaria nº 1.112**, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres.

LXIX – Instrução Militar II

Código: IM II**Ementa:**

1. Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - Portaria GM-MD Nº 1.143, de 3 de Março de 2022: 1.1 Título I: Da Finalidade; 1.2 Título II: Dos sinais de respeito e da continência - Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Dos sinais de respeito; Capítulo III: Continência; Capítulo IV: Apresentação; Capítulo V: Continência da tropa; Seção VIII: Dos Toques de Corneta, Clarim e Apito; Capítulo VI: Dos Hinos; Capítulo VII: Das Bandeiras-insígnias, distintivos a estandartes; 1.3 Título III: Das Honras militares; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Das honras de recepção e despedida; Capítulo III: Das comissões de cumprimentos e de pésames; Capítulo IV: Do preito da tropa; 1.4 Título IV: Do ceremonial militar; Capítulo I: Generalidades; Capítulo III: Da bandeira nacional; 2. Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019: Capítulo I – Introdução; Finalidade; Conceito Básico da Ordem Unida; Objetivos da Ordem Unida; Divisão da Instrução de Ordem Unida; Disciplina; Ordem Unida e Chefia; Definições Básicas; Comandos e Meios de Comando; Execução por tempos; Capítulo II – instrução individual sem arma; Condições de execução; Posições; Posições sem cobertura; Passos; Marchas; Voltas. Capítulo III – Instrução individual com arma; Considerações Gerais; Mosquetão 7,62 M 968; Capítulo IV – instrução coletiva; Generalidades; Formações; Formatura; Deslocamentos; Ordem Unida sem comando; Bandeiras e Estandartes; 3. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares. 4. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda-Bandeira. 5. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade. 6. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda de Honra. 7. Portaria nº 1.112, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres. 8. Hinos e Canções Militares; 9. Norma Nº 001/ 2007 – Gabinete Do Comando – CBMAP: Finalidade, Objetivos Da execução Finalidades da Guarda Das Sentinelas Da Passagem do Serviço.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 1.143**, de 3 de março de 2022. Aprova o Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- [2] BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Ordem Unida** 4ª Edição 2019.
- [3] EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Valores, Deveres e Ética Militares
- [4] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda-Bandeira.
- [5] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade.
- [6] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda de Honra.
- [7] _____. **Portaria nº 1.112**, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres.
- [8] CBMAP. **Norma Nº 001/ 2007** – Gabinete do Comando: Finalidade, Objetivos, da execução, Finalidades da Guarda das Sentinelas da Passagem do Serviço.

LXX – Instrução Militar III

Código: IM III**Ementa:**

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

1. Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - Portaria GM-MD Nº 1.143, de 3 de Março de 2022: 1.1 Título I: Da Finalidade; 1.2 Título II: Dos sinais de respeito e da continência; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Dos sinais de respeito; Capítulo III: Continência; Capítulo IV: Apresentação; Capítulo V: Continência da tropa; Seção VIII: Dos Toques de Corneta, Clarim e Apito; Seção IX: Das Bandas de Músicas, de Corneteiros ou Clarins e Tambores; Capítulo VI: Dos Hinos; 1.3 Título III: Das Honras militares; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Das honras de recepção e despedida; Capítulo III: Das comissões de cumprimentos e de pésames; 1.4 Título IV: Do ceremonial militar; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Da precedência nas cerimônias; Capítulo III: Da bandeira nacional; 2. Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019: Capítulo I – Introdução; Finalidade; Conceito Básico da Ordem Unida; Objetivos da Ordem Unida; Definições Básicas; Comandos e Meios de Comando; Execução por tempos; Capítulo II – instrução individual sem arma; Condições de execução; Posições; Posições sem cobertura; Passos; Marchas. Voltas. Capítulo III – Instrução individual com arma; Considerações Gerais; Mosquetão 7,62 M 968; Capítulo IV – Instrução coletiva; Generalidades; Formações; Formatura; Deslocamentos; Ordem Unida sem comando; Bandas de música/Fanfarras e banda marcial; Ordem Unida para banda; 3. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares. 4. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade. 5. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda de Honra. 6. Portaria nº 1.112, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres. 7. Hinos e Canções Militares.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 1.143**, de 3 de março de 2022. Aprova o Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- [2] BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019**.
- [3] EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares**
- [4] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda-Bandeira**.
- [5] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade**.
- [6] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda de Honra**.
- [7] _____. **Portaria nº 1.112**, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres.

LXXI – Instrução Militar IV

Código: IM IV**Ementa:**

1. Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - Portaria GM-MD Nº 1.143, de 3 de Março de 2022: 1.1 Título I: Da Finalidade; 1.2 Título II: Dos sinais de respeito e da continência; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Dos sinais de respeito; Capítulo III: Continência; Capítulo IV: Apresentação; Capítulo V: Continência da tropa; Seção VIII: Dos Toques de Corneta, Clarim e Apito; 1.2 Título III: Das Honras militares; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Das honras de recepção e despedida; Capítulo IV: Do preito da tropa; 1.3 Título IV: Do ceremonial militar; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Da precedência nas cerimônias; 2. Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019: Capítulo I – Introdução; Finalidade; Conceito Básico da Ordem Unida; Objetivos da Ordem Unida; Divisão da Instrução de Ordem Unida; Disciplina; Ordem Unida e Chefia; Definições Básicas; Comandos e Meios de Comando; Execução por tempos; Capítulo II – Instrução individual sem arma; Condições de execução; Posições; Posições sem cobertura; Passos; Marchas. Voltas. Capítulo III – Instrução Individual Com Arma; Considerações Gerais; Mosquetão 7,62 M 968; Capítulo IV– Instrução Coletiva; Generalidades; Formações; Deslocamentos.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 1.143**, de 3 de março de 2022. Aprova o Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- [2] BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019**.
- [3] EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares**
- [4] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda-Bandeira**.
- [5] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade**.
- [6] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda de Honra**.
- [7] _____. **Portaria nº 1.112**, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres.
- [8] CBMAP. **Norma Nº 001/ 2007** – Gabinete do Comando: Finalidade, Objetivos, da execução, Finalidades da Guarda, das Sentinelas, da Passagem do Serviço.

LXXII – Instrução Militar V

Código: IM V

Ementa:

1. Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - Portaria GM-MD Nº 1.143, de 3 de Março de 2022: 1.1 Título I: Da Finalidade; 1.2 Título II: Dos sinais de respeito e da continência; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Dos sinais de respeito; Capítulo III: Continência; Capítulo IV: Apresentação; Seção VIII: Dos Toques de Corneta, Clarim e Apito; Seção IX: Das Bandas de Músicas, de Corneteiros ou Clarins e Tambores; Capítulo VI: Dos Hinos; Capítulo VII: Das Bandeiras-insígnias, distintivos a estandartes; 1.3 Título III: Das Honras militares; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Das honras de recepção e despedida; Capítulo IV: Do preito da tropa; 1.4 Título IV: Do ceremonial militar; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Da precedência nas cerimônias; Capítulo III: Da bandeira nacional; 2. Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019: Capítulo I – Introdução; Finalidade; Objetivos da Ordem Unida; Ordem Unida e Chefia; Comandos e Meios de Comando; Execução por tempos; Capítulo II – Instrução Individual Sem Arma; Condições de execução; Posições sem cobertura; Passos; marchas e voltas. Capítulo IV – Instrução Coletiva. Generalidades; Formações; Formatura; Ordem Unida sem comando; Bandas de música/Fanfarras e banda marcial; Ordem Unida para banda; Capítulo IV – Comando Por Gestos. Comandos por gestos para banda de música/fanfarra/banda marcial, banda de clarins e de cornetas.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 1.143**, de 3 de março de 2022. Aprova o Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- [2] BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019**.
- [3] EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Valores, Deveres e Ética Militares.
- [4] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade.
- [5] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda de Honra.
- [6] _____. **Portaria nº 1.112**, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres.
- [7] _____. **Portaria nº 1637**, de 9 de novembro de 2015 – Aprova as Normas para realização do Teto de Aço/Teto de Honra.

LXXIII – Instrução Militar VI

Código: IM VI

Ementa:

1. Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - Portaria GM-MD Nº 1.143, de 3 de Março de 2022: 1.1 Título I: Da Finalidade; 1.2 Título II: Dos sinais de respeito e da continência; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Dos sinais de respeito; Capítulo III: Continência; Capítulo IV: Apresentação; Capítulo V: Continência da tropa; Seção VIII: Dos Toques de Corneta, Clarim e Apito; Capítulo VII: Das Bandeiras-insígnias, distintivos a estandartes; 1.3 Título III: Das Honras militares; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Das honras de recepção e despedida; Capítulo III: Das comissões de cumprimentos e de pêsames; Capítulo IV: Do preito da tropa; 1.4 Título IV: Do ceremonial militar; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Da precedência nas cerimônias; Capítulo III: Da bandeira nacional; 2. Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019: Capítulo I – Introdução. Finalidade; Divisão da Instrução de Ordem Unida; Ordem Unida e Chefia; Comandos e Meios de Comando; Capítulo II – Instrução Individual Sem Arma. Condições de execução; Posições sem cobertura; Passos, marchas e voltas. Capítulo III – Instrução Individual Com Arma. Considerações Gerais; Mosquetão 7,62 M 968; Capítulo IV – Instrução Coletiva. Generalidades; Formações; Formatura; Deslocamentos; Ordem Unida sem comando; Bandeiras e Estandartes.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 1.143**, de 3 de março de 2022. Aprova o Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- [2] BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019**.
- [3] EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Valores, Deveres e Ética Militares
- [4] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda-Bandeira.
- [5] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade.
- [6] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda de Honra.
- [7] _____. **Portaria nº 1.112**, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres.
- [8] _____. **Portaria nº 1637**, de 9 de novembro de 2015 – Aprova as Normas para realização do Teto de Aço/Teto de Honra.

LXXIV – Instrução Militar VII

Código: IM VII

Ementa:

1. Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - Portaria GM-MD Nº 1.143, de 3 de Março de 2022: 1.1 Título I: Da Finalidade; 1.2 Título II: Dos sinais de respeito e da continência; Capítulo I: Generalidades; Capítulo IV: Apresentação; 1.3 Título III: Das Honras militares; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Das honras de recepção e despedida; 1.4 Título IV: Do ceremonial militar; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Da precedência nas cerimônias; 2. Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019: Capítulo I – Introdução. Ordem Unida e Chefia; Comandos e Meios de Comando; Capítulo III – Instrução Individual Com Arma. Considerações Gerais; Espada: Posições e Movimentos, Deslocamentos e Voltas; Capítulo IV– Instrução Coletiva. Generalidades; Formações; Formatura.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 1.143**, de 3 de março de 2022. Aprova o Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- [2] BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019**.
- [3] EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Valores, Deveres e Ética Militares
- [4] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda-Bandeira.
- [5] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade.
- [6] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda de Honra.
- [7] _____. **Portaria nº 1.112**, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres.
- [8] _____. **Portaria nº 1637**, de 9 de novembro de 2015 – Aprova as Normas para realização do Teto de Aço/Teto de Honra.

LXXV – Instrução Militar VIII

Código: IM VIII

Ementa:

1. Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas - Portaria GM-MD Nº 1.143, de 3 de Março de 2022: 1.1 Título I: Da Finalidade; 1.2 Título II: Dos sinais de respeito e da continência; Capítulo I: Generalidades; Capítulo IV: Apresentação; Capítulo V: Continência da tropa; 1.3 Título III: Das Honras militares; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Das honras de recepção e despedida; Capítulo III: Das comissões de cumprimentos e de pêsames; Capítulo IV: Do preito da tropa; 1.4 Título IV: Do ceremonial militar; Capítulo I: Generalidades; Capítulo II: Da precedência nas cerimônias; 2. Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019: Capítulo I – Introdução. Ordem Unida e Chefia; Comandos e Meios de Comando; Capítulo III – Instrução Individual Com Arma. Considerações Gerais; Espada: Posições e Movimentos, Deslocamentos e Voltas; Capítulo IV– Instrução Coletiva. Generalidades; Formações; Formatura; Ordem Unida sem comando.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 1.143**, de 3 de março de 2022. Aprova o Manual de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- [2] BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha Ordem Unida 4ª Edição 2019**.
- [3] EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Valores, Deveres e Ética Militares
- [4] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda-Bandeira.
- [5] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Honras de Recepção e Despedida de Autoridade.
- [6] _____. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército** - Guarda de Honra.
- [7] _____. **Portaria nº 1.112**, de 31 de agosto de 2016 - Aprova o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Honras Fúnebres.
- [8] _____. **Portaria nº 1637**, de 9 de novembro de 2015 – Aprova as Normas para realização do Teto de Aço/Teto de Honra.

LXXVI – Inteligência Estratégica

Código: IE

Ementa:

1. A Atividade de Inteligência de Segurança Pública. 2. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. 3. Crime Organizado. 4. Facções Criminosas no Brasil e no Estado do Amapá. 5. Evolução dos atentados no estado do Amapá. 6. Gestão do Conhecimento – Mídia e Inteligência.

Bibliografia:

- [1] Inteligência atividade típica de Estado.
- [2] Lei Nº 9883/1999

- [3] Decreto N° 3695/2000
- [4] Decreto Distrital N° 28691/2008
- [5] Histórico da Atividade de Inteligência no Brasil (1927 Conselho de Defesa Nacional, 1946 Serviço Federal de Informações e Contrainformações; 1964 Serviço Federal de Informações; 1999 Agência Brasileira de Inteligência, Sistema Brasileiro de Inteligência.)
- [6] Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
- [7] Atividade de Inteligência no CBMAP
- [8] Lei N° 6333/1976.
- [9] Lei N° 8255/1991.
- [10] Decreto N° 31817/2010.
- [11] Resolução N° 1 de 15/07/2009 e Portaria N° 22 de 22/07/2009 do Ministério da Justiça.
- [12] Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP, 2009).
- [13] Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP, 2014).
- [14] Inteligência de Segurança Pública nos Grandes Eventos (Portaria N° 112/2013 da SESGE e Portaria N° 088/2014).
- [15] Fundamentos Doutrinários, Noções de Contrainteligência, Noções de Operações de Inteligência, Concepção de Inteligência de Segurança Pública.
- [16] Fundamentos éticos e jurídicos da Atividade de Inteligência
- [17] Tipos de Conhecimento de Inteligência (Informe, Informação, Apreciação e Estimativa)
- [18] Metodologia de Produção de Conhecimento (Planejamento, Reunião, Processamento e Difusão)
- [19] Técnica de Avaliação de Dados, Documentos de Inteligência, níveis de decisão

LXXVII – Inteligência Aplicada à Segurança Pública

Código: IASP

Ementa:

1. Definição da atividade de Inteligência. 2. Sistema Brasileiro de Inteligência. 3. Fundamentos jurídicos da atividade de inteligência na Segurança pública. 4. Inteligência, contrainteligência e operações de inteligência. 5. Produção do conhecimento. 6. Proteção do conhecimento.

Bibliografia:

- [1] AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Conselho Consultivo do Sisbin. **Manual de Inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns.** Brasília, 2004.
- [2] ANTUNES, Priscila Carlos B. **SNI & ABIN: entre teoria e prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- [3] BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública,** Brasília, 2009, p.13.
- [4] BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- [5] BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 6º Ed. Florianópolis: Ed.UFSC, 2006.
- [6] BEATO, C. **Fontes de dados policiais em estudos criminológicos:** limites e potenciais. fórum de debates: criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. 1º Encontro: Conceituação do Sistema de Justiça Criminal, Crime e Relato I: As bases de dados policiais. Diretoria de Estudos Sociais, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec), Universidade Cândido Mendes, 2000.
- [7] BISQUERRA R., SARIEBA J.C., MARTINEZ,F. **Introdução a estatística:** Enfoque informático com o pacote SPSS. Porto Alegre: Ed. ARTMED, 2004.
- [8] BUSSAB, Wilton de Oliveira, MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica.** São Paulo: Saraiva, 2010.
- [9] COSTA, Sérgio Francisco. **Introdução Ilustrada à Estatística.** 4. ed. São Paulo: Harbra, 2005.
- [10] FREUND, E. J. SIMON, G. **A Estatística Aplicada:** economia, administração e contabilidade. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- [11] LEVINE, D.M.; BERENSON, M.L.; STEPHAN, D. **Estatística:** teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- [12] MARTINS, Gilberto A; FONSECA, Jairo S. **Curso de Estatística.** São Paulo: Atlas, 1996.
- [13] MIRANDA, Ana Paula M. & LIMA, Lana L.G. **Políticas públicas de segurança, informação e análise criminal.** Niterói: EDUFF, 2008
- [14] NAZARETH, H. **Curso básico de Estatística.** São Paulo: Ática, 1996.
- [15] SOUZA, N. G. **Governança em tecnologia da informação e a integração de sistemas de informação de segurança pública no Brasil.** São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- [16] SOUZA, N. G.; DANTAS, G. F. de L. **A integração de sistemas em segurança pública como suporte à inteligência policial.** Brasília-DF: Anais do Simpósio Nacional: “Inteligência Policial e Criminalidade de Massa”. Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, 2004.
- [17] SSPSP. **Estatística de criminalidade:** manual de interpretação. Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. São Paulo: SSPSP. 2005.

- [18] SSPSP. **Estatística de criminalidade:** manual de interpretação. Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. São Paulo: SSPSP. 2005.
- [19] STEVENSON W.J. **Estatística Aplicada à Administração.** São Paulo: Harbra 1981

LXXVIII – Legislação e Regulamentos Institucionais I

Código: LRI I**Ementa:**

1. Normas Gerais de Organização aplicadas aos Corpos de Bombeiros: Competências, estruturas, funções, fixação de efetivo, convocação e mobilização, do material de segurança pública, das garantias, direitos e deveres. 2. Lei de Organização Básica (LOB) e Regulamento da LOB: Organização básica bombeiro militar, Constituição e atribuições dos órgãos de direção estratégica e geral, Constituição e atribuições das Unidades Vinculadas, Constituição e atribuições dos órgãos de apoio, Constituição e atribuições dos órgãos de execução. Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE). 3. Estatuto dos Militares Estaduais: Noções fundamentais. Do ingresso na carreira militar. Dos Quadros: constituição e composição. Da hierarquia e disciplina. Das obrigações e dos deveres bombeiro militar. Do Compromisso Militar. Dos direitos e prerrogativas dos bombeiros militares. 4. Regulamento Disciplinar Policial Militar: Finalidade. Especificação das transgressões. Do julgamento das transgressões. Classificação das transgressões. Gradação das punições. Modificação na aplicação das punições. Classificação, reclassificação e melhoria do comportamento. Direitos e recompensas. Relação das transgressões. Recursos disciplinares. 5. Norma Disciplinar – Código de Ética e Disciplina do CBMAP (noções gerais): Finalidade, Especificação das transgressões, do julgamento das transgressões, Classificação das transgressões, Gradação das punições, Modificação na aplicação das punições, Classificação, reclassificação e melhoria do comportamento, Direitos e recompensas, Relação das transgressões, Recursos (Quando publicada). 6. Norma de Processos e Procedimentos Administrativos: noções gerais (Quando publicada). 7. Regulamento de Uniformes: Dos uniformes, Das insígnias e dos distintivos, Da identificação. 8. Noções da lei de promoção de praças e Regulamento de movimentação de pessoal do CBMAP. 9. Leis e decretos de remuneração. 10. Normas Institucionais Internas.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- [2] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 0019, de 26 de novembro de 2002.** Dispõe sobre a Promoção de Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e dá outras providências.
- [3] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 0084, de 07 de abril De 2014.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Amapá em consonância com as disposições do art. 42, § 1º, art. 142, § 3º, inciso X da Constituição Federal e dá outras providencias.
- [4] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 111, de 09 de abril de 2018.** Dispõe sobre a Organização Básica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá e dá outras providências.
- [5] AMAPÁ. **Decreto nº 022, de 12 de julho de 1981.** Regulamenta a movimentação de pessoal da Polícia Militar do Território Federal do Amapá.
- [6] AMAPÁ. **Decreto nº 036, de 17 de dezembro de 1981.** Regulamento Disciplinar da Policia Militar do Amapá.
- [7] AMAPÁ. **Decreto nº 2839, de 11 de agosto de 2021.** Altera o Anexo Único do Decreto nº 0453, 05 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá. Da apresentação pessoal. Das disposições finais. (Regulamento de Uniformes do CBMAP)
- [8] AMAPÁ. **Decreto nº 0236, de 15 de janeiro de 2019.** Regulamenta a Lei nº 111, de 09/04/18, que organiza e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá, definindo as estruturas, atribuições e representação estrutural dos órgãos de direção estratégica, de direção geral, das unidades vinculadas, dos órgãos de apoio, dos órgãos de execução e demais previsões. **Diário Oficial do Estado do Amapá.** Poder Executivo, Amapá, AP, 15 jan. 2019. Seção 1, p. 02.
- [9] Coletâneas do CBMAP.
- [10] Norma Disciplinar – Código de Ética e Disciplina do CBMAP (Quando publicada)
- [11] Norma de Processos e Procedimentos Administrativos do CBMAP (Quando publicada)

LXXIX – Legislação e Regulamentos Institucionais II

Código: LRI II**Ementa:**

1. Lei de Organização Básica (LOB) e Regulamento da LOB: Organização básica bombeiro militar, Constituição e atribuições dos órgãos de direção estratégica e geral, Constituição e atribuições das Unidades Vinculadas, Constituição e atribuições dos órgãos de apoio, Constituição e atribuições dos órgãos de execução. 2. Estatuto dos Militares Estaduais: Noções fundamentais. Da hierarquia e disciplina. Das obrigações e dos deveres bombeiro militar. Dos direitos e prerrogativas dos bombeiros militares. Da agregação. Da reversão. Do excedente. Do ausente e do deserto. Do desaparecimento e do extravio. Da adição. Do desligamento ou exclusão do serviço ativo. Da transferência para a reserva. Da reforma. Do licenciamento. Do tempo de serviço.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

Das recompensas e das dispensas do serviço. Da saúde. Do serviço. 3. Regulamento Disciplinar Policial Militar: Finalidade. Do julgamento das transgressões. Classificação das transgressões. Gradação das punições. Modificação na aplicação das punições. Classificação, reclassificação e melhoria do comportamento. Direitos e recompensas. Recursos disciplinares. 4. Regulamento de Uniformes: Dos uniformes, Das insígnias e dos distintivos, Da identificação. (Regulamento de Uniformes do CBMAP). 5. Lei de promoção de praças e Regulamento de Promoção de Praças: Generalidades. Formas de ingresso nos cursos de formação de cabos e sargentos. Dos critérios de promoção. Do processamento das promoções. Dos quadros de acesso. Da comissão de promoção de praças. 6. Regulamento de movimentação de pessoal do CBMAP: Finalidade. Conceituações. Normas comuns de movimentação de oficiais e praças. Normas referentes às praças. 7. Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado do Amapá: Dos princípios. Dos dependentes. Dos benefícios em espécie. Da Reserva Remunerada. Da Reforma. Do Salário Maternidade. Da Pensão por morte do militar. Da Pensão por desaparecimento do Militar. Da perda, da reversão e da extinção da pensão militar. Da declaração de beneficiários. Do tempo de contribuição e da averbação. Do Abono permanência. 8. Planejamento Estratégico do CBMAP. 9. Normas Institucionais Internas.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- [2] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 0019, de 26 de novembro de 2002.** Dispõe sobre a Promoção de Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e dá outras providências.
- [3] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 0084, de 07 de abril De 2014.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Amapá em consonância com as disposições do art. 42, § 1º, art. 142, § 3º, inciso X da Constituição Federal e dá outras providencias.
- [4] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 111, de 09 de abril de 2018.** Dispõe sobre a Organização Básica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá e dá outras providências.
- [5] AMAPÁ. **Lei nº 1.813, de 07 de abril de 2014.** Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado do Amapá - RPPM – de que trata o art. 42, § 1º, c/c art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal, e dá outras providências.
- [6] AMAPÁ. **Decreto nº 022, de 12 de julho de 1981.** Regulamenta a movimentação de pessoal da Polícia Militar do Território Federal do Amapá.
- [7] AMAPÁ. **Decreto nº 036, de 17 de dezembro de 1981.** Regulamento Disciplinar da Policia Militar do Amapá.
- [8] AMAPÁ. **Decreto nº 019, de 10 de julho de 1985.** Regulamento de Promoção de Praças.
- [9] AMAPÁ. **Decreto nº 2839, de 11 de agosto de 2021.** Altera o Anexo Único do Decreto nº 0453, 05 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá. Da apresentação pessoal. Das disposições finais. (Regulamento de Uniformes do CBMAP)
- [10] AMAPÁ. **Decreto nº 0236, de 15 de janeiro de 2019.** Regulamenta a Lei nº 111, de 09/04/18, que organiza e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá, definindo as estruturas, atribuições e representação estrutural dos órgãos de direção estratégica, de direção geral, das unidades vinculadas, dos órgãos de apoio, dos órgãos de execução e demais previsões. **Diário Oficial do Estado do Amapá.** Poder Executivo, Amapá, AP, 15 jan. 2019. Seção 1, p. 02.
- [11] Coletâneas do CBMAP Normas Internas e demais legislações aplicáveis.

LXXX – Legislação e Regulamentos Institucionais III

Código: LRI III**Ementa:**

1. Conceitos básicos: Segurança pública: destinação, missão e subordinação. 2. Lei de Organização Básica (LOB) e Regulamento da LOB: Organização básica bombeiro militar, Constituição e atribuições dos órgãos de direção estratégica e geral, Constituição e atribuições das Unidades Vinculadas, Constituição e atribuições dos órgãos de apoio, Constituição e atribuições dos órgãos de execução. Fixação do efetivo e Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE). 3. Estatuto dos Militares Estaduais: Noções fundamentais. Do ingresso na carreira militar. Dos Quadros: constituição e composição. Da hierarquia e disciplina. Das obrigações e dos deveres bombeiro militar. Do Compromisso Militar. Dos direitos e prerrogativas dos bombeiros militares. Da agregação. Da reversão. Do excedente. Do ausente e do deserto. Do desaparecimento e do extravio. Da adição. Do desligamento ou exclusão do serviço ativo. Da transferência para a reserva. Da reforma. Do licenciamento. Do tempo de serviço. Das recompensas e das dispensas do serviço. Da saúde. Do serviço. 4. Regulamento Disciplinar Policial Militar: Finalidade. Especificação das transgressões. Do julgamento das transgressões. Classificação das transgressões. Gradação das punições. Modificação na aplicação das punições. Classificação, reclassificação e melhoria do comportamento. Direitos e recompensas. Relação das transgressões. Recursos disciplinares. 5. Código de Ética e Disciplina do CBMAP e Norma de Processos e Procedimentos Administrativos: aplicações práticas. 7. Regulamento de Uniformes: Dos uniformes, Das insígnias e dos distintivos, Da identificação. 8. Lei de Promoção de Oficiais e Regulamento de Promoção de Oficiais: 9. Regulamento de movimentação de pessoal do CBMAP: Finalidade. Conceituações. Normas comuns de

movimentação de oficiais e praças. Normas referentes aos oficiais. 10. Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado do Amapá: Dos princípios. Dos dependentes. Dos benefícios em espécie. Da Reserva Remunerada. Da Reforma. Do Salário Maternidade. Da Pensão por morte do militar. Da Pensão por desaparecimento do Militar. Da perda, da reversão e da extinção da pensão militar. Da declaração de beneficiários. Do tempo de contribuição e da averbação. Do Abono permanência. 11. Legislação Aplicada à Remuneração dos Militares do Estado do Amapá. 12. Competências institucionais e dos militares durante o serviço bombeiro militar. 13. Normas Institucionais Internas.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- [2] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 0019, de 26 de novembro de 2002.** Dispõe sobre a Promoção de Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e dá outras providências.
- [3] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 0084, de 07 de abril De 2014.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Amapá em consonância com as disposições do art. 42, § 1º, art. 142, § 3º, inciso X da Constituição Federal e dá outras providencias.
- [4] AMAPÁ. **Lei Complementar nº 111, de 09 de abril de 2018.** Dispõe sobre a Organização Básica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá e dá outras providências.
- [5] AMAPÁ. **Lei nº 1.813, de 07 de abril de 2014.** Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado do Amapá - RPPM – de que trata o art. 42, § 1º, c/c art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal, e dá outras providências.
- [6] AMAPÁ. **Decreto nº 022, de 12 de julho de 1981.** Regulamenta a movimentação de pessoal da Polícia Militar do Território Federal do Amapá.
- [7] AMAPÁ. **Decreto nº 036, de 17 de dezembro de 1981.** Regulamento Disciplinar da Policia Militar do Amapá.
- [8] AMAPÁ. **Decreto nº 019, de 10 de julho de 1985.** Regulamento de Promoção de Praças.
- [9] AMAPÁ. **Decreto nº 2839, de 11 de agosto de 2021.** Altera o Anexo Único do Decreto nº 0453, 05 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá. Da apresentação pessoal. Das disposições finais. (Regulamento de Uniformes do CBMAP)
- [10] AMAPÁ. **Decreto nº 0236, de 15 de janeiro de 2019.** Regulamenta a Lei nº 111, de 09/04/18, que organiza e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá, definindo as estruturas, atribuições e representação estrutural dos órgãos de direção estratégica, de direção geral, das unidades vinculadas, dos órgãos de apoio, dos órgãos de execução e demais previsões. **Diário Oficial do Estado do Amapá.** Poder Executivo, Amapá, AP, 15 jan. 2019. Seção 1, p. 02.
- [11] Coletâneas do CBMAP, Normas Internas e demais legislações aplicáveis.
- [12] Norma Disciplinar – Código de Ética e Disciplina do CBMAP (Quando publicada)
- [13] Norma de Processos e Procedimentos Administrativos do CBMAP (Quando publicada)

LXXXI – Manejo e Manutenção de Instrumentos Musicais

Código: MMIM**Ementa:**

1. Armazenamento/acondicionamento. 2. Limpeza manutenção periódica 3. Lubrificação 4. Regulagem 5. Afinação.

Bibliografia:

- [1] BRASIL, Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha c 22-6: Inspeções, revistas e desfiles.** Portaria n. 115-EME, de 21 de novembro de 1996.
- [2] BRASIL, Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida.** 3. Ed. 2000.
- [3] BRASIL, Exército. Estado-Maior. **Regulamento Interno e dos Serviços Gerais - R-1 (RISG): Do Pessoal da Banda de Música ou Fanfarra.**

LXXXII – Mestre de Música

Código: MM**Ementa:**

1. Mestre de música. 2. Regência musical.

Bibliografia:

- [1] DEMAREE, Robert w. And Moses, don v. **The complete conductor.** Neey Jersey : Prentice Hall, 1995.
- [2] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos.** São Paulo. Ricordi. 1970. Med, Bohumil. Ritmo. 4°ed. Brasília.musimed.1986.
- [3] MATHIAS, Nelson. **Coral: um canto apaixonante.** Brasília: Musimed, 1986.
- [4] MED, BOHUMIL. **Solfejo. 3°ed.** Brasília.Musimed.1986. Bennett, Roy. Como ler uma partitura. Rio de janeiro: Zahar, 2001.

LXXXIII - Metodologia da Pesquisa

Código: MP**Ementa:**

1. Introdução a Metodologia da Pesquisa Científica: 1.1. Tipos de conhecimento: empírico, filosófico, ideológico, teológico e científico. 1.2. A ciência: evolução da ciência e neutralidade científica. 1.3. Tipos de pesquisa. 1.4. As normas da ABNT. 2. O Pré-Projeto de Pesquisa. 2.1. A escolha do tema. 2.2. Elaboração da justificativa. 2.3. Identificação do problema. 2.4. Aprovação do tema. 3. Metodologia da Pesquisa Científica. 3.1. Critérios de científicidade. 3.2. Conhecimento científico e conhecimento popular. 3.3. Método científico. 4. Introdução a Pesquisa Científica. 4.1. Aspectos éticos da pesquisa científica: Comitê de ética em pesquisa; Ética e pesquisa. 4.2. Classificação das pesquisas, do ponto de vista: Da natureza; Dos objetivos; Dos procedimentos técnicos; e Da forma de abordagem do problema. 4.3. Etapas da pesquisa. 5. Projeto de Pesquisa. 5.1. Estrutura do projeto de pesquisa: Assunto, tema e título; Questão central/ Problema de pesquisa; Hipótese ou questões norteadoras; Justificativa; Objetivos (geral e específicos); Fundamentação teórica; Método ou percurso metodológico; Cronograma; Referências. 6. Elaboração do projeto de pesquisa. 7. Apresentação do projeto de pesquisa.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. ABNT. **NBR-10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- [2] _____. ABNT. **NBR-14724**: Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos: Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.
- [3] _____. ABNT. **NBR-6023**: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- [4] _____. ABNT. **NBR-6022**: Informação e documentação: Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: Apresentação. Rio de Janeiro, 2018.
- [5] GIL, Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. Editora Atlas: São Paulo, 2010.
- [6] LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisas**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- [7] SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. Cortez, São Paulo, 2007.
- [8] MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- [9] PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo Feevale 2013.

LXXXIV – Metodologia da Pesquisa Aplicada à Atividade Bombeiro Militar

Código: MPAABM**Ementa:**

1. Construção do pensamento científico. 1.1. Fundamentos da pesquisa científica. 1.2. Natureza da ciência social. 1.3. Ética e pesquisa científica. 1.4. Planejamento e elaboração de projeto de pesquisa. 2. Pesquisa aplicada. 2.1. Conceitos e abordagem metodológica na atividade bombeiro militar. 2.2. Conceitos e abordagens metodológicas. 2.3. Casos exitosos de trabalhos desenvolvidos no CBM. 2.4. Análise crítica de trabalhos acadêmicos. 2.5. Redação científica. 3. Estudo de caso. 3.1. Características do estudo de caso. 3.2. Origem e desenvolvimento. 3.3. Modalidades de estudo de caso. 3.4. Condução de estudo de caso. 3.5. Redação e defesa do estudo de caso.

Bibliografia:

- [1] ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias**: TCC, dissertações e teses. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- [2] FRAZ VICTOR RUDIO. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 38^a edição. Petrópolis: Vozes, 2011.
- [3] GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 6^a edição. São Paulo: Atlas, 2018.
- [4] KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 2009.
- [5] KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- [6] KUHN Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- [7] MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- [8] RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- [9] SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- [10] SILVA, Edilberto. **Metodologia de Pesquisa Aplicada**: Como escrever um artigo científico? 1^a Edição, Brasília: Faculdade SENAC, 2010.
- [11] SOARES, Maria do Carmo Silva. **Redação de trabalhos científicos**. São Paulo: Cabral, 1995.
- [12] YIN R. K. **Estudo de caso – Planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman 2005

LXXXV – Música de Câmara I

Código: MC I**Ementa:**

1. Sonatas, concertos e duos camerísticos. 2. Repertório instrumental e cancional da música brasileira e internacional.

Bibliografia:

- [1] AZEVEDO, Luiz Heitor. **150 anos de Música no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956. 423p.
- [2] BACH, J.S. **Sonata em Sol Maior para flauta e piano**.
- [3] CHEDIAK, Almir. **Songbooks, vários volumes**, Rio de Janeiro: Lumiar Editora.
- [4] FARIA, Nelson. **Harmonia Aplicada ao Violão e Guitarra**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.
- [5] HOUGHTON, Steve e PETERSEN, Linda. **Play and Teach Percussion**. A College Method for Success in the Classroom. Chicago, GIA Publications, 2004.
- [6] JACOB, Mingo. **Método Básico de Percussão**, Universo Rítmico. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
- [7] LACERDA, Vina. **Pandeirada brasileira**. Curitiba: Ed. do autor, 2007.
- [8] SAMPAIO, Luiz Roberto; BUB, Victor Camargo. **Pandeiro Brasileiro**. Florianópolis: Editora Bernúncia, 2004.
- [9] PINTO, Henrique. **Violão: um olhar pedagógico**. Ed. Ricordi do Brasil. 2006.
- [10] PRESTA, Fernando. **Música Brasileira Para Violão**. Irmãos Vitale, 2006.
- [11] ROCHA, Ulises; CARVALHO, Diogo. **Violão Solo MPB**. São Paulo: UR Edições, 2006.

LXXXVI – Música de Câmara II

Código: MC II**Ementa:**

1. Sonatas, concertos e duos camerísticos. 2. Repertório instrumental e cancional da música brasileira e internacional. 3. Música instrumental brasileira – Pixinguinha, Vitor Assis Brasil, Hermeto Paschoal; Tom Jobim; Severino Araújo, Jacobi do Bandolim. 4. Música Popular Brasileira - sambas e canções - Noel Rosa, Ari Barroso, Milton Nascimento, Chico Buarque, Lô Borges, Caetano Veloso, Gilberto Gil e outros. 6. Jazz-Bill Evans, Miles Davis e outros.

Bibliografia:

- [1] AZEVEDO, Luiz Heitor. **150 anos de Música no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956. 423p.
- [2] BACH, J.S. **Sonata em Sol Maior para flauta e piano**.
- [3] CHEDIAK, Almir. **Songbooks, vários volumes**, Rio de Janeiro: Lumiar Editora.
- [4] FARIA, Nelson. **Harmonia Aplicada ao Violão e Guitarra**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.
- [5] HOUGHTON, Steve e PETERSEN, Linda. **Play and Teach Percussion**. A College Method for Success in the Classroom. Chicago, GIA Publications, 2004.
- [6] JACOB, Mingo. **Método Básico de Percussão**, Universo Rítmico. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
- [7] LACERDA, Vina. **Pandeirada brasileira**. Curitiba: Ed. do autor, 2007.
- [8] SAMPAIO, Luiz Roberto; BUB, Victor Camargo. **Pandeiro Brasileiro**. Florianópolis: Editora Bernúncia, 2004.
- [9] PINTO, Henrique. **Violão: um olhar pedagógico**. Ed. Ricordi do Brasil. 2006.
- [10] PRESTA, Fernando. **Música Brasileira Para Violão**. Irmãos Vitale, 2006.
- [11] ROCHA Ulises; CARVALHO Diogo. **Violão Solo MPB**. São Paulo: UR Edições 2006.

LXXXVII – Noções Básicas de Arranjo e Adaptações

Código: NBAA**Ementa:**

1.Tríades e suas inversões (Dobramento Vozes). 2.Tétrades e suas inversões (Dobramento Vozes). 3. Técnicas simples de encadeamento. 4. Práticas em conjunto de pequenos arranjos e adaptações: Prática em conjunto de arranjos, composições e atividades musicais em formações diversas. 5. Vivências musicais que subsidiem a atuação pedagógica a preparação de materiais e repertório didático musical.

Bibliografia:

- [1] BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental**. Vol. 2. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- [2] FARIA, Nelson. **Harmonia Aplicada ao Violão e Guitarra**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.
- [3] HOUGHTON, Steve e PETERSEN, Linda. **Play and Teach Percussion**. A College Method for Success in the Classroom. Chicago, GIA Publications, 2004.
- [4] JACOB, Mingo. **Método Básico de Percussão, Universo Rítmico**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
- [5] LACERDA, Vina. **Pandeirada brasileira**. Curitiba: Ed. do autor, 2007.
- [6] PINTO, Henrique. **Violão: um olhar pedagógico**. Ed. Ricordi do Brasil. 2006.
- [7] PRESTA, Fernando. **Música Brasileira Para Violão**. Irmãos Vitale, 2006.
- [8] ROCHA Ulises; CARVALHO Diogo. **Violão Solo MPB**. São Paulo: UR Edições 2006.

[9] SAMPAIO, Luiz Roberto; BUB, Victor Camargo. **Pandeiro Brasileiro**. Florianópolis: Editora Bernúcia, 2004.

LXXXVIII - Noções Básicas de Salvamento em Altura

Código: NBSALT**Ementa:**

1. Histórico da Atividade de Salvamento em Altura: Início do Salvamento em Altura; Salvamento em Altura no Amapá; Histórico do Curso de Salvamento em Altura do CBMAP. 2. Aspectos Psicológicos e Adaptação à Altura: Introdução e considerações iniciais. 3. Segurança: Conceitos básicos; Princípios gerais; Orientações de segurança; Inspeção de material; Sistemas de segurança; Normas regulamentadoras: NR-35. Força de choque; Fator de queda; Técnicas de progressão com segurança; Síndrome do Arnês. 4. Tipos e Estruturas de Cordas: Generalidades. Cordas: Conceitos e especificações; Cuidados; Formas de acondicionamento. 5. Materiais e Equipamentos de Salvamento em Altura: Normatização; Conectores metálicos; Tipos de conectores metálicos; Aparelhos descensores; Aparelhos autoblocantes e ascensores; Equipamentos diversos; Cadeiras de salvamento; Equipamentos para transporte de vítimas. 6. Nós e Amarrações: Considerações Gerais; Perda da resistência; Nomenclatura e divisão dos nós. 7. Ancoragens: Noções gerais; Sistemas de ancoragem; Pontos de ancoragens; Ancoragem Simples; Materiais e nós empregados. 8. Sistemas Multiplicadores de Força: Vantagem mecânica; Sistemas Simples; Sistemas Compostos; Sistemas Complexos. 9. Técnicas e Táticas com e Sem Vítima - Ascensão: Nós e equipamentos utilizados na ascensão; Técnicas de ascensão; Técnica de ascensão com o emprego de nós bloqueadores; Rapel com autosseguro; Auto resgate. 10. Técnicas e Táticas de Descensão (com e sem Vítimas) e Tirolesa: História do rapel; Técnicas de rapel; Execução do rapel; Salvamento com cabos aéreos; Resgate de vítimas com conjuntos de descidas; Resgate de vítimas. 11. Transposição de Obstáculos: Transposição de Obstáculo: Ascensão por Cordas Transpondo um Nó ou uma Emenda entre Cordas.

Bibliografia:

- [1] AGUIAR, Eduardo José Slomp. **Manual de Resgate Vertical**. 1. Ed. Curitiba : Associação da Vila Militar - Departamento Cultural, 2016.
- [2] Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. **Manual Técnico de Bombeiro – MTB 26: Manual de Salvamento em Altura**. São Paulo, 2006.
- [3] DE SOUSA, Lucio M. H. PASSARINHO, Estevão L. Nogueira. SOUZA, João R. G. **Manual de Salvamento Em Altura – Equipamentos**. 1. Ed. CBMDF, 2012.
- [4] **Manual de Instruções Técnico-Profissional Para Bombeiros**: Manual de Brasília.
- [5] Manual Operacional de Bombeiros: **Salvamento em Altura** / Corpo de Bombeiros Militar. – Goiânia: - 2017.

LXXXIX - Noções Básicas de Salvamento Terrestre I

Código: NBST I

1. Nós e amarrações e ancoragens: Introdução, Glossário de Termos Técnicos, Partes de uma Corda, Nós e amarrações utilizados no Salvamento Terrestre, Tipos de ancoragens. 2. Contenção e captura de animais: Técnicas, Norma do CBMAP. 3. Atendimento a pessoas retidas ou presas em elevador: Características de um elevador, Padronização das ações em ocorrência envolvendo elevadores, Orientação aos responsáveis. 4. Sistemas Multiplicadores de Força: Introdução, Vantagem mecânica, Tipos de Sistemas Multiplicadores de Força, Sistemas Simples, Sistemas Compostos. 5. Operações em Espaço Confinado: Introdução em operações em espaços confinados, Conceitos, Equipamentos de proteção individual e coletiva, Materiais e equipamentos diversos, Riscos, Salvamento em espaço confinado com progressão vertical “poço”, Tipos de salvamento, Procedimentos operacionais. 6. Ocorrências envolvendo eletricidade: Conceitos, Riscos, Segurança, Redes Elétricas, Procedimentos em ocorrências envolvendo eletricidade. 7. Retirada de anel e objetos: Introdução, Equipamentos de proteção individuais (EPI's) e coletivos, Das ações preliminares necessárias nas ocorrências de retirada de anel, Técnicas de remoção de anel e similares e similares. 8. Atendimento a pacientes psiquiátricos: Aspectos legais, Reconhecimento e classificação, Conduta dos militares, Contenção Mecânico e Contenção Física, Cuidados durante o procedimento, Norma do CBMAP.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros: Salvamento Terrestre**. Goiás: CBMGO, 2018.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros**: Manual de Salvamento Terrestre. 1^a ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
- [3] _____. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros**: Manual de aberturas forçadas. 1^a ed. Vol. 20. São Paulo: PMESP, 2006.
- [4] SENA, Harold de Tavares. Guia Prático Retirada de Anel e Similar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás –CBMGO. 1^a edição. Goiânia-GO, 2016.
- [5] Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Manual operacional de bombeiros: resgate pré-hospitalar– Goiânia: - 2016.

[6] Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde 2016.

XC - Noções Básicas de Salvamento Terrestre II

Código: NBST II**Ementa:**

1. Nós e amarrações e ancoragens: Introdução, Glossário de Termos Técnicos, Partes de uma Corda, Nós e amarrações utilizados no Salvamento Terrestre, Tipos de ancoragens. 2. Contenção e captura de animais: Técnicas, Norma do CBMAP. 3. Atendimento a pessoas retidas ou presas em elevador: Características de um elevador, Padronização das ações em ocorrência envolvendo elevadores, Orientação aos responsáveis. 4. Sistemas Multiplicadores de Força: Introdução, Vantagem mecânica, Tipos de Sistemas Multiplicadores de Força, Sistemas Simples, Sistemas Compostos. 5. Operações em Espaço Confinado: Introdução em operações em espaços confinados, Conceitos, Equipamentos de proteção individual e coletiva, Materiais e equipamentos diversos, Riscos, Salvamento em espaço confinado com progressão vertical “poço”, Tipos de salvamento, Procedimentos operacionais. 6. Ocorrências envolvendo eletricidade: Segurança, Redes Elétricas, Procedimentos em ocorrências envolvendo eletricidade. 7. Retirada de anel e objetos: Introdução, Equipamentos de proteção individuais (EPI's) e coletivos, Das ações preliminares necessárias nas ocorrências de retirada de anel, Técnicas de remoção de anel e similares e similares. 8. Atendimento a pacientes psiquiátricos: Aspectos legais, Reconhecimento e classificação, Conduta dos militares, Contenção Mecânico e Contenção Física, Cuidados durante o procedimento, Norma do CBMAP.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros: Salvamento Terrestre.** Goiás: CBMGO, 2018.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de Salvamento Terrestre. 1^a ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
- [3] _____. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de aberturas forçadas. 1^a ed. Vol. 20. São Paulo: PMESP, 2006.
- [4] SENA, Harold de Tavares. Guia Prático Retirada de Anel e Similar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás –CBMGO. 1^a edição. Goiânia-GO, 2016.
- [5] Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Manual operacional de bombeiros: resgate pré-hospitalar–Goiânia: - 2016.
- [6] Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde 2016.

XCI - Noções Básicas de Salvamento Terrestre III

Código: NBST III**Ementa:**

1. Nós e amarrações e ancoragens; Nós e amarrações utilizados no Salvamento Terrestre, Tipos de ancoragens. 2. Contenção e captura de animais: Técnicas, Norma do CBMAP. 3. Atendimento a pessoas retidas ou presas em elevador: Padronização das ações em ocorrência envolvendo elevadores, Orientação aos responsáveis. 4. Sistemas Multiplicadores de Força: Tipos de Sistemas Multiplicadores de Força, Sistemas Simples, Sistemas Compostos. 5. Operações em Espaço Confinado: Equipamentos de proteção individual e coletiva, Materiais e equipamentos diversos, Riscos, Salvamento em espaço confinado com progressão vertical “poço”, Tipos de salvamento, Procedimentos operacionais. 6. Ocorrências envolvendo eletricidade: Segurança, Redes Elétricas, Procedimentos em ocorrências envolvendo eletricidade. 7. Retirada de anel e objetos: Equipamentos de proteção individuais (EPI's) e coletivos, Das ações preliminares necessárias nas ocorrências de retirada de anel, Técnicas de remoção de anel e similares e similares. 8. Atendimento a pacientes psiquiátricos: Aspectos legais, Reconhecimento e classificação, Conduta dos militares, Contenção Mecânico e Contenção Física, Cuidados durante o procedimento Norma do CBMAP.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros: Salvamento Terrestre.** Goiás: CBMGO, 2018.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de Salvamento Terrestre. 1^a ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
- [3] _____. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de aberturas forçadas. 1^a ed. Vol. 20. São Paulo: PMESP, 2006.
- [4] SENA, Harold de Tavares. Guia Prático Retirada de Anel e Similar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás –CBMGO. 1^a edição. Goiânia-GO, 2016.
- [5] Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Manual operacional de bombeiros: resgate pré-hospitalar–Goiânia: - 2016.
- [6] Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde 2016.

XCII - Noções de Direito Penal Militar I

Código: NDPM I

Ementa:

1. Direito Constitucional Militar: Direitos e deveres das Instituições Militares e dos seus integrantes; princípios constitucionais aplicáveis ao direito militar; direitos e garantias fundamentais; Segurança Pública e as atribuições das Polícias na CF/88. 2. Generalidades do Direito Penal Militar: conceito de direito penal militar, caráter especial do direito penal militar, diferença entre direito penal e direito penal militar; diferença entre crime e crime militar, diferença entre crime militar e transgressão disciplinar. 3. Conteúdo básico do Código Penal Militar: Conceito de superior, comandante, assemelhado, equiparação a militar da ativa. Definição de crime e a teoria adotada pelo CPM Crimes militares. Penas. O Dever militar e a Obediência hierárquica. Prescrição. Aplicação da LEP aos crimes militares e aos crimes militares por extensão. Lei de Interceptação Telefônica. Atos administrativos; 4. Diferenças entre o CPP e o CPPM; 5. Organização da Justiça Militar; 6. Estudo de casos práticos.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Decreto-lei nº 1001 de 1969** –Código Penal Militar.
- [2] _____ Presidência da República Federativa do Brasil. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941** - Presidência da República Federativa do Brasil. Código de Processo Penal Militar.
- [3] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuência do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

XCIII - Noções de Direito Penal Militar II

Código: NDPM II

Ementa:

1. Direito Processual Penal Militar: persecução penal militar do Estado, especialmente no que diz respeito à estrutura e funcionamento dos órgãos da Justiça Militar. 2. Polícia Judiciária Militar: Noções básicas. 3. Principais ilícitos penais militares.

Bibliografia:

- [1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuência do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

XCIV – Noções de Emergência com Produtos Perigosos

Código: NEPP

Ementa:

1. Introdução aos produtos perigosos: conceitos e definições. 2. Classificação ONU e identificação de produtos perigosos através do painel de segurança, rótulo de risco e simbologias. 3. Noções de química básica para compreender os produtos perigosos. 4. Uso do manual ABIQUIM e aplicativos móveis para identificação qualificada e ações de primeira resposta. 5. Equipamentos de Proteção Individual: Tipos de EPIs necessários para ocorrências envolvendo produtos perigosos e seus níveis de proteção, manutenção e descontaminação. 6. Zonas de trabalho e procedimentos de segurança. 7. Descontaminação: montagem do corredor de redução de contaminantes (CRC).

Bibliografia:

- [1] ABIQUIM. **Manual de produtos perigosos**. São Paulo: ABIQUIM, 2021. Disponível em: <https://www.abiquim.org.br/manual-de-produtos-perigosos>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [2] BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. NR-20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2018. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documents/SST/NR/NR-20.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [3] BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/cadastro-tecnico-federal>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [4] BRASIL. **Ministério da Saúde**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_50_2002_COMP.pdf/6a72d6c8-f7a8-4a13-9b2e-4f4cc4a4d67e. Acesso em: 7 maio 2023.
- [5] BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância em saúde: volume 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/25/GVS-VOL3-2019.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

- [6] CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instrução Técnica nº 17 - Produtos Perigosos.** São Paulo: Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/downloads/it-17-produtos-perigosos.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.
- [7] CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Norma Técnica nº 04 - Produtos Perigosos.** Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.cbmerj.rj.gov.br/images/Normas_Tecnicas/NT004-2021 - Produtos Perigosos.pdf
- [8] CBMGO. **Manual operacional de bombeiros:** produtos perigosos /Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. – Goiânia: - 2017.
- [9] ABNT NBR 7500. **Associação Brasileira de Normas Técnicas/Norma Brasileira 7500.** Identificação para o transporte terrestre manuseio movimentação e armazenamento de produtos perigosos 2012.

XCV – Noções de Estruturação

Código: NE**Ementa:**

1. Altura, Intensidade, Volume, Timbre. 2. Notação Musical. 3. Linhas Suplementares. 4. Claves. 5. Pulsação, Apoio e Ritmo. 6. Compasso Simples. 7. Figuras musicais e valores. 8. Pausas. 9. Ponto de aumento. 10. Semitom, tom, alterações. 11. Articulações- ponto de diminuição. 12. Articulações - legato e ligadura. 13. Intervalos. 14. Série harmônica. 15. Consonâncias e dissonâncias. 16. Enarmonia. 17. Tríades e suas inversões. 18. Tétrades e suas inversões.

Bibliografia:

- [1] BENNETT, Roy, **Elementos básicos da música.** Rio de Janeiro: J Zahar 2010.
- [2] BENNETT, Roy, **Forma e estrutura da música.** Rio de Janeiro: J Zahar 2010
- [3] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos.** 6 ed. São Paulo. Ricordi brasileira, 2004.
- [4] LATHAM, Alison; SADIE, **Dicionário grove de música:** edição concisa\ Rio de janeiro: Jorge Zahar.

XCVI – Noções de Prevenção e Combate a Incêndio Urbano I

Código: NCIU I**Ementa:**

1. Fundamentos e Comportamento do Fogo (10h/a): Fundamentos: Conceituação básica. Elementos do fogo. Classificação da combustão. Transferência de calor. Formas de transferência de calor. Processos de extinção do fogo. Principais agentes extintores. Classes de Incêndio: Classe A; Classe B; Classe C, Classe D, Classe K. Métodos de extinção Desenvolvimento do incêndio em interiores: Influência dos materiais construtivos, Fases do incêndio. Fumaça. Comportamentos extremos do fogo: Generalização do incêndio. Flashover- Generalização do incêndio. Backdraft- explosão de fumaça. Smoke explosion / flashfire - Ignição de fumaça. Boil Over. Fogo em panelas, o que fazer. 2. Ações de Segurança e Prevenção de incêndios(10/a): Prevenindo incêndios no dia a dia (na cozinha, com as crianças, com cigarro, com velas, com fogos de artifício, com equipamentos). Principais causas de incêndios estruturais. Instalando alarme de incêndio. Sobrevivendo a um incêndio. Quadrado da vida. Exercício em casa de fumaça. 3. Combate a Princípios de Incêndio e Incêndio em fase inicial (10/a): Conceituações e diferenciações entre princípio e fase inicial de incêndio estrutural. Como combater princípios de incêndio (na cozinha, nas roupas da vítima) Uso de extintores de incêndio. Conceitos gerais. Tipos de extintores (Portáteis e sobre rodas. PQS, Água e CO2). Instalação e manutenção de extintores. Manuseio de extintores. Seleção de extintores conforme a classe de incêndio Sistema de Hidrantes Predial (SHP): Componentes. Quando e como utilizar. Manuseio de mangueiras de incêndio. Limitações do uso de SHP. Pressurização do SHP. Visita a edificação que possua o preventivo. 4. Incêndios envolvendo GLP: Principais características. Enchimento dos cilindros. Dispositivos de segurança. Localização dos cilindros. Tipos e instalações de GLP. Acidentes mais comuns envolvendo GLP. Condutas em emergências envolvendo vazamentos de GLP. Condutas envolvendo incêndios em GLP. 5. Exercícios de evacuação de emergência: Comportamento humano em situações de riscos. Procedimentos para auxiliar brigadas e equipes de bombeiros militares na evacuação de pessoas em emergências de incêndios. Exercícios simulados sem fogo real em local de concentração de vítimas.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Manual de Bombeiros Militar Combate a incêndio urbano.** Belo Horizonte, 2020.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Técnico De Bombeiro – MTB 48:** segurança contra incêndio e áreas de risco. São Paulo, 2006.
- [3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** Combate a Incêndio Urbano. Goiânia, 2017.
- [4] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual básico de combate a incêndio – Módulos 1, 3 e 6.** 2^a ed. Brasília. 2013
- [5] BRENTANO, Telmo. **A Proteção contra incêndios no projeto de edificações.** 3^a ed. Edição do autor. Porto Alegre, 2015.

[6] SEITO, Alexander Itiu, et al. **A Segurança Contra Incêndio no Brasil.** 1^aEd. Projeto Editora. São Paulo, 2008.

XCVII – Noções de Prevenção e Combate a Incêndio Urbano II

Código: NCIU II

Ementa:

1. Teoria do Comportamento do Fogo: Conceituação básica. Elementos do fogo. Classificação da combustão. Produtos da combustão. Transferência de calor. Formas de transferência de calor. Processos de extinção do fogo. Dinâmica do incêndio: Fases do incêndio. Fumaça. A influência dos elementos construtivos. 2. Efeitos nocivos do incêndio: Lesões por inalação de fumaça: Deficiência de O₂. Temperatura elevada. Partículas na fumaça. Gases tóxicos associados ao incêndio (CO, CO₂, HCN, HCl, Acroleína, Amônia). 3. Técnicas de Combate a incêndio: Manejo de esguichos, tipos de jatos, tipos de ataque, aduchamentos de mangueiras. Combate a incêndios classe A, B, C, D e K. Combate a incêndio estruturais. 4. Equipamentos de Proteção Individual e Respiratória: Noções gerais, componentes do EPI. Exercícios de adaptação ao EPI/EPRA. 5. Noções de gerenciamento de operações de incêndio: Princípios gerais de SCI. Estruturas básicas de organização da cena. Área de espera. Área de recuperação. Área de Concentração de vítimas. Isolamento da cena. A logística na ocorrência. 6. Incêndio em Veículos: Riscos. Peculiaridades do Combate a Incêndio em Veículos. Aspectos preventivos. Procedimentos iniciais em incêndios veiculares

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Manual de Bombeiros Militar Combate a incêndio urbano.** Belo Horizonte, 2020.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Técnico De Bombeiro – MTB 48:** segurança contra incêndio e áreas de risco. São Paulo, 2006.
- [3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** Combate a Incêndio Urbano. Goiânia, 2017.
- [4] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual básico de combate a incêndio** – Módulos 1, 3 e 6. 2^a ed. Brasília. 2013
- [5] BRENTANO, Telmo. **A Proteção contra incêndios no projeto de edificações.** 3^a ed. Edição do autor. Porto Alegre, 2015.
- [6] SEITO, Alexander Itiu, et al. **A Segurança Contra Incêndio no Brasil.** 1^aEd. Projeto Editora. São Paulo, 2008.

XCVIII – Planejamento Estratégico e Processo Decisório

Código: PEPD

Ementa:

1. Planejamento estratégico: histórico, importância, principais conceitos. 2. Principais escolas. 3. Gestão Estratégica – Planejamento estratégico, cenários prospectivos e Inteligência Competitiva. 4. Metodologias e etapas do planejamento estratégico. 5. Formulação de um plano estratégico. 6. Análise de cenários, modelo SWOT, modelo Porter, BSC Balanced Scorecard. 7. Gestão inovadora. 8. O contexto contemporâneo e os novos papéis, agenda dos governos. 9. Análises, diretrizes, estratégias e ações para o desenvolvimento regional. 10. Estudo dirigido.

Bibliografia:

- [1] CERTO, Samuel C. Certo. **Administração Estratégica:** planejamento e implantação da estratégia. 2^a Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- [2] CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento estratégico:** fundamentos e aplicações. 10^a Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- [3] _____ . **Administração nos novos tempos.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- [4] CASSARRO, Antônio Carlos. **Sistemas de Informações para Tomada de Decisão.** 2^aed. São Paulo: Pioneira, 1995.
- [5] FISCHMANN, Adalberto A. & ALMEIDA, Martinho R. **Planejamento Estratégico na Prática.** São Paulo: Atlas, 1991.
- [6] FIGUEIREDO, Rubens. **As cidades que dão certo:** experiências inovadoras na administração pública brasileira. Belo Horizonte:

XCIX – Polícia Judiciária

Código: PJ

Ementa:

1. Exercício e Competência da Polícia Judiciária Militar. 2. Institutos da Polícia Judiciária Militar: Inquérito Policial Militar (IPM); Auto de Prisão em Flagrante (APF), Instrução Provisória de Deserção (IPD), Instrução Provisória do Conselho de Justificação e Disciplina. 3. Do Julgamento: a) Da audiência de julgamento; b) Da Valoração de Provas; c) Estrutura analítica do voto (Relatório, fundamentação e dispositivo). 4. Atividade Prática: Acompanhamento Judicial (Audiência de instrução e julgamento).

Bibliografia:

[1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuêncio do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

C – Prática de Banda de Música Militar

Código: PBMM

Ementa:

1. Introdução: História e tradição da música militar. 2. Conhecimento do repertório militar: Dobrados e canções militares. 3. Desenvolvimento em grupo de câmara: Formação de quarteto de clarinetes, quinteto de metais e grupos instrumentais, bem como o desempenho individual na banda de música. 4. Aptidão social enquanto músico de banda militar: Pontualidade e assiduidade. Zelo pelo material utilizado. Postura nos ensaios musicais. Espírito de corpo e companheirismo com os seus pares.

Bibliografia:

[1] RDPM, **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Amapá**. Decreto nº. 036 de 17 de dezembro de 1981.

[2] **Música Militar**. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MUSICAMILITAR.pdf>>.

CI – Prevenção e Combate a Incêndio Florestal I

Código: PCIF I

Ementa:

1. Teoria Geral de Incêndios Florestais: Conceitos. A Combustão e suas fases nos incêndios florestais. Formas de transmissão do calor. Comportamento do fogo na vegetação. Triângulo do incêndio florestal. Fatores que influenciam no comportamento dos incêndios florestais. Classificação dos incêndios florestais. Incêndio subterrâneo. Incêndio superficial. Incêndio de copa. 2. Aspectos Fisionômicos dos Biomas: Amazônia. Caatinga. Cerrado. Mata atlântica. Pampa. Pantanal. 3. Organização de Material e Pessoal nos Incêndios Florestais: Organização de pessoal. Organização de ferramentas, materiais e equipamentos. Manutenção de ferramentas, materiais e equipamentos. Transporte de ferramentas, materiais e equipamentos. Deslocamento a pé e embarcado, diurno e noturno. 4. Procedimentos de Segurança: Equipamentos de Proteção Individual. Equipamentos de Proteção Coletiva. Regras básicas para segurança. 5. Prevenção aos Incêndios Florestais: Meios preventivos. Aceiro. Eliminação da causa de incêndio. Planejamento preventivo. 6. Combate aos Incêndios Florestais: Princípios da extinção do fogo. Fases do combate. Métodos de combate. Extinção (rescaldo). Segurança no Combate a Incêndios Florestais. Operações aéreas no combate a incêndios florestais. 7. Marchas e Estacionamentos: Objetivo da marcha. Fatores que influenciam na marcha. Execução das marchas.

Bibliografia:

[1] CORPO DE BOMBEIROS DE MATO GROSSO. **Manual de combate a incêndio florestal**. Mato Grosso, 2021.

[2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Técnico De Bombeiro – MTB 04**: Manual de combate a incêndios florestais. São Paulo, 2006.

[3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros**: Prevenção e combate a incêndios florestais. Goiânia 2017.

CII – Prevenção e Combate a Incêndio Florestal II

Código: PCIF II

Ementa:

1. Organização de Material e Pessoal nos Incêndios Florestais II: Organização de pessoal (função comandante de GCIF e outros). Organização de material (almoxarifado de campanha e montagem de acampamento). 2. Noções de Meteorologia: Radiação solar. Pressão atmosférica. Temperatura. Umidade. Vento e massa de ar. Nuvens e precipitação. 3. Uso do Fogo: Queima controlada e suas formas. 4. Legislação Ambiental: Lei 9.605/1998 (Lei dos crimes ambientais). Lei 12.651/2012 (Novo código florestal brasileiro). Outras legislações pertinentes 5. Noções de Perícia em Incêndios Florestais: Determinação da origem do incêndio. Princípios da propagação de incêndio. Indicadores do deslocamento do fogo. Determinação da causa de incêndio, Relatórios Periciais. 6. Marchas e Estacionamentos: Situação em que a tropa executa a marcha a pé. Controle da marcha. Auto Horário. Duração da Marcha.

Bibliografia:

[1] CORPO DE BOMBEIROS DE MATO GROSSO. **Manual de combate a incêndio florestal**. Mato Grosso, 2021.

[2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Técnico De Bombeiro – MTB 04**: Manual de combate a incêndios florestais. São Paulo, 2006.

[3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros**: Prevenção e combate a incêndios florestais. Goiânia, 2017.

CIII – Prevenção e Combate a Incêndio Urbano Aplicado

Código: PCIUA
Ementa:
1. Fundamentos e Comportamento do Fogo (10h/a): Fundamentos: Conceituação básica. Elementos do fogo. Classificação da combustão. Transferência de calor. Formas de transferência de calor. Processos de extinção do fogo. Principais agentes extintores. Classes de Incêndio: Classe A; Classe B; Classe C, Classe D, Classe K. Métodos de extinção Desenvolvimento do incêndio em interiores: Influência dos materiais construtivos, Fases do incêndio. Fumaça. Comportamentos extremos do fogo: Generalização do incêndio. Flashover- Generalização do incêndio. Backdraft- explosão de fumaça. Smoke explosion / flashfire - Ignição de fumaça. Boil Over. Fogo em panelas, o que fazer. 2. Ações de Segurança e Prevenção de incêndios (10/a): Prevenindo incêndios no dia a dia (na cozinha, com as crianças, com cigarro, com velas, com fogos de artifício, com equipamentos). Principais causas de incêndios estruturais. Instalando alarme de incêndio. Sobrevisando a um incêndio. Quadrado da vida. Exercício em casa de fumaça. 3. Combate a Princípios de Incêndio e Incêndio em fase inicial (10/a): Conceituações e diferenciações entre princípio e fase inicial de incêndio estrutural. Como combater princípios de incêndio (na cozinha, nas roupas da vítima) Uso de extintores de incêndio. Conceitos gerais. Tipos de extintores (Portáteis e sobre rodas. PQS, Água e CO2). Instalação e manutenção de extintores. Manuseio de extintores. Seleção de extintores conforme a classe de incêndio Sistema de Hidrantes Predial (SHP): Componentes. Quando e como utilizar. Manuseio de mangueiras de incêndio. Limitações do uso de SHP. Pressurização do SHP. Visita a edificação que possua o preventivo. 4. Incêndios envolvendo GLP: Principais características. Enchimento dos cilindros. Dispositivos de segurança. Localização dos cilindros. Tipos e instalações de GLP. Acidentes mais comuns envolvendo GLP. Condutas em emergências envolvendo vazamentos de GLP. Condutas envolvendo incêndios em GLP. 5. Exercícios de evacuação de emergência: Comportamento humano em situações de riscos. Procedimentos para auxiliar brigadas e equipes de bombeiros militares na evacuação de pessoas em emergências de incêndios. Exercícios simulados sem fogo real em local de concentração de vítimas. 6. EPI e EPRA: Noções gerais, componentes do EPI. Exercícios de adaptação ao EPI/EPRA. 7. Incêndios em ambiente hospitalar e riscos especiais 8. Noções de gerenciamento de operações de incêndio: Princípios gerais de SCI. Estruturas básicas de organização da cena. Área de espera. Área de recuperação. Área de Concentração de vítimas. Isolamento da cena. A logística na ocorrência.
Bibliografia:
[1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. Manual Operacional de Bombeiros: Combate a Incêndio Urbano. Goiânia, 2017. [2] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Manual básico de combate a incêndio – Módulos 1, 2, 3, 4 e 6. 2ª ed. Brasília. 2013. [3] BRENTANO, Telmo. A Proteção contra incêndios no projeto de edificações. 3ª ed. Edição do autor. Porto Alegre, 2015. [4] SEITO, Alexander Itiu, et al. A Segurança Contra Incêndio no Brasil. 1ªEd. Projeto Editora. São Paulo, 2008. [5] GRINWOOD, Paul. Eurofirefighter- Táticas de Combate a incêndio e engenharia do fogo. Tradutores et. al. Publicação original: Jeremy Mills Pub. 2008.

CIV - Procedimentos e Processos Administrativos I

Código: PPA I
Ementa:
1. Princípios reguladores do processo administrativo militar: Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais, explícitos e implícitos. 2. Conceito de administração militar; 3. Cargo e função militar. 4. Comando, subordinação e emprego dos militares. 5. Dos militares estaduais: situação de atividade/inatividade; obrigações e deveres militares; direitos e prerrogativas. 6. Atos administrativos e processos administrativos no campo militar sem prejuízo da apreciação dos institutos ligados aos direitos remuneratórios e acidentais.

Bibliografia:

- [1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuênciam do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

CV - Procedimentos e Processos Administrativos II

Código: PPA II
Ementa:
1. Rito e fluxo dos Processos Administrativos. 2. Fases: Instauração, Instrução, Decisão - Reconsideração, Recursos e Revisão - Invalidades e Prescrição. 3. Aplicações Práticas I: Processos de Reforma, de Ajuda de Custo, de diária, de desligamento e exclusão, de curso e concursos, de movimentação e transferência, e demais aplicados na instituição. 4. Normas em espécies.

Bibliografia:

- [1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuênciam do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

CVI - Procedimentos e Processos Administrativos III

Código: PPA III**Ementa:**

1. Princípios reguladores do processo administrativo militar: Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais, explícitos e Implícitos. 2. Conceito de administração militar. 3. Cargo e função militar. 4. Comando, subordinação e emprego dos militares. 5. Dos militares estaduais: situação de atividade/inatividade; obrigações e deveres militares; direitos e prerrogativas. 6. Atos administrativos e processos administrativos no campo militar, sem prejuízo da apreciação dos institutos ligados aos direitos remuneratórios e acidentais. 7. Rito e fluxo dos Processos Administrativos. 8. Fases: Instauração, Instrução, Decisão - Reconsideração, Recursos e Revisão - Invalidades e Prescrição. 9. Aplicações Práticas I: Processos de Reforma, de Ajuda de Custo, de diária, de desligamento e exclusão, de curso e concursos, de movimentação e transferência, e demais aplicados na instituição. 10. Normas em espécies.

Bibliografia:

[1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuênciia do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

CVII - Procedimentos e Processos Disciplinares I

Código: PPD I**Ementa:**

1. Normas e regime disciplinar aplicado ao Corpo de Bombeiros Militar do Amapá. 2. Tipos de processo disciplinar. 3. Fases do processo administrativo disciplinar. 4. Direitos do acusado (a) no processo disciplinar. 5. Tipos de provas que podem ser utilizadas no procedimento disciplinar. 6. Princípios que regem o processo disciplinar. 7. Integrantes do processo disciplinar. 8. Prescrição. 9. Nulidades. 10. Recursos e Revisão do Processo Administrativo Disciplinar. 11. Suspensão. 12. Sanções Disciplinares.

Bibliografia:

[1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuênciia do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

CVIII - Procedimentos e Processos Disciplinares II

Código: PPD II**Ementa:**

1. Processos e Procedimentos Disciplinares em espécies: Sindicância; Processo Ordinário Disciplinar; Inquérito Policial Militar (IPM); Auto de Prisão em Flagrante (APF), Instrução Provisória de Deserção (IPD), Instrução Provisória do Conselho de Justificação e Disciplina. 2. Aplicações Práticas.

Bibliografia:

[1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuênciia do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

CIX - Procedimentos e Processos Disciplinares III

Código: PPD III**Ementa:**

1. Normas e regime disciplinar aplicado ao Corpo de Bombeiros Militar do Amapá. 2. Tipos de processo disciplinar. 3. Fases do processo administrativo disciplinar. 4. Direitos do acusado (a) no processo disciplinar. 5. Tipos de provas que podem ser utilizadas no procedimento disciplinar. 6. Princípios que regem o processo disciplinar. 7. Integrantes do processo disciplinar. 8. Prescrição. 9. Nulidades. 10. Recursos e Revisão do Processo Administrativo Disciplinar. 11. Suspensão. 12. Sanções Disciplinares. 13. Processos e Procedimentos Disciplinares em espécies: Sindicância; Processo Ordinário Disciplinar; Inquérito Policial Militar (IPM); Auto de Prisão em Flagrante (APF), Instrução Provisória de Deserção (IPD), Instrução Provisória do Conselho de Justificação e Disciplina. 14. Aplicações Práticas.

Bibliografia:

[1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuênciia do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

CX - Projetos, Convênios e Transferências Governamentais I

Código: PCTG I**Ementa:**

1. Estudo de necessidades. 1.1 Levantamento de necessidades, estudo técnico preliminar, especificações técnicas. 2. Elaboração de Projetos. 2.1 Projeto básico, projeto executivo (todas as peças técnicas de um projeto executivo, inclusive termo de referência, pesquisa de preços), plano de ação, plano de trabalho, e peças técnicas correlatas, análise de risco em projeto. 3. Plataforma de Transferências de recurso. 3.1 Utilização da plataforma de transferências de recursos, legislação de transferências governamentais.

Bibliografia:

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

- [1] BACHA, Edgar L. et al. Análise governamental de projetos de investimentos no Brasil. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1971.
- [2] CONTADOR, Cláudio R. Projetos Sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- [3] CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 1998.
- [4] MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [5] ORZIL, Alexandre. Convênios Públicos: a nova legislação / Alexandre Orzil, Almério Cançado Amorim, Gláucia Maria Simões. – Brasília: Orzil Consultoria, 2014.
- [6] MENEZES, Luis César de Moura. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [7] WOILER Samsão. Projetos: planejamento elaboração e análise. São Paulo: Atlas 1996.

CXI - Projetos, Convênios e Transferências Governamentais II

Código: PCTG II**Ementa:**

1. Plataforma de transferências de recurso. 1.1 Utilização da plataforma de transferências de recursos, legislação de transferências governamentais. 2. Captação de Recursos. 2.1 Fontes de captação: fontes nacionais e internacionais para projetos, emendas parlamentares estaduais (individual e outras), emendas parlamentares federais (individual, bancada, comissão, relator e outras), fundo nacional de segurança pública, editais de chamada pública, ministério público do trabalho, tribunal de Justiça, tribunal regional federal, fundo Amazônia (plano AMAS), patrocínios, doações, outros. 3. Transferências de recurso (união e outros entes). 3.1 Formas de transferências: convênios, contratos de repasse, transferências especiais, transferência direta do Bem, doações, outras.

Bibliografia:

- [1] BACHA, Edgar L. et al. Análise governamental de projetos de investimentos no Brasil. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1971.
- [2] CONTADOR, Cláudio R. Projetos Sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- [3] CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 1998.
- [4] MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [5] ORZIL, Alexandre. Convênios Públicos: a nova legislação / Alexandre Orzil, Almério Cançado Amorim, Gláucia Maria Simões. – Brasília: Orzil Consultoria, 2014.
- [6] MENEZES, Luis César de Moura. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [7] WOILER Samsão. Projetos: planejamento elaboração e análise. São Paulo: Atlas 1996.

CXII - Projetos, Convênios e Transferências Governamentais III

Código: PCTG III**Ementa:**

1. Processo de aquisição ou contração (execução) de projetos. 1.1 Gerenciamento dos processos de aquisições e/ou contratações do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá - CBMAP, apresentando o gerenciamento do processo de aquisição e/ou contratação de forma sistematizada contendo fluxogramas dos processos, integração, otimização e eficiência dos serviços. 2. Prestação de contas. 2.1 Início da prestação de contas, registro e verificação de conformidade financeira, prazo para prestação de contas, formalidade da apresentação da prestação de contas, recolhimento dos recursos, notificações para prestação de contas, análise da prestação de contas (aprovação, aprovação com ressalvas, rejeição). 3. Gerenciamento de Projetos. 3.1 Coordenação de projetos, processo do projeto do produto, processos das aquisições e/ou contratações do CBMAP, processo do projeto da produção gerenciamento de pessoas gestão dos stakeholders.

Bibliografia:

- [1] BACHA, Edgar L. et al. Análise governamental de projetos de investimentos no Brasil. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1971.
- [2] CONTADOR, Cláudio R. Projetos Sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- [3] CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 1998.
- [4] MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [5] ORZIL, Alexandre. Convênios Públicos: a nova legislação / Alexandre Orzil, Almério Cançado Amorim, Gláucia Maria Simões. – Brasília: Orzil Consultoria, 2014.
- [6] MENEZES, Luis César de Moura. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [7] WOILER Samsão. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 1996.

CXIII – Psicologia das Emergências I

Código: PE I**Ementa:**

- 1. Aspectos Fundamentais da Psicologia das Emergências: Psicologia das emergências. Definição. Importância

e necessidades atuais. Primeiros auxílios psicológicos. 2. O Bombeiro Militar em Situações de Emergência: As reações emocionais a situações impactantes. O papel do Bombeiro nos desastres. 3. O luto. A postura no atendimento a pessoas em luto. 4. Estresse: Conceitos fundamentais. Risco. Perigo. Estresse e estressor. Estresse positivo e negativo. Fisiologia do estresse e diagnóstico precoce. Fases do estresse. Fase de alerta. Fase de resistência. Fase de exaustão. Reação aguda ao estresse. Estresse pós-traumático. Gerenciamento do estresse.

Bibliografia:

- [1] BRASIL, **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.** Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.
- [2] BRITO, Carlane Calixto de. **Importância da inclusão da psicologia das emergências no Curso de Formação de Oficiais.** Goiânia, 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Academia Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás.
- [3] BRUCK, Ney Roberto Váttimo. **A psicologia das emergências: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma.** Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado) - PUCRS, Faculdade de Psicologia.
- [4] CAVALCANTI, A. L. S. R; et al. Treino de controle do stress de Lipp: Uma revisão integrativa de literatura. **Boletim Academia Paulista de Psicologia.** São Paulo, Brasil - V. 41, nº100, p. 37 – 47. 2021.
- [5] SÁ, Samantha Dubugras; WERLANG, Blanca Susana Guevara; PARANHOS, Mariana Esteves. Intervenção em crise. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas.** 2008, Volume 4, Número 1. 2008.
- [6] SANTOS, Juliana da Costa; SANTOS, Maria Luiza da Costa. Descrevendo o Estresse. **Revista Principia.** João Pessoa: UFPB, n.12, Abr. 2005.
- [7] OMS. **Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo.** Organização Mundial da Saúde, War Trauma Foundation e Visão Global internacional. OMS: Genebra, 2015.
- [8] PEREIRA, Inês Catarina Oliveira. **Avaliação do processo de luto: Na perspectiva do cuidador enlutado.** Dissertação [Mestrado]. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa, 2014.
- [9] SOUZA, Airle Miranda de; MOURA, Danielle do Socorro Castro; CORRÊA, Victor Augusto Cavaleiro. Implicações do Pronto-Atendimento Psicológico de Emergência aos que Vivenciam Perdas Significativas. **Revista Psicologia Ciência e Profissão,** 2009, 29 (3), 534-543.
- [10] WEIDE, J. N.; et al. **Cartilha para enfrentamento do estresse em tempos de pandemia.** Porto Alegre: PUCRS/ Campinas: PUC-Campinas. Trabalho gráfico: Gustavo Farinaro Costa.

CXIV – Psicologia das Emergências II

Código: PE II

Ementa:

1. Aspectos Fundamentais da Psicologia das Emergências: Psicologia das emergências. Definição. Importância e necessidades atuais. Primeiros auxílios psicológicos. 2. O Bombeiro Militar em Emergências: As reações emocionais a situações impactantes. O papel do Bombeiro nos desastres. 3. O luto. A postura no atendimento a pessoas em luto. 4. Estresse: Conceitos fundamentais. Risco. Perigo. Estresse e estressor. Estresse positivo e negativo. Fisiologia do estresse e diagnóstico precoce. Fases do estresse. Fase de alerta. Fase de resistência. Fase de exaustão. Reação aguda ao estresse. Estresse pós-traumático. Gerenciamento do estresse. 5. Suicídio: conceito e abordagens. 6. Gestão de Riscos e Desastres: defesa civil e saúde mental.

Bibliografia:

- [1] BRASIL, **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.** Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.
- [2] BRITO, Carlane Calixto de. **Importância da inclusão da psicologia das emergências no Curso de Formação de Oficiais.** Goiânia, 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Academia Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás.
- [3] BRUCK, Ney Roberto Váttimo. **A psicologia das emergências: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma.** Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado) - PUCRS, Faculdade de Psicologia.
- [4] CAVALCANTI, A. L. S. R; et al. Treino de controle do stress de Lipp: Uma revisão integrativa de literatura. **Boletim Academia Paulista de Psicologia.** São Paulo, Brasil - V. 41, nº100, p. 37 – 47. 2021.
- [5] SÁ, Samantha Dubugras; WERLANG, Blanca Susana Guevara; PARANHOS, Mariana Esteves. Intervenção em crise. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas.** 2008, Volume 4, Número 1. 2008.
- [6] SANTOS, Juliana da Costa; SANTOS, Maria Luiza da Costa. Descrevendo o Estresse. **Revista Principia.** João Pessoa: UFPB, n.12, Abr. 2005.
- [7] SOUSA, J. E. P., et al. **Abordagem na tentativa de suicídio: manual teórico-prático para profissionais da segurança pública.** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza: INESP, 2018. 116p.
- [8] OMS. **Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo.** Organização Mundial da Saúde, War Trauma Foundation e Visão Global internacional. OMS: Genebra, 2015.
- [9] PARANHOS, Mariana Esteves. **Psicologia nas emergências: o preparo profissional para o enfrentamento de grandes crises.** Revista do Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul. 2008.
- [10] PEREIRA Inês Catarina Oliveira. **Avaliação do processo de luto: Na perspectiva do cuidador enlutado.**

Dissertação [Mestrado]. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa, 2014.

[11] SOUZA, Airle Miranda de; MOURA, Danielle do Socorro Castro; CORRÊA, Victor Augusto Cavaleiro. Implicações do Pronto-Atendimento Psicológico de Emergência aos que Vivenciam Perdas Significativas. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 2009, 29 (3), 534-543.

[12] UFSC. *Manual do Curso Gestão de Riscos de Desastres: contribuições da Psicologia*. Santa Catarina: UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010.

[13] WEIDE, J. N.; et al. *Cartilha para enfrentamento do estresse em tempos de pandemia*. Porto Alegre: PUCRS/ Campinas: PUC-Campinas. Trabalho gráfico: Gustavo Farinaro Costa.

CXV – Radiocomunicação I

Código: RC I

Ementa:

1. Introdução: A evolução das comunicações. Código Q. Expressões convencionais. AFI. 2. Sistema Tetra e CIODES: Sistema Tetra de Radiofrequência. Funcionamento do CIODES. 3. Operação de terminais de Rádio Comunicação: tipos de estações; regras, meios e técnicas de exploração de recursos disponíveis nos terminais. 4. Visita técnica – CIODES: Funcionamento do CIODES atendimento/ despacho.

Bibliografia:

[1] MANUAL HYTERA MT 680 PLUS

[2] MANUAL MOTOROLA MTP 3550

[3] C. BRAGA NEWTON. *Telecom* -1- Radiocomunicações. 1^a ed. Volume 5. São Paulo 2012.

CXVI - Radiocomunicação II

Código: RC II

Ementa:

1. Introdução; Operação de terminais (transceptores portáteis) de Rádio Comunicação. 2. Operação de terminais de Rádio Comunicação (transceptores móveis e fixos). 3. Sistema Tetra – CIODES. 4. Visita técnica/CIODES.

Bibliografia:

[1] MANUAL HYTERA MT680 PLUS.

[2] MANUAL MOTOROLA MTP 3550.

[3] C. BRAGA, NEWTON. *Telecom* -1- Radiocomunicações. 1^a ed. Volume 5. São Paulo, 2012.

CXVII - Radiocomunicação III

Código: RC III

Ementa:

1. Novo Sistema da SEJUSP, ERBs conceito e funcionamento. Operação de terminais (transceptores portáteis) de Rádio Comunicação. 2. Operação de terminais de Rádio Comunicação (transceptores móveis e fixos). 3. Sistema Tetra – CIODES. 4. Visita técnica/CIODES.

Bibliografia:

[1] MANUAL HYTERA MT680 PLUS.

[2] MANUAL MOTOROLA MTP 3550.

[3] C. BRAGA, NEWTON. *Telecom* -1- Radiocomunicações. 1^a ed. Volume 5. São Paulo, 2012.

CXVIII – Regência Musical

Código: RM

Ementa:

1. Função do Regente. 2. Postura. Gestual de Regência de dois, três e quatro tempos. 3. Andamentos. 4. Entradas e Preparações. 5. Análise e marcação para interpretação de partituras e as implicações para a compreensão musical.

Bibliografia:

[1] DEMAREE, Robert w. And Moses, don v. *The complete conductor*. Neey Jersey: Prentice Hall, 1995.

[2] HINDEMITH, Paul. *Treinamento elementar para músicos*. São Paulo. Ricordi. 1970. Med, Bohumil. Ritmo. 4^{ed}. Brasília.musimed.1986.

[3] MED, BOHUMIL. *Solfejo. 3^{ed}*. Brasília.Musimed.1986. Bennett, Roy. Como ler uma partitura. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

[4] MATHIAS Nelson. *Coral: um canto apaixonante*. Brasília: Musimed. 1986.

CXIX - Regime de Adiantamento

Código: RA

Ementa:

1. Conceito. 2. Aspectos legais. 3. Formalização do processo. 4. Casos de aplicação do Suprimento de Fundos. 5. Limites Máximos para Suprimento de Fundos. 6. Impedimentos para Concessão de Suprimento de Fundos.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

7. Fracionamento de Despesa. 8. Devolução de Recursos. 9. Prestação de Contas, Auditagem e Homologação.
10. Erros mais comuns na Aplicação de Adiantamentos.

Bibliografia:

- [1] AMAPÁ. Lei nº 0624. 31 de outubro de 2001.
- [2] AMAPÁ. Decreto Nº 3547. 14 de novembro de 2001
- [3] BRASIL. Portaria Nº 448, de 13 de Setembro de 2002.
- [4] CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Cartilha de Orientação para Aplicação de Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento. 1ª ed Brasília. 2014. p.49.

CXX - Responsabilidade Civil e Administrativa na Gestão

Código: RCAG**Ementa:**

1. Responsabilidade: breve histórico; conceito; posição na teoria geral do Direito; dever jurídico originário e sucessivo; distinção entre obrigação e responsabilidade. 2. Função da responsabilidade civil. 3. Espécies de responsabilidade civil. 4. Pressupostos da responsabilidade objetiva e subjetiva. Responsabilidade por fato de terceiro. 5. Responsabilidade pelo fato das coisas. 6. Responsabilidade extracontratual objetiva. 7. Responsabilidade da administração pública: Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa; Responsabilidade do Gestor de Contratos; Responsabilidade contratual: casos aplicáveis.

Bibliografia:

- [1] Referências Bibliográficas que constarem no plano de disciplina do instrutor, com anuência do Comandante da Academia Bombeiro Militar.

CXXI - Salvamento Aquático I

Código: SAQ I**Ementa:**

1. Introdução ao Salvamento Aquático: Conceitos básicos de salvamento aquático. Saúde e Boa Forma do Salva-Vidas. Cuidados com o Excesso de Sol. Equipamentos empregados no salvamento aquático (nadadeiras, flutuadores, pranchões). Conceito e fases do afogamento. Fases e tipos de salvamento aquático. 2. Natação Utilitária e Flutuação: Estilo crawl (correção de movimentos). Técnicas de Flutuação. 3. Fases do Salvamento Aquático: Entradas na água. Aproximação (nado aproximação). Abordagem e Resgate (nado reboque). Transporte. 4. Tipos de Salvamento Aquático: Salvamento simples (individual). Salvamento simples (em dupla). Salvamento com equipamentos (nadadeiras). Salvamento com equipamentos (tubo de resgate). Salvamento com equipamentos (pranchão). 5. Técnicas de Desvencilhamento: Técnicas. 6. Técnicas Básicas de Recuperação de Afogados: Tipos de acidentes na água. Técnicas básicas de recuperação de afogados. 7. Busca Submersa e Apneia: Busca em água rasa e sem ondas. Técnicas Básicas de mergulho livre até 6 metros e Técnicas de controle emocional em Apneia.

Bibliografia:

- [1] ÁLVARES, Márcio Morato. **Salvamento aquático em águas paradas** / Márcio Morato Álvares. - Brasília: CBMDF, 2006.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros. **Manual de Salvamento Aquático**. 1º edição, volume 09. São Paulo, 2006.
- [3] RIO DE JANEIRO. CBMERJ. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Manual de Salvamento em Praia**. Editora Programa de Assistência Técnica e Assessoria Empresarial da Universidade Federal Fluminense (PAPAE). Rio de Janeiro, 1986. 80 p. Estado-Maior Geral - BM/3.
- [4] SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO. SOBRASA. **Manual de Salvamento aquático**.
- [5] SOUZA, João Dos Santos. **Emprego de Veículos Especiais no Atendimento a Emergências de Salvamento Aquático e Enchentes**. CAES. São Paulo - 1997.

CXXII - Salvamento Aquático II

Código: SAQ II**Ementa:**

1. Introdução ao Salvamento Aquático: Conceitos básicos de salvamento aquático. Saúde e Boa Forma do Salva-Vidas. Cuidados com o Excesso de Sol. Equipamentos empregados no salvamento aquático (nadadeiras, flutuadores, pranchões). Conceito e fases do afogamento. Fases e tipos de salvamento aquático. 2. Natação Utilitária e Flutuação: Estilo crawl (correção de movimentos). Técnicas de Flutuação. 3. Fases do Salvamento Aquático: Entradas na água. Aproximação (nado aproximação). Abordagem e Resgate (nado reboque). Transporte. 4. Tipos de Salvamento Aquático: Salvamento simples (individual). Salvamento simples (em dupla). Salvamento com equipamentos (nadadeiras). Salvamento com equipamentos (tubo de resgate). Salvamento com equipamentos (pranchão). 5. Técnicas de Desvencilhamento: 6. Técnicas Básicas de Recuperação de Afogados: Tipos de acidentes na água. Técnicas básicas de recuperação de afogados. 7. Busca Submersa e Apneia: Busca em água rasa e sem ondas. Técnicas Básicas de mergulho livre até 6 metros e

Técnicas de controle emocional em Apneia. 8. Planejamento e Coordenação das Operações de salvamento aquático: identificação de pontos com maior potencial de ocorrência, distribuição eficiente de efetivo, mapeamento dos balneários ações de conscientização.

Bibliografia:

- [1] ÁLVARES, Márcio Morato. **Salvamento aquático em águas paradas** / Márcio Morato Álvares. - Brasília: CBMDF, 2006.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros. **Manual de Salvamento Aquático**. 1º edição, volume 09. São Paulo, 2006.
- [3] RIO DE JANEIRO. CBMERJ. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Manual de Salvamento em Praia**. Editora Programa de Assistência Técnica e Assessoria Empresarial da Universidade Federal Fluminense (PAPAE). Rio de Janeiro, 1986. 80 p. Estado-Maior Geral - BM/3.
- [4] SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO. SOBRASA. **Manual de Salvamento aquático**.
- [5] SOUZA, João Dos Santos. **Emprego de Veículos Especiais no Atendimento a Emergências de Salvamento Aquático e Enchentes**. CAES. São Paulo - 1997.

CXXIII - Salvamento em Altura I

Código: SALT I**Ementa:**

1. Histórico da Atividade de Salvamento em Altura: Início do Salvamento em Altura; Salvamento em Altura no Amapá; Histórico do Curso de Salvamento em Altura do CBMAP. 2. Aspectos Psicológicos e Adaptação à Altura: Introdução e considerações iniciais. 3. Segurança: Conceitos básicos de segurança; Princípios gerais de segurança; Orientações de segurança; Inspeção de material; Sistemas de segurança; Normas regulamentadoras: NR-35. Força de choque; Fator de queda; Técnicas de progressão com segurança; Síndrome do Arnês. 4. Tipos e Estruturas de Cordas: História das cordas; Generalidades; As cordas no serviço de bombeiros; Cordas: Conceitos e especificações; Termos empregados no manuseio com cordas; Cuidados com as cordas; Formas de acondicionamento de cordas. 5. Materiais e Equipamentos de Salvamento em Altura: Normatização; Conectores metálicos; Tipos de conectores metálicos; Aparelhos descensores; Aparelhos autoblocantes e ascensores; Equipamentos diversos; Cadeiras de salvamento; Equipamentos para transporte de vítimas. 6. Nós E Amarrações: Considerações Gerais; Primeiras Noções; Perda da resistência da corda com o emprego do nó; Aspectos importantes no que se refere à prática de nós; Nomenclatura e divisão dos nós; Nós em espécies. 7. Ancoragens: Noções gerais sobre Ancoragem; Sistemas de ancoragem; Pontos de ancoragens; Formas de ancoragem; Montagem de Ancoragem Simples; Materiais e nós empregados em Ancoragens. 8. Sistemas Multiplicadores de Força: Vantagem mecânica; Tipos de Sistemas Multiplicadores de Força; Sistemas Simples; Sistemas Compostos; Sistemas Complexos. 9. Técnicas e Táticas com e Sem Vítima - Ascensão: Ascensão; Nós e equipamentos utilizados na ascensão; Técnicas de ascensão; Técnica de ascensão com o emprego de nós bloqueadores; Rapel com autosseguro; Auto resgate. 10. Técnicas e Táticas de Descensão (Com E Sem Vítimas) e Tirolesa: História do rapel; Técnicas de rapel; Execução do rapel; Variações do rapel; Salvamento com cabos aéreos; Planos de trabalho; Resgate de vítimas com conjuntos de descidas; Resgate de vítimas. 11. Transposição de Obstáculos: Transposição de Obstáculo: Ascensão por Cordas Transpondo um Nó ou uma Emenda entre Cordas.

Bibliografia:

- [1] AGUIAR, Eduardo José Slomp. **Manual de Resgate Vertical**. 1. Ed. Curitiba : Associação da Vila Militar - Departamento Cultural, 2016.
- [2] Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. **Manual Técnico de Bombeiro – MTB 26: Manual de Salvamento em Altura**. São Paulo, 2006.
- [3] DE SOUSA, Lucio M. H. PASSARINHO, Estevão L. Nogueira. SOUZA, João R. G. **Manual de Salvamento Em Altura – Equipamentos**. 1. Ed. CBMDF, 2012.
- [4] **Manual de Instruções Técnico-Profissional Para Bombeiros**: Manual de Brasília.
- [5] Manual Operacional de Bombeiros: **Salvamento em Altura** / Corpo de Bombeiros Militar. – Goiânia: - 2017.

CXXIV - Salvamento em Altura II

Código: SALT II**Ementa:**

1. Aspectos Psicológicos e Adaptação à Altura: Desenvolvimento das operações. 2. Segurança: Princípios gerais de segurança; Inspeção de material; Sistemas de segurança; Técnicas de progressão com segurança. 3. Tipos e Estruturas de Cordas: Cordas: Conceitos e especificações; Manutenção, avaliação e cuidados com as cordas; Formas de acondicionamento de cordas. 4. Materiais e Equipamentos de Salvamento em Altura: Tipos de conectores metálicos; Aparelhos descensores; Aparelhos autoblocantes e ascensores; Equipamentos diversos; Equipamentos para transporte de vítimas. 5. Nós e Amarrações: Perda da resistência da corda com o emprego do nó; Nomenclatura e divisão dos nós; Nós em espécies; Amarras. 6. Ancoragens: Pontos de ancoragens;

Formas de ancoragem; Montagem de Ancoragem complexas. 7. Sistemas Multiplicadores de Força: Vantagem mecânica; Tipos de Sistemas Multiplicadores de Força; Sistemas Simples; Sistemas Compostos; Sistemas Complexos. 8. Técnicas e Táticas com e Sem Vítima - Ascensão e Escalada: Ascensão e escalada; Técnicas de ascensão; Montagem do sistema de ascensão; Escalada; Principais equipamentos utilizados na escalada; Rapel com autosseguro; Auto resgate. 9. Técnicas e Táticas de Descensão (com e sem Vítimas) e Tirolesa: Variações do rapel; Salvamento com cabos aéreos; Resgate de vítimas com conjuntos de descidas; Resgate de vítimas; Tirolesa. 10. Vítima Autocida em Altura: Considerações Gerais; Autocidas no Ambiente Vertical; Influência da Mídia; Influência da Multidão; Abordagem ao Suicida; Utilização de Intermediários; Técnicas de Salvamento de Autocidas em Altura. 11. Transposição de Obstáculos: Transposição de Obstáculo Plano Horizontal - Comando Craw; Transposição de Obstáculo: Ascensão por Cordas Transpondo um Nó ou uma Emenda entre Cordas. 12 - Salvamento com Escadas: Técnicas com escadas. 13 - Emprego do Helicóptero em Salvamento em Altura: Técnicas de Operações Aéreas.

Bibliografia:

- [1] AGUIAR, Eduardo José Slomp. **Manual de Resgate Vertical.** 1. Ed. Curitiba : Associação da Vila Militar - Departamento Cultural, 2016.
- [2] Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. **Manual Técnico de Bombeiro – MTB 26: Manual de Salvamento em Altura.** São Paulo, 2006.
- [3] DE SOUSA, Lucio M. H. PASSARINHO, Estevão L. Nogueira. SOUZA, João R. G. **Manual de Salvamento Em Altura – Equipamentos.** 1. Ed. CBMDF, 2012.
- [4] **Manual de Instruções Técnico-Profissional Para Bombeiros:** Manual de Brasília.
- [5] Manual Operacional de Bombeiros : **Salvamento em Altura** / Corpo de Bombeiros Militar. – Goiânia: - 2017.

CXXV - Salvamento em Altura III

Código: SALT III**Ementa:**

1. Segurança: Princípios gerais de segurança; Orientações de segurança; Inspeção de material; Sistemas de segurança; Normas regulamentadoras: NR-35. Força de choque; Fator de queda; Técnicas de progressão com segurança; Síndrome do Arnês. 2. Tipos e Estruturas de Cordas: Cordas: Conceitos e especificações; Manutenção, avaliação e cuidados com as cordas; Formas de acondicionamento de cordas. 3. Materiais e Equipamentos de Salvamento em Altura: Normatização; Conectores metálicos; Tipos de conectores metálicos; Aparelhos descensores; Aparelhos autocabecentes e ascensores; Equipamentos diversos; Cadeiras de salvamento; Equipamentos para transporte de vítimas. 4. Nós e Amarrações: Perda da resistência da corda com o emprego do nó; Nomenclatura e divisão dos nós; Nós em espécies; Amarras. 5. Ancoragens: Sistemas de ancoragem; Pontos de ancoragens; Formas de ancoragem; Montagem de Ancoragem Complexas. 6. Sistemas Multiplicadores de Força: Vantagem mecânica; Tipos de Sistemas Multiplicadores de Força; Sistemas Simples; Sistemas Compostos; Sistemas Complexos. 7. Técnicas e Táticas com e sem Vítima - Ascensão e Escalada: Ascensão e escalada; Nós e equipamentos utilizados na ascensão; Técnicas de ascensão; Montagem do sistema de ascensão; Escalada; Principais equipamentos utilizados na escalada; Rapel com autosseguro; Auto resgate. 8. Técnicas e Táticas de Descensão (com e sem Vítimas) e Tirolesa: Execução do rapel; Variações do rapel; Salvamento com cabos aéreos; Planos de trabalho; Resgate de vítimas com conjuntos de descidas; Resgate de vítimas; Tirolesa. 9. Vítima Autocida em Altura: Considerações Gerais; Autocidas no Ambiente Vertical; Influência da Mídia; Influência da Multidão; Abordagem ao Suicida; Utilização de Intermediários; Técnicas de Salvamento de Autocidas em Altura. 10. Transposição de Obstáculos: Transposição de Obstáculo Plano Horizontal - Comando Craw; Transposição de Obstáculo: Ascensão por Cordas Transpondo um Nó ou uma Emenda entre Cordas; Transposição de Obstáculo - Técnica de Escada Estaiada para Ascensão em Vôo Livre. 11. Salvamento com Escadas: Técnicas com escadas. 12. Emprego do Helicóptero em Salvamento em Altura: Técnicas de Operações Aéreas.

Bibliografia:

- [1] AGUIAR, Eduardo José Slomp. **Manual de Resgate Vertical.** 1. Ed. Curitiba: Associação da Vila Militar - Departamento Cultural, 2016.
- [2] Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. **Manual Técnico de Bombeiro – MTB 26: Manual de Salvamento em Altura.** São Paulo, 2006.
- [3] DE SOUSA, Lucio M. H. PASSARINHO, Estevão L. Nogueira. SOUZA, João R. G. **Manual de Salvamento Em Altura – Equipamentos.** 1. Ed. CBMDF, 2012.
- [4] **Manual de Instruções Técnico-Profissional Para Bombeiros:** Manual de Brasília.
- [5] Manual Operacional de Bombeiros : **Salvamento em Altura** / Corpo de Bombeiros Militar. – Goiânia: - 2017.

CXXVI - Salvamento Terrestre I

Código: ST I**Ementa:**

1. Nós e amarrações e ancoragens: Introdução, Glossário de Termos Técnicos, Partes de uma Corda, Nós e amarrações utilizados no Salvamento Terrestre, Acondicionamento de cordas, Tipos de ancoragens. 2. Contenção e captura de animais: Técnicas, Norma do CBMAP. 3. Operações Envolvendo Árvores: Partes da árvore, Métodos de avaliação, Motosserra, Planejamento da operação, Efetuando os cortes, Legislação aplicável ao serviço de corte de árvores, Norma do CBMAP. 4. Atendimento a pessoas retidas ou presas em elevador: Características de um elevador, Padronização das ações em ocorrência envolvendo elevadores, Orientação aos responsáveis. 5. Sistemas Multiplicadores de Força: Introdução, Vantagem mecânica, Tipos de Sistemas Multiplicadores de Força, Sistemas Simples, Sistemas Compostos. 6. Operações em Espaço Confinado: Introdução em operações em espaços confinados, Conceitos, Equipamentos de proteção individual e coletiva, Materiais e equipamentos diversos, Riscos, Galerias subterrâneas, Salvamento em espaço confinado com progressão vertical “poço”, Tipos de salvamento, Procedimentos operacionais. 7. Salvamento com Escadas: Técnicas e aplicações de salvamento com escadas. 8. Ocorrências envolvendo eletricidade: Conceitos, Riscos e perigos, EPIs e Segurança, Procedimento operacionais. 9. Retirada de anel e objetos: Introdução, Equipamentos de proteção individuais (EPI's) e coletivos, Das ações preliminares necessárias nas ocorrências de retirada de anel, Técnicas de remoção de anel e similares, Retirada de pessoa presa em grades e retirada de objetos presos ao corpo, Retirada de algemas, argolas e similares. 10. Atendimento a pacientes psiquiátricos: Aspectos legais, Reconhecimento e classificação, Conduta dos militares, Contenção Mecânico e Contenção Física, Cuidados durante o procedimento, Norma do CBMAP. 11. Atendimento a tentativas de suicídio: Características, Análise situacional, Abordagem Técnica e Abordagem Tática.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** Salvamento Terrestre. Goiás: CBMGO, 2018.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de Salvamento Terrestre. 1ª ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
- [3] _____. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de aberturas forçadas. 1ª ed. Vol. 20. São Paulo: PMESP, 2006.
- [4] SENA, Harold de Tavares. Guia Prático Retirada de Anel e Similar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás –CBMGO. 1ª edição. Goiânia-GO, 2016.
- [5] Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Manual operacional de bombeiros: resgate pré-hospitalar–Goiânia: - 2016.
- [6] Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde 2016.

CXXVII - Salvamento Terrestre II

Código: ST II**Ementa:**

1. Nós e amarrações e ancoragens: Nós e amarrações utilizados no Salvamento Terrestre, Acondicionamento de cordas, Tipos de ancoragens. 2. Contenção e captura de animais: Técnicas, Norma do CBMAP. 3. Operações Envolvendo Árvores: Métodos de avaliação, Motosserra, Planejamento da operação, Efetuando os cortes, Legislação aplicável ao serviço de corte de árvores, Norma do CBMAP. 4. Atendimento a pessoas retidas ou presas em elevador: Padronização das ações em ocorrência envolvendo elevadores, Orientação aos responsáveis. 5. Sistemas Multiplicadores de Força: Tipos de Sistemas Multiplicadores de Força, Sistemas Simples, Sistemas Compostos. 6. Operações em Espaço Confinado: Equipamentos de proteção individual e coletiva, Materiais e equipamentos diversos, Riscos, Galerias subterrâneas, Salvamento em espaço confinado com progressão vertical “poço”, Tipos de salvamento, Procedimentos operacionais. 7. Salvamento com Escadas: Técnicas e aplicações de salvamento com escadas. 8. Ocorrências envolvendo eletricidade: Riscos e perigos, EPIs e Segurança, Procedimento operacionais. 9. Retirada de anel e objetos: Equipamentos de proteção individuais (EPI's) e coletivos, Das ações preliminares necessárias nas ocorrências de retirada de anel, Técnicas de remoção de anel e similares, Retirada de pessoa presa em grades e retirada de objetos presos ao corpo, Retirada de algemas, argolas e similares. 10. Atendimento a pacientes psiquiátricos: Aspectos legais, Reconhecimento e classificação, Conduta dos militares, Contenção Mecânico e Contenção Física, Cuidados durante o procedimento, Norma do CBMAP. 11. Atendimento a tentativas de suicídio: Características, Análise situacional, Abordagem Técnica e Abordagem Tática.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** Salvamento Terrestre. Goiás: CBMGO, 2018.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de Salvamento Terrestre. 1ª ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
- [3] _____. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de aberturas forçadas. 1ª ed. Vol. 20. São Paulo: PMESP, 2006.
- [4] SENA, Harold de Tavares. Guia Prático Retirada de Anel e Similar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás –CBMGO. 1ª edição. Goiânia-GO 2016.

- [5] Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Manual operacional de bombeiros: resgate pré-hospitalar– Goiânia: - 2016.
- [6] Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde 2016.

CXXVIII - Salvamento Terrestre III

Código: ST III**Ementa:**

1. Contenção e captura de animais: Técnicas, Norma do CBMAP, Gerenciamento de Ocorrência. 2. Operações Envolvendo Árvores: Partes da árvore, Métodos de avaliação, Motosserra, Planejamento da operação, Efetuando os cortes, Legislação aplicável ao serviço de corte de árvores, Norma do CBMAP, Gerenciamento de Ocorrência. 3. Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC): Considerações iniciais à cerca das Operações de BREC, Segurança nas operações de BREC, Estruturas colapsadas e escoramento de resgate, Busca e localização de vítimas, marcações e sinalizações, Técnicas de acesso e resgate em superfície, Manipulação e triagem de vítimas em estruturas colapsadas, Ferramentas, equipamentos e acessórios (FEA's), Gerenciamento de Ocorrência. 4. Operações em Espaço Confinado: Materiais e equipamentos diversos, Riscos, Galerias subterrâneas, Salvamento em espaço confinado com progressão vertical “poço”, Tipos de salvamento, Procedimentos operacionais, Gerenciamento de Ocorrência. 5. Salvamento com Escadas: Técnicas e aplicações de salvamento com escadas, Gerenciamento de Ocorrência. 6. Ocorrências envolvendo eletricidade: Riscos e perigos, EPIs e Segurança, Procedimento operacionais, Gerenciamento de Ocorrência. 7. Operações em desastres: Introdução, Equipamentos de proteção individuais (EPI's) e coletivos, Táticas e Técnicas, Gerenciamento de Ocorrência. 8. Atendimento a pacientes psiquiátricos: Aspectos legais, Reconhecimento e classificação, Conduta dos militares, Contenção Mecânico e Contenção Física, Cuidados durante o procedimento, Norma do CBMAP, Gerenciamento de Ocorrência. 9. Atendimento a tentativas de suicídio: Características Análise situacional Abordagem Técnica e Abordagem Tática Gerenciamento de Ocorrência.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** Salvamento Terrestre. Goiás: CBMGO, 2018.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de Salvamento Terrestre. 1ª ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
- [3] _____. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de aberturas forçadas. 1ª ed. Vol. 20. São Paulo: PMESP, 2006.
- [4] SENA, Harold de Tavares. Guia Prático Retirada de Anel e Similar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás –CBMGO. 1ª edição. Goiânia-GO, 2016.
- [5] Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Manual operacional de bombeiros: resgate pré-hospitalar– Goiânia: - 2016.
- [6] Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde 2016.

CXXIX - Salvamento Terrestre IV

Código: ST IV**Ementa:**

1. Contenção e captura de animais: Técnicas, Norma do CBMAP, Gerenciamento de Ocorrência. 2. Operações Envolvendo Árvores: Partes da árvore, Métodos de avaliação, Motosserra, Planejamento da operação, Efetuando os cortes, Legislação aplicável ao serviço de corte de árvores, Norma do CBMAP, Gerenciamento de Ocorrência. 3. Atendimento a pessoas retidas ou presas em elevador: Padronização das ações em ocorrência envolvendo elevadores, Orientação aos responsáveis, Gerenciamento de Ocorrência. 4. Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC): Considerações iniciais à cerca das Operações de BREC, Segurança nas operações de BREC, Estruturas colapsadas e escoramento de resgate, Busca e localização de vítimas, marcações e sinalizações, Técnicas de acesso e resgate em superfície, Manipulação e triagem de vítimas em estruturas colapsadas, Ferramentas, equipamentos e acessórios (FEA's), Gerenciamento de Ocorrência. 5. Operações em Espaço Confinado: Materiais e equipamentos diversos, Riscos, Galerias subterrâneas, Salvamento em espaço confinado com progressão vertical “poço”, Tipos de salvamento, Procedimentos operacionais, Gerenciamento de Ocorrência. 6. Salvamento com Escadas: Técnicas e aplicações de salvamento com escadas, Gerenciamento de Ocorrência. 7. Ocorrências envolvendo eletricidade: Riscos e perigos, EPIs e Segurança, Procedimento operacionais, Gerenciamento de Ocorrência. 8. Retirada de anel e objetos: Das ações preliminares necessárias nas ocorrências de retirada de anel, Técnicas de remoção de anel e similares, Gerenciamento de Ocorrência. 9. Operações em desastres: Introdução, Equipamentos de proteção individuais (EPI's) e coletivos, Táticas e Técnicas, Gerenciamento de Ocorrência. 10. Atendimento a pacientes psiquiátricos: Aspectos legais, Reconhecimento e classificação, Conduta dos militares, Contenção Mecânico e Contenção Física, Cuidados durante o procedimento Norma do CBMAP Gerenciamento de Ocorrência. 11. Atendimento a tentativas de

suicídio: Características, Análise situacional, Abordagem Técnica e Abordagem Tática, Gerenciamento de Ocorrência.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros: Salvamento Terrestre.** Goiás: CBMGO, 2018.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de Salvamento Terrestre. 1ª ed. Vol. 03. São Paulo: PMESP, 2006.
- [3] _____. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros:** Manual de aberturas forçadas. 1ª ed. Vol. 20. São Paulo: PMESP, 2006.
- [4] SENA, Harold de Tavares. Guia Prático Retirada de Anel e Similar. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás –CBMGO. 1ª edição. Goiânia-GO, 2016.
- [5] Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Manual operacional de bombeiros: resgate pré-hospitalar–Goiânia: - 2016.
- [6] Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192. Brasília: Ministério da Saúde 2016.

CXXX - Salvamento Veicular I

Código: SV I**Ementa:**

1. Terminologia: Conceitos de Salvamento Veicular. Sinistro de Trânsito. Segurança da Cena. Desencarceramento. Estabilização Veicular. 2. Gerenciamento de Risco da Cena. Organização do teatro de Operações. Identificação e Mitigação dos Riscos. Zonas de Trabalho. 3. FEA's. Ferramentas Hidráulicas e Portáteis, Equipamentos e Acessórios. 4. Estabilização Veicular (posição normal, lateralizado e sobre o teto). 5. Criação de Espaço para Acessos. 6. Vítimas Encarceradas. Tipos de encarceramentos. 7. Técnicas de Desencarceramento: Rebatimento de teto de trás para frente. Rebatimento de teto da frente para trás. Rebatimento lateral de teto. Retirada do teto. Grande porta. Terceira Porta. “Ostra” lateral e traseira. Rebatimento de painel. 8. Técnicas De Extração De Vítimas. Ângulos de extração. Retirada em 0°. Retirada em 30°. Retirada em 60°. Retiradas em 90°. 9. POP - Procedimento Operacional Padrão.

Bibliografia:

- [1] CBMDF. **Boletim de Informação Técnico-profissional:** Estabilização Veicular. CBMDF, 2019.
- [2] CBMSC. **Manual de Capacitação em Resgate Veicular.** Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Organizado por Diogo Bahia Losso. -- 1. ed. -- Florianópolis, 2017.
- [3] CBMGO - **Manual Operacional de Bombeiros:** Salvamento Veicular/ Corpo De Bombeiros Militar. – Goiânia: - 2018.
- [4] LIVRO. **Técnicas de Desencarceramento de Veículos** – Ian Dunbarl. 1ª Edição, 2013
- [5] CBPMESP. Manual De Salvamento Veicular. CBPMESP. São Paulo, 2016.
- [6] <https://www.bombeiros.pr.gov.br/Pagina/Instrucão-Minuto>.

CXXXI - Salvamento Veicular II

Código: SV II**Ementa:**

1. Terminologia: Conceitos de Salvamento Veicular. Sinistro de Trânsito. Segurança da Cena. Desencarceramento. Estabilização Veicular. Tecnologia veicular. 2. Gerenciamento de Risco da Cena. Organização do teatro de Operações. Identificação e Mitigação dos Riscos. Zonas de Trabalho. Padronização de Atuação: Preparação e Segurança, Acesso, Desencarceramento e Extração. 3. FEA's. Ferramentas Hidráulicas e Portáteis, Equipamentos e Acessórios. Materiais de Estabilização. 4. Estabilização Veicular (posição normal, lateralizado e sobre o teto). Compactação e União Solidária. 5. Criação de Espaço para Acessos. 6. Vítimas Encarceradas. Mecanismos de lesão. Tipos de encarceramentos. Prestação de socorro à vítima encarcerada. 7. Técnicas de Desencarceramento: Rebatimento de teto de trás para frente. Rebatimento de teto da frente para trás. Rebatimento lateral de teto. Retirada do teto. Grande porta. Terceira Porta. “Ostra” lateral e traseira. Rebatimento de painel. 8. Técnicas De Extração De Vítimas. Ângulos de extração. Retirada em 0°. Retirada em 30°. Retirada em 60°. Retiradas em 90°. 9. POP - Procedimento Operacional Padrão.

Bibliografia:

- [1] CBMDF. **Boletim de Informação Técnico-profissional:** Estabilização Veicular. CBMDF, 2019.
- [2] CBMSC. **Manual de Capacitação em Resgate Veicular.** Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Organizado por Diogo Bahia Losso. -- 1. ed. -- Florianópolis, 2017.
- [3] CBMGO - **Manual Operacional de Bombeiros:** Salvamento Veicular/ Corpo De Bombeiros Militar. – Goiânia: - 2018.
- [4] LIVRO. **Técnicas de Desencarceramento de Veículos** – Ian Dunbarl. 1ª Edição, 2013
- [5] CBPMESP. Manual De Salvamento Veicular. CBPMESP. São Paulo, 2016.
- [6] <https://www.bombeiros.pr.gov.br/Pagina/Instrucão-Minuto>.

CXXXII – Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho I

Código: SSAT I**Ementa:**

1. Introdução ao estudo de saúde e segurança no trabalho: Contexto histórico no mundo e no Brasil. Conceitos de saúde, segurança do trabalho e Higiene Ocupacional. Definições de agentes físicos, químicos e biológicos, evento perigoso, perigo ou fator de risco ocupacional/Perigo ou fonte de risco ocupacional, prevenção, risco ocupacional. 2. Acidente e Doença do trabalho: Conceitos à luz das legislações nacionais e do CBMAP. Principais doenças Ocupacionais que podem acometer bombeiros militares. 3. Fatores determinantes dos acidentes no trabalho: Atos e condições inseguras. Fatores de risco de acidentes. Fator pessoal de insegurança. 4. Riscos ocupacionais nas atividades bombeiro militar: Riscos físicos. Riscos químicos. Riscos biológicos. Riscos ergonômicos. Riscos de acidentes. Riscos psicossociais. 5. Legislação de saúde e segurança do trabalho aplicada ao CBMAP constituição federal e estadual: Legislações e normas regulamentadoras aplicadas ao serviço bombeiro militar. Partes essenciais do Atestado de Origem para o registro de acidentes em ato de serviço. 6. Segurança e proteção nas atividades bombeiro militares: Equipamentos de proteção individual das principais atividades. Equipamentos de proteção coletiva. Formas de prevenção e minimização dos riscos nas atividades operacionais e administrativas.

Bibliografia:

- [1] ATLAS, Equipe. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 88. ed. Barueri: Atlas, 2022.
- [2] AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. **Manual de Prevenção de Acidentes de Trabalho**. 3. ed. São Apulo: Atlas, 2017.
- [3] BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Controle de Riscos: Prevenção de Acidentes no Ambiente Ocupacional**. São Paulo: Érica, 2014.
- [4] BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Aplicada à Segurança do Trabalho**. São Paulo: Érica, 2014.
- [5] BARSANO, Paulo Roberto; Barbosa, Rildo Pereira. **Segurança do Trabalho Guia Prático e Didático**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2018.
- [6] CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 37 Comentadas e Descomplicadas**. 8. ed. Rio de Janiero: Método, 2022.
- [7] CHIRMICI, Anderson; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Rocha de. **Introdução à Segurança e Saúde no Trabalho**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- [8] CBMGO: **Manual de Operações de Bombeiros – Resgate Pré-hospitalar**. CBMGO, 2016.
- [9] MATOS, Ubirajara. **Higiene e Segurança do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
- [10] MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- [11] NASCIMENTO. Raquel Ramos Pinto do. **Acidentes de Trabalho nos Bombeiros Militares**: Tipos, natureza e absenteísmo. Campo Grande. 2012. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS.
- [12] Portaria nº 115/2014-CMDO GERAL, publicada na Boletim Geral nº 053 de 24 de março de 2014
- [13] RODRIGUES. Delano Xaxa Leite. **Condições e Acidentes de Trabalho no Corpo de Bombeiros Militar em Mossoró-RN**. Mossoró. 2019. Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado e Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Rural do Semiárido, UFERSA.
- [14] SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de; MINICELLO, Moacyr Medeiros. **Saúde Ocupacional**. São Paulo: Érica, 2014.
- [15] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Introdução à engenharia de segurança no Trabalho**. Epusp- EAD/ PECE, 2018a. 178p.
- [16] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Legislação e Normas técnicas**. Epusp- EAD/ PECE, 2018a. 221p.
- [17] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Higiene do Trabalho- Parte A**. Epusp- EAD/ PECE, 2018b. 159p.
- [18] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Higiene do Trabalho- Parte B**. Epusp- EAD/ PECE, 2018b. 427p.
- [19] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Higiene do Trabalho- Parte C**. Epusp- EAD/ PECE 2018b. 375p.

CXXXIII – Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho II

Código: SSAT II**Ementa:**

1. Estudo da saúde e segurança no trabalho e Higiene Ocupacional: Objetivos e áreas de interação. Conceito de Limites de tolerância/exposição. Medidas de Controle: Relativas ao Ambiente de trabalho e Relativas ao pessoal. 2. Gestão na Segurança no Trabalho: Conceito de Gestão, Cultura Organizacional, Ciclo PDCA, Organograma genérico de funções associadas ao SST aplicada ao CBMAP. 3. Fatores determinantes dos acidentes no trabalho: Teoria da transferência de energias. Teoria dos sintomas x causas. Teoria do Dominó. Teoria das ramificações dos eventos ou árvore de falhas. Teoria do modelo Sequencial. Teoria do Queijo Suíço.

Teoria da Roda de Nertney e Ciclo do acidente. 4. Identificação e Controle de Riscos: Modelo de avaliação de risco e determinação de controles através da Hierarquia de controles. Comportamento Humano e tipo de erros humanos e organizacional. Noções de mapeamento de risco no ambiente do trabalho. 5. Legislação de saúde e segurança do trabalho aplicada ao CBMAP: Normas Regulamentadoras aplicadas ao serviço bombeiro militar. NR1-Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. NR3-Embargo e Interdição.NR6-Equipamento de Proteção Individual. NR8-Edificações. NR9-Avaliação e Controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos. NR10. Segurança em instalações e serviços em eletricidade.NR15-Atividades e Operações Insalubres. NR16-Atividade e Operações Perigosas. NR17-Ergonomia.NR23-Proteção Contra Incêndios. NR24- Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. NR26-Sinalização de Segurança. NR30-Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário. NR32- Segurança e Saúde no trabalho em serviços de saúde. NR33 - Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados. NR35-Trabalho em altura.

Bibliografia:

- [1] ATLAS, Equipe. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 88. ed. Barueri: Atlas, 2022.
- [2] AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. **Manual de Prevenção de Acidentes de Trabalho**. 3. ed. São Apulo: Atlas, 2017.
- [3] BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Controle de Riscos: Prevenção de Acidentes no Ambiente Ocupacional**. São Paulo: Érica, 2014.
- [4] BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Aplicada à Segurança do Trabalho**. São Paulo: Érica, 2014.
- [5] BARSANO, Paulo Roberto; Barbosa, Rildo Pereira. **Segurança do Trabalho Guia Prático e Didático**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2018.
- [6] CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 37 Comentadas e Descomplicadas**. 8. ed. Rio de Janiero: Método, 2022.
- [7] CHIRMICI, Anderson; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Rocha de. **Introdução à Segurança e Saúde no Trabalho**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- [8] CBMGO: **Manual de Operações de Bombeiros – Resgate Pré-hospitalar**. CBMGO, 2016.
- [9] MATOS, Ubirajara. **Higiene e Segurança do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
- [10] MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- [11] NASCIMENTO. Raquel Ramos Pinto do. **Acidentes de Trabalho nos Bombeiros Militares**: Tipos, natureza e absenteísmo. Campo Grande. 2012. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS.
- [12] Portaria nº 115/2014-CMDO GERAL, publicada na Boletim Geral nº 053 de 24 de março de 2014
- [13] RODRIGUES. Delano Xaxa Leite. **Condições e Acidentes de Trabalho no Corpo de Bombeiros Militar em Mossoró-RN**. Mossoró. 2019. Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado e Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Rural do Semiárido, UFERSA.
- [14] SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de; MINICELLO, Moacyr Medeiros. **Saúde Ocupacional**. São Paulo: Érica, 2014.
- [15] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Introdução à engenharia de segurança no Trabalho**. Epusp- EAD/ PECE, 2018a. 178p.
- [16] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Legislação e Normas técnicas**. Epusp- EAD/ PECE, 2018a. 221p.
- [17] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Higiene do Trabalho- Parte A**. Epusp- EAD/ PECE, 2018b. 159p.
- [18] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Higiene do Trabalho- Parte B**. Epusp- EAD/ PECE, 2018b. 427p.
- [19] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Politécnica Programa de Educação Continuada. **Higiene do Trabalho- Parte C**. Epusp- EAD/ PECE, 2018b. 375p.

CXXXIV – Segurança Contra Incêndio e Pânico I

Código: SCIP I

Ementa:

1. A Segurança Contra Incêndio no Brasil e no Mundo: Aspectos introdutórios, Estatísticas de incêndio e coletas de dados de incêndios, Grandes incêndios no Brasil e no mundo, Os Incêndios e o Aprendizado nos Estados Unidos da América, Os Incêndios e o Aprendizado no Brasil, Repercussões do caso da Boate Kiss, Mudanças na legislação, A cultura da segurança no Brasil, Cenário atual da Segurança contra incêndio no Brasil e no mundo. 2. Noções das Normas e Legislações de Proteção Contra Incêndios: Introdução. Lei 0871 de 31 dez 2004 (Código de Segurança Contra Incêndio e pânico do CBMAP). 3. Noções das 5 (cinco) Medidas de Proteção Contra Incêndio e Pânico: Prevenção, Proteção, Combate, Meios de escape, Gerenciamento.

Bibliografia:

- [1] SEITO, Alexandre Itiu, et al. **A Segurança contra incêndio no Brasil**. Coordenação de São Paulo: Projeto Editora 2008.

(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

- [2] FERNANDES, Ivan Ricardo. **Engenharia de Segurança contra Incêndio e Pânico**. 1. ed. Curitiba, 2010.
- [3] VENEZIA, A. P. P. G.; VALENTIN, M. V; ONO, R. Arquitetura e Urbanismo. **A segurança contra incêndio no Brasil**, Projeto Editora, São Paulo, 2008.
- [4] COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ. **NORMAS TÉCNICAS DO CBMAP**. Amapá, 2020. Disponível em: <http://discip.cbm.ap.gov.br/nts>. Acesso em 14 ABR. 2023.
- [5] COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ. **CÓDIGO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO AMAPÁ**. Amapá, 2004. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto.php?iddocumento=20119. Acesso em 14 ABR. 2023.
- [6] PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-SECRETARIA GERAL. **LEI N°13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017**. Brasil, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13425.htm. Acesso em 14 ABR. 2023.
- [7] ABNT. **NBR 13860 - Glossário de Termos Relacionados com a Segurança Incêndio**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro p. 10. 1997.

CXXXV – Segurança Contra Incêndio e Pânico II

Código: SCIP II**Ementa:**

1. A Segurança Contra Incêndio no Brasil e no Mundo: Aspectos introdutórios, Estatísticas de incêndio e coletas de dados de incêndios, Grandes incêndios no Brasil e no mundo, Os Incêndios e o Aprendizado nos Estados Unidos da América, Os Incêndios e o Aprendizado no Brasil, Repercussões do caso da Boate Kiss, Mudanças na legislação, A cultura da segurança no Brasil, Cenário atual da Segurança contra incêndio no Brasil e no mundo. 2. Normas e Legislações de Proteção Contra Incêndios: Introdução, A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), As Normas Brasileiras (NBR's), A legislação federal. Lei 0871 de 31 dez 2004 (Código de Segurança Contra Incêndio e pânico do CBMAP), A hierarquia das legislações. 3. Fluxo de Processos de Análises e Vistorias. 4. As 5 (cinco) Medidas de Proteção Contra Incêndio e Pânico: Prevenção, Proteção, Combate, Meios de escape, Gerenciamento.

Bibliografia:

- [1] SEITO, Alexandre Itiu, et al. **A Segurança contra incêndio no Brasil**. Coordenação de São Paulo: Projeto Editora, 2008.
- [2] FERNANDES, Ivan Ricardo. **Engenharia de Segurança contra Incêndio e Pânico**. 1. ed. Curitiba, 2010.
- [3] VENEZIA, A. P. P. G.; VALENTIN, M. V; ONO, R. Arquitetura e Urbanismo. **A segurança contra incêndio no Brasil**, Projeto Editora, São Paulo, 2008.
- [4] COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ. **NORMAS TÉCNICAS DO CBMAP**. Amapá, 2020. Disponível em: <http://discip.cbm.ap.gov.br/nts>. Acesso em 14 ABR. 2023.
- [5] COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ. **CÓDIGO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO AMAPÁ**. Amapá, 2004. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto.php?iddocumento=20119. Acesso em 14 ABR. 2023.
- [6] PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-SECRETARIA GERAL. **LEI N°13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017**. Brasil, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13425.htm. Acesso em 14 ABR. 2023.
- [7] ABNT. **NBR 13860 - Glossário de Termos Relacionados com a Segurança Incêndio**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro p. 10. 1997.

CXXXVI - Sistema de Comando de Incidentes I

Código: SCI I**Ementa:**

1. Introdução ao Sistema de Comando de Incidentes. História do SCI e sua evolução. Definições e princípios. 2. Estruturação do Sistema de Comando de Incidentes. Funções e responsabilidades do SCI. Estrutura organizacional do SCI. 3. Composição das guarnições de serviço no CBMAP. 4. Estudos de casos de aplicação do SCI.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO PAULO. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão do Sistema de Comando de Incidentes**. 1^a Ed., 2016.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes**. 1^a Ed., 2018.
- [3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes**. 1^a Ed., 2018.
- [4] CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes - Nível Operações**. 1^a ed., 2010.
- [5] SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. **Capacitação em Defesa Civil - Sistema de Comando em Operações - SCO**. UFSC/Lagoa Editora Ltda. 2004.

[6] SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Curso Sistema de Comando de Incidentes.**
2^a ed. 2008. Módulo 1.

CXXXVII - Sistema de Comando de Incidentes II

Código: SCI II

Ementa:

1. Revisão conceitual do SCI. 2. Seção de operações, suas instalações e setores. 3. Seção de Planejamento e suas unidades. 4. Seção de Logística. Setor de serviços. Setor de apoio. 5. Seção de Administração e Finanças e suas unidades. 6. Norma Operacional – Atribuições do Serviço Operacional do Oficial Superior de Dia e Oficial Chefe de Socorro (Bravo). 7. Objetivos, estratégias e táticas para ocorrências de combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar busca e salvamento e as emergências diversas. Estudos de casos.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO PAULO. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão do Sistema de Comando de Incidentes.** 1^a Ed., 2016.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes.** 1^a Ed., 2018.
- [3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes.** 1^a Ed., 2018
- [4] CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes - Nível Operações.** 1^a ed., 2010.
- [5] SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. **Capacitação em Defesa Civil - Sistema de Comando em Operações - SCO.** UFSC/Lagoa Editora Ltda. 2004.
- [6] SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Curso Sistema de Comando de Incidentes.** 2^a ed., 2008. Módulo 3: Planejamento e Inteligência.
- [7] SOBRADO, Carlos. **Sistema de Comando de Incidentes: Princípios e Aplicações.** 1^a ed., 2019.
- [8] FEDERAL EMERGENCY MANAGEMENT AGENCY. National Incident Management System (NIMS), 2017.
- [9] FUNDACIÓN MAPFRE. **Planes de emergencia y simulacros.** Madrid: Editorial MAPFRE 2005.

CXXXVIII - Sistema de Comando de Incidentes III

Código: SCI III

Ementa:

1. Revisão do Sistema de Comando de Incidentes. Formulários do SCI. 3. Norma Operacional – Atribuições do Serviço Operacional do Oficial Superior de Dia e Oficial Chefe de Socorro (Bravo). 4. Objetivos, estratégias e táticas para ocorrências de combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar, busca e salvamento e as emergências diversas. Estudos de casos. 5. Simulados. Planejamento e preparação. Coordenação e execução. Debriefing.

Bibliografia:

- [1] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO PAULO. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão do Sistema de Comando de Incidentes.** 1^a Ed., 2016.
- [2] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes.** 1^a Ed., 2018.
- [3] CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes.** 1^a Ed., 2018
- [4] CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes - Nível Operações.** 1^a ed., 2010.
- [5] SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. **Capacitação em Defesa Civil - Sistema de Comando em Operações - SCO.** UFSC/Lagoa Editora Ltda. 2004.
- [6] SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Curso Sistema de Comando de Incidentes.** 2^a ed., 2008. Módulo 3: Planejamento e Inteligência.
- [7] SOBRADO, Carlos. **Sistema de Comando de Incidentes: Princípios e Aplicações.** 1^a ed., 2019.
- [8] FEDERAL EMERGENCY MANAGEMENT AGENCY. National Incident Management System (NIMS), 2017.
- [9] FUNDACIÓN MAPFRE. **Planes de emergencia y simulacros.** Madrid: Editorial MAPFRE 2005.

CXXXIX - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

Código: SNPDC

Ementa:

1. Módulo 1 – Aspectos Estruturantes em Proteção e Defesa Civil: Fundamentos de proteção e defesa civil e organização do SINPDEC. Simbologia (Nacional e Estadual). Histórico (Nacional e Estadual). Política Nacional de Defesa Civil. Legislação Vigente (ênfase na Lei Federal 12.608 e Instrução Normativa 02 do MI). Estrutura e Organização do SINDEC. Estrutura e Organização da CEDEC. Conceitos (Evento Adverso,

Ameaça, Dano, Prejuízo, Vulnerabilidade, Risco, Desastre e Defesa Civil). Classificações dos desastres e aspectos globais de proteção e defesa civil. Situações de anormalidade (Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública). Tipos de desastres. Classificação dos desastres (Origem/Causa, Intensidade e Evolução). Aspectos Globais de PDC e suas ações (Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta, Reconstrução/reabilitação). Ações de prevenção de desastres - Medidas Estruturais e Não-estruturais; Causas e consequências de desastres. Participação dos militares do CBMAP em operações de proteção e defesa civil. Ações de preparação para desastres. Ações de resposta aos desastres. Ações de reabilitação dos cenários. Procedimentos para decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública. Organização do Sistema de Comando de Incidentes – SCI. 2. Módulo 2 – Gestão de Riscos: Contextualização de riscos de desastres. Conceituação: risco, ameaça, vulnerabilidade, percepção de risco, gestão de risco, etc. A sociedade do risco. Os desastres no Brasil. Identificação e classificação de riscos. Identificação das ameaças/processos. Identificação das vulnerabilidades. Vulnerabilidades Físicas. Vulnerabilidades Social. Criança e adolescentes. Idosos. Pessoas com deficiências. Demais grupos sociais. Percepção de riscos. Mecanismos de enfrentamento já existentes. Resiliência. Exposição. O uso de indicadores (práticos e acessíveis). Avaliação de riscos. Dimensionamento das ameaças/susceptibilidade/indicadores. Dimensionamento da vulnerabilidade/indicadores. Dimensionamento da exposição. Hierarquização dos riscos. Recursos. Mapeamento de riscos. Tipos de mapeamento (escala, zoneamento e cadastro). Metodologias consagradas e alternativas para cada processo: escorregamento, inundação, etc. Noções de geoprocessamento. Estratégias de intervenção. Estratégias de intervenção: medidas estruturais e não estruturais. Importância da implementação das políticas públicas. Participação social no processo de decisão. Plano Municipal de Redução de Riscos. Monitoramento de Riscos. Monitoramento, alerta e alarme (métodos consagrados e alternativos). Aparelhamento e apoio logístico. Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta: CEMADEN e CENAD. Informação e comunicação de Riscos. Objetivos. Ferramentas. 3. Módulo 03: Gestão de Desastres e Ações de Recuperação: Contextualização de desastres. Conceitos de desastres. Desastres mais frequentes no País. Ocorrências por tipologia nas regiões brasileiras. Ações de preparação. Definição, conceito e finalidades. Planejamento de resposta. Capacitação dos agentes e das comunidades. Cadastramento e capacitação de voluntariado. Identificação, articulação e definição de atribuição dos atores intersetoriais e não governamentais. Identificação e catalogação de recursos humanos e materiais. Previsão orçamentária e financeira. Aquisição e armazenamento de materiais de assistência humanitária. Planejamento das campanhas de arrecadação de materiais de assistência humanitária. Elaboração de planos de contingência. Simulado. Firmação de convênios e acordos de cooperação. Ações de Socorro e Assistência. Conceitos. Acionamento e coordenação dos órgãos envolvidos e voluntários. Introdução e finalidade. Princípios e características. Estrutura organizacional e principais funções. Instalações e áreas padronizadas. Sistema de Comando de Incidentes (SCI) na prática. Instalação do sistema de comando e operações. Gerenciamento de abrigos. Triagem. Cadastramento de famílias. Competências intersetoriais. Estrutura. Normas de funcionamento. Manutenção. Desmobilização. Ações de atendimento aos públicos de maior vulnerabilidade. Comunicação em Desastres. Contextualização. Dificuldades e impactos durante a crise (identificação de porta voz, material IRP – Governabilidade). Plano de comunicação, alerta e alarme; (radioamador, rede sociais, sms, etc). Gestão da Comunicação Social. Aspectos administrativos da gestão dos desastres. Critérios para decretação de Situação de emergências e Estado de Calamidade Pública. Solicitação de reconhecimento. Solicitação de recursos. Transferência obrigatória de recursos de socorro, assistência e restabelecimento. Transferência obrigatória de recursos para reconstrução. Registro de ocorrências e fluxo de dados. Reabilitação e recuperação de cenários. Conceitos de reabilitação e recuperação (diferenças). Diagnóstico (qual o problema?). Reabilitação de serviços essenciais (como fazer?). Recuperação (como fazer?). Elaboração de Plano de contingência. Definição, conceito, finalidades e desafios. Metodologia de elaboração do plano. Implementação. Operacionalização e acompanhamento. Avaliação, atualização e validação do plano. 4. Módulo 04: Transferência de Recursos Financeiros: Transferência de recursos voluntários. Introdução. Passos para a captação de recursos em situação de normalidade (prevenção). Elaboração de Projeto básico e executivo (principais dúvidas e dificuldades mais frequentes). Uso do SICONV (inserção da proposta no Sistema). Aplicação de recursos. Prestação de contas físico-financeira. Transferência obrigatória de recursos para socorro, assistência e restabelecimento. Introdução. Passos para a captação de recursos em situação de anormalidade (fins de socorro, assistência e restabelecimento). Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública reconhecida pela SEDEC (Estado ou Município). Emprego do Cartão de Pagamento de Defesa Civil. Aplicação de Recursos (principais dúvidas e dificuldades mais frequentes). Prestação de contas físico-financeira. Transferência obrigatória de recursos para reconstrução. Introdução. Passos para a captação de recursos em situação de anormalidade (fins de reconstrução). Situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pela SEDEC (Estado ou Município). Elaboração de plano de trabalho. Elaboração de projeto básico e executivo. Aplicação de Recursos (principais dúvidas e dificuldades). Prestação de contas físico-financeira. 5. Módulo 05: Mobilização Social e Comunicação de Riscos: Mobilização social como estratégia para construir cultura de redução de riscos de desastres. Conceitos: rede social; mobilização; comunidade; voluntariado; território; etc. Mobilização para construir redes sociais. Etapas para uma mobilização social efetiva em Defesa Civil. Caracterização do contexto de intervenção. Identificação de atores sociais e recursos disponíveis. Informação e comunicação: estratégia de mobilização. Sensibilização.

Capacitação comunitária para ação em Defesa Civil. Núcleos comunitários de Defesa Civil. Voluntariado: ação das comunidades. Defesa civil na escola. Tecnologias sociais para redução de riscos de desastres. Redes sociais organizadas. Construção de redes para ação conjunta em Defesa Civil. Construção de cidades mais resilientes. Articulação intersetorial. Comunicação de riscos. Riscos e seus significados (incluir o conceito de comunicação de riscos). Comunicação de riscos versus disseminação de informação. O papel dos meios de comunicação.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Formação em defesa civil: construindo comunidades mais seguras**. 2.ed. Brasília, 2005. 135p.
- [2] _____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil: Estudo de Riscos e Medicina de Desastres**. Brasília, 2005. 283p.
- [3] _____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Brasília, 2012.
- [4] _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Prevenção de riscos de deslizamentos em encostas**: guia para elaboração de políticas municipais. Brasília: Cities Alliance, 2006. 111p.
- [5] _____. **Lei nº12.608/12**, 10ABR12 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil -SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.
- [6] _____. **Lei nº12.340**, 01 DEZ 10 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.
- [7] CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de Desastres Naturais**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2004. 2v.
- [8] _____. Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999. 4v.
- [9] CERRI, L.E.S. **Riscos geológicos associados a escorregamento**: uma proposta para a prevenção de acidentes. Tese (doutorado). São Paulo: Instituto de geociências e ciências exatas, Universidade Estadual Paulista (Rio Claro), 1993. 197p.
- [10] FERREIRA, Edil Daubian. **Dicionário para bombeiros**. São Paulo: Centrais Impressoras Brasileiras, 1985.
- [11] SÃO PAULO. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Manual de ocupação de encostas**. São Paulo: IPT, 1991.
- [12] **Manual do Curso Gestão de Riscos de Desastres** (contribuições da Psicologia). Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Universidade Federal de Santa Catarina 2010.

CXL – Técnicas de Armamento, Munição e Tiro

Código: TAMT

Ementa:

1. Classificação das Armas: Por que ensinar Armamento e Tiro a Bombeiros? História e classificação das armas, Armas curtas e armas longas, Conceito de calibre, calibres permitidos e restritos, Sistemas de cadastro das armas. 2. Cartuchos e Munições: Alma raiada: estojo, espoleta, pólvora e projéteis, Alma Lisa: estojo, espoleta, pólvora, projéteis, buchas e fechamento. 3. Regras de Segurança e Procedimentos no Estande.4. Nomenclatura das Peças, Desmontagem e Limpeza: Nomenclatura das principais peças da pistola, espingarda cal. 12 e arma de eletrochoque (TASER/SPARK), Desmontagem, limpeza e montagem. 5. Fundamentos do Tiro e Posições de Tiro: Base ou plataforma de tiro, Empunhadura, Visada, Respiração, Acionamento da tecla do gatilho, Acompanhamento, Posições tática da arma, posições de controle de cano e posições de tiro, Quadro de análise de disparo. 6. Tipos de Recarga: Recarga administrativa, Recarga tática, Recarga emergencial. 7. Incidentes de Tiro e resoluções: 7.1 Pistola, Nega ou falha da munição, Falha de trancamento, Pane de rampa, Chaminé, Duplo carregamento, Embuchamento, tapa golpe e disparo.7.2 Espingarda cal. 12, Panes da espingarda calibre 12, resoluções de pane. 8. Uso Diferenciado da Força: Conceito, definições, modelo, níveis de resistência e aplicação seletiva da força. 9. Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo: Dispositivos de condução de energia (taser ou spark), Agentes químicos (espargidores, lacrimogêneos, entre outros). 10. Abordagem e Busca Pessoal: Abordagem à pessoas e busca pessoal, retenção e contra retenção 11. Combate Velado: Ciclos OODA e O3R, sistema de cores de Jeff Cooper e mentalidade de combate, Noções de combate velado. 12. APH Tático.13 Condutas embarcado. 14. Legislações Pertinentes e amparo legal do uso da arma de fogo: Pontos importantes do estatuto do desarmamento (Lei 10.826), Portaria interna para armamento no CBMAP, Protocolo de uso da cal. 12 no CBMAP. 15. Prática de Tiro: Tiro estático e/ou pista dinâmica.

Bibliografia:

- [1] BRASIL. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: 2014.

- [2] ESPERANDIO, Marcelo. **Manual do instrutor VCQB** – protocolos de combate veicular. Campinas, SP: Millenium Editora, 2022.
- [3] LEANDRO, Allan Antunes Marinho. **Armas de Fogo e Legítima Defesa** – A Desconstrução de Oito Mitos. Lumen Juris, 2017.
- [4] POLÍCIA FEDERAL. **Cartilha de Armamento e Tiro - 2017**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/armas/cartilha-de-armamento-e-tiro.pdf/view>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- [5] PELLEGRINI, Marcel; MORAES, Edimar. **Tiro de Combate**: Pistola – Fundamentos e Habilidades. Ed. Schoba.
- [6] POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Bizuário de Armamento, Munição e Tiro**.
- [7] TOCCETTO, Domingos. **Balística Forense** – Aspectos Técnicos e Jurídicos. 8. Ed. Millennium, 2016.
- [8] WENDLING, Humberto. **Autodefesa Contra o Crime e a Violência** – Um Guia para Civis e Policiais. 1. Ed. Clube dos Autores 2018.

CXLI – Tecnologia Aplicada à Música

Código: TAM**Ementa:**

1. Apresentação do *Musescore* com suas principais funções e ferramentas.
2. Abrir e gravar arquivos e as configurações padrões do programa.
3. Entrada Simples de notas e ritmos com e sem o controlador MIDI.
4. Criar novo documento, adicionar compassos, selecionar compassos e notas.
5. Entrar com textos (letras), principais símbolos, repetições.
6. Configurar páginas, Layout, procedimentos para impressão.
7. Transcrever uma melodia, construir uma grade.
8. Ajustar claves, adicionar marcas de expressão e articulação.
9. Configurações de MIDI.
10. Ajustar hastes, trabalhar com vozes, quiáteras.
11. Ferramenta de desenho de formas.

Bibliografia:

- [1] ALVES, Luciano. **Fazendo música no computador**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- [2] **Composição e Arranjo**. São Paulo: Érica, 2003.
- [3] LACERDA, Osvaldo. **Regras de grafia musical**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1974.
- [4] MANUAL – Musescore. Disponível em: <https://musescore.org/pt-br/manual> Acessado em: 01/08/2018
- [5] SABATELLA, Marc. **Mastering Musescore Online**. Disponível em: <http://connect2.musescore.com/mastering-musescore.html> Acessado em: 01/08/2018

CXLII - Tecnologias e Sistemas Informatizados

Código: TSI**Ementa:**

1. Histórico da evolução tecnológica na CBMAP.
2. Principais sistemas informatizados desenvolvidos internamente.
3. Histórico e processo de implantação da Plataforma de Ensino na instituição PM e BM.
4. Resultados alcançados pós-implantação.
5. Metas de novos sistemas a serem implantados nos próximos anos.
6. Utilização da Plataforma de Ensino.
7. Utilização de novas tecnologias no processo de planejamento da Segurança Pública.

Bibliografia:

- [1] Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Brasília 2014.

CXLIII – Teoria e Percepção Musical I

Código: TPM I**Ementa:**

1. Elementos de leitura e notação musical.
2. Estudo e percepção das propriedades do som.
3. Desenvolvimento da leitura musical em duas claves.
4. Desenvolvimento da percepção musical com ênfase nos parâmetros sonoros (altura, duração, intensidade e timbre).
5. Estudos de acordes de três sons e cinco sons.
6. Estudos de intervalos consonante e dissonante.
7. Tonalidades; transposição.
8. Contextualização musical.

Bibliografia:

- [1] ANDRADE, Mário de. **Pequena História da Música**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. BENNET, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- [2] GROUT, Donald J. **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 1994.
- [3] BARBOSA, Cacilda Borges. **Estudos de Ritmo e Som**. Rio de Janeiro, 1985. Vol 1 e 2.
- [4] BONA, Paschoal. **Método completo para divisão**. Milano: Manon, 1944. CAMPOLINA, Eduardo;
- [5] BERNARDES, Virgínia. **Ouvir para escrever ou compreender para criar: Uma outra concepção de percepção musical**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- [6] CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mario. **Curso completo de teoria musical e solfejo**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1973.
- [7] CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mario. **Curso completo de teoria musical e solfejo**, vol. 1 e 2. São Paulo. Vitale. 1974.
- [8] COPLAND, Aaron. **Como ouvir e entender música**. Rio de Janeiro: Artenova, s.d.

- [9] FRANÇA, Cecilia Cavalieri. **Para fazer música**, v. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- [10] GRAMANI, José Eduardo. **Rítmica. Percepção de agrupamentos sonoros. Noções de intervalos, acordes e modos baseados no sistema tonal. Percepção rítmica, solfejo**. Edição 39. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- [11] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**: Ricordi Brasileira, 1913. MED, Bohumil. **Solfejo**. 2a ed. Brasília: Thesaurus, 1980.
- [12] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**: Ricordi Brasileira, 1913.
- [13] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**. São Paulo :Ricordi, 1970.
- [14] MED, Bohumil. **Teoria da Música**. MusiMed, 1996.
- [15] OLIVEIRA, Alda de Jesus; et al. **Construindo PONTES significativas no ensino de musica**. In: XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música-ANPPOM. Anais. São Paulo: ANPPOM, 2007.
- [16] POZZOLI, Ettore. **Guia teórico-prático**. Milano: Ricordi, 1921.
- [17] SOUZA, Jusamara. **Educação musical e práticas sociais**. Revista da ABEM, Porto Alegre, v.10, p.38-44, mar. 2004.
- [18] OLIVEIRA, Alda de Jesus; et al. **Construindo PONTES significativas no ensino de musica**. In: XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música - ANPPOM. Anais. São Paulo: ANPPOM, 2007.
- [19] KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1923.
- [20] LOVELOLOCK, Willian. **História concisa da música**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- [21] RAYNOR, Henry. **História Social da Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- [22] REZENDE, Conceição. **Aspectos da música ocidental**. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- [23] SCHURMANN, Ernest F. **A música como linguagem**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- [24] CANDÉ Roland. **História universal da música**. (2 Vol.) São Paulo: Martins Fontes 1999.

CXLIV – Teoria e Percepção Musical II

Código: TPM II**Ementa:**

1. Desenvolvimento da percepção musical com ênfase nos parâmetros sonoros (altura, duração, intensidade e timbre). 2. Estudos de acordes de três sons e cinco sons. 3. Estudos de intervalos consonante e dissonante. 4. Reconhecimento auditivo das funções harmônicas no estado fundamental e suas inversões. 5. Ditado melódico com uma duas ou três vozes.

Bibliografia:

- [1] ANDRADE, Mário de. **Pequena História da Música**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. BENNET, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- [2] GROUT, Donald J. **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 1994.
- [3] BARBOSA, Cacilda Borges. **Estudos de Ritmo e Som**. Rio de Janeiro, 1985. Vol 1 e 2.
- [4] BONA, Paschoal. **Método completo para divisão**. Milano: Manon, 1944.CAMPOLINA, Eduardo;
- [5] BERNARDES, Virgínia. **Ouvir para escrever ou compreender para criar: Uma outra concepção de percepção musical**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- [6] CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mario. **Curso completo de teoria musical e solfejo**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1973.
- [7] CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mario. **Curso completo de teoria musical e solfejo**, vol. 1 e 2. São Paulo. Vitale. 1974.
- [8] COPLAND, Aaron. **Como ouvir e entender música**. Rio de Janeiro: Artenova, s.d.
- [9] FRANÇA, Cecilia Cavalieri. **Para fazer música**, v. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- [10] GRAMANI, José Eduardo. **Rítmica. Percepção de agrupamentos sonoros. Noções de intervalos, acordes e modos baseados no sistema tonal. Percepção rítmica, solfejo**. Edição 39. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- [11] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**: Ricordi Brasileira, 1913. MED, Bohumil. **Solfejo**. 2a ed. Brasília: Thesaurus, 1980.
- [12] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**: Ricordi Brasileira, 1913.
- [13] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**. São Paulo :Ricordi, 1970.
- [14] MED, Bohumil. **Teoria da Música**. MusiMed, 1996.
- [15] OLIVEIRA, Alda de Jesus; et al. **Construindo PONTES significativas no ensino de musica**. In: XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música-ANPPOM. Anais. São Paulo: ANPPOM, 2007.
- [16] POZZOLI, Ettore. **Guia teórico-prático**. Milano: Ricordi, 1921.
- [17] SOUZA, Jusamara. **Educação musical e práticas sociais**. Revista da ABEM, Porto Alegre, v.10, p.38-44, mar. 2004.

- [18] OLIVEIRA, Alda de Jesus; et al. **Construindo PONTES significativas no ensino de musica**. In: XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música - ANPPOM. Anais. São Paulo: ANPPOM, 2007.
- [19] KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1923.
- [20] LOVELOLOCK, Willian. **História concisa da música**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- [21] RAYNOR, Henry. **História Social da Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- [22] REZENDE, Conceição. **Aspectos da música ocidental**. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- [23] SCHURMANN, Ernest F. **A música como linguagem**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- [24] CANDÉ Roland. **História universal da música**. (2 Vol.) São Paulo: Martins Fontes 1999.

CXLV – Teoria Geral da Administração

Código: TGA**Ementa:**

1. Introdução à Teoria Geral da Administração: o que é o seu papel. 2. Antecedentes e influenciadores do pensamento administrativo. 3. A abordagem clássica (Administração Científica e Teoria Clássica). 4. A abordagem humanística: a escola das Relações Humanas. 5. Teoria da Burocracia. 6. Teoria Comportamental. 7. Teoria dos Sistemas. 8. Teoria das Contingências. 9. Considerações sobre as teorias administrativas.

Bibliografia:

- [1] ARAUJO, C. E. P. **Entre holismo e individualismo**: tipos morais e cultura política no Brasil. In: ARAUJO, C. E. P.; [2] SANTOS, E.G.C; PINHEIRO, M.F; SOUZA, J. (Org.). **Política e Valores**. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- [2] CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- [3] MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F.G. **Teoria geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- [4] COHN, G. (Org.) **Weber – Sociologia**. São Paulo: Ática, [19--]. p. 05-38.
- [5] IANNI, O. (Org.) **Marx – Sociologia**. São Paulo: Ática, [19--]. p. 10-40.
- [6] MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L.C. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.
- [7] FAYOL, H. **Administração industrial e geral**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1970.
- [8] FORD, H. **Henry Ford por ele mesmo**. São Paulo: Martin Claret, 1995.
- [9] MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- [10] MOTTA F. C. P.; VASCONCELOS I. F.G. **Teoria geral da Administração**. São Paulo: Pioneira

CXLVI – Teoria Musical

Código: TM**Ementa:**

1. Desenvolvimento da percepção musical com ênfase nos parâmetros sonoros (altura, duração, intensidade e timbre). 2. Estudos de acordes de três sons e cinco sons. 3. Estudos de intervalos consonante e dissonante. 4. Reconhecimento auditivo das funções harmônicas no estado fundamental e suas inversões. 5. Ditado melódico com uma duas ou três vozes. 6. Transposição para instrumentos transpositores. 7. Notação moderna (Coda).

Bibliografia:

- [1] ANDRADE, Mário de. **Pequena História da Música**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. BENNET, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- [2] GROUT, Donald J. **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 1994.
- [3] BARBOSA, Cacilda Borges. **Estudos de Ritmo e Som**. Rio de Janeiro, 1985. Vol 1 e 2.
- [4] BONA, Paschoal. **Método completo para divisão**. Milano: Manon, 1944. CAMPOLINA, Eduardo;
- [5] BERNARDES, Virgínia. **Ouvir para escrever ou compreender para criar: Uma outra concepção de percepção musical**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- [6] CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mario. **Curso completo de teoria musical e solfejo**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1973.
- [7] CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mario. **Curso completo de teoria musical e solfejo**, vol. 1 e 2. São Paulo. Vitale. 1974.
- [8] COPLAND, Aaron. **Como ouvir e entender música**. Rio de Janeiro: Artenova, s.d.
- [9] FRANÇA, Cecilia Cavalieri. **Para fazer música**, v. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- [10] GRAMANI, José Eduardo. **Rítmica. Percepção de agrupamentos sonoros. Noções de intervalos, acordes e modos baseados no sistema tonal. Percepção rítmica, solfejo**. Edição 39. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- [11] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**: Ricordi Brasileira, 1913. MED, Bohumil. **Solfejo**. 2a ed. Brasília: Thesaurus, 1980.
- [12] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**: Ricordi Brasileira, 1913.
- [13] HINDEMITH Paul . **Treinamento elementar para músicos**. São Paulo :Ricordi 1970.

- [14] MED, Bohumil. **Teoria da Música**. MusiMed, 1996.
- [15] OLIVEIRA, Alda de Jesus; et al. **Construindo PONTES significativas no ensino de musica**. In: XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música-ANPPOM. Anais. São Paulo: ANPPOM, 2007.
- [16] POZZOLI, Ettore. **Guia teórico-prático**. Milano: Ricordi, 1921.
- [17] SOUZA, Jusamara. **Educação musical e práticas sociais**. Revista da ABEM, Porto Alegre, v.10, p.38-44, mar. 2004.
- [18] OLIVEIRA, Alda de Jesus; et al. **Construindo PONTES significativas no ensino de musica**. In: XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música - ANPPOM. Anais. São Paulo: ANPPOM, 2007.
- [19] KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1923.
- [20] LOVELOCK, Willian. **História concisa da música**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- [21] RAYNOR, Henry. **História Social da Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- [22] REZENDE, Conceição. **Aspectos da música ocidental**. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- [23] SCHURMANN, Ernest F. **A música como linguagem**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- [24] CANDÉ Roland. **História universal da música**. (2 Vol.) São Paulo: Martins Fontes 1999.

CXLVII– Teoria Musical, Percepção e Solfejo

Código: TMPS**Ementa:**

1. Introdução a teoria musical e percepção. 2. Sistematização da escrita e leitura musical. 3. Elementos de leitura e notação musical. 4. Estudo e percepção das propriedades do som. 5. Desenvolvimento da leitura musical em duas claves. 6. Desenvolvimento da percepção musical com ênfase nos parâmetros sonoros (altura, duração, intensidade e timbre). 7. Desenvolvimento da percepção musical com ênfase nos parâmetros sonoros (altura, duração, intensidade e timbre). 8. Treinamento auditivo com prática de solfejos, ditados e treinamento rítmico. 9. Solfejo e percepção de intervalos simples e compostos. 10. Estudos de acordes de três sons e cinco sons. 11. Estudos de intervalos consonante e dissonante. 12. Tonalidades. 13. Transposição. 14. Compasso e métrica e solfejo. 15. Estudo dos eventos históricos, sociais, e técnico musicais que envolvem a história da música da antiguidade clássica até a primeira metade do século XVIII, idade média, renascimento e barroco. 16. Segunda metade do século XVIII até o século XIX, classicismo e romantismo. 17. Transição do século XIX até a segunda metade século XX, pós-romantismo. 18. O nacionalismo; neoclassicismo; atonalismo; dodecafônico; música minimalista; concreta; eletrônica; microtonalidade; música aleatória; influência do jazz. 19. Contextualização musical.

Bibliografia:

- [1] ANDRADE, Mário de. **Pequena História da Música**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. BENNET, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- [2] GROUT, Donald J. **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 1994.
- [3] BARBOSA, Cacilda Borges. **Estudos de Ritmo e Som**. Rio de Janeiro, 1985. Vol 1 e 2.
- [4] BONA, Paschoal. **Método completo para divisão**. Milano: Manon, 1944. CAMPOLINA, Eduardo;
- [5] BERNARDES, Virgínia. **Ouvir para escrever ou compreender para criar: Uma outra concepção de percepção musical**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- [6] CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mario. **Curso completo de teoria musical e solfejo**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1973.
- [7] CARDOSO, Belmira; MASCARENHAS, Mario. **Curso completo de teoria musical e solfejo**, vol. 1 e 2. São Paulo. Vitale. 1974.
- [8] COPLAND, Aaron. **Como ouvir e entender música**. Rio de Janeiro: Artenova, s.d.
- [9] FRANÇA, Cecilia Cavalieri. **Para fazer música**, v. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- [10] GRAMANI, José Eduardo. **Ritmica. Percepção de agrupamentos sonoros. Noções de intervalos, acordes e modos baseados no sistema tonal. Percepção rítmica, solfejo**. Edição 39. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- [11] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**: Ricordi Brasileira, 1913. MED, Bohumil. **Solfejo**. 2a ed. Brasília: Thesaurus, 1980.
- [12] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**: Ricordi Brasileira, 1913.
- [13] HINDEMITH, Paul. **Treinamento elementar para músicos**. São Paulo :Ricordi, 1970.
- [14] MED, Bohumil. **Teoria da Música**. MusiMed, 1996.
- [15] OLIVEIRA, Alda de Jesus; et al. **Construindo PONTES significativas no ensino de musica**. In: XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música-ANPPOM. Anais. São Paulo: ANPPOM, 2007.
- [16] POZZOLI, Ettore. **Guia teórico-prático**. Milano: Ricordi, 1921.
- [17] SOUZA, Jusamara. **Educação musical e práticas sociais**. Revista da ABEM, Porto Alegre, v.10, p.38-44, mar. 2004.

- [18] OLIVEIRA, Alda de Jesus; et al. **Construindo PONTES significativas no ensino de musica**. In: XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música - ANPPOM. Anais. São Paulo: ANPPOM, 2007.
- [19] KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1923.
- [20] LOVELOCK, Willian. **História concisa da música**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- [21] RAYNOR, Henry. **História Social da Música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- [22] REZENDE, Conceição. **Aspectos da música ocidental**. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- [23] SCHURMANN, Ernest F. **A música como linguagem**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- [24] CANDÉ Roland. **História universal da música**. (2 Vol.) São Paulo: Martins Fontes 1999.

CXLVIII - Trabalho de Conclusão de Curso

Código: TCC**Ementa:**

1. Revisão do projeto de trabalho de conclusão de curso. 1.1. Análise do projeto de pesquisa. 1.2. Orientação teórico-metodológica para execução da pesquisa. 2. Orientações gerais. 2.1. Orientação da escrita científica. 2.2. Orientação teórico-metodológica para execução da pesquisa. 3. Elaboração do trabalho de conclusão de curso. 3.1. Elaboração e análise do trabalho de conclusão. 3.2. Orientação teórico-metodológica para execução da pesquisa. 4. Orientações complementares. 4.1. Orientação da escrita científica. 4.2. Orientação teórico-metodológica para execução da pesquisa. 5. Orientação final. 5.1. Orientação para elaboração do material para defesa pública do trabalho.

Bibliografia:

- [1] ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias**: TCC, dissertações e teses. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- [2] FRAZ VICTOR RUDIO. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 38ª edição. Petrópolis: Vozes, 2011.
- [3] GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.
- [4] KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 2009.
- [5] KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- [6] KUHN Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- [7] MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- [8] RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- [9] SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- [10] SILVA, Edilberto. **Metodologia de Pesquisa Aplicada**: Como escrever um artigo científico? 1ª Edição, Brasília: Faculdade SENAC, 2010.
- [11] SOARES, Maria do Carmo Silva. **Redação de trabalhos científicos**. São Paulo: Cabral, 1995.
- [12] YIN R. K. **Estudo de caso – Planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman 2005

TÍTULO IX**Das Prescrições Diversas**

Art. 106. As normas e documentos básicos relacionados ao ensino e instrução do CBMAP não têm prazo de validade pré-determinado, admitindo alterações, conforme necessário.

Art. 107. São anexos deste regimento os modelos de documentos descritos abaixo:

I – Plano de Disciplina;

II - Plano de Segurança na Instrução;

III – Plano de Avaliação;

IV – Avaliação do Curso;

V – Avaliação do Instrutor;

VI – Quadro de Trabalho Semanal;

VII – Requerimento Escolar;

VIII – Recurso de Questão.

Art. 108. Os casos omissos ao presente regimento serão resolvidos pelo comando do CBMAP, auxiliado pelo comando da ABM.

Macapá-AP, 25 de novembro de 2023

SANDRO BARROZO SANCHES – TEN CEL QOCBM
Comandante da Academia Bombeiro Militar

ANEXOS



ANEXO A
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR



PLANO DE DISCIPLINA - CURSO

1.DISCIPLINA

Disciplina	Sistema de Comando de Incidentes (SCI)
Carga horária total	20 h/a
Período letivo	2º semestre 2023 (agosto)
Professor/Instrutor	Posto/Graduação/Quadro/Nome completo

2.EMENTA

1. Visão Geral do Sistema de Comando de Incidentes: História do sistema de comando de incidentes, Definições e princípios. 2. Estruturação do sistema de comando de incidentes: Funções do SCI, Estrutura, Instalações. 3. Aspectos Operacionais do Sistema de Comando de Incidentes: A Primeira Resposta, Instrumentos de consulta e registro do SCI.4. Exemplos Práticos de Utilização do Sistema de Comando de Incidentes.
(Descrição da ementa da disciplina correspondente ao curso, conforme prevê este Regimento Interno).

3.OBJETIVO GERAL

Aplicar o Sistema de Comando de Incidentes nas diversas ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros do Amapá.
(Objetivo como um todo esperado ao final da disciplina)

4.METODOLOGIA

Aulas expositivas participativas presenciais; uso de audiovisuais; slides; leituras de textos; vídeos; avaliações parciais individuais e exercícios de fixação práticos ou teóricos.
Uso da plataforma EAD para postagem de materiais e manuais, bem como para a realização de atividades e avaliações.
(Descrever toda a metodologia a ser utilizada durante a disciplina)

5.CRONOGRAMA

As aulas ocorrerão nas semanas do curso entre os dias xx de mês a xx de mês do corrente ano, com a organização das aulas conforme descrito no anexo a seguir. (Seguir cronograma disponibilizado pela ABM)

6.MÉTODO AVALIATIVO

1ª Avaliação – Avaliação teórica abrangendo as 3 (três) unidades estudadas;
2ª Avaliação - Trabalho de Estudo de Caso do emprego do Sistema de Comando de Incidentes (SCI) em ocorrências.
(Descrever todas as avaliações que serão aplicadas observando as quantidades mínimas de acordo com o R.I)

7.REFERÊNCIAS

- [1] CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Manual de Sistema de Comando de Incidentes - Nível Operações. 1ª ed., 2010.
- [2] SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Capacitação em Defesa Civil - Sistema de Comando em Operações - SCO. UFSC/Lagoa Editora Ltda. 2004.
- [3] SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Curso Sistema de Comando de Incidentes. 2ª ed., 2008. Módulo 1.
- [4] Manual Operacional de Bombeiros: Sistema de Comando de Incidentes /Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. – Goiânia: - 2017. 85 p.: il.

2398
(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

Dia	Atividade	Duração	Equipe de instrução	Recurso Material	Uniforme	Local
1	Apresentação da disciplina/ Estudo de caso/ 1. Visão Geral do Sistema de Comando de Incidentes: História do sistema de comando de incidentes, Definições e princípios 2. Estruturação do sistema de comando de incidentes: Funções do SCI Estrutura Instalações.	5 h/a	Cap. Fulano Ten. Fulano Sgt Fulano Cb Fulano Sd Fulano	Quadro Branco e data show	3º A	ABM
2	3. Aspectos Operacionais do Sistema de Comando de Incidentes: Recursos, Situação, Instrumentos de consulta e registro do SCI	5 h/a	Cap. Fulano Ten. Fulano Sgt Fulano	Quadro Branco e data show	3º A	ABM
3	Execução da atividade	5 h/a	Cap. Fulano Ten. Fulano Sgt Fulano	Notebook	3º A	EAD
4	Avaliação teórica I	2 h/a	Cap. Fulano Ten. Fulano Sgt Fulano	Caneta azul ou preta	3º A	ABM
4	Trabalho	2 h/a	Cap. Fulano Ten. Fulano Sgt Fulano	Quadro Branco e data show	3º A	ABM
4	Visto da disciplina	1h/a	Cap. Fulano Ten. Fulano Sgt Fulano	Caneta azul ou preta	3º A	ABM
-	TOTAL	20 h/a	-	-	-	-



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR**



PLANO DE SEGURANÇA NA INSTRUÇÃO (PLASIN)

I - DADOS DA INSTRUÇÃO

Curso:
Disciplina:
Instrutor:

Local:
Data:
Horário de início:
Horário de término:

(Se houver mais de uma instrução que necessite do PlaSIn)

Local:
Data:
Horário de início:
Horário de término:

II - EQUIPE DE INSTRUÇÃO

Instrutor:
Monitor (es):
Militar de Segurança:

III - IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA

Descrição das atividades que serão desenvolvidas nas práticas.

IV - RECURSOS MATERIAIS

Equipamentos:
Viaturas:
Embarcações:
Outros:

V - PRINCIPAIS RISCOS DA INSTRUÇÃO

Elencar os riscos presentes na instrução.

VI - SINAIS DE ALERTA

Elencar sinais que serão convencionados com alunos, equipe de instrução e equipe médica (se houver).

VII – PROCEDIMENTOS EM CASO DE ACIDENTES

Descrever os procedimentos que serão adotados em caso de acidentes na instrução.

ANEXO C



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR**



PLANO DE AVALIAÇÃO (PLAV)

I - DADOS DA VERIFICAÇÃO

Curso:
Disciplina:
Tipo de Verificação:
Data:
Hora:
Duração:

Local:

Uniforme:

II - CONTEÚDO DA VERIFICAÇÃO

(descrever todo o conteúdo a ser cobrado na verificação)

III - FONTES DE CONSULTA

(descrever todas as fontes para a verificação em questão)

IV - RECURSOS MATERIAIS

(descrever todos os materiais necessários para a avaliação)

V - OBSERVAÇÕES

(descrever qualquer demanda que não esteja nos itens anteriores)



ANEXO D
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR

**AVALIAÇÃO DO CURSO E COORDENAÇÃO**

1. O curso atendeu as expectativas? () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca () Não se aplica
2. A carga/horária do curso foi suficiente? Sobre a coordenação, avalie as questões abaixo:
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
3. As disciplinas foram adequadas ao curso? 12. Apresentou aspectos gerais do curso bem como o Regimento Interno da ABM?
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
4. As atividades práticas foram suficientes? 13. Foi presente durante o curso, estando disponível para dirimir dúvidas?
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Não se aplica () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
5. Os estágios cumpriram sua finalidade? 14. Deu publicidade do Quadro de Trabalho Semanal?
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Não se aplica () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
6. Os conhecimentos adquiridos durante o curso terão aplicabilidades práticas na unidade que você atua? 15. Demonstrou civilidade/respeito na sua relação diária?
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
7. O curso ofereceu mais conhecimento do que você tinha antes? 16. Conduziu bem as atividades de coordenação do curso?
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
8. Qual seu grau de satisfação com o curso? 17. Foi atencioso, mostrando-se interessado e disposto a ajudar?
 () Muito satisfeito () Satisfeito () Indiferente () Insatisfiado () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
9. As instalações foram adequadas para as atividades do curso? 18. Estimulou uma boa relação com a turma?
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
10. Os equipamentos, ferramentas e acessórios foram suficientes para as atividades práticas?
 () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca 19. Teve boa relação com a turma?
 () Não se aplica () Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca
11. Os recursos didáticos foram suficientes?

ANEXO E



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR



AVALIAÇÃO DO INSTRUTOR
CURSO/DISCIPLINA/INSTRUTOR

1. Trabalhou conteúdos que contribuíram para o alcance dos objetivos da disciplina?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

2. Ressaltou a importância da disciplina na formação acadêmica e profissional do aluno?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

3. Demonstrou domínio do conteúdo da disciplina?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

4. Desenvolveu o conteúdo de forma organizada?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

5. Desenvolveu as atividades seguindo uma sequência lógica?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

6. Utilizou técnicas de ensino que facilitaram a aprendizagem?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

7. Estimulou e propiciou a participação dos alunos durante as instruções?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

8. Esteve disponível para responder as suas dúvidas?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

9. Demonstrou civilidade/respeito na sua relação diária?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

10. Exigiu na avaliação conteúdos que correspondiam aos que foram trabalhados em sala de aula?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

11. Utilizou nas avaliações critérios estabelecidos e divulgados de forma clara para os alunos?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

12. Atribuiu notas que expressaram a aprendizagem do aluno?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

13. Discutiu os conteúdos da avaliação em sala de aula após a divulgação dos resultados?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

14. Conduziu bem as atividades, sendo flexível nos assuntos, induzindo a troca de experiências, com habilidade para conversar e discutir?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

15. Foi atencioso, mostrando-se interessado e disposto a ajudar?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

16. Estimulou uma boa relação com a turma?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

17. Cumpriu o horário das aulas do início ao fim?

() Sempre () Na maioria das vezes () Poucas vezes () Nunca

O que pode ser melhorado?

2403
(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

ANEXO F

	ESTADO DO AMAPÁ CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS - CFSD 2023 1º PELOTÃO	
---	--	---	---

QUADRO DE TRABALHO SEMANAL

Antônio Braga Chucre Segundo - Cap QOCBM Coordenador			QTS Nº 01			
			Período de 08 a 16/11/23			
DATA	DISCIPLINA	HORÁRIO	CH	INSTRUTOR	UNIFORME	LOCAL
08/05/2023 Segunda-Feira		7h30 – 11h45				
		13h30 – 17h45				
09/05/2023 Terça-Feira		7h30 – 11h45				
		13h30 – 17h45				
10/05/2023 Quarta-Feira		7h30 – 11h45				
		13h30 – 17h45				
11/05/2023 Quinta-Feira		7h30 – 11h45				
		13h30 – 17h45				
12/05/2023 Sexta-Feira		7h30 – 11h45				
		13h30 – 17h45				
13/05/2023 Sábado		7h30 – 11h45				
		13h30 – 17h45				

LEGENDAS E CARGA HORÁRIA		
QTS – Quadro de Trabalho Semanal	ADC – À Disposição da Coordenação – 00/100	TS - Técnicas de Salvamento - 00/40
APH – Atendimento Pré-Hospitalar – 00/40	CL – Chefia e Liderança – 00/20	CI – Combate a Incêndio – 00/40
DT – Documentação Técnica – 00/20	EFM – Educação Física Militar – 00/40	IM – Instrução Militar – 00/40
LRI – Legislação e Regulamentos Institucionais – 00/20	PE – Psicologia das Emergências – 00/20	SA – Salvamento Aquático – 00/40
SST – Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho – 00/20	SNPDC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – 00/20	FD - Fundamentos de Direito – 00/20

HORÁRIOS	
INTERVALO 1º TURNO	9h00 – 9h30
INTERVALO 2º TURNO	15h45 – 16h15
MANUTENÇÃO DO PRÉDIO	17h45 – 18h45
HORÁRIO DA COORDENAÇÃO	18h45 – 21h00

ANEXO G



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR



REQUERIMENTO ESCOLAR

Ao Senhor
 ANTÔNIO BRAGA CHUCRE SEGUNDO – CAP QOCBM
 Coordenador do Curso de Formação de Soldados

I – IDENTIFICAÇÃO

2404
(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

Curso: Curso de Formação de Soldados – CFSD 2023

Pelotão: 1º Pelotão

Coordenador de pelotão: 1º Ten Caio

II - OBJETO DO REQUERIMENTO

(Escrever apenas o motivo do pedido: Declaração, Certificado, Segunda Chamada, Segunda Matrícula, Trancamento de Matrícula, Desligamento do Curso, Dispensa, Histórico)

III – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(Descrever o porquê do pedido)

ANEXO H



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR



RECURSO ESCOLAR

Ao Senhor
ANTÔNIO BRAGA CHUCRE SEGUNDO – CAP QOCBM

Instrutor de Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho

I – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Curso de Formação de Soldados – CFSD 2023

Pelotão: 1º Pelotão

Coordenador de pelotão: 1º Ten Caio

II - OBJETO DO RECURSO

(Escrever apenas o motivo do pedido: Recurso referente à questão xx da 1ª Verificação Corrente)

III – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(Descrever o porquê do pedido)

COMISSÃO ELABORADORA

Sandro Barrozo Sanches - Ten Cel QOCBM

Antônio Braga Chucre Segundo - Cap QOCBM

Marcos Tunai de Souza Sena - Cap QOCBM

Jorge Luiz de Souza Nunes - Cap QOCBM

Luiz Cássio da Penha Chagas - Cap QOCBM

Caio Túlio das Neves Furtado - 1º Ten QOABM

Ranon Roberto Marques - Sub Ten QPCBM

Aline Bastos dos Santos - 1º Sgt QPCBM

Ana Caroline Naiva Dantas - 1º Sgt QPCBM

Alberto de Oliveira Ferreira Neto - 1º Sgt QPCBM

Gerllyson Oliveira Silva - 3º Sgt QPCBM

Everson do Carmo de Ataíde - 3º Sgt QPCBM

Igor Filipe de Souza Silva - 3º Sgt QPCBM

Kleiton Picanço de Queiroz - 3º Sgt QPCBM

2405
(Continuação do Boletim Geral nº 222 de 06 Dez 23)

Este Regimento foi (re)organizado com base no trabalho da Comissão Elaboradora do Regimento Anterior, publicado em Boletim Geral 007_2020, de 13 de janeiro de 2020.

REFERÊNCIAS

1. Lei Complementar nº 084, de 7 de abril de 2014 - Estatuto dos Militares do Estado do Amapá;
 2. Lei nº 111, de 9 de abril de 2018 – Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá;
 3. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
 4. Leis e Regulamentos que regem o CBMAP;
 5. Coletânea de Legislação Estadual aplicável ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá. - 3^a Ed. rev. e atual - Macapá/AP, 2008;
 6. Coletânea de Legislação Estadual aplicável ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá. - 3^a Ed. rev. e atual - Macapá/AP, 2008;
 7. Coletânea de Legislação Estadual aplicável ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá. - 3^a Ed. rev. e atual - Macapá/AP, 2008;
 8. Decreto nº 036, de 17 de dezembro de 1981 - Regulamento Disciplinar da Polícia Militar;
 9. Decreto nº 0236, de 15 de janeiro de 2019 - Regulamenta a Lei nº 111, de 9 de abril de 2018;
 10. Decreto nº 2.839, de 11 de agosto de 2021 - Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá, 4^a Edição, 2021;
 11. Portaria 041/2023, publicada no BG nº 018, de 25 de janeiro de 2023 - Normatiza o funcionamento das estruturas, as atribuições do efetivo e a distribuição detalhada no âmbito do CBMAP;
 12. Diretrizes de Ensino da Matriz Curricular Nacional da Segurança Pública;
 13. Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.
- (Cód. verificador: 201910771. Cód. CRC: BE52848 em 06 Dez 23)